

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades, desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237 - 6976



VOLUME 5, NÚMERO 1

JANEIRO - DEZEMBRO

2015

Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras.

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Coordenação: Prof^a Dr^a Claudia Lucia Bisaggio Soares

Conselho Editorial

Antônio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcéia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina - web site: <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 5, Número 1, Janeiro – Dezembro de 2015.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Anual.

Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

1. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento e fronteiras.

I. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 06, Espaço 04, Sala 7

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3576 7332 / E-mail: orbislatina@gmail.com ou gilson.oliveira@unila.edu.br

APRESENTAÇÃO

O quinto volume da Revista Orbis Latina traz um novo formato em seu conteúdo. Como nas edições anteriores, são publicados artigos científicos de pesquisadores de diversas instituições renomadas. A novidade fica a cargo da nova seção de Iniciação Científica, onde são publicados trabalhos de discentes de graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Também são publicados nessa edição, uma poesia e uma cartilha no Espaço Cultural.

A seriedade da revista e a qualidade dos trabalhos publicados refletem no resultado da avaliação Qualis/CAPES. A Revista Orbis Latina figura, por enquanto, em oito áreas de avaliação, com destaque para os conceitos B4 nas áreas de Geografia e Interdisciplinar.

Essa revista contém dez artigos científicos, oito artigos de iniciação científica, uma poesia e uma cartilha. Todos os textos estão disponíveis para *downloads* em formato *pdf*.

O primeiro trabalho, sob a autoria de Guilherme Fráguas Nobre, traz uma discussão sobre a democratização da diplomacia, focando o aumento da participação de atores sociais em trabalhos típicos de funções diplomáticas.

No segundo artigo, os pesquisadores Udo Strassburg, Nilton Marques de Oliveira e Ricardo Rippel demonstram o papel do planejamento na desenvolvimento da educação brasileira. Os autores ressaltam que o país “avançou, mas ainda há muito a ser feito para se tornar um país com nível elevado de capital humano”.

Na mesma linha do anterior, o terceiro trabalho de autoria de Rafael de Souza Lima e Flávia Ferreira dos Santos

focam a importância do planejamento estratégico para o sucesso das organizações.

O quarto artigo dos pesquisadores Carlos Alberto da Silva e José Victor Franklin Gonçalves de Medeiros apontam que a economia solidária é uma forma de se alcançar a sustentabilidade. No artigo, os autores fazem uma “correlação entre os princípios do cooperativismo de economia solidária e os elementos indispensáveis para a promoção da sustentabilidade”.

Rúbia Marcussi Pontes, no quinto artigo, faz uma análise dos 20 anos do NAFTA focando a situação do México depois do acordo.

No sexto artigo, Sérgio Luiz Kuhn e Jandir Ferrera de Lima, trazem um histórico da economia criativa nos municípios da Região Oeste do Paraná. Para os autores “alguns municípios se destacaram pelos seus indicadores econômico-sociais e pelas atividades da economia criativa, dos serviços e diferenciais oferecidos a sua população e ao seu entorno, dentre eles: Pato Bragado, Quatro Pontes, Maripá, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Serranópolis do Iguaçu e outros.”

O sétimo artigo traz um debate sobre vários projetos de vida no espaço rural de São Miguel do Iguaçu, notadamente sobre a juventude desse lugar. Karini Aparecida Scarpari, Exzolvildres Queiroz Neto, Samuel Barreto Siqueira e Rafael Lucas Alves Ferreira investigam, principalmente, juventude, gênero e trabalho no espaço rural a partir da realidade de cinco jovens estudantes do curso de Técnico em Agropecuária da Escola Agrícola Estadual Manuel Moreira Pena, também, conhecida como Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu, que vivem no município de São Miguel.

Em homenagem aos 100 anos de Foz do Iguaçu, Élcio Aparecido Carvalho faz, no oitavo artigo, uma análise da importância da cidade para o MERCOSUL. Nas palavras do autor “ para se entender qualquer processo de integração é necessário que se atenha aos ditames do Regionalismo, logo, infere-se que a cidade de Foz do Iguaçu fez e faz parte do regionalismo buscado para a América do Sul, através do MERCOSUL”.

No nono artigo, os pesquisadores fazem um estudo sobre a incidência das mamografias realizadas em Foz do Iguaçu. Adriana Sabino *et all* realizaram a pesquisa no período de setembro a novembro de 2014 em alguns bairros selecionados e trazem a público seus principais resultados.

Josimar Gonçalves de Jesus estuda, no décimo artigo científico, a evolução das diferenças de rendimentos entre brancos e negros nos setores rural e não rural do Brasil. Na conclusão do autor “os resultados mostram que para as ocupações não agrícolas houve uma redução significativa no diferencial de rendimentos entre os dois

grupos de cor. Já na agricultura, a tendência foi de persistência”.

Estreando a seção de Iniciação Científica, temos oito artigos de acadêmicos da UNILA. A grande maioria dos artigos tratam como objeto de estudo a cidade de Foz do Iguaçu e seu Plano de Desenvolvimento Econômico – PDE publicado em 2014.

No Espaço Cultural é publicada uma poesia de Lisete Barbosa intitulada “Contraditório Mundo Novo”. Ainda nesse espaço, publica-se, também, uma cartilha sobre as potencialidades do sertão nordestino. Essa cartilha contou com o apoio do PIBID Geografia – UFBA e LEAGET – UFBA e foi coordenado pelas pesquisadoras Marcia Aparecida Procópio da Silva Scheer, Maria das Graças Bispo de Jesus e Claudia Teles da Paixão. A cartilha mostra o semiárido de forma didática e criativa.

Aproveitem a leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Editor

SUMÁRIO

A DEMOCRATIZAÇÃO DA DIPLOMACIA: NOVOS ATORES NA OFERTA E DEMANDA POR SERVIÇOS DIPLOMÁTICOS <i>Guilherme Fráguas Nobre.....</i>	07
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO <i>Udo Strassburg , Nilton Marques de Oliveira e Ricardo Rippel.....</i>	19
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL: SINÔNIMO DE ÊXITO OU FRACASSO <i>Rafael de Souza Lima e Flávia Ferreira dos Santos.....</i>	38
ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MEIO PARA SE ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL <i>Carlos Alberto da Silva e José Victor Franklin Gonçalves de Medeiros.....</i>	53
20 ANOS DE NAFTA E A SITUAÇÃO DO MÉXICO: EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DE UMA INTEGRAÇÃO ASSIMÉTRICA <i>Rúbia Marcussi Pontes.....</i>	73
HISTÓRICO DA ECONOMIA CRIATIVA E A CONJUNTURA DOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, BR <i>Sérgio Luiz Kuhn e Jandir Ferrera de Lima</i>	89
PROJETOS DE VIDA NO ESPAÇO RURAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR: JUVENTUDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO <i>Karini Aparecida Scarpari, Exzolvildres Queiroz Neto, Samuel Barreto Siqueira e Rafael Lucas Alves Ferreira..</i>	109
100 ANOS DE FOZ DO IGUAÇU: A IMPORTÂNCIA DA CIDADE PARA O MERCOSUL <i>Élcio Aparecido Carvalho.....</i>	126
A INCIDÊNCIA DE MAMOGRAFIAS REALIZADAS EM FOZ DO IGUAÇU NO PERÍODO DE SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2014 <i>Adriana Sabino, Ana Luiza Peres, Jaqueline Pieretti, Lidiana Gessi, Suzana Assmann, Andrei Valério e Hebert H. Amaral.....</i>	142
A EVOLUÇÃO DO DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS ENTRE NEGROS E BRANCOS NOS SETORES AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA NO BRASIL <i>Josimar Gonçalves de Jesus.....</i>	159
<u>INICIAÇÃO CIENTÍFICA</u>	
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU - PDE <i>Rogério dos Santos Corrêa.....</i>	185
PLANO DE DESENVOLVIMENTO (PDE) DE FOZ DO IGUAÇU <i>Larissa Carolina Barboza Alvarez.....</i>	191

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO (PDE) DE FOZ DO IGUAÇU	
<i>Daniela Peres Cardozo</i>	193
LA PROPUESTA ESENCIAL DEL PDE DE FOZ DO IGUAÇU	
<i>Wendy Marhuz Vera Cáceres</i>	195
PDE DE FOZ DO IGUAÇU: PROPUESTA DE DESARROLLO	
<i>Balmore Alirio Cruz Aguilar</i>	197
EL PDE - FOZ DE IGUAZÚ	
<i>Sixto Morel Bareiro</i>	202
O ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU (PR): PECULIARIDADES, ENCLAVES E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO	
<i>Diego Camargo Botassio</i>	205
INFRAESTRUTURA E COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PARANAENSE	
<i>Rogério dos Santos Corrêa</i>	208
<u>ESPAÇO CULTURAL</u>	
CONTRADITÓRIO MUNDO NOVO	
<i>Lisete Barbosa</i>	213
<u>CARTILHA</u>	
POTENCIALIDADES DO SERTÃO NORDESTINO: CONVIVENDO COM O SEMIÁRIDO	
<i>Marcia Aparecida Procópio da Silva Scheer, Maria das Graças Bispo de Jesus e Claudia Teles da Paixão</i>	215
<u>Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação</u>	238

A DEMOCRATIZAÇÃO DA DIPLOMACIA:
NOVOS ATORES NA OFERTA E DEMANDA POR SERVIÇOS DIPLOMÁTICOS

Guilherme Fráguas Nobre*

Resumo

A exemplo da democracia direta, tem surgido o que se poderia descrever como a 'diplomacia direta'. Da mesma forma que mais cidadãos querem participar da vida pública, mais atores sociais vem desempenhando funções diplomáticas. A democratização da oferta e da demanda de serviços diplomáticos é uma realidade, e os fóruns das Nações Unidas estão repletos de ONGs, celebridades, corporações etc. Essa efervescência da atividade diplomática não-estatal deve abrir novos horizontes de atuação profissional e novos mercados, a despeito da insistência do Estado em manter o monopólio do status profissional de diplomata. Assim, tem-se praticado a diplomacia social sob rótulos gerais, como consultoria e assessoria, por exemplo, e via profissões conexas, como relações internacionais e comércio exterior.

Palavras-chave: diplomacia social; diplomacia não-estatal; democratização da diplomacia.

Abstract

As a parallel to 'direct democracy', there has been what one might describe as 'direct diplomacy'. The same way that most citizens want to participate in public life, more social actors have performed diplomatic functions. The democratization of the supply and demand for diplomatic services is a reality, and the United Nations forums are full of NGOs, celebrities, corporations etc. This effervescence of non-state diplomatic activity should open new professional horizons as well as new markets, despite the States' insistence in keeping the monopoly over the status for professional diplomats. Thus, 'social diplomacy' has been practiced under general labels such as consulting and advisory services, for instance, and via related professional fields such as international relations and foreign trade.

Keywords: social diplomacy, non-state diplomacy, democratization of diplomacy.

* Pós-doutorando na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Ciências da Comunicação na equipe CRISTAL/GRESEC da Université Stendhal, em Grenoble, França (2008). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002). Foi Visiting Scholar no departamento de comunicação e mídia da McMaster University, Canadá (2010-2011). Pesquisador associado do Instituto Ciência-Tecnologia da Comunicação. Sócio da Media Training Ltda e Glenobre Diplomacy. E-mail: fraguasnobre@gmail.com

1. Introdução

A exemplo da democracia direta, tem surgido o que se poderia descrever como a 'diplomacia direta'. Da mesma forma que mais cidadãos querem participar da vida pública, mais atores sociais vem desempenhando funções diplomáticas. Assim, surge a dicotomia diplomacia estatal *versus* diplomacia social. A diplomacia estatal implicaria uma relação biunívoca: apenas um demandante de serviços diplomáticos (Estado) e apenas um ofertante (Itamaraty). Na diplomacia social, ao contrário, toda a sociedade pode demandar e/ou ofertar serviços diplomáticos – democraticamente.

A democratização da oferta e da demanda de serviços diplomáticos é uma realidade, e os fóruns das Nações Unidas estão repletos de ONGs, celebridades, corporações etc. Essa efervescência da atividade diplomática não-estatal abriria maiores horizontes de atuação profissional e vários mercados, não fosse a insistência do Estado em manter o monopólio do status profissional de diplomata. Quer dizer, a profissão de diplomata existe – mas não para a sociedade. Esse obstáculo jurídico ao reconhecimento profissional dos atores não-estatais é prejudicial e anacrônico, embora a diplomacia social *de facto* continue avançando.

Assim, tem-se praticado a diplomacia social sob rótulos gerais, como consultoria e assessoria por exemplo, e via profissões conexas, como relações internacionais e comércio exterior. Este artigo vai tratar justamente da evolução necessária ao status da diplomacia social, e está estruturado em 6 partes: além da introdução e da conclusão, a sessão dois define e ilustra a diplomacia e a atividade consular, a sessão três aborda a democratização e a desestatização da diplomacia, a sessão quatro apresenta os novos atores da diplomacia social, e a sessão

cinco discorre sobre as esferas efetivas e potenciais para os serviços diplomáticos.

2. A Diplomacia Ontem e Hoje

A diplomacia é reputada uma das mais antigas atividades, necessária onde houvesse risco de guerra e necessidade de paz. Embora fundamental como prevenção e reversão da guerra, sempre incluiu o estabelecimento e a manutenção de relacionamentos proveitosos entre os povos – idealmente, mutuamente proveitosos. Na prática, o exercício da diplomacia implica a busca por maiores vantagens comparativas de uns sobre outros – tendência a ser teoricamente equilibrada pelo sistema internacional de regras.

Apesar de deficientemente conhecida, a origem da diplomacia remonta aos tempos pré-históricos, às sociedades tribais, quando o homem necessitava de delimitar o espaço que ocupava, e os seus confins, de regular a economia da caça, de negociar as suas trocas, de estabelecer regras matrimoniais e de restabelecer ou preservar a paz. Mesmo em sociedades sem Estado, era mister estabelecer acordos com outras sociedades similares, vizinhas, de forma a garantir a coexistência pacífica, ou mesmo uma solidariedade assente na proximidade geográfica e na entreatajuda. (Mongiardim, 2007:52)

Assim, a atividade diplomática alcança todas as esferas da vida nacional (negócios, política, sociedade), e não cessa nem sob guerra declarada. A diplomacia é, pois, tanto uma arte quanto uma técnica ou ciência. Seu objeto são as relações benéficas de longo prazo, e seu objetivo a promoção e a defesa dos interesses daquele ou daquilo que representa. Para tanto, mobiliza todos os meios necessários e/ou convenientes para atingir suas metas – ponto sobre o qual convergem discussões acerca dos limites éticos e legais da ação diplomática.

“Diplomacy” is a term that is often used rather loosely. A number of books on “the diplomacy” of certain countries are really about their foreign policy or, more generally, the course of their foreign relations. Other works, on the subject of *diplomatic history*, are really about the history of foreign relations. And then there are books on the practice of diplomacy -that is, diplomacy as a *method* of political interaction at the international level- and the techniques used to carry out political relations across international boundaries (e.g. representation and communication). (Leguey-Feilleux, 2008:1)

A diplomacia tem sido historicamente associada a Nações, Estados e Governos – em parte devido à necessidade de manter certas atividades como exclusivas, a exemplo das Forças Armadas e Serviço de Inteligência. Contudo, isso é um equívoco: a diplomacia jamais foi monopólio de ninguém. Um serviço diplomático específico pode ser exclusivo, mas não toda uma atividade humana. Por exemplo, o Itamaraty é um serviço exclusivo do Estado Brasileiro. Isto é, um provedor de serviços diplomáticos pode ser exclusivo, mas não uma atividade que sempre existiu por todos e para todos.

Increasingly, diplomacy is becoming an activity concerned with the creation of networks embracing a range of state and non-state actors focusing on the management of issues demanding the application of resources in which no single participant possesses a monopoly. (...) A key problem here is that much of what has come to be regarded as 'diplomatic studies' is limited by its vision, particularly the tendency to equate diplomacy with a system of sovereign states rather than seeking out its essential characteristics that transcend time and space. (...) Far from assumptions of control exercised by the agents of government over international policy, the logic of the MSD (multistakeholder diplomacy) image resides in the limitations confronted by all actors – both state and non-state – in achieving their policy objectives. Challenged by evermore complex, multifaceted agendas, there is a

necessity to establish relationships of varying scope and composition, which, for example, bring together governmental actors, CSOs (civil society organisations) and business. (Hocking, 2005:2-3,9)

Quase todas (senão todas) as atividades exercidas em nome da diplomacia já existem no mercado, e são oferecidas sob os mais variados rótulos: relações públicas, relações governamentais, advocacy, mediação, arbitragem, eventos, protocolo, publicidade, propaganda, e uma gama de consultorias em direito, negócios, comércio, relações internacionais etc. Assim, faria sentido referir à exclusividade da diplomacia como segue: somente o Estado Brasileiro utilizará os serviços do Itamaraty (monopsônico), e somente o Itamaraty prestará serviços diplomáticos ao Estado Brasileiro (monopólio).

Diplomacy can be a fruitful way to manage differences in values between ethnic, gender, and age groups. More generally, diplomacy is a way to avoid and resolve conflicts and negotiate differences. Diplomacy involves recognizing and valuing differences and identifying mutual goals. Diplomats use tact and understanding to build trust and develop relationships. This applies to business just as it goes to foreign relations or almost any interpersonal situation. (London, 1999:2)

Talvez a atividade consular seja a mais indicada para ilustrar a afinidade histórica entre diplomacia e a sociedade mais ampla – para além da esfera estatal. Conquanto os consules se dediquem precipuamente ao comércio e aos negócios, desempenham igualmente as demais funções diplomáticas – servindo a uma maior variedade de agentes e interesses, embora submetidos em última análise ao Estado. A atividade consular mantém, a despeito do vínculo burocrático, o caráter democrático original da diplomacia: uma atividade profissional que pode ser exercida e utilizada por todos.

The first consuls, then, were part-timers: merchants chosen from the rank of a local trading settlement by the merchants themselves. They were supported financially by the small tax they were permitted to charge on the goods moving through their settlements ('consulage'), as well as by what they earned from their private trading; their duties concerned exclusively the affairs of their fellow merchants. In short, although home government authorization might sometimes be given to them and minor political duties performed in return (Mattingly: 63-4; Busk: 125), the first consuls were, in general, neither appointed nor paid by the state, and had nothing to do with advancing its interests, except indirectly. (Berridge, 2010:126)

A vantagem da expressão 'diplomacia não-estatal' é significar "toda atividade diplomática que não emana do Estado", deixando em aberto a possibilidade de que fornecedores independentes de serviços diplomáticos possam exercer a diplomacia – por exemplo, as câmaras de comércio. Sendo os Estados livres para utilizar serviços diplomáticos exclusivos ou não, é de se esperar que haja outros agentes para oferecer serviços diplomáticos como atividade profissional. Reservas de mercado são compreensíveis, preservando-se a democratização da oferta de serviços diplomático.

3. Democratização, Desestatização e Privatização da Diplomacia

Algumas áreas e serviços são geralmente retidos como exclusivos pelos Estados, como por exemplo a Defesa Nacional (Forças Armadas e Serviços de Inteligência); as altas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário; a cobrança e coleta de impostos etc. Embora a diplomacia conste como atividade exclusiva do Estado neste contexto, é de se perguntar acerca da democratização *de facto* da oferta de serviços diplomático no passado e no presente. Tudo indica que a diplomacia,

como área de ação humana, é ubíqua e pervasiva na sociedade.

Bresser Pereira (foi) o formulador do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (1995), que buscou reorganizar toda a lógica de funcionamento da burocracia estatal, substituindo o modelo burocrático tradicional pelo modelo gerencial. Nesse documento, as atividades governamentais foram classificadas em quatro setores: (i) Núcleo estratégico: altas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário; (ii) Atividades exclusivas do Estado: área de Justiça, tributação, fiscalização, segurança pública, fomento, regulação, diplomacia e previdência básica; (iii) Serviços não-exclusivos: serviços da área social, cultural e de utilidade pública; (iv) Produção de bens e serviços para o mercado: empresas estatais. (Schmidt, 2008:4)

Logo, a diplomacia seria exclusiva na articulação de um Estado com seu Ministério das Relações Exteriores frente aos outros Estados e respectivos Ministérios de Relações Exteriores, mas teria caráter *não-exclusivo* se pensada como atividade social fora da esfera estatal. Câmaras de Comércio e consulados *for instance* prestam serviços diplomáticos com maior ou menor viés privado ou público, muitas vezes borrando os limites da referida exclusividade estatal. É no contexto da diminuição do papel e da presença do Estado moderno que se deve buscar o futuro da democratização da oferta de serviços diplomáticos.

With the privatization of once exclusively governmental services in everything from transportation and financial services to health care and social welfare, coupled with the gradual erosion of respect for government, the state's pre-eminence has been dramatically displaced. The concept of the state as the provider of public goods is challenged both by a greater reliance on free markets and by a lack of trust in government institutions. (Cohen and Küpçü, 2005:38)

Seria acurado dizer que, historicamente, a diplomacia sofreu uma

crescente estatização – com Estados fundando monopólios de representação diplomática via funcionários públicos de carreira e respectivos ministérios. Ainda que tal fato tenha jamais eliminado a diplomacia do resto da sociedade, que continuou a exercê-la plenamente, interessa hoje estudar o impacto da desestatização e da privatização sobre o Estado moderno. Como ambos tem afetado a estrutura e o desempenho do Estado, no geral, e a oferta de serviços diplomáticos, no particular.

Neste sentido, Marcos Juruena Villela SOUTO é o que mais se aproxima ao conceito legal de desestatização, definindo-a como sendo "a retirada da presença do Estado de atividades reservadas constitucionalmente à iniciativa privada (princípio da livre iniciativa) ou de setores em que ela possa atuar com maior eficiência (princípio da economicidade); é o gênero, do qual são espécies a privatização, a concessão, a permissão, a terceirização e a gestão associada de funções públicas. (Pinto, 2009)

.....
Por privatização, o documento entende transferência, para a iniciativa privada, da propriedade de dado setor (estatal) com vistas a transformá-lo em uma instituição de e para o mercado. A terceirização corresponde ao processo de transferência, para o setor privado, de serviços caracterizados como auxiliares ou de apoio às atividades desenvolvidas pelo Estado. A Publicização, por sua vez, consistiria “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta (...). (Campelo, 2011:37)

Vários autores têm notado uma tendência à privatização de algumas atividades diplomáticas: seja na esfera estatal, com as assim ditas privatização da política estrangeira e das relações externas; seja na esfera não-estatal, com diversos atores interagindo no cenário internacional sobre temas como meio-ambiente, comércio multilateral, recursos naturais, direitos humanos e dos animais etc. O cerne da discussão não é se há ou não uma democratização na oferta de serviços

diplomáticos profissionais, mas, antes, sobre os limites de permiti-la dentro do Estado.

Privatisation even seems to extend into what was previously the exclusive domain of the state namely public goods such as internal and external security, i.e. the provision of domestic law and order, the maintenance of external relations and the defence of the state (and, by implication, its citizens) against aggression from abroad. External relations in general seem to be increasingly privatised. (...) A number of new actors have made their appearance, but the most significant change is that they no longer interact with the rest of the world via their respective states, but partly establish their own external relations, both with their counterparts in other countries and with other types of actors. The resultant international system is tantamount to a partial privatisation of external relations and has aptly been described as a “cobweb”. (Møller, 2005:2,5)

A diplomacia já é francamente exercida na sociedade, mas vários serviços diplomáticos estatais têm sofrido pressão para serem profissionalizados: eventos, treinamento, manutenção, alimentação, transporte etc. Cabe a cada Estado estabelecer limites para a desestatização, terceirização e publicização de suas atividades – que pode ser total, parcial ou nenhuma; e regular as atividades profissionais que, como a diplomacia, estão enraizadas na história humana. A diplomacia social não substitui a diplomacia estatal – ela já existia antes dos Estados e sempre atuou em esferas e com agentes igualmente não-estatais.

The idea of privatising diplomacy has provoked uneasy reactions among some within the MOFA (Ministry of Foreign Affairs). Some see it as a disturbing trend where the involvement of the private sector leads to the rise of alternative authorities more efficient than the government. Companies can often perform events management and training more efficiently than the government although this is not necessarily the case all the time and governments have proven to be just as good

if not better. Some worry that these co-stars will challenge the supremacy and want to be stars themselves. Others worry that by not exposing young diplomats to the grinds of diplomacy, they will never learn and never know how mundane but equally important things are done. This is especially worrying when they are at post where all activities are shouldered by them. (Taib, 2006:2)

É preciso, pois, reconhecer e regular a atividade diplomática social, em contraste com a estatal. É necessário criar um conselho de classe em diplomacia, pois no Brasil não há de surgir cursos de graduação e pós-graduação em diplomacia, como já existem em outros países; e para formalizar o trabalho de muitos profissionais que já atuam na área – muitos sob o conceito genérico de consultor. Felizmente a literatura técnica sobre Diplomacia é abundante, permitindo facilmente traçar a linha divisória entre diplomacia social e diplomacia estatal.

4. Novos Atores da Diplomacia Social

Antes de existirem corpos diplomáticos, e antes mesmo de existirem Estados, a diplomacia era exercida por mérito e confiança: os chefes locais destacavam, dentre os de sua confiança, os mais capacitados na arte retórica, no tato, e na discricção para os representar e para negociarem em seu nome e/ou no da coletividade. Com a estatização da diplomacia, vai-se buscar o funcionário de carreira que melhor preencha tais requisitos; embora, às vezes, critérios políticos elejam alguém de fora. Mas com a complexificação da diplomacia, outros atores não-estatais surgem em cena.

Contemporary diplomacy is engaging an increasingly wide range of actors alongside professional diplomats. This reflects the growth of civil society and their claims for participation in the processes of world politics. (...) This phenomenon has given rise to a number of images that seek to capture the ways in which international

processes are changing such as 'multistakeholder' and 'network' diplomacy. These acknowledge the growing interaction between the agents of the state and international organizations and non-state actors, whether located in civil society or the business community. (Hocking, Melissen, Riordan, Sharp, 2012:11)

A diplomacia contemporânea vem mostrando-se povoada de uma multiplicidade de atores sociais desejosos de participar e influenciar os rumos das políticas internacionais, sejam de caráter público ou privado. Pertencentes à esfera da diplomacia social, portanto saídos dos mais diferentes extratos da sociedade, esses novos atores são cidadãos, celebridades, organizações não-governamentais, empresas, pesquisadores, religiosos, mídias etc. A diplomacia estatal tem tido, assim, que lidar com o fato de que a diplomacia pertence a todos e é exercida por todos.

In that sense, the purpose of using the label of 'private diplomacy' indeed serves as a common denominator of all actors surveyed that represent private organisations and people, including former heads of state or government and influential civil society professionals who practice diplomacy working in a number of ways. This survey again shows the distinct value added of private diplomacy: independent, non-partisan actors can successfully complement or replace governments and international organisations when these (due to restrictive mandates, bureaucracy, or shrinking budgets) are prevented from actively taking part in crisis management and conflict resolution. (Herrberg, Kumpulainen, 2008:6)

Em função disso tem surgido várias formas de adjetivar a diplomacia, que, até então, parecia univocamente sinônima de Estatal: diplomacia cidadã; diplomacia civil; diplomacia de celebridades; diplomacia de autoridades (ex-presidentes); diplomacia não-governamental; diplomacia de ONGs; *multitrack diplomacy*; *track II diplomacy*; *multistakeholder diplomacy*; diplomacia de

negócios; diplomacia corporativa; diplomacia de CEOs; diplomacia privada etc. Cada uma dessas facetas pertencendo ao mesmo diamante: a diplomacia social.

Notwithstanding recent improvement in global awareness, the core of private diplomacy lies in personal contact between Americans and foreigners. Private sector contacts across national boundaries serve as the channels of communication so essential to international understanding, cooperation, and the elimination of stereotypes. Academic institutions, corporations, philanthropic groups, state and -local governments, labor unions, professional associations, libraries, museums, cultural organizations, hospitals, and community organizations together carry on an astonishing amount of activity with other countries. These efforts constitute only a fraction of American public diplomatic efforts. (Rubin, 1989:26)

Veja-se o caso das organizações não-governamentais. Tem havido um número crescente de ONGs participando em fóruns diplomáticos das Nações Unidas, por exemplo, credenciadas e oficialmente aceitas como parte ativa nas negociações acerca de assuntos tão amplos quanto saúde pública, direitos humanos, gestão hídrica, recursos naturais, combate à fome etc. Há até quem diga em tom jocoso que, em Genebra, já há duas ONGs para cada organismo internacional. Longe de significar uma invasão indesejada, isso reflete um salutar reempoderamento do exercício social da diplomacia.

The role of NSAs (non state actors) such as non-governmental organisations (NGOs), international businesses, and civil society groups in multilateral diplomacy has historically been an active one. In recent years however, several factors have influenced their participation, especially in multilateral diplomacy. These factors include the growth in numbers of NSAs, as well as the development of communication technologies. The latter, in particular, allow better organisation of NGOs, their co-ordination world wide, and more effective

advocacy. Another factor contributing to the increased participation of NSAs is the recognition by governments and international organisations that these groups have vital information and can make a valuable contribution in global change. (Valencia, 2006:85)

.....
In multilateral negotiations on the environment and sustainable development, NGO representatives act as diplomats who, in contrast to government diplomats, represent constituencies that are not bound by territory but by common values, knowledge, and/or interests related to a specific issue (...). In each of our cases, NGO diplomats perform many of the same functions as state delegates: they represent the interests of their constituencies, they engage in information exchange, they negotiate, and they provide policy advice (...). (Betsill, Corell, 2008:21-22)

Outro exemplo interessante é o de cidadãos engajados individualmente em negociações internacionais, quer sejam anônimos ou celebridades. Os ex-presidentes americanos Jim Carter e Bill Clinton, o ex-primeiro ministro britânico Tony Blair, astros do rock como Bono Vox, atrizes como Angelina Jolie, líderes como o Dalai Lama, e outros têm dedicado parte de seu tempo a influenciar políticas e ações internacionais de interesse público. Uns, como Bill Gates, investem substanciais recursos para mudar a realidade internacional – fazendo, literalmente, política pública transnacional na África.

La Diplomacia Ciudadana también es el resultado de la globalización, que ha incrementado las interacciones internacionales y trans-fronterizas, a la vez que ha fomentado los niveles de participación de los ciudadanos en asuntos internacionales y la importancia que éstos han adquirido en sus vidas. (Kaufman, 2002:24)

.....
Alternatively, Andrew F. Cooper has conceived celebrity diplomacy as an alternative form of agency in which credible stars fill the void in public trust vacated by the political classes. Cooper's contention is

that the ‘Bonoisation’ of diplomacy has led to new and valid ways in which stars may not only affect attention to a range of international activities but promote meaningful change. (Wheeler, 2012:1)

À luz da diplomacia social (não-estatal), e tendo em vista a efetiva participação de novos atores sociais na arena diplomática nacional e internacional, cabe repensar as diferentes especialidades da diplomacia. Por exemplo, como cada um dos novos atores sociais poderia desempenhar sua própria: diplomacia cultural, diplomacia científica, diplomacia econômica, diplomacia pública etc.? À medida que todos se sentem cidadãos do mundo e que ações particulares têm alcance global, o papel reservado ao Estado talvez seja cada vez mais o de curador e moderador diplomático.

5. Democratização da Oferta de Serviços Diplomáticos

Por princípio, embaixadas e consulados são diferentes – tanto é que há convenções internacionais distintas regulando ambas as esferas e atividades. Contudo, há uma vasta zona cinzenta de superposição de status e performance. De modo geral, a tônica parece recair sobre a dicotomia política-negócios: embaixadores operando a política na capital, consules operando os negócios nas províncias. Embora didática, tal distinção é artificial: pois consules operam igualmente a micro-política nas províncias, e embaixadores os macro-negócios na capital.

There (is) a great deal of differences between typical consular work and typical diplomatic work. (...) The former deals chiefly with the problems of individuals and corporate bodies; the latter is concerned mainly with issues of general policy in intergovernmental relations, especially those of a political nature. (Berridge, 2010:129)

Embaixadores e consules desempenham, enfim, as mesmas atividades de modo concertado; sendo a divisão interna do trabalho, antes, um produto da hierarquia e da conveniência. As funções ou atividades diplomáticas têm sido, histórica e igualmente, desempenhadas e oferecidas por agentes não-estatais na sociedade. Um amplo espectro de indivíduos e organizações civis têm oferecido serviços de representação, negociação, informação/comunicação, promoção e defesa de interesses, desembaraço comercial e aduaneiro, assistência documental e jurídica, captação de investimento etc.

Podemos pois dizer que (...) os elementos constitutivos da actividade diplomática são os seguintes: a) representação; b) proteção; c) informação; d) promoção; e) negociação; f) extensão externa do serviço público. (Magalhães, 2005:32)

.....
Reflecting their origins, many consuls are still greatly preoccupied with encouraging the exports of their countries in the receiving state, promoting inward investments, and – depending on their location – supervising and assisting, as need arises, the progress of any national flag shipping and aircraft. More characteristic of their daily diet (...) is providing help to any nationals in need. (Berridge, 2010:131)

Assim, a maior tensão estaria, não no embate do caráter social-estatal da diplomacia, mas no grau de desestatização da porção que caberia ao Estado. Havendo quem defenda a manutenção da relação tipo monopólio-monopsônico (caso do Itamaraty e Estado Brasileiro), já há exemplos internacionais de “desestatização de atividades-meio” na diplomacia. Essa articulação Estado-Sociedade, ou público-privada, deixa entrever o seguinte: a diplomacia estatal está contida na diplomacia social, e o Estado é apenas um dos *players* que existem.

But the question arises: why should those whose business is not the core of diplomacy be in that business? The participation of

non-state actors requires trust on the part of the MOFA and the willingness to let go its responsibility. It calls for the need to trust our jobs to those who do not share our mindset and the way we do work. And the process has already begun. The question will be to what extent and in what areas should we allow others to assume our responsibilities? – Event managers, consular work, diplomatic bag, training are some of these areas. (Taib, 2006:3)

.....
Private actors have taken on an increasingly significant role in public diplomacy in recent times, either by serving as venues for political communication by governments or by supplying the human resources and doing the actual public relations work that governments are no longer choosing to do 'in-house'. This expanding activity takes three principal forms: (1) private actors serving as venues for public – private diplomatic interaction, such as the World Economic Forum, are growing in influence; (2) public – private partnerships engaging in national brand-building are becoming more common; and (3) private individuals and firms increasingly are engaging in public diplomacy on behalf of governments. (Pigman, Deos, 2008:90)

Logo, toda função e atividade diplomática desempenhada por Estados encontra paralelo na Sociedade e é por ela oferecida. Já existe *de facto* uma verdadeira democratização da oferta de serviços diplomáticos, mas não *de jure*. O Estado não tem podido negar os novos atores exercendo a diplomacia, mas tem-lhes negado (por assim dizer) a diplomacia. Conquanto se multiplicam os registros técnicos sobre diplomacia do terceiro setor, diplomacia de negócios, diplomacia corporativa, persiste o vácuo jurídico da diplomacia social como profissão.

As the challenges facing consular departments grow at a faster pace than the (financial) resources to address citizen's demands, an increasingly diverse group of actors become involved in service delivery. Increased dealings with the public are thus not only with citizens as customers, but also in the upgrading of assistance. As mentioned

earlier, countries with extensive diplomatic networks that are confronted with large numbers of consular cases tend to seek help from other ministries, the police, private companies and non-governmental organizations (NGOs) to deal with the increased workload. Consular challenges that foreign ministries cannot address through this 'privatization' of diplomacy are the ones that require communication with other governments. (...) Attempts to improve services – sometimes with the help of other government agencies, NGOs and private companies – are commonly referred to as the 'professionalization' or 'privatization' of consular assistance. (Okano-Heijmans, 2010:4,11)

Romper com o monopsonismo do Estado na diplomacia é admitir que outros agentes sociais têm necessidade de e demandam serviços diplomáticos não-estatais. Romper com o monopolismo do Itamaraty é admitir que outros agentes sociais são capazes de e oferecem serviços diplomáticos não-estatais. Toda a sociedade tem a ganhar com o reconhecimento da diplomacia social, especialmente o segundo e o terceiro setores. ONGs, empresas e cidadãos têm direito a um estatuto diplomático profissional quando engajados em assuntos de política internacional.

Cette diplomatie moderne n'est ni la juxtaposition à côté d'une diplomatie gouvernementale de diplomaties parallèles ni la privatisation ou non gouvernementalisation, même partielle, de la diplomatie. Elle se définit par un compromis entre les acteurs régaliens et des groupes ou des réseaux de citoyens. (D'Orfeuill, 2006:25)

.....
CEOs of global companies need the competencies of Diplomatic Know-how to carry out an increasingly large number of "diplomatic" missions. Traditionally, the expatriate managers were expected to handle these diplomatic assignments as part of their job portfolio. However, with increasingly vocal and self-assured host country governments and interest groups, and the proliferation of information over the internet by NGO's, business diplomacy should no

longer be left alone to former Ambassadors serving as "temp" business diplomats for the global company. To include former professional diplomats in top level staff position is certainly already a great help, but more needs to be done!. (Saner, Yiu, Sondergaard, 2000:8)

Negar um estatuto jurídico à diplomacia social explicita uma opção pela estatização, o que é um triplo engano: primeiro, porque os demais atores sociais já a praticam de fato; segundo, porque o momento histórico vai na direção oposta – de credenciamento diplomático para atores não-estatais; terceiro, porque a democratização do exercício da diplomacia não implica sua desestatização no Estado. Reconhecer a diplomacia como atividade profissional na sociedade não equivale a limitar ou extinguir a diplomacia estatal – que vai sempre existir.

6. Conclusão

A diplomacia social sempre existiu, ainda antes dos Estados se constituírem; e sempre houve oferta e demanda por serviços diplomáticos envolvendo atores não-estatais na sociedade. De fato, a estatização da diplomacia é um evento relativamente recente na história humana, bem como a constituição de um quadro de burocratas exclusivamente a ela dedicados. Como regra geral, a diplomacia é um direito de todos, assim como a democracia. Ambos pressupõe a liberdade de se engajar e participar nas políticas e ações públicas, sendo a diplomacia também uma atividade profissional.

Mas a diplomacia, como profissão, já existe juridicamente. Apenas no e para o Estado. A não extensão do estatuto profissional de diplomata aos demais setores da sociedade reflete uma opção pela manutenção do monopólio estatal da diplomacia. Noutras palavras, o Estado

reconhece juridicamente a diplomacia somente a seus funcionários públicos. Um equívoco legislativo, já que, para todos os efeitos, diplomatas sociais ganham cada vez mais espaço na sociedade e, com múltiplos rótulos, vicejam a oferta e a demanda não-estatais de serviços diplomáticos.

Por fim, a democratização da oferta e da demanda de serviços diplomáticos não significa necessariamente a desestatização parcial ou total da diplomacia estatal. Ao contrário, admitindo-se que a diplomacia estatal vai sempre existir, a instituição *de jure* da diplomacia social (*de facto* ativíssima) tende a fomentar a profissão e a indústria associada – com efeito multiplicador benéfico sobre a atividade estatal. Todos os cidadãos, e não apenas uns poucos funcionários públicos, têm direito a terem formalmente reconhecida sua atividade profissional em diplomacia.

REFERÊNCIAS

- Betsill, M. M.; Corell, E. (2008) Introduction to NGO Diplomacy. In: **NGO Diplomacy - The Influence of Nongovernmental Organizations in International Environmental Negotiations**. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts; London, England.
- Berridge, G. R. (2010) **Diplomacy** – theory and practice, Palgrave MacMillian, 4 Edition, UK.
- Campelo, J. I. (2011) **Dinheiro Direto na Escola, Gestão Democrática e Público Não-Estatal: uma avaliação do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza**. Dissertação de Mestrado, UFC, Fortaleza.
- Cohen, M. A.; K p c , M. F. (2005) **Privatization of Foreign Policy**, Privatization of Foreign Policy Project, World Policy Journal.
- D’Orfeuil, H. R. (2006) **La Diplomatie Non Gouvernementale – les ONG peuvent-elles changer le monde ?** Les  ditions  cosoci t , Paris.
- Herrberg, A.; Kumpulainen, H. (Edts.) (2008) **The Private Diplomacy Survey 2008** – mapping of 14 private diplomacy actors in Europe and America, Crisis Management Initiative / Initiative For PeaceBuilders, London, UK.
- Hocking, B. (2005) **Multistakeholder Diplomacy: foundations, forms, functions and frustrations**. Centre for the Study of Foreign Policy and Diplomacy, Coventry University, UK.
- Hocking, B.; Melissen, J.; Riordan, S.; Sharp, P. (2012) **Futures for Diplomacy - Integrative Diplomacy in the 21st Century**. Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, October.
- Kaufman, E. (2002) **Diplomacia Ciudadana - Talleres Innovadores para la Resoluci n de Conflictos**, Seminario, Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, Costa Rica, 11-12 Marzo.
- Leguey-Feilleux, J-R. (2008) **The Dynamics of Diplomacy**. Lynne Rienner Publishers, London.
- London, M. **Principled Leadership and Business Diplomacy: values-based strategies for management development**. Quorum Books, Westport, CT, USA, 1999.
- Magalh es, J. C. (2005) **Manual Diplom tico – Direito Diplom tico, Pr tica Diplom tica**. Editorial Biz ncio, Lisboa.
- M ller, B. (2005) **Privatisation of Conflict, Security and War**. DIIS Working Paper, N. 2, Copenhagen.
- Mongiardim, M. R. (2007) **Diplomacia**, Edi es Almedina, Coimbra, Portugal.
- Okano-Heijmans, M. (2010) Change in Consular Assistance and the Emergence of Consular Diplomacy. Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, Paper N. 26.
- Pigman, G.; Deos, A. (2008) Consuls for hire: Private actors, public diplomacy. In: **Place Branding and Public Diplomacy**, Vol. 4, 1, pp. 85–96.
- Pinto, C. M. B. C. (2009) O processo de privatiza o e desestatiza o do Estado brasileiro. In: **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2029. Dispon vel em: <<http://jus.com.br/artigos/12228>>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- Rubin, A. A. (1989) The Case for Private Diplomacy. In: **Fletcher Forum of World Affairs**, V. 13, Issue 1, Tufts University, USA.

Saner, R.; Yiu, L.; Sondergaard, M. (2000) Business Diplomacy Management: A core Competency for Global Companies. In: **Academy of Management Executive**, vol. 14(1), pp. 80-92.

Schmidt, J. P. (2008) O Caráter Público Não-Estatal da Universidade Comunitária: aspectos conceituais e jurídicos. In: **Revista do Direito**, UNISC, N. 29, Santa Cruz do Sul (RS).

Taib, F. M. (2006) Privatising Diplomacy – the way forward. In: **International Conference 'Challenges for Foreign Ministries: managing diplomatic networks and optimising value'**, Geneva, May 31 – June 1.

Valencia, R. A. (2006) The Role of Non-State Actors in Multistakeholder Diplomacy. In: Slavik, S. (Ed.) **Multistakeholder Diplomacy**. DiploFoundation, Genève/Msida, pp. 85-92.

Wheeler, M. (2012) Celebrity Diplomacy: A source of political legitimacy in an era of late modernity? In: **Symposium 'Capitalism, Democracy and Celebrity Advocacy'**, London Metropolitan University, Manchester, UK, 19-20 June.

Recebido em 17/08/2014
Aprovado em 14/10/2014

PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma ferramenta para o desenvolvimento

Udo Strassburg*
Nilton Marques de Oliveira**
Ricardo Rippel***

Abstract

Resumo

O objetivo deste trabalho é caracterizar o processo histórico do planejamento da educação brasileira como ferramenta para o desenvolvimento humano, social e econômico para o Brasil. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico a Teoria do Capital Humano e a guisa da literatura. Os principais resultados da pesquisa sugerem que o Brasil, no decorrer dos séculos, desde a educação cristã até à aprovação do Plano Nacional de Educação, percorreu um longo caminho para o planejamento educacional, ora avançando, ora estagnando. O Brasil avançou, mas ainda há muito a ser feito para se tornar um país com nível elevado de capital humano. A conclusão, portanto, é que a elaboração de um bom planejamento educacional irá contribuir, de forma intensa, para o desenvolvimento do Brasil.

Palavras-Chave: planejamento educacional; plano nacional de desenvolvimento; teoria do capital humano.

The objective of this work is to characterize the historical process of the Brazilian education planning, as a tool for human, social and economic development in Brazil. Therefore, it was used the theoretical framework from the Theory of Human Capital and the guise of literature. The main results of the research suggest that Brazil, over the centuries, since the Christian education to the approval of the National Education Plan, has come a long way in educational planning, sometimes advancing, sometimes stagnating. Brazil has made progress, but much remains to be done to become a country with high level of human capital. The conclusion is that the development of a good educational planning, will contribute intensively to the development of Brazil.

Keywords: educational planning; national development plan; human capital theory.

* Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela UNIFECAP - SP e Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Cascavel-PR; e-mail: udo@udostrassburg.com.br; udo.strassburg@unioeste.br.

** Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins – UFT, e-mail: niltonmarques@uft.edu.br; niltonmarquesuft@gmail.com.

*** Doutor em Demografia - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Desenvolvimento Econômico – Universidade Federal do Paraná, Especialista em Teoria Econômica – UFPR, Pós Doutorando em Demografia - Cedepiar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Professor adjunto do Colegiado de Economia e do PGDRA- Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br e ricardo.rippel@unioeste.br.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo descrever o processo histórico do planejamento educacional no Brasil desde a educação Cristã, do período colonial até a aprovação, em 2011 do Plano Nacional da Educação (PNE), buscando a relação com o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

A questão central que move este trabalho é: o planejamento educacional vem promovendo desenvolvimento social e econômico no país, ao longo da trajetória dos planos implantados pelos governos?

A constituição do Brasil de 1988, em seu artigo 205, reza que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Destacando que a educação é um direito de todos e um dever do estado, visando o desenvolvimento da pessoa.

Neste sentido para que um país possa oferecer este direito a todos de forma igualitária há a necessidade de se fazer um planejamento de todas as ações a serem desenvolvidas em cada nível educacional. Fazer um planejamento significa saber de antemão aonde se quer chegar e quais metas se deseja atingir, desvendando os possíveis caminhos a percorrer, escolhendo os melhores e descartando aqueles que não serão frutíferos.

No planejamento da educação serão incluídas todas as peculiaridades que o país tenha para que possa atingir a todas as pessoas, independente de gênero, classe, credo, idade e cor. Mas para que um país possa se desenvolver há a necessidade de focar com maior intensidade naqueles níveis educacionais que trarão um retorno maior em termos de desenvolvimento para ele, mas

nunca deixando de lado as ações afirmativas, que estão relacionadas com as políticas de alocação de recursos para pessoas pertencentes a grupos minoritários, muitas vezes discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica.

A educação superior vem crescendo significativamente nos últimos anos, devido a uma demanda reprimida, não atendida por falta de vagas, poucos anos atrás, principalmente porque não havia instituições de ensino superior no interior do país. Além disto, o crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil demandam por empregados com qualificação, e neste sentido houve incentivos para a criação de instituições de ensino superior particulares. Também houve um aumento importante no número de vagas do ensino público, principalmente o Federal em função do REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Sendo assim pode-se destacar que a educação brasileira se encontra em um processo de evolução, alcançando índices significativos nos últimos anos.

E é neste raciocínio que se buscou relacionar a questão do planejamento, da educação e do desenvolvimento, verificando quais foram as contribuições que o país recebeu com a elaboração dos diversos planejamentos educacionais já elaborados e executados no decorrer do tempo. Este trabalho se justifica pela importância da educação como promotora de crescimento e desenvolvimento socioeconômico e pelos escassos trabalhos realizados na área de planejamento educacional.

Isso posto, este artigo está dividido em 3 partes, além da introdução. Na sequência apresenta-se a seção 2, que trata da teoria do capital humano: alguns aspectos teóricos, enquanto a seção 3 trata sobre o planejamento educacional no Brasil: da educação Cristã ao Plano Nacional de Educação. Na seção 4 as considerações finais sumarizam o trabalho.

2. Formação do Capital Humano: alguns apontamentos teóricos

Nesta seção apresentam-se alguns trabalhos que tratam sobre a teoria do capital humano como indutor no processo de desenvolvimento econômico e social de uma nação. Marshall (1982) foi o precursor da teoria que aborda sobre o capital humano, quando se referiu ao trabalho infantil, segundo o autor, este tipo de imperfeição do mercado de trabalho seria corrigido por investimentos em educação que aumentariam a eficiência do capital humano. Theodore W. Schultz (1963), um dos principais expoentes da teoria do capital humano, retoma a concepção lançada por Marshall em seus “Princípios”, e elabora um corpo de idéias que passou a ser conhecido como Teoria do Capital Humano.

Há um grande debate na literatura econômica acerca do crescimento e desenvolvimento econômico. De um lado estão os neoclássicos com seus modelos macroeconômicos como os de Solow (1956). Estes enfatizam a acumulação de capital e a mudança tecnológica exógena como determinantes do crescimento econômico. Do outro estão os economistas desenvolvimentista que priorizaram a identificar as causas do atraso e do subdesenvolvimento econômico, Hirschman (1981), Furtado (1961), Rostow (1971) e Myrdal (1957)¹. O primeiro deu ênfase na acumulação de capital e no melhor uso da mão de obra subutilizada, o segundo levou à defesa da industrialização e do planejamento por meio do estado com o objetivo de superar o subdesenvolvimento. Ambos acabaram por privilegiar a importância da acumulação de capital físico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

A literatura econômica traz novos elementos, como a educação e capital humano, para explicar a persistência de atraso econômico desses países. Os

resultados obtidos pela Coreia do Sul e demais Tigres Asiáticos chamaram a atenção dos economistas para o papel fundamental da educação no crescimento sustentado de longo prazo. A educação no processo de crescimento e desenvolvimento já era discutida desde a década de 1960 com o trabalho seminal de Schultz (1963) e Becker (1964) sobre capital humano. Posteriormente, os trabalhos de Romer (1986) de crescimento endógeno deram atenção à acumulação de capital humano e conhecimento.

Dosi (1997) completa dizendo que em uma economia globalizada, uma das vantagens ou desvantagens de uma nação na tentativa de atrair investimentos é a qualidade de sua mão de obra, que é um aspecto imóvel, enquanto outros, como o capital movem-se livremente pelo mundo. A qualificação da mão de obra local pode não ser suficiente para o desenvolvimento de um país, mas é condição necessária porque determina a capacidade de absorção de tecnologia que as empresas globalizadas estão dispostas a difundir.

Nas pesquisas de Becker e Tomes (1979, 1986) constataram que a família exerce influência no processo de desenvolvimento da criança, mesmo essas famílias tendo restrições de renda, o papel de pais altruísta é determinante na formação das habilidades das crianças. Becker e Tomes (1986) mostraram que não há nenhuma troca entre equidade e eficiência na transferência de renda pelo governo voltado para famílias com restrições de crédito porque o retorno ao investimento em capital humano em crianças de tais famílias é elevado devido à presença dos pais, do carinho, da atenção e do amor.

Os autores sugerem que os investimentos em capital humano sejam feitos no primeiro ciclo de vida da criança (de 0 a 6 anos) e não em períodos posteriores. Pesquisas recentes de Heckman e Rubinstein (2001), Cunha e Heckman (2003), e Cunha, Heckman, Schnnch (2006)

¹ Ver Agarwala e Singh (1969)

enfocam que o investimento deve se dar no primeiro ciclo de vida da criança onde inicia a formação de suas habilidades e competências. Os autores reconhecem a importância tanto de habilidades cognitivas e não cognitivas na explicação do sucesso socioeconômico. Essas habilidades são produzidas pela família e por ações pessoais.

No Brasil Lagoni (1973) foi um dos primeiros economistas a ressaltar a importância da educação como fator explicativo para a desigualdade brasileira. Ele mostrou que parte do aumento da desigualdade no Brasil entre 1960 e 1970 ocorreu devido ao aumento na demanda por trabalhadores qualificados associados à industrialização. Barros e Mendonça (1997) destacaram que os impactos da educação sobre a evolução de diversos aspectos socioeconômicos agregados para o Brasil e a expansão da educação influenciaram significativamente na redução do crescimento populacional e na queda da mortalidade infantil.

Por fim, estudos acerca da educação vêm crescendo ao longo das décadas, como consequência do reconhecimento de sua importância para a sociedade como um todo, bem como para economia. É fato conhecido que o nível de escolaridade média da população brasileira é relativamente inferior se comparado a outros países que possuem um nível de desenvolvimento mais baixo, evidentemente, se os níveis de escolaridade se elevarem, a população economicamente ativa obterá uma remuneração mais elevada.

3. Planejamento Educacional no Brasil: da educação cristã ao plano nacional de educação do Governo Dilma Rousseff

3.1 O Planejamento da Educação Cristã: período colonial

O tempo histórico entre 1500 e 1808 é definido genericamente como período colonial pelos historiadores. As datas

indicam mais que uma separação de épocas, indicam também marcos de movimentos que começam bem antes e terminam depois delas. É o caso da divisão política do Brasil Colônia que se estabeleceram nos séculos XVI, XVII e XVIII (TREVISAN, 1987; LIMA, 1998; TOBIAS, 1986).

A educação no Brasil Colônia, inicialmente se caracterizou pela catequização dos índios, depois a educação formal nos colégios e, finalmente a educação informal nos engenhos, particularmente dos negros escravos. A educação nesse período esteve a cargo dos padres e dos irmãos da Companhia de Jesus, entre 1549 a 1759. Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, o Estado assume a educação no Brasil. A educação cristã tinha como objetivo a reforma dos costumes na colônia disseminando a moral cristã, enaltecendo a monogamia, criticando as relações incestuosas e disciplinando para o trabalho, este seria um dos principais objetivos, devido à escassez de mão de obra para trabalhar na colônia. (SÁ, 1979; TOBIAS, 1986).

Nota-se que houve intenção de planejar a educação no período colonial, porém a difusão e implementação dessa reforma pouco impactou na Colônia brasileira, devido a vários fatores como: pouca autonomia administrativa de muitas capitanias, o isolamento geográfico, a ausência de estradas, meios de transporte e de comunicação precários e o escasso povoamento, poucas pessoas interessadas em frequentar as aulas régias, já que o ingresso na elite e a ocupação de cargos administrativos decorriam mais de riqueza e hereditariedade do que das capacidades adquiridas por meio da educação (SILVA, 1986; NOVAIS, 1984; MOACYR, 1939).

Segundo Carvalho (1978) a preservação da escravidão e do sistema colonial de exploração também não permitia a criação de uma grande demanda para o ensino. Além disso, os jovens estavam envolvidos com o recrutamento para a

milícia. Alta taxa de mortalidade infantil devido às doenças que assolavam as capitanias.

Dessa forma pouco alterou a oferta do ensino no Brasil, no período colonial, devido à estrutura social brasileira centrada na exploração, na grande propriedade de terras e na manutenção da escravidão. É possível vislumbrar mudanças mais significativas na educação brasileira a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos às nações amigas. Esta será a abordagem a seguir, onde será analisando o planejamento da educação no período imperial.

3.2 O Planejamento da Educação no Império

O planejamento da educação no período Imperial deu-se pela promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827 por D. Pedro I. Sua importância reside no fato de ser a primeira e única Lei Geral para as Instruções Públicas relativo ao ensino elementar, mas também por estabelecer recomendações, propostas e políticas públicas referentes ao universo escolar brasileiro nas primeiras décadas do século XIX (LOPES, 2001, p. 45).

Entre as principais propostas da Lei de 1827 encontravam-se: i) localização sobre onde deveria haver escolas e como elas deveriam ser; ii) contratação de professores mediante concursos ou exames; iii) definições sobre os ordenados e as gratificações para os mestres; iv) definição de um método pedagógico (Método Lancasteriano); v) determinações sobre a aplicação dos castigos escolares.

O Método Lancasteriano² foi implantado no período imperial com o objetivo de manter a ordem, a disciplina e a obediência da população pobre e livre e estavam relacionadas à disciplina da mente e do corpo, ao desenvolvimento de crenças

² Sobre o Método Lancasteriano ver : Neves (2003).

morais próprias da sociedade disciplinar (NEVES, 2003).

Durante o segundo reinado do Império (1850-1889) várias reformas foram feitas no âmbito do ensino primário e secundário, como forma de recuperar o atraso educacional do Brasil. Muitos parlamentares, juristas³ estiveram à frente desse processo de consolidação dessas reformas, no entanto não encontrou apoio no Governo Central. A educação foi colocada como elemento crucial na organização do projeto modernizador da sociedade brasileira.

No que tange ao ensino superior, no período imperial pouco foi feito, pois a Coroa Portuguesa não se interessava na criação de instituições de ensino, muito menos universidades, aqui no Brasil, mesmo assim foram introduzidos alguns cursos, cuja conclusão ocorria em Portugal. “As primeiras Instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são datadas na década de 1930” (Durham, 2005: p. 201). Apenas em 1808, quando toda a Corte se transferiu para a Colônia, após a ameaça da invasão napoleônica, começou a história do ensino superior no Brasil.

Como se observa pouco avançou em termos de planejamento educacional no período do segundo Império, tentou-se durante o século XIX a universalização da escola primária e a consequente organização dos sistemas nacionais de ensino no Brasil. O Estado assumiu de forma tímida a intervenção na educação do povo brasileiro e na organização dos sistemas nacionais de educação com o objetivo de democratizar e modernizar o país.

3.3 O Planejamento da Educação da Modernidade Brasileira na Primeira República (1889-1929)

³Sobre os Pareceres de Rui Barbosa, consultar: Machado (2002); Valdemarin (2000); Congresso da Instrução do Rio de Janeiro (1884); Collichio (1987) e Schelbauer (1998).

Segundo Lobato (1918); Couto (1925); Azevedo (1937) a Primeira República caracterizou-se por inúmeras reformas da instrução pública, entretanto os resultados a que chegaram essas reformas foram localizadas, limitando-se a cada Estado ou a cada escola. Nesse período houve uma crescente crítica da elite, por existirem poucas escolas primárias e pelo alto índice de analfabetismo no Brasil. Com o advento da República em 1889 e a abolição da escravatura em 1888, muitos viam que o país estava atrasado em relação às principais tendências nos países considerados desenvolvidos. Muitos juristas, parlamentares, políticos, entre eles Rui Barbosa, reconheciam a importância da educação e denunciavam o atraso existente. Couto (1925, p. 701), dizia que o principal problema social brasileiro era o analfabetismo. Este não era, para ele, apenas um fator considerável das doenças, “[...] senão uma verdadeira doença, e das mais graves. [...] o analfabeto contrapõe peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso [...]”.

Em 1911 com a decretação da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, conhecida como reforma Rivadávia Correia, a qual desoficializou completamente o ensino primário, o qual ficou esquecido nessa legislação, cuja função era cumprir as metas dos republicanos, que não admitiam esse nível de ensino como função própria do Estado (SCHELBAER, 1998). A mudança de regime e a Constituição republicana de 1891 não trouxeram mudanças na educação, mantendo o papel reduzido do governo federal em matéria de ensino básico. Não obstante a Constituição de 1891 ter produzido poucas mudanças institucionais no ensino primário, a estrutura política descentralizada estimulou inovações no campo da educação a partir da década de 1920.

A década de 20 foi marcada por um movimento nacional em prol da educação, o qual defendia que o país seria desenvolvido a partir de investimentos em educação e os demais problemas seriam solucionados (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). A organização do ensino em âmbito nacional só ganhou força no decorrer do século XX, quando o processo de industrialização, iniciado no final do século XIX, ganhou força, trazendo na sua esteira a urbanização, o assalariamento, as diferentes classes sociais e os conflitos de interesses.

No tocante ao ensino superior, em 1910, fundou-se a Academia Real Militar, que viria a se transformar na Escola Politécnica e que posteriormente passaria a se chamar de Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Faculdade de Direito do Largo São Francisco foi criada em 1927 nesse mesmo ano foi, também, criada em Olinda (Pernambuco) a Faculdade de Direito. A primeira universidade brasileira, Universidade do Rio de Janeiro, foi fundada em 1920, no Rio de Janeiro, e definitivamente marcou os rumos da educação superior no Brasil, sinalizando para o estabelecimento de uma nova era.

3.4 O Planejamento da Educação na Era Vargas (1930-1945)

A historiografia aponta o início da Era Vargas como um processo de revolução na economia brasileira, com maior intervenção estatal ao crescimento industrial via substituição de importações. Modernizar o setor industrial significava promover o desenvolvimento social e econômico. Contudo, para promover transformações mais amplas, que preparassem o trabalhador nacional para as novas relações de trabalho, apresentava-se a educação como ponto inicial desse processo (FAUSTO, 1986; TEIXEIRA, 2000).

Um marco na educação nos anos 30 foi o documento “Manifesto dos Pioneiros

da Educação Nova⁴”, este teve como objetivo de reformular toda a educação brasileira desde o ensino primário até o superior. Anísio Teixeira (2000) dizia que, para alcançar a modernização seria necessário considerar a educação; a industrialização, que proporcionava o acúmulo de riquezas e o bem-estar social do homem, e a democratização.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública que teve entre seus objetivos o de reformar o ensino, introduzindo disciplinas de caráter técnico-científico no secundário e aumentar a fiscalização e a interferência do governo na educação. Entrementes, foi criado também o Conselho Nacional de Educação (Romanelli, 1987). Vargas (1938) reconheceu que “em matéria de educação nacional, quase tudo estava por fazer”. Mas era o ensino secundário que requeria reforma urgente, que tinha como objetivo: “formar o homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitassem a viver por si mesmo”.

Em 1934 com a nova constituição houve uma centralização de diversas áreas pelo Estado, incluindo a educação. Esta constituição deu competência à União para elaborar e planejar a educação nacional. Além disso, foi criado o Plano Nacional de Educação. Neste o ensino primário foi declarado gratuito e de frequência obrigatória. Eram destinados 10% do orçamento à educação por parte da União e dos municípios, enquanto os estados e o Distrito Federal deveriam investir no mínimo 20% de sua receita (SILVA, 1980; ROMANELLI, 1987).

Para kang (2010) a Constituição 1934, tida como liberal e democrática não sobreviveu por muito tempo, em 1937, Vargas fechou o Congresso e teve início a ditadura do Estado Novo, de caráter

⁴Sobre este documento ver Azevedo (1971); Manifesto (1932)

repressivo, centralizador e corporativista. Na área educacional centrou o ensino de cunho técnico industrial voltado para a industrialização do país, ou seja, o ensino profissionalizante deu lugar ao ensino tradicional. Declarou o ensino cívico obrigatório e as empresas e sindicatos deveriam colaborar com a aprendizagem sistemática de seus empregados.

Com o fim do Estado Novo em 1945 e a redemocratização tornaram necessária uma nova constituição federal, dando ênfase na educação profissionalizante (ensino industrial). As reformas e o planejamento da educação na Era Vargas tiveram como característica a centralização e a supervalorização do ensino secundário voltado às carreiras destinadas à elite e ao ensino técnico-industrial como advoga Romanelli (1987).

Como já foi explicitado o processo de industrialização do país trouxe, além das transformações econômicas, urbanas e sociais, ideias de reforma do ensino superior universal e gratuito. A sociedade clamava bem mais que a simples criação de uma universidade, esta queria a substituição das escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para a ciência básica e pesquisa. A reforma do governo Vargas instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada (DURHAM, 2005).

Como observa Durham (2005) as universidades tinham a orientação de dar ênfase ao ensino *vis a vis* à investigação. As universidades eram elitistas, com forte orientação profissional. Em 1934 surgiu a Universidade de São Paulo com a contratação de grande número de professores europeus, marcando a forte expansão do sistema público federal de educação superior. A universidade já nasceu conservadora: o modelo de universidade proposto consistia,

em grande parte, numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior.

3.5 O Retorno da Democracia e a Educação entre 1946 e 1964

Em 1946 teve a aprovação de uma nova Constituição pelo Congresso Nacional tendo como característica os princípios da Constituição de 1934: restabeleceu-se o percentual de investimento na educação em 10% para União e Estado e 20% para os municípios. Em 1948 foi enviado ao Congresso Nacional um anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases prevista na Constituição. O debate estava em torno de uma educação básica laica, pública e gratuita defendida pelos adeptos da Escola Nova, de outro lado estavam parlamentares apoiados pelo clero católico-romano propunham que as escolas particulares não ficassem em desvantagem e que pudessem receber subsídios governamentais (ROMANELLI, 1987; OLIVEIRA, PENIN, 1986; GHIRALDELLI Jr., 2003).

O projeto permaneceu intocável até 1951 e os trabalhos foram retomados na Comissão de Educação e Cultura em 1952. Entre esses debates destacavam a distribuição de competências educacionais dentro do aparato estatal, a centralização ou a descentralização do sistema escolar, este se estendeu até 1961, quando finalmente foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com inúmeras concessões às escolas privadas e ao ensino católico (DEMO, 1997; SOUZA, 2001).

Como resultado dessas concessões às escolas particulares o ensino privilegiou as elites e a classe média que tinham recursos para financiar o ensino de seus filhos, enquanto a classe trabalhadora ficou refém das péssimas condições das escolas públicas com poucos recursos de investimento. Tal situação levou uma ação coletiva em favor de maior abrangência e qualidade do ensino público.

Segundo Oliveira e Pennin (1986) mais de 50% da população brasileira era analfabeta em 1950, ficando atrás de Equador, Paraguai e Panamá. Houve total inércia do governo a respeito da educação primária no período após a II Grande Guerra Mundial. Houve alguma tendência de melhora no Governo Dutra. Este era a favor da erradicação do analfabetismo, propondo que se trabalhasse essa questão através da fundação de escolas (TOBIAS, 1986). A educação popular era prioridade em seu governo.

Partindo destes dados constata-se que houve mudanças substantivas em alguns indicadores educacionais durante o Governo Dutra. Os dados mostraram crescimento na taxa de matrícula: 27% das crianças estavam matriculadas no ensino primário fundamental básico em 1945, já no final de seu mandato, 1950, essa taxa chegou a 33%. A taxa de crescimento média das matrículas do ensino primário fundamental comum durante o governo Dutra foi de 4,2%, contrastando com a média de 1,7% do período 1950-55 (Vargas e Café Filho) e com a média de 2,4% do governo JK no período de 1956-60 (KANG, 2010).

Nos anos de 1950, por sua vez, não teve grandes conquistas a educação como teve no governo de Dutra. Segundo Bomeny (2008), o segundo mandato de Vargas fez muito pouco pela educação, resumindo-se à criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Criação da Campanha Nacional de Educação Rural.

O balanço final do segundo governo de Vargas foi tímido para a educação primária, assim como foi no Estado Novo. Construiu 1.010 escolas isoladas e 102 grupos escolares em 1952, além de 45 novas escolas no interior, números bastante tímidos se comparados ao governo anterior, do presidente Dutra (KANG, 2010).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) o Brasil viveu a era dourada⁵, com intenso crescimento econômico aliado a uma mudança no foco da substituição de importações para os bens de consumo duráveis. Mesmo com esse intenso crescimento o governo de JK pouco fez pela educação, dando ênfase ao crescimento industrial. Segundo Abreu (1990) durante o governo de JK entre 1956 e 1960, atingiu-se a taxa de crescimento médio da economia brasileira em 8% ao ano. A educação, considerada um dos alicerces do crescimento econômico de longo prazo, não esteve no centro do planejamento no governo JK.

O programa que norteou o governo JK foi o plano de Metas, que propunha metas para cinco setores básicos da economia: energia, transporte, indústrias de base, educação e alimentação. Apenas 3,4% das verbas foram previstas para a educação, enquanto 93% de recursos destinados a energia, transporte e indústria de base. A meta educacional consistia em uma proposição vaga: “Formação de pessoal técnico” (LAFER, 2002). Os esforços se concentraram no sentido de suprir deficiências profissionais e educacionais, especialmente em decorrência do desenvolvimento econômico.

No governo JK, a prioridade da política educacional foi o ensino superior, constatou-se em seu governo aumento de despesas públicas para esse segmento. O percentual de recursos públicos (União, estados e municípios) destinados ao ensino elementar foi de 51,5% em 1956, no final do seu governo esse percentual caiu para 46%. Já os recursos destinados para o ensino superior aumentaram sua participação, passando de 26% em 1956 para 29,5% em 1959 (KANG, 2010).

O governo de João Goulart entre 1961 e 1964 foi marcado por instabilidade política e econômica, por outro lado deu-se à devida atenção às questões sociais e

⁵ Ver Abreu (1991), A ordem do progresso.

educacionais. Propôs em seu Plano Trienal, o aumento das despesas mínimas com educação da União de 10% para 15% em 1964 e para 20% em 1965. Enfatizou-se a importância instrumental do ensino primário para o crescimento econômico. No seu discurso dizia, “a União deveria compensar a incapacidade financeira dos governos locais nas regiões de menor grau de desenvolvimento econômico” (GOULART, 1963, p. 119). Os dados do período 1962-1964 mostram que a taxa média anual de crescimento de matrícula no ensino fundamental comum foi de 6,2%, a maior dentro os governos democráticos após o fim do Estado Novo (KANG, 2010).

No entanto, João Goulart foi deposto em 1964 com o Golpe Militar, devido à radicalização política do período e o Plano Trienal de fato não foi posto em prática. Com os dados apresentado conclui-se, portanto que no Governo de Goulart foi mais favorável à educação do que os seus antecessores.

Entre 1946 a 1964 o ensino superior foi prioridade, como explicitado anteriormente, nesse período foram criadas 18 universidades públicas e dez particulares de maioria confessional católica e presbiteriana (SAMPAIO, 2000). Expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país.

Pode-se concluir nesta seção que as políticas educacionais estiveram voltadas ao ensino profissionalizante e industrial voltado para atender uma crescente demanda das indústrias de base e ao ensino superior estas foram as prioridades dos seus governantes e pouco se fez para reduzir as desigualdades sociais e regionais.

3.6 O Planejamento educacional no Regime Militar entre 1964 e 1984

O período ditatorial entre 1964 e 1984 se pautou em termos educacionais pela

repressão, privatização do ensino, exclusão de setores sociais mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública. Nesse período foi criado o Ministério do Planejamento dando ênfase no nacional-desenvolvimentista que reforçaria o papel dos economistas no planejamento governamental, situaria a educação no processo de desenvolvimento, desviando seu enfoque de cunho político e social (GHIRALDELLI JR, 2003; ROMANELLI, 1987; ARANHA, 1989).

O Brasil vive uma séria contradição entre a ideologia política e o modelo econômico. A ideologia política é o nacionalismo, com seus múltiplos aspectos: a procura da identidade nacional, anseio de independência econômica e populismo. O modelo econômico, no entanto, se internacionaliza cada vez mais e se submete ao controle estrangeiro. Politicamente, os brasileiros perdem o poder de participação e crítica, e a ditadura se impõe violenta: uma sucessão de presidentes militares, fortalecimento do executivo e fragilização do legislativo, Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, prisões políticas, inquéritos policiais militares, direitos políticos cassados e exílio, esse foi o quadro durante 20 anos de ditadura no Brasil (GHIRALDELLI JR, 2003; ROMANELLI, 1987; ARANHA, 1989).

A partir de 1964 o Brasil firma diversos acordos com a *Agency for International Development* – EUA, visando estabelecer a organização e o funcionamento das universidades brasileiras. Para tal, eram oferecidos diagnósticos e assistência técnica para que o governo brasileiro planejasse o ensino superior no país (HEY, CATANI, 2003).

A constituição de 1967 foi aprovada e atribuiu à União competência para elaborar planos nacionais de educação e saúde, no entanto, ao mesmo tempo o Ministério do Planejamento preparava as

diretrizes gerais para a elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) no triênio 1968-1970, que continham as diretrizes, linhas de ação e programas prioritários para a educação, situados na área estratégica IX – da infraestrutura social (I PND, 1970). Na década de 70 teve início a um processo mais consistente de planejamento. Foram três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) no período do regime militar, os mesmos foram orientados pelo binômio segurança e desenvolvimento e, orientados por essas premissas, definiam as diretrizes e metas nacionais gerais e para cada área. Na área de educação foram elaborados três Planos setoriais de Educação e Cultura (BORDIGNON, 2011).

O governo federal realizou diversos diagnósticos do setor educacional durante o regime militar, preparados pelo Ministério do Planejamento, entre os quais se citam: decreto 63341, que estabeleceu os critérios para a expansão do ensino superior; Lei 5.537/68 que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando a captação recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa; Lei 5.540/68 que instituiu os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média; Decreto-Lei 405/68 que fixou as normas para o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior. Regulamentou a concessão de auxílio às instituições, para a expansão da matrícula, vinculando-a à exigência de diretrizes que assegurassem a produtividade, a eficiência e a utilização plena da capacidade instalada; Decreto 68.908/71, que dispôs sobre o vestibular; Lei 5.692/71 que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (HEY, CATANI, 2003). Em 1971 é implantado no Brasil o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), tinha como objetivo erradicar o analfabetismo do país.

Segundo Catani (1998) a Lei 5.540/68⁶, que trata da reforma universitária, fixou de forma rígida normas de organização e funcionamento do ensino superior. Algumas medidas propostas por esta Lei, tinham em vista o aumento da eficiência e da produtividade do ensino superior

Em relação à profissionalização oferecida pelo ensino de 2º grau, o que se pretendia era a generalização da habilitação profissional. A finalidade do 2º grau era preparar o aluno para o exercício de uma atividade profissional. A obrigatoriedade da profissionalização acabou acentuando a desigualdade de acesso à universidade, na medida em que o empobrecimento da formação geral nas escolas públicas, em benefício de disciplinas profissionalizantes criou dificuldades para os alunos que chegavam ao 2º grau, mas não tinham recursos financeiros para realizar cursos pré-vestibulares (CUNHA, 2000; FRIGOTTO, 1984; PILETTI, 1988).

A seguir serão apresentadas resumidamente as principais características dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com enfoque no planejamento e metas educacionais. O I Plano Nacional de Desenvolvimento⁷ (1972-1974) correspondeu ao período do “milagre brasileiro” do Presidente Médici e tinha como objetivos principais: elevar o Brasil, no espaço de uma geração desenvolvida; duplicar, até o final da década, a renda per capita; e fazer a economia crescer entre 8 e 10% até o final do Plano. Para o planejamento educacional que teve um caráter economicista, constitui-se por dez programas e vinte um projetos.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi elaborado sob o impacto da crise do petróleo e da crise monetária internacional, com tensões econômicas em âmbito mundial. O plano

teve como objetivo aumentar as exportações e dinamizar o mercado interno (ABREU, 1990). Na área da educação e cultura o II Plano Setorial de Educação e Cultura tinha como ações estratégicas:

i) Para o sistema educacional: a) inovação e renovação do ensino, b) recursos humanos, c) expansão e melhoria da rede física, d) planejamento e administração, e) ações de apoio.

ii) Educação Física e desportos: a) recursos humanos, b) expansão e melhoria da rede física.

iii) Cultura: a) preservação, b) difusão.

iv) Modernização do Ministério da Educação, Cultura e Desportos: a) inovações e renovação do sistema educacional, b) recursos humanos, c) planejamento e administração.

Por fim, o III Plano Nacional de Desenvolvimento⁸ (1980-1985) foi construído sob as luzes das “diretas já”, da abertura política, e tinha como objetivo síntese a construção de uma sociedade desenvolvida, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível”. Esse objetivo seria alcançado pelo crescimento da renda e emprego, redução da pobreza e das disparidades regionais, controle da inflação e do endividamento externo, desenvolvimento do setor energético e aperfeiçoamento das instituições políticas. As metas estabelecidas para a educação foram: i) redução das desigualdades sociais; ii) crescimento demográfico; iii) universalização da educação básica; iv) eficiência do sistema escolar; v) desenvolvimento cultural; vi) flexibilidade regional e programática.

Dessa forma, pode-se dizer que durante o regime militar (1964-1984) o país teve avanços e custos para os brasileiros, reformas no ensino, repressão, prisões e

⁶ Maiores detalhe ver Catani (1998 e 2003)

⁷I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74. Brasília: Presidência da República. 1971

⁸Ver III PND. Versão incorporando as ressalvas do Congresso Nacional. Brasília: Presidência da R. 1980.

crescimento econômico marcaram duas décadas de lutas e conquista.

3.7 O Planejamento da Educação na Nova Democracia

O Brasil teve um novo marco em sua história, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta carta magna foi contemplado espaço a uma seção reservada à educação, onde em seu artigo 205, foi assegurando que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas é em seu artigo 208, no § 1º, que essa Lei declara o acesso ao ensino, obrigatório e gratuito, como direito público subjetivo - por ser direito de toda pessoa, mesmo não estando em idade escolar e também por se tratar de uma regra jurídica, que serve para regular os interesses dos poderes públicos, elevando, dessa forma, o Estado como o sujeito da ação de oferecer o que a lei garante.

A nova democracia, teve seu início ainda na ditadura militar, mas no que tange a educação brasileira teve seu auge no governo FHC – Fernando Henrique Cardoso, onde o mesmo deixou uma marca política muito forte. Foram dois mandatos, ou seja, oito anos marcados por uma série de Leis que regulamentam o sistema educacional brasileiro até hoje. Entre elas pode-se citar a Lei nº 9.394/1996 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.424/1996, que regulamenta o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e do Magistério e a Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação. Além disto, outra questão a ser destacada neste governo, foram os investimentos aplicados na educação, que segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), o país

gastava em educação pública o equivalente a 5% do PIB, fato que o colocava no mesmo patamar de boa parte dos países do Primeiro Mundo, (PINTO, 2002). Mesmo com investimentos em educação de país de primeiro mundo, o Brasil possui muitas diferenças e na maioria das vezes não consegue atingir a população como um todo.

Na atual conjuntura brasileira a distribuição de renda, 85% do PIB se concentra nas mãos de 15% da população e 15% do PIB nas mãos de 85% da população. Estes resultados, de certa forma influenciam negativamente no retorno que os investimentos feitos pelo governo brasileiro.

3.7.1- A LDB — A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação começou a ser discutida em 1988, para ser aprovada em 1996, foram praticamente 9 anos de intenso debate até a sua aprovação. A nova LDB é um instrumento de extrema importância para a educação no Brasil, pois, conforme Pino (2007) o reordenamento dos sistemas educativos, inscritos em uma LDB, poderá criar contextos de relações estruturais de transformação, de reforma e de inovação educacional como parte do processo de “regulação social”.

A LDB abrange a educação como um todo, incluindo os seus diversos segmentos, desde a educação básica, de jovens e adultos, a distância, tecnológica e formação profissional, educação especial, indígena, até sobre os profissionais da educação, o seu financiamento e gestão. Elaborada de forma concisa e profunda, Pino (2007) destaca que o nível de generalização da LDB é de tal envergadura que a torna menos importante como Lei maior da educação nacional, isto é, as diretrizes de bases da educação que reordenam de fato a educação, caminham por fora da LDB: nas medidas provisórias,

emendas constitucionais, projetos de lei encaminhados pontualmente ao congresso pelo executivo e nas resoluções e portaria do MEC.

A LDB foi um grande avanço que o governo FHC proporcionou a educação brasileira como um todo.

3.7.2- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e do Magistério - Lei 9.424/1996

O FUNDEF foi implantado no Brasil em janeiro de 1998 com o objetivo de aplicar uma nova sistemática de redistribuição de recursos destinados ao ensino fundamental, que era um gargalo no ensino brasileiro. Estes recursos seriam destinados tanto para a qualificação de professores como para a melhoria na qualidade de ensino. Conforme Mendes (2001:28) o FUNDEF parece ter atingido seus objetivos e exercido, pois, importante impacto sobre o ensino fundamental, principalmente por propiciar a mudança do grau de escolaridade dos professores, o aumento da duração dos turnos de aula, do total de alunos matriculados, do número de professores em atividade, bem como promover a redução do atraso escolar ao substituir prioridades (favorecendo, com isso, as despesas com professores e com alunos em detrimento das despesas com infraestrutura); além de estimular a municipalização do ensino.

O FUNDEF permitiu com que municípios menores pudessem receber recursos compatíveis com a sua necessidade, pois, anteriormente os mesmos eram distribuídos em relação a arrecadação e agora é em relação ao número de alunos, atingindo assim um número bem maior de beneficiados.

3.7.3 – O Plano Nacional de Educação - Lei 10.172/2001

O Brasil deu os primeiros passos em relação ao planejamento da educação no ano de 1962, aprovado somente no ministério e constituía-se de um conjunto de objetivos a serem alcançados. O presente Plano Nacional de Educação foi elaborado para vigorar no período de 2001-2010 e teve como abrangência, pelo menos três grandes enfoques no sentido de contemplar ações que estejam relacionadas a educação como direito da pessoa; como fator de desenvolvimento econômico e social e como meio de combate a pobreza. São fatores que se mostram determinantes no sentido da amplitude da educação, pois tenta englobar a população como um todo, através de políticas públicas, proporcionando o desenvolvimento do país em todas estas áreas.

Observando os objetivos do PNE pode-se perceber que os mesmos estão ligados ao desenvolvimento do país. Ações voltadas para a elevação do nível de escolaridade, melhoria da qualidade, redução da desigualdade social, democratização da gestão do ensino público, a preocupação com todos os níveis de educação, estão também totalmente ligadas a área de desenvolvimento. Deixando bem claro que sem educação o país não se desenvolve, ou se desenvolve pouco (DIDONET, 2000)

Estes foram os principais pontos implantados pelo governo FHC influenciando grandemente a educação, de modo geral, no Brasil. Na sequência será tratado alguns pontos importantes relacionados a educação, no governo Lula.

3.8 – O Planejamento da Educação no governo LULA

O PNE 2003-2011 foi aprovado ainda no governo FHC o qual esteve em vigor até o final do mandato de Lula (2011). Justamente este foi um dos pontos positivos que a fixação de um prazo de aplicação de dez anos para o PNE proporcionou,

forçando que houvesse uma continuidade de algo que teve início no mandato anterior. E assim o foi, mas o governo Lula destacou que muito dos problemas encontrados como “Herança Maldita” que o governo FHC havia deixado. O governo Lula não teve um papel tão expressivo para a educação pública brasileira, mas para privada sim, onde esta cresceu rapidamente, ofertando muitas vagas no ensino superior para os brasileiros.

Mesmo dando ênfase as ações que vinham enfraquecer o ensino público, principalmente o federal, o governo Lula implantou, em 2003 o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, plano este com previsão para concluir no ano de 2012.

Os principais objetivos do REUNI foram: a interiorização do ensino público e expansão das vagas nas universidades. Isto significou um grande avanço para o ensino superior. Ainda para destacar os pontos bons, em relação a educação, conforme Silva e Pasquini (2013:93) o governo Lula o lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), onde propunha metas para enfrentar os desafios da qualidade da educação, em todos os níveis.

Em relação ao FUNDEF o governo Lula nos primeiros anos de seu mandato não deu muita atenção e também não cumpriu com as metas, principalmente no que se refere ao cálculo do valor mínimo anual por matrícula no ensino fundamental, DAVIES (2004).

O governo Lula também precisou trabalhar na elaboração do PNE que atualmente está em vigor, pois se refere ao período de 2011-2020 e este ficou para a presidenta Dilma executar.

3.9 - O Planejamento da Educação no governo Dilma Rousseff

O Plano Nacional de Educação, elaborado para ser executado no decênio 2011-2020, aprovado, ainda no governo

Lula, pela Lei 8.035/2010. No PNE – 2010. Entre as diretrizes pode-se destacar a que trata sobre a erradicação do analfabetismo, a superação das desigualdades educacionais, a melhora da qualidade de ensino, e a valorização dos profissionais da educação. Em relação as metas, as mesmas são bem arrojadas e terão que ser trabalhadas para serem cumpridas dentro do prazo. Uma delas é o aumento gradativo de recursos na educação até atingir 7% do PIB, no final do período, outra meta que merece destaque é a de aumentar a qualidade de ensino com a exigência de no mínimo 75% do corpo docente com titulação de mestrado e doutorado e do total 35% doutores. Outra meta está ligada a elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. São apenas alguns exemplos do que o governo Dilma tem pela frente, para atingir os resultados esperados quando da elaboração do planejamento.

Outro ponto importante na gestão da presidente Dilma foram as ações afirmativas que visam atender as classes menos favorecidas, com uma abrangência maior, favorecendo o acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural, em relação a educação, que é o assunto do presente estudo, os benefícios estão voltados para as cotas, principalmente as raciais, facilitando assim o acesso ao ensino público e gratuito, bônus ou fundos de estímulos, bolsas de estudo, empréstimos e preferência em contratos públicos.

Como forma de melhor entendimento, Piovesan (2006:40), destaca que “as ações afirmativas”, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório cumpre uma finalidade pública decisiva ao projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Permitindo assim que os direitos humanos

das pessoas menos favorecidas sejam exercidos e os mesmos consigam alcançar oportunidades de forma que todos tenham acesso a elas. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade.

4. Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo descrever o processo histórico do planejamento educacional no Brasil desde a educação Cristã, do período colonial até a aprovação, em 2011 do Plano Nacional da Educação (PNE), buscando a sua relação com o desenvolvimento social e econômico brasileiro. Quanto a pergunta formulada a ser respondida com o trabalho foi no sentido de indagar quais foram as contribuições a educação brasileira com a confecção e execução dos diversos Planos Nacionais de Educação para o desenvolvimento do Brasil?

A educação brasileira encontra-se em constante evolução, com investimentos sendo acrescidos de volumes a cada ano no intuito de alcançar as metas necessárias e formar um capital humano que possam assumir os diversos cargos criados com o desenvolvimento do país.

A ênfase a teoria na formação do capital humano foi no sentido de valorização do ser humano através da oferta de uma educação de qualidade disponível para todos. Iniciando desde a educação infantil até a educação superior. Destacando a importância dos investimentos no capital humano no primeiro ciclo de vida da criança quando inicia a formação de suas habilidades e competências. Desta forma podendo crescer, se transformar em um adulto que tenha condições de enfrentar as intempéries da vida com dignidade e determinação, recebendo uma remuneração justa em troca de seu trabalho e dedicação.

Já para a história do Planejamento Educacional brasileiro, desde a era Cristã

(Jesuítas) até o governo da presidente Dilma Rousseff foi verificado que muito se tentou mais de efetivo e de concreto não foi possível visualizar. Foi somente de 1964 para cá que ações referentes ao Planejamento da Educação Brasileira começaram a ser efetivadas, quando da elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual contemplava determinadas questões sobre a educação. Mas se referindo a ações concretas de planejamento para a educação só foi acontecer no governo FHC com a aprovação da LDB, do FUNDEF e do I Plano Nacional de Educação, o qual foi executado, em grande parte na gestão do presidente Lula. O governo Lula também teve uma participação importante no que se refere ao PNE, aprovando o II PNE que está sendo executado pela presidente Dilma Rousseff, encerrando o decênio no ano de 2020. As ações afirmativas também foram destaque no governo Dilma.

Neste panorama histórico do planejamento da educação brasileira pôde-se perceber também que há necessidade do empenho dos políticos e da população como um todo, para que se consiga atingir as metas propostas no Plano Nacional da Educação. Mas também é necessário muito investimento e empenho de todos para que se tenha um ensino digno e de qualidade para toda a população brasileira. Desta forma percebe-se que haja um progresso significativo a educação e o desenvolvimento deveriam caminhar juntos, pois um necessita do outro e vice-versa.

Em se falando na relação entre educação, planejamento e desenvolvimento, o Brasil no decorrer dos anos passou por várias fases distintas e com várias tentativas de organizar um planejamento, muitas vezes frustradas ou fracassadas, mas estas 3 palavras só começaram a fazer sentido com a aprovação do PNE, com metas arrojadas, muitas não alcançadas, mas sendo aperfeiçoadas e trabalhadas a cada decênio, reventos conceitos e adequando a realidade

de nosso país. E desta forma chegando mais próximo de transformar o planejamento da educação em uma ferramenta para o desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (org). **A Ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Educação Pública em São Paulo, problemas e discussões: inquérito para o Estado de São Paulo em 1926**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R., **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**, Texto para discussão nº 525, IPEA, 1997.
- BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. New York: National Bureau of Economic Research, distributed by Columbia University Press, 1964.
- BECKER, G. S.; TOMES, N. An equilibrium theory of the distribution of income and intergenerational mobility. **Journal of Political Economy** 87 (6), 1153—1189. December, 1979.
- BOMENY, Helena. **A educação no segundo governo Vargas**. 2008. Disponível em [HTTP://www.cpdoc.fgv.br/nav/gv/](http://www.cpdoc.fgv.br/nav/gv/) Acesso em 20 de outubro de 2013.
- BORDIGNON, Genuíno. O Planejamento Educacional no Brasil. Plano Nacional de Educação. **Fórum Nacional de Educação**. Brasília, junho, 2011.
- BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74**. Brasília: Presidência da República. 1971
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1975/79**. Brasília: Presidência da República. 1975
- BRASIL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Versão incorporando as ressalvas do Congresso Nacional. Brasília: Presidência da R. 1980.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgado em 05 de outubro de 1988.
- CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo, Saraiva, 1978.
- CATANI, Afrânio M. O ensino superior no Brasil: perspectivas. In: KUPSTAS, Márcia (Org.) **Educação em debate**. São Paulo: Moderna, 1998. P. 121-141.
- COLLICHIO, Terezinha A. Ferreira. Dois eventos importantes para a história da educação brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v.13, n.2, p. 5-14, jul/dez. 1987.

CONGRESSO DA INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1, 1884, Rio de Janeiro. **Actas e pareceres**: Typ. Nacional, 1884.

COUTO, Miguel. A educação popular. **Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5-6, p. 13-15, 1925.

CUHNA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed da Unesp, 2000.

CUNHA, F., HECKMAN, J. J; SCHENNACH S. M. **Estimating the technology of cognitive and noncognitive skill formation**. Unpublished manuscript, University of Chicago, Department of Economics. Presented at the Yale Conference on Macro and Labor Economics, May 5—7, 2006.

CUNHA, Flávio; HECKMAN, James J., **Investing in Our Young People**. NBER Working Paper, N. w16201. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1641577> . Acesso em novembro de 2013.

DAVIES, N. **O Governo Lula e a Educação: A Deserção do Estado Continua?**, Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 245-252, abril 2004.

DIDONET, V., **Plano Nacional de Educação**, Brasília: Editora Plano, 2000.

DOSI, G. **Globalização, tecnologia e Desenvolvimento – Blade Runner**. É esse o futuro? Revista Rumos do Desenvolvimento, ano 22, nº 143, dezembro de 1997.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e avanços**. Campinas: Papirus, 1997.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional**, Brasília, 1963. Disponível em: <HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1329/contents.html>. acesso em 10 novembro de 2013.

HECKMAN J. J. RUBINSTEIN, H., **The Importance of Noncognitive Skills: Lessons from the GED Testing Program, in the American Economic Review**, Vol. 91, nº. 2, Papers and Proceedings of the Hundred Thirteenth Annual Meeting of the American Economic Association (May, 2001)

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio M. O Projeto educacional brasileiro no regime militar: uma educação de classe (social). In: ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. (Orgs) **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2005.

HISCHMAN, Albert. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1981.

- KANG, Thomas Hyeono. **Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil, 1930-1964**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LAFATER, Celso. **JK e o Programa de Metas, 1956-1961: Processo de Planejamento e Sistema Político no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2002
- LANGONI, C. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 3 ed. Coleção Pedagogia, Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1998.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês: contos**. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.
- LOPES, Eliane M.; GALVÃO, Ana Maria O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional**. Campinas, SP, Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- MANIFESTO dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil. **Ao povo e ao Governo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 2 v.
- MENDES, M. Descentralização do ensino fundamental: avaliação de resultados do fundef, Workshop de Descentralização Fiscal realizado em Brasília, pela Fundação Getúlio Vargas, em 10/2001.
- MOACY, P. **A instrução e as províncias: subsídios para a História da Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. 1, v. 2.
- MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped regions**. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.
- NEVES, Fátima Maria. A. **O Método Lancasteriano e projeto de formação disciplina do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 293f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.
- NOVAIS, F. A. **O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos**. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 7, p. 105-118, 1984.
- OLIVEIRA, R. L.; PENIN, S. T. S. A. Educação na Constituinte de 1946. **Revista da Faculdade de Educação (USP)**, São Paulo, v.12, n.1/2, p.261-288, 1986.
- PILETTI, Nelson. **Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização?** São Paulo: Edusp, 1988.
- PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZEZINSKI, Iria (org). **LDB interpretada: diversos olhares e entrecruzam**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 19-42.
- PINTO, J. M. R., **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002)**, Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 108-135.

- PIOVESAN, F., Ações afirmativas e direitos humanos. **REVISTA USP**, São Paulo, n.69, p. 36-43, março/maio 2006
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- ROMER, Paul M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, no 5, 1986.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SÁ, Nicanor Palhares. **Política Educacional e Populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil – o setor privado**. São Paulo, Hucitec, 2000..
- SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo na Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: Eduem, 1998.
- SCHULTZ, T. W. Reflections on investment in human capital. **American Economic Review**, v. LI, March 1963.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SILVA, J. C. da; PASQUINI, A. S., Plano Nacional da educação 2011-2020, da conferência à aprovação: avanços e retrocessos no ensino superior, **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.18, n.1, p. 83-103, jan./jun. 2013.
- SILVA, M. B. N. da (Coord.) **O Império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. Coleção Nova História da Expansão portuguesa, v.8.
- SILVA, Marinete. **A Educação Brasileira no Estado Novo (1937-1945)**. Niterói, São Paulo: Livramento, 1980.
- SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. LXX, Feb. 1956
- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira. **LDB e Educação Superior: Estrutura e Funcionamento**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva, ou, a transformação da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1986.
- TREVISAN, Leonardo. **Estado e Educação na História Brasileira (1750/1900)**. São Paulo: Moraes, 1987.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. **O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

*Recebido em 23/03/2015
Aprovado em 21/05/2015*

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL: SINÔNIMO DE ÊXITO OU FRACASSO

Rafael de Souza Lima*
Flávia Ferreira dos Santos**

Resumo

Este artigo propõe-se em demonstrar a importância do Planejamento Estratégico Organizacional (PEO), que é um planejamento a curto, médio e longo prazo, a fim de auxiliar na gestão e tomada de decisão, tendo como objetivos: descrever as etapas, os benefícios e sua implementação. A metodologia empregada é a qualitativa e descritiva, sendo o artigo fundamentado através revisões bibliográficas. O estudo demonstrou que as organizações que idealizam o PEO, amenizam as possibilidades de cometerem erros e potencializam as chances de obterem êxito em sua jornada.

Palavras-chave: benefícios; planejamento; estratégia.

Abstract

This article sets out to demonstrate the importance of Organizational Strategic Plan (PEO), which is a short, medium and long term planning in order to assist in the management and decision making, with the following objectives: describe the steps, benefits and its implementation. The methodology is the qualitative and descriptive, and reasoned through literature reviews. The study showed that organizations idealize the PEO, minimizes the chances of making mistakes and enhance the chances of obtaining success on your journey.

Keywords: benefits; planning; strategic.

* Pós-graduando do curso de MBA em Gestão Estratégica pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Especialista em Controladoria e Gestão de Tributos pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). Bacharel em Administração pela Faculdade União das Américas (Uniamérica) de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: rafaellim@hotmail.com

** Coordenadora do Curso de Administração na Faculdade Educacional Medianeira (FACEMED). Mestre em Estratégias e Organizações pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: flavia@udc.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Devido à globalização, avanços tecnológicos, diversidade de concorrentes e a alta exigência do mercado consumidor, se faz necessário que as organizações, façam um planejamento a curto, médio e longo prazo, a fim de maximizar as possibilidades de êxito em sua jornada. Este artigo tem por objetivo, demonstrar a importância de se realizar o planejamento estratégico organizacional, e para tanto, será descrito as suas etapas, benefícios e a implementação do mesmo. Diante do cenário atual, é necessário que as empresas tenham consciência de quais são as suas forças e fraquezas, para que possam enxergar as oportunidades e ameaças mercadológicas.

Nas últimas décadas foi constatado um crescimento exponencial de estudos sobre o planejamento estratégico, no qual é possível, definir objetivos, traçar metas e estratégias para que a organização alcance o que foi predeterminado, obtendo sucesso através de suas forças e habilidades, mitigando erros e maximizando os acertos em relação ao futuro. O PEO é uma ferramenta valiosa para auxiliar as organizações e os gestores no processo de tomada de decisão.

A metodologia utilizada consistiu em revisões bibliográficas, que segundo Gil (2007, p. 44), "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...], há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas". No caso neste trabalho, foram utilizados diversos autores da área de Planejamento Estratégico Organizacional, oferecendo um respaldo científico para tal.

Segundo Roesch (2007, p. 154), pesquisa qualitativa é apropriada para a:

Avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, ou mesmo quando é o caso da proposição de planos, ou seja, quando se

trata de selecionar as metas de um programa e constituir uma intervenção.

Para Andrade (2009, p. 111), pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

E levando em consideração que um dos objetivos deste trabalho é demonstrar as características do Planejamento Estratégico Organizacional, o artigo também se enquadra como sendo um estudo descritivo (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2010, p. 62).

O trabalho se justifica em razão da falta de conscientização por parte de alguns gestores, e levando em consideração à aplicabilidade do Planejamento Estratégico, que contribui para o crescimento ordenado de uma organização, favorecendo a atenuação dos erros no gerenciamento organizacional. Portanto, o trabalho demonstrará de maneira clara e objetiva a necessidade de que as empresas têm a necessidade de desenvolverem planos estratégicos de acordo com a suas políticas, diretrizes e valores organizacionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESTRATÉGIA

A palavra estratégia é proveniente do grego *strátegos*, no início referia-se a uma posição do general no comando, mais tarde designou "a arte do general", significando a aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes em sua função, ou seja, na arte militar, foi na guerra, entre lutas e batalhas que surgiu o conceito de estratégia (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003, p. 26).

De acordo com Certo e Peter (1993, p. 17), estratégia "é definida como o curso de ação com as vistas a garantir que a

organização alcance seus objetivos", sendo assim, subentende-se que a estratégia está ligada aos meios pelos quais os objetivos serão atingidos.

Segundo Pinheiro (2012, p. 459), ao conceituar estratégia, descreve como sendo uma:

Ação ou caminho mais adequado e, preferencialmente, diferenciado, a ser executado para alcançar os objetivos, desafios e metas da empresa. É importante procurar estabelecer estratégias alternativas para facilitar as alterações dos caminhos ou ações de acordo com as necessidades. Em um contexto mais amplo, representa o melhor posicionamento da empresa perante o seu ambiente.

Para Chiavenato e Sapiro (2003, p. 39), "a estratégia precisa ser implantada. Para ser bem-sucedida, a estratégia precisa ser colocada em ação por todas as pessoas da organização em todos os dias em todas as ações". As estratégias devem ser passadas e repassadas para todos que compõem a empresa, com a finalidade de que tenham consciência de seus respectivos papéis (deveres e obrigações). A estratégia define a maneira pela qual a empresa se posiciona, ou seja, é a sua relação com o ambiente "mercado". (HREBINIAK, 2006, P. 289). Ainda na visão de Hrebiniak (2006, p. 289), a estratégia no "nível empresarial, por exemplo, as organizações analisam as forças da indústria, a concorrência e suas próprias habilidades para determinar a melhor maneira de se posicionar e competir".

No ponto de vista do Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010, p. 67), as estratégias devem:

1. Resultar de um processo controlado e consciente de planejamento formal, decomposto em etapas distintas, cada uma delineada por *checklists*⁹;
2. A responsabilidade por todo o processo está, em princípio, com o executivo

⁹ Palavra de língua inglesa que significa: lista de coisas que devem ser conferidas.

principal; na prática, a responsabilidade pela execução está com os planejadores;

3. As estratégias surgem prontas deste processo, devendo ser explicitadas para que possam ser implantadas por meio da atenção detalhada a objetivos, orçamento, programas e plano operacionais.

Todos os componentes da organização são corresponsáveis pelo sucesso ou fracasso das estratégias, isto significa que os que diferenciam, é o nível de responsabilidade de cada um, por exemplo, o que é delegado a um executivo, não será o mesmo para um colaborador da área tática ou operacional. Todos são participantes, e tem uma relação direta ou indiretamente com o desenvolvimento e implementação das estratégias.

Para Certo *et al* (2005, p. 11), a estratégia "é definida como um curso de ação para garantir que a organização alcance seus objetivos".

De acordo com Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) *apud* Escrivão (2007, p. 4), há dez paradigmas de escolas estratégicas, estas, são apresentadas na Figura 1.

Tendo como base as ideias dos autores supracitados, compreende-se que é importante definir objetivos, metas e os planos de ações para que a organização consiga atingi-los, contudo, é necessário que o gestor esteja atento ao cenário em que a organização está inserida, pois há a possibilidade de surgir situações adversas forçando-o a readequar o que foi planejado.

2.2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento já está intrínseco ao ser humano, desde as atividades mais básicas até as mais complexas, é possível constatar que há uma racionalidade das etapas, caminhos e possibilidades para desenvolver ou realizar algo, e não é diferente quando se refere à empresa.

Segundo Maximiano (2000, p. 175), o planejamento é definido como sendo uma:

Ferramenta que as pessoas e organizações usam para administrar suas relações com o futuro. É uma aplicação específica do processo decisório. As decisões que procuram, de alguma forma, influenciar o futuro, ou que serão colocadas em prática no futuro, são decisões de planejamento.

Na perspectiva de Robbins e Decenzo (2004, p. 6), o planejamento tem relação com as metas organizacionais, pois estabelece estratégias para chegar a elas e contribui para interação e coordenação das atividades, sendo assim, o planejamento é à administração das ações presentes que influenciarão os resultados das corporações.

De acordo com Robbins e Decenzo (2004, p. 55), "o planejamento reduz a incerteza, forçando os gerentes a olhar para frente, antecipar as mudanças, a considerar os impactos destas e a elaborar respostas apropriadas", todas as ações presentes impactarão no futuro, por isso, é necessário antecipar-se aos fatos ou acontecimentos.

No ponto de vista de Robbins (2003, p. 116) o planejamento:

Compreende a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma estratégia global para alcançar essas metas e o desenvolvimento de uma hierarquia de planos abrangentes para integrar e coordenar atividades. Diz respeito, portanto, aos fins (o que será feito) e também aos meios (como será feito).

Para Oliveira (2007, p. 15), o planejamento é dividido em níveis hierárquicos, são eles: planejamento estratégico, tático e operacional. Como é possível visualizar na pirâmide organizacional, demonstrada na Figura 2.

1. Planejamento estratégico: Processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se

estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa;

2. Planejamento tático: Tem por objetivo otimizar determinada área de resultado e não a empresa como um todo;

3. Planejamento operacional: Pode ser considerado como a formalização, principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implementação estabelecidas. Portanto, nessa situação tem-se, basicamente os planos de ação ou planos operacionais.

Tendo um panorama sobre o tema, é sugerido aos gestores que analisem o presente e vislumbrem o futuro, preparando-se para atingir os objetivos organizacionais com competência e sagacidade de acordo com o Planejamento Estratégico, o qual tem relação com organização lógica de ações, a fim de atingir ou realizar algo previamente determinado. Para Robbins (2003, p. 116), o planejamento estratégico são "planos que se aplicam à organização como um todo, estabelecendo seus objetivos globais e posicionando-a em termos do ambiente".

No ponto de vista de Drucker *apud* Chiavenato e Sapiro (2003, p. 39), o planejamento estratégico é:

O processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões, atuais que envolvem risco; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas.

O planejamento estratégico está interligado aos objetivos organizacionais, de curto, médio e longo prazo, e isto, interfere diretamente nos rumos que a corporação, pode, ou deve aderir.

De acordo com Certo e Peter (1993, p. 8), "há algumas responsabilidades da

administração estratégica que contribuem" para a criação de um planejamento estratégico, estas, podem ser analisadas na Figura 3.

Para Oliveira (2014, p. 17), o planejamento estratégico é normalmente de:

Responsabilidade dos níveis mais altos da empresa e diz respeito tanto à reformulação de objetivos quanto à seleção dos cursos de ação - estratégias - a serem seguidos para sua consolidação, levando em conta as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada.

Todas as organizações operam em um macroambiente, que é definido pelos elementos mais gerais no ambiente externo que possam influenciar decisões estratégicas.

Apesar de uma equipe de executivos de ponta poder ter forças e ideias internas singulares sobre os seus objetivos, ela deve considerar fatores externos antes de agir (BATEMAN; SNELL 2011, p. 47).

No planejamento estratégico, são realizadas às análises dos ambientes (interno e externo), o estabelecimento das normas e diretrizes, formulação e implementação das estratégias corporativas e o controle, que é o monitoramento periódico, afim de, analisar se o que foi planejado está em sendo executado.

Há diversas vantagens e benefícios que o Planejamento Estratégico Organizacional oferece para as empresas, de acordo com Certo e Peter (1993, p. 11), as empresas que adotam um planejamento estratégico, podem fazer com que seus colaboradores se comprometam com as realizações das metas organizacionais de curto, médio e longo prazo, porém, vale ressaltar que é interessante que eles participem da constituição das mesmas.

Segundo Robbins (2003, p. 119) o planejamento traz alguns benefícios para a empresa, pois está:

Relacionado ao maior crescimento de vendas e receita, lucros mais elevados, maior retorno sobre os ativos e outros resultados financeiros positivos. Em segundo lugar, a qualidade do processo de planejamento e a implementação adequada dos planos provavelmente contribuem mais para o melhor desempenho do que a extensão do planejamento. Em terceiro, os gerentes aprenderam a introduzir flexibilidade por meio da criação de planos de contingência que contemplam cenários alternativos e da abordagem do planejamento mais um processo contínuo do que como uma atividade realizada uma vez por ano. Quarto [...], nenhum sistema de planejamento pode substituir a perspicácia criativa e intuitiva.

No ponto de vista de Barney e Hesterly (2007, p.10), a administração estratégica permite que a organização eleja e execute uma estratégia, e que gere vantagem competitiva, esta por sua vez, diz respeito a capacidade de gerar maior valor econômico do que a concorrência, destacando-se no mercado, conseqüentemente, a vantagem competitiva é a "diferença entre o valor econômico que ela consegue criar e o valor econômico que suas rivais conseguem criar".

Para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010, p. 67), "o principal papel da estratégia é mapear o curso de uma organização para que ela navegue coesa em seu ambiente". Promove a direção das atividades, propiciando aos colaboradores uma forma detalhada para compreender a sua organização e diferenciá-la das outras, a estratégia também, simplifica e facilita a ação.

2.3. MODELOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL

A seguir são apresentados os modelos de Planejamento Estratégicos Organizacionais, cada um com as suas peculiaridades. O primeiro modelo é de

Gluck, Kaufman e Walleck (1980) *apud* Certo *et al* (2005, p. 17), como pode ser analisado na Figura 4.

A administração estratégica segundo Certo *et al* (2005, p. 17), é um processo:

Contínuo e interativo para a manutenção da organização como um todo integrado de forma apropriada a seu ambiente. Esse processo envolve análise do ambiente, estabelecimento de diretrizes organizacionais, formulação da estratégia, implementação da estratégia e controle estratégico.

Como foi analisado na Figura 4, é necessário que a organização desenvolva um PEO, com: sistema de valor, orçamentos, previsões e provisões futuras, pensando estrategicamente para criar e desenvolver sistematicamente o futuro da empresa.

O segundo modelo ilustrado na Figura 5 é mais compacto e foi criado pelo professor Carlos Matus *apud* Dagnino *et al* (2002, p. 82). O planejamento estratégico é composto por quatro momentos (etapas), são elas: diagnóstico (I), formulação (II), estratégia (III) e operação (IV). O diagnóstico refere-se a explicar "a realidade sobre a qual se quer atuar ou mudar; a formulação expressa a situação futura almejada; no terceiro momento é a estratégia que tem como objetivo verificar a viabilidade do projeto arquitetado e demonstrar a maneira de implementá-lo, por fim, o quarto momento é a operação, ou seja, é parte prática do planejamento, onde é executado.

O terceiro modelo de Planejamento Estratégico Organizacional foi elaborado por Kaplan e Norton (2008, p. 71), como pode ser observado na Figura 6.

Basicamente é dividido em seis etapas: a primeira é o desenvolvimento da estratégia, através de análises e formulações, de acordo com as normas, diretrizes e valores organizacionais; a segunda é o planejamento da estratégia, através de

mapas estratégicos e BSC¹⁰; a terceira é identificada como sendo o alinhamento da estratégia, através de desdobramentos do mapa em unidades de negócio e de apoio; a quarta por sua vez aborda o planejamento das operações, de como as atividades empresariais são desenvolvidas, com melhoria dos processos, alocações de recursos e orçamentos; a quinta etapa é o monitoramento, o controle, através de avaliações (periódicas) estratégicas e das operações; e a sexta e última são os testes e adaptações, análise dos dados, correlações estratégicas e se necessário o desenvolvendo de novas estratégias.

O planejamento estratégico normalmente é idealizado, em princípio, como de longo prazo, pois é o resultado de um trabalho em equipe da administração organizacional, o qual se concretiza por meio da definição dos objetivos que devem ser alcançados (OLIVEIRA, 2014, p.23). Na sequência, o quarto modelo de planejamento estratégico organizacional desenvolvido por Oliveira, como pode ser analisado na Figura 7.

O planejamento inicia-se a partir da "visão" e dos "valores", a visão é basicamente é aonde a empresa quer chegar e como ela quer estar. Segundo Bateman e Snell (2011, p. 391), visão é uma imagem mental de um estado futuro possível e desejável para a organização, porém para Chiavenato (2004, p. 66) a "visão estabelece uma identidade comum quanto aos propósitos da organização para o futuro, a fim de orientar o comportamento dos seus membros quanto ao destino que a organização deseja construir e realizar".

Para Cury (2005, p. 287) valor é conceituado como sendo um:

¹⁰ *Balanced Scorecard* é uma ferramenta do planejamento estratégico na qual se tem claramente definidas as metas e estratégias, visando medir o desempenho empresarial através de indicadores quantificáveis e verificáveis

Conjunto daquilo que a força de trabalho julga positivo ou negativo numa organização constitui o sistema de valores da organização. Normas e valores inter-relacionam-se, existindo, consequentemente, uma interdependência entre eles; valores podem estar refletidos nas normas, mas, de qualquer forma, pressupõem se a norma é boa ou ruim, uma vez que há avaliação.

Os valores são os norteadores das condutas organizacionais, os padrões éticos e morais que servem como guia para os comportamentos de todas as esferas, estratégico, tático e operacional.

Tendo a "visão" e os "valores" bem definidos, é necessário realizar uma análise no ambiente interno (forças e fraquezas), e externo (oportunidades e ameaças), no ambiente externo é verificado as oportunidades que podem ser exploradas, como por exemplo: as vantagens competitivas em relação aos concorrentes. Com relação às ameaças, estas são os fatores que podem impactar negativamente a organização, prejudicando as oportunidades.

Quanto à missão, ela representa o que a organização se propôs a ser, ou seja, a razão pela qual ela existe.

Para Chiavenato (2004, p. 62), a missão é: “uma incumbência que se recebe. [...] representa a razão da existência de uma organização. Significa a finalidade ou motivo pelo qual a organização foi criada e para que ela deve servir.”

Na sequência são definidos os propósitos atuais e futuros, e a postura estratégica é definida como sendo a maneira pela qual ela se comporta perante seus concorrentes e ao mercado em geral.

A partir dos detalhes dos propósitos, cenários e da postura estratégica, dão subsídios para o desenvolvimento das macroestratégias e macropolíticas, que orientarão a formalização de objetivos gerais e funcionais, estabelecendo os desafios e metas.

Quantificados os desafios e metas,

estes auxiliarão o desenvolvimento das estratégias e políticas capazes de tirarem proveito dos pontos fortes e oportunidades e amenizar ou extinguir os pontos fracos e ameaças da empresa e que devem ser traduzidas em projetos e planos de ação, destinados a orientar a operacionalização do plano estratégico por intermédio do orçamento e outros planejamentos da empresa.

O modelo de Planejamento Estratégico proposto por Oliveira é bem completo e pode ser implementado por diversas empresas, o que pode interferir em sua implementação será a precisão das informações. O PEO, é vital para a sobrevivência e manutenção das organizações, seja, pequena, média e de grande porte, ele é importante, pois, cria alternativas gerenciais, possibilita que a empresa mantenha maior interação com os ambientes, facilita a função da administração, o desenvolvimento de processos, identifica as áreas que exigem decisões e garante a devida atenção à elas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo demonstrou a importância da formalização do Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) e seus benefícios, que contribuem para o crescimento ordenado das corporações, maximizando as possibilidades de êxito, para desenvolvê-lo, os gestores devem conhecer as oportunidades e as ameaças mercadológicas, bem como, as fraquezas e forças da organização, aliás, o PEO é considerado uma ferramenta de apoio às decisões empresariais, sendo assim, se a organização não possui estratégias claras e definidas para todos que a compõe, dificilmente obterão sucesso no desenvolvimento destas, pois todos devem estar cientes e comprometidos de seus respectivos papéis.

A implementação do PEO, dependem de todos, não somente da esfera estratégica, mas também do tático e operacional, portando, além de desenvolver, é necessário que o gestão saiba implementá-lo de forma coerente, a fim de atender as necessidades organizacionais e mercadológicas.

Segundo Certo e Peter (2005, p. 101), uma organização para atingir seus objetivos, ela deve não somente arquitetar, mas também implementar o seu PEO, “Se uma dessas tarefas for malfeita, provável que o resultado ocasione uma falha na estratégia global”.

O planejamento estratégico organizacional não pode ser engessado, pois haverá situações adversas forçando o gestor a tomar decisões não programadas, portanto, é necessário estar atendo nos ambientes interno e externo, e por fim, o Planejamento Estratégico Organizacional é necessário e vital para a manutenção de uma empresa, pois, através dele, é possível monitorar toda a organização, e direcionar suas forças para a concretização de seus objetivos e metas.

Figura 1: Síntese das Escolas e Suas Configurações.

CATEGORIA	ESCOLAS	PROCESSOS	CARACTERÍSTICAS
Prescritiva	<i>Design</i>	Concepção e adaptação	Processo conceitual, consciente e deliberado. Estratégia como adequação de forças e fraquezas internas com ameaças e oportunidades.
	Planejamento	Formalização	Requer procedimentos formais e estruturados.
	Posicionamento	Analítico	Análises formalizadas e escolha deliberada da posição.
Descritiva	Cognitiva	Mental (criação)	Processo individual informal e intuitivo.
	Aprendizagem	Aprendizagem (emergente)	Processo emergente que surge com o aprendizado do estrategista.
	Poder	Político (negociação)	Interesses coletivos são negociados e desvendados nos âmbitos macro e micro.
	Ambiental	Reativo	As características ambientais definem a estratégia.
Prescritiva/Descritiva	Empreendedora	Visionário (previsão)	Centralização no líder e em sua visão.
	Cultural	Coletivo	Processo social e interativo influenciado pela cultura da organização.
	Configuração	Transformação e integração	Processo de transformação resultante de uma síntese das escolas anteriores.

Fonte: Mintzberg *et al.* (2000) *apud* Escrivão *et al.* (2007, p. 4).

Figura 2: Níveis de decisão e tipos de planejamento.



Fonte: Oliveira (2007, p. 15).
Nota: Adaptado pelo autor.

Figura 3: Responsabilidades na administração estratégica

Funções	Características
Definir a missão	Definir a respeito do negócio a que a companhia ou divisão deve dedicar-se e outros assuntos fundamentais que irão guiar e caracterizar o negócio, tal como crescimento contínuo. Uma missão normalmente é duradora e infinita.
Formular a filosofia da companhia	Estabelecer crenças, valores, atitudes e normas.
Estabelecer políticas	Decidir a respeito de planos de ação para guiar o desempenho de todas as principais atividades e levar a estratégia de acordo com a filosofia da companhia.
Estabelecer objetivos	Decidir a respeito do empreendimento alvo dentro de um intervalo de tempo definido. Objetivos têm escopos mais específicos do que a missão e são projetados para ajudar na montagem de planos operacionais e levar a cabo a estratégia.
Desenvolver a estratégia	Desenvolver conceitos, ideias e planos para alcançar os objetivos com êxito e enfrentar e vencer a concorrência. O planejamento estratégico faz parte do processo de planejamento global que inclui planejamento administrativo e operacional.
Planejar a estrutura da organização	Desenvolver o plano da organização e as atividades que ajudem as pessoas a trabalhar em equipe, realizando essas atividades de acordo com a estratégia, filosofia e política.
Providenciar pessoal	Recrutar, selecionar e desenvolver o pessoal para ocupar posições no plano da organização.
Estabelecer procedimentos	Determinar e prescrever como todas as atividades importantes e periódicas serão realizadas.
Fornecer instalações	Fornecer à organização, equipamentos e outras instalações físicas requeridas para a realização.
Fornecer capital	Assegurar-se de que o negócio tenha o dinheiro e o crédito necessários ao capital de giro e às instalações físicas.
Estabelecer padrões	Estabelecer medidas de desempenho que possibilitarão ao negócio atingir seus objetivos de longo prazo com sucesso.
Estabelecer programas de administração e planos operacionais	Desenvolver programas e planos de atividades administrativas e de uso de recursos de acordo com a estratégia, política, procedimentos e padrões estabelecidos.
Fornecer informações de controle	Fornecer fatos e valores para ajudar pessoas a seguir a estratégia, política, procedimentos e programas; manter a força de trabalho interna e externa ao negócio; medir o desempenho global da companhia em relação aos planos e padrões estabelecidos.
Manter o pessoal ativo	Comandar e motivar pessoas a agir de acordo com a filosofia, política, procedimentos e padrões, realizando os planos de companhia.

Fonte: Marvin Bower, *The Will to Manage: Corporate Success Through "Programmed Management"* (New York: McGraw-Hill, 1986), págs. 17-18. Reprodução permitida apud Certo e Peter (1993, p.10).

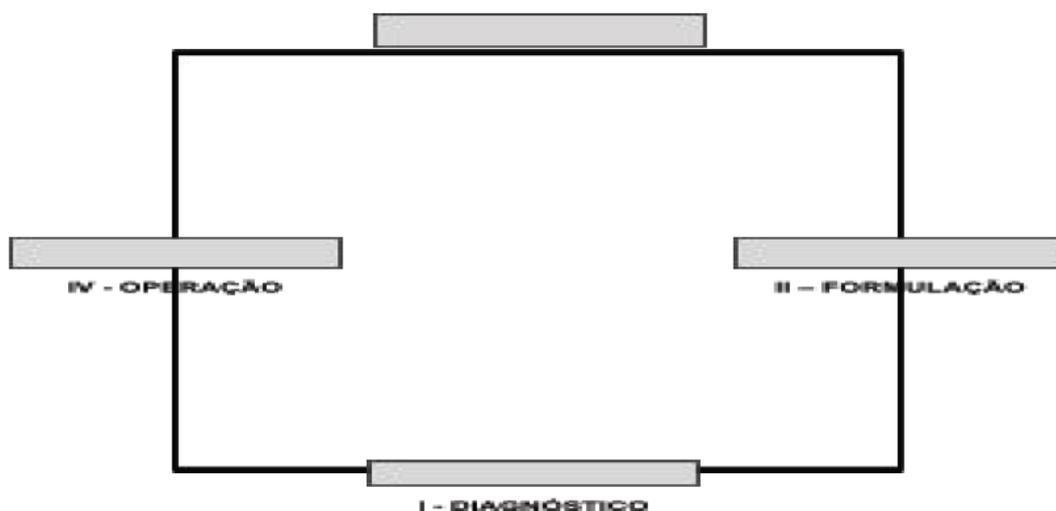
Nota: Adaptado pelo autor.

Figura 4 - Fases do desenvolvimento de um processo de administração estratégica.

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
	Planejamento financeiro básico	Planejamento baseado em previsão	Planejamento orientado externamente	Administração estratégica
Eficácia do planejamento formal de negócios			Intensificação da resposta ao mercado e à concorrência. Análise completa da situação e avaliação da concorrência. Avaliação das alternativas estratégicas. Alocação dinâmica de recursos.	Orquestração de todos os recursos para criar vantagem competitiva. Estrutura de planejamento escolhida estrategicamente. Processo de planejamento criativo e flexível. Sistema de valores socioculturais atuante e clima organizacional.
Sistema de valor	Controle Operacional Orçamento Anual Enfoque em funções Atender ao orçamento	Planejamento mais efetivo para o crescimento. Análise do ambiente. Previsão a longo prazo. Alocação estática de recursos. Prever o futuro	Pensar estrategicamente	Criar o futuro

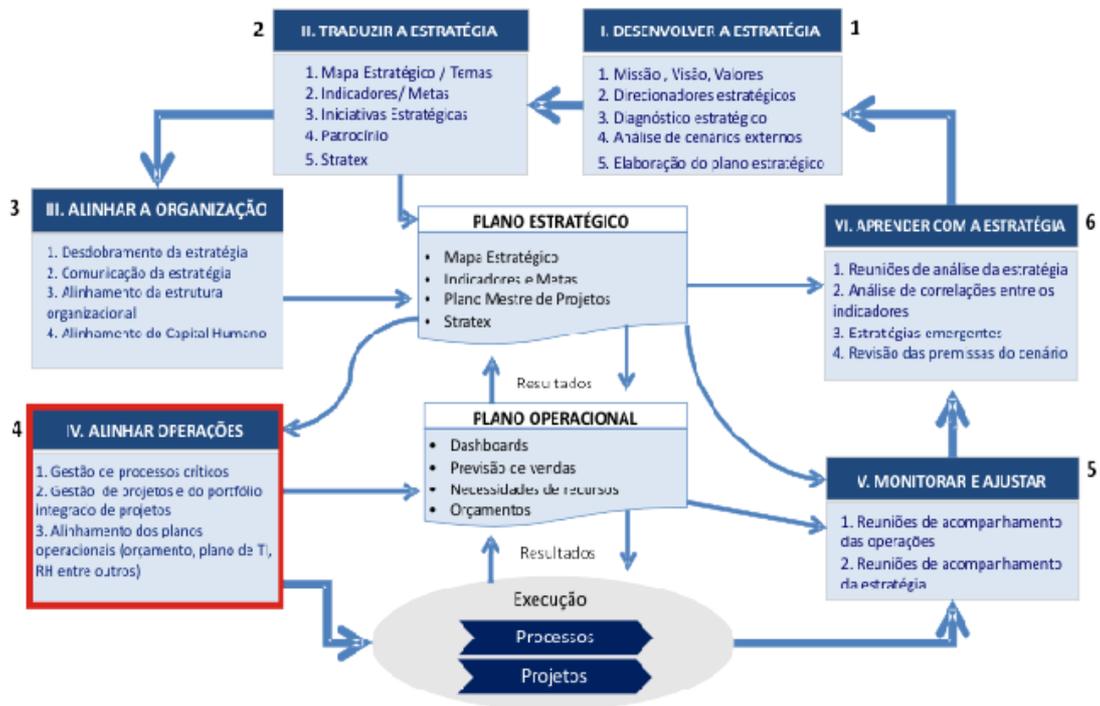
Fonte: GLUCK, Frederick W.; KAUFMAN, Stephen P.; WALLECK, A. Steven. "Strategic management for competitive advantage", *Harvard Business review*, jul./1980. Copyright 1980 by presidente e membros do Conselho da Universidade de Harvard. Todos os direitos reservados. Reprodução autorizada. apud Certo e *et al* (2007, p. 127). Adaptado pelo autor.

Figura 5 – Os momentos do Planejamento Estratégico.



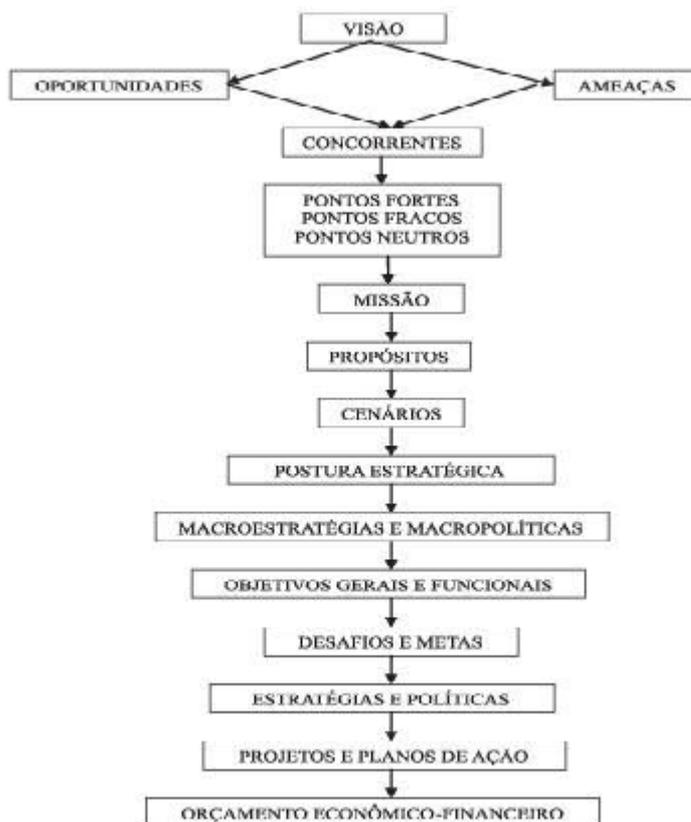
Fonte: Carlos Matus *apud* Dagnino *et al* (2002, p. 82). Adaptado pelo autor.

Figura 6 - O sistema gerencial: Planejamento da estratégia.



Fonte: Kaplan e Norton (2008, p. 71).
Adaptado pelo autor.

Figura 7 - Processo de Planejamento estratégico.



Fonte: Oliveira (2014, p. 57).
Adaptado pelo autor.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. **Administração Estratégica e Vantagem Competitiva.** 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BATEMAN, Thomas S. e SNELL, Scott A. **Administração:** novo cenário competitivo. 2. ed. 4 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.
- BATEMAN, Thomas S. e SNELL, Scott A. **Administração:** novo cenário competitivo. 2. ed. 4 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.
- CERTO, Samuel; PETER J. Paul. **Administração Estratégica:** Planejamento e Implementação da Estratégia. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CERTO, Samuel C. *et al.* **Administração Estratégica:** Planejamento e Implementação da Estratégia. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico.** Fundamentos e Aplicações. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** E o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COSTA, Daniele de Lourdes Curto da; TATTO, Luiz. Prática e Teoria da Estratégia: Um estudo a partir do modelo proposto por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel. Caderno de Administração. Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Administração. Maringá-Paraná. v. 17, n. 2, p. 4-7, 2009.
- CURY, Antonio. **Organização e Métodos:** Uma visão holística. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2005.
- DAGNINO, Renato. *et al.* **Gestão Estratégica da Inovação.** Metodologias para Análise e Implementação. 1. ed. Taubaté: Cabral, 2002.
- ESCRIVÃO, Edmundo Filho; PERUSSI, Sérgio Filho; TERENCE, Ana Cláudia F. Restrições e Facilitadores À Administração Estratégica: uma proposta baseada nas escolas de Mintzberg e associados. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA. 3. São Paulo, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HREBINIAK, Lawrence G. **Fazendo a Estratégia Funcionar.** O Caminho Para uma Execução Bem-Sucedida. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva:** Como Estabelecer, Implementar e Avaliar. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Execução *Premium:* A obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia**. Um Roteiro Pela Selva do Planejamento Estratégico. 1. ed. Porto Alegre: *Bookman*, 2000.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia**. Um Roteiro Pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. Porto Alegre: *Bookman*, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**. Conceitos, Metodologias e Práticas. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**. Conceitos, Metodologias e Práticas. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: Mudanças e Perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROBBINS, Stephen P; DECENZO, David A. **Fundamentos da Administração**. Conceitos Essenciais e Aplicações. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertação e Estudos de Caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Recebido em 16/03/2015

Aprovado em 21/05/2015

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MEIO PARA SE ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Carlos Alberto da Silva*
José Victor Franklin Gonçalves de Medeiros**

Resumo

Esse trabalho objetiva enfrentar a problemática acerca da seguinte questão: se o cooperativismo de economia solidária, que deve ser apoiado por política pública em razão do artigo 174, parágrafo 2º, da Constituição Federal do Brasil, é um meio eficaz para se alcançar o desenvolvimento sustentável, princípio consagrado também na Carta Magna, no artigo 225 - que garante a esta e às futuras gerações o direito ao meio ambiente equilibrado. O estudo é atual e justifica-se visto que o sistema econômico vigente é uma construção social que cada vez gera maior desigualdade social e econômica ao valorizar o capital acima do homem. Consequentemente, não apenas a questão social, mas também a ambiental é colocada em segundo plano, gerando alto risco à manutenção dos recursos naturais essenciais à vida, que são finitos. Para solucionar tais problemas, o cooperativismo de economia solidária está sendo construído com o fim de implementar uma nova forma de organização econômica, fundada na cooperação e na solidariedade entre todos os membros da sociedade e o respeito à vida, derivando disso o respeito e a proteção ao meio ambiente. Para tal investigação serão abordados e apresentados conceitos do cooperativismo de economia solidária, distinguindo-o do cooperativismo tradicional. Por fim, será feita correlação entre os princípios do cooperativismo de economia solidária e os elementos indispensáveis para a promoção da sustentabilidade, identificando se há divergências e semelhanças que impeçam ou afirmem a economia solidária como caminho para se atingir o desenvolvimento sustentável. Concluiu-se, por meio desse estudo, que o cooperativismo de economia solidária é um meio eficaz para se alcançar o desenvolvimento sustentável e concretiza dois objetivos da República Federativa do Brasil fixado na Carta Magna, quais sejam, a erradicação da pobreza e a preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; economia solidária; cooperativismo.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo abordar el problema en la siguiente pregunta: si la economía solidaria cooperativa, que debe ser apoyada por políticas públicas por la razón del artículo 174, párrafo 2, de la Constitución Federal de Brasil, es un medio eficaz para lograr el desarrollo sostenible, un principio consagrado también en la Carta Magna, en el artículo 225 - que garantiza esta y futuras generaciones el derecho a un medio ambiente equilibrado. El estudio está actual y se justifica debido a que el sistema económico actual es una construcción social que genera cada vez mayor desigualdad social y económica, valorando el capital sobre el hombre. En consecuencia, no sólo lo social sino también el medio ambiente se coloca en el fondo, resultando un alto riesgo para el mantenimiento de los recursos naturales esenciales para la vida, que son finitos. Para resolver estos problemas, la economía solidaria de las cooperativas se está construyendo con el propósito de implementar una nueva forma de organización económica, basada en la cooperación y la solidaridad entre todos los miembros de la sociedad, y el respeto por la vida, que resultan en el respeto y en la protección al medio ambiente. Para esta investigación, se discutirá y presentará conceptos de cooperativismo de la economía solidaria, distinguiéndola de las cooperativas tradicionales. Por último, la correlación entre los principios cooperativos de la economía solidaria y los elementos esenciales para promover la sostenibilidad y identificar si existen diferencias y similitudes que impiden o afirman la economía solidaria como una forma de lograr el desarrollo sostenible. Se concluyó a través de este estudio que la economía solidaria cooperativa es un medio eficaz para lograr el desarrollo sostenible, y se da cuenta dos objetivos de la República Federativa de Brasil establecidos en la Constitución, a saber, la erradicación de la pobreza y la preservación del medio ambiente.

Palabras clave: desarrollo sostenible; economía solidaria; cooperativismo.

* Mestre em Direito pela PUC-SP. Graduado pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: carlos.unioeste@gmail.com

** Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: victorfmedeiros@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, criaram-se várias formas de organização da produção e comercialização dos produtos. Nos tempos mais primitivos, temos notícias do modo de produção inicialmente comunitário em seguida o escravo. Posteriormente, simultaneamente ao trabalho escravo no mundo ocidental, ganha relevância o trabalho remunerado. No período que se convencionou chamar de Idade Média, que transcorreu durante aproximadamente mil anos, o trabalho servil. A Revolução industrial na Idade Moderna com a predominância do trabalho assalariado. Também é nesse período que, emerge na Europa Ocidental uma experiência na organização da atividade produtiva denominada cooperativismo, a qual passou a ganhar grande expressão, tanto em quantidade como em qualidade, a partir do século XVIII, inicialmente na Inglaterra para logo em seguida atravessar o canal da Mancha em direção da Europa e dali para os mais diversos recantos territórios do planeta Terra.

Atualmente a relevância do cooperativismo está mantida e fica evidenciada quando a ONU (Organização das Nações Unidas) declarou o ano de 2012 como sendo o ano internacional das cooperativas. Segundo a própria ONU, a importância destas sociedades de pessoas se dá principalmente pela geração de empregos, redução da pobreza e integração social, incentivando os indivíduos, comunidades e governos a promoverem a formação e crescimento das cooperativas.

Não coincidentemente, nesse mesmo ano foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que teve por objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, que resultou em um documento final de 53 páginas, acordado por 188 países, ditando o caminho para a

cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável.

Diferentemente do modo de produção vigente, a economia solidária busca assegurar valores que visam promover o bem-estar coletivo. Esse é um dos itens necessários para se alcançar um desenvolvimento sustentável.

Também se busca a implementação da almejada sustentabilidade para que se possa assegurar as gerações futuras o bem estar. Seguindo os passos internacionais da sustentabilidade, o Brasil vem adotando diversas políticas públicas, cabendo aqui destacar que foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. O objetivo, segundo o próprio MTE, é a geração de trabalho e renda, objetivando a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Considerando a relevância da sociedade de pessoas como alternativa para a promoção social, é de vital importância que o Estado amplie as políticas públicas em diversas frentes, como já vem sendo realizado no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Essa e outras medidas são meios eficazes para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

1. DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O vocábulo *desenvolvimento sustentável*, que exprime o princípio a ser estudado nesse primeiro tópico, foi utilizado pela primeira vez na Conferência Mundial de Meio Ambiente, que se realizou na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, em 1972. Desde então, foi repetido nas conferências posteriores sobre meio ambiente, ganhando destaque a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992 no Rio de

Janeiro (ECO-92), por empregar o termo em onze de seus vinte e sete princípios. Mais recentemente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu no Rio de Janeiro – RJ em junho de 2012 (RIO+20), reafirmou e destacou os princípios já consagrados nos documentos supramencionados (FIORILLO, 2013, p. 70-71).

O legislador constituinte de 1988, atento à preocupação a nível internacional e aos movimentos sociais ambientalistas, defende que o desenvolvimento econômico deveria caminhar não mais alheio à preservação do meio ambiente, ciente que os recursos naturais são finitos. Em conformidade com essa proteção dada pelo constituinte, Fiorillo chama atenção para o fato de que, ao contrário do que se pratica na sociedade atual, “a contínua degradação implicará diminuição da capacidade econômica do País, e não será possível à nossa geração e principalmente às futuras desfrutar uma vida com qualidade” (FIORILLO, 2013, p. 79). Nesse sentido, a Carta Magna propugna que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Portanto, para concretizarmos as diretrizes ambientalistas fixado no artigo transcrito, será possível através do desenvolvimento sustentável que possui grande relação com meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Por esta razão, é indispensável a conceituação de meio ambiente para melhor compreensão, visto que esse passou a ter relevância para o mundo jurídico, posto que sua preservação, recuperação e revitalização tornam-se preocupação do Poder Público (SILVA, 2013, p. 21):

O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais. (SILVA, 2013, p. 20)

Destaque-se que o princípio do desenvolvimento sustentável, consagrado no art. 225 da Constituição Federal de 1988, não tem como objetivo findar qualquer desenvolvimento econômico, que é um valor consagrado na sociedade do atual momento. O princípio preza pela coexistência harmônica do avanço econômico e da preservação ambiental. Tanto é que tal característica é trazida como inerente ao ser humano, conforme prescrição do art. 1º da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da ONU:

Artigo 1º

§1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

§2. O direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos à autodeterminação que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável à soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais. (DECLARAÇÃO..., 1986)

Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade segundo Juarez Freitas, caracteriza-se por determinar

[...] a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e

precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar. (FREITAS, 2012, p. 41)

Para melhor compreensão da consagração desse princípio na Carta Magna, é importante trazer uma breve contextualização histórica. A *sustentabilidade* qualificou o *desenvolvimento* alterando, inclusive, os princípios que regem a ordem econômica da República do Brasil, não mais cabendo o conceito de desenvolvimento fundado na concepção do Liberalismo, ideologia que tem por principal característica a defesa do Estado mínimo, que gerou enorme acumulação de renda em decorrência da dominação exclusiva dos economicamente poderosos. Essa doutrina foi enfraquecida, com o advento da crise de 1929, exigindo-se intervenção do Estado para o equilíbrio do mercado econômico, e, por consequência, também no socorro dos bens ambientais, tornando-se ambos parte de um mesmo objetivo (FIORILLO, 2013, p. 72-73). O artigo 170, inciso VI da Constituição Federal é resultado dessa exigência de um Estado intervencionista que assegure uma ordem econômica onde a livre concorrência e a defesa do meio ambiente caminhando juntas:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Conforme ensinamentos de Fiorillo (2013, p. 71-79), considerando que os recursos naturais não são inesgotáveis, as atividades econômicas não podem se desenvolver alheias a isso, visto que “numa sociedade desregada, à deriva de parâmetros de livre concorrência e

iniciativa, o caminho inexorável para o caos ambiental é uma certeza”. O autor não busca com isto descartar o valor do desenvolvimento econômico, mas apenas destacar a importância de sua coexistência com a preservação ambiental.

Não se pode ignorar que por vezes o desenvolvimento econômico entra em conflito diretamente com a preservação ambiental, visto que “essa cultura ocidental, que hoje busca uma melhor qualidade de vida, é a mesma que destruiu e ainda destrói o principal modo de obtê-la: a Natureza” (SILVA, 2013, p. 25).

Não é tarefa simples, todavia é dever estabelecido pela própria Constituição e pela Lei 6.938 de 31/08/1981, em seu artigo 4º, inciso I, o objetivo de “compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”. Para José Afonso da Silva (2013, p. 27) a conciliação desses dois valores consiste na promoção do desenvolvimento sustentável.

Para Paulo Affonso Leme Machado (2014, p. 67), diferem-se as noções de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento sustentável, pois aquela não necessariamente deverá considerar o desenvolvimento em seus aspectos econômicos e sociais, que é considerada apenas quando se trata de desenvolvimento sustentável, que, segundo o autor, “é uma visão que pode convergir ou divergir da percepção da “sustentabilidade ambiental”.

O termo desenvolvimento é relacionado por esse mesmo autor a uma conotação finalística, ou seja, “não basta crescer, mas é preciso saber se há razão para mudar, se há realmente bases para que esse desenvolvimento signifique uma melhoria” (MACHADO, 2014, p. 68). Assim, a sustentabilidade torna-se um qualificador do desenvolvimento.

Ainda explana que o antagonismo que há entre os termos *desenvolvimento* e *sustentabilidade* não pode ser omitido pelos especialistas que atuem no exame de

programas, planos e projetos de empreendimentos, devendo-se levar em consideração, sob o risco de desvalorização do meio ambiente e o comprometimento do equilíbrio ambiental (MACHADO, 2014, p. 70).

Por outro lado, autores como Juarez Freitas não fazem distinção quanto à utilização dos termos, ao se referir ao “princípio do desenvolvimento sustentável (ou da sustentabilidade, como se prefere)” (FREITAS, 2012, p. 31).

Entretanto, o *desenvolvimento não precisa ser contraditório com a sustentabilidade*. [...]. Dito de outro modo, uma vez reconcebido, o desenvolvimento pode-deve ser sustentável, contínuo e duradouro. (FREITAS, 2012, p. 42)

Após as diferenciações teóricas, para os fins desse trabalho será adotado os termos *desenvolvimento sustentável* e *sustentabilidade* como sinônimos, em consideração ao próprio valor à vida consagrado pela Economia Solidária, de modo que o desenvolvimento não se exprime apenas em termos econômicos, sendo um princípio e um dever de todos consagrado no Art. 225 da Constituição Federal de 1988 o de preservar o meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida.

2. DO COOPERATIVISMO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Vive-se, atualmente, em uma sociedade onde a percepção da maioria das pessoas é de que o modo como está organizada a produção vigente é tido como natural. Sabe-se que no capitalismo a competitividade é inerente à sua estrutura, isto é, não só faz parte, como também é inseparável desse sistema. Ele traz consigo diversas desvantagens com relação aos direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. Singer sintetiza o porquê

de esse sistema econômico gerar tamanha desigualdade:

Tudo isso explica por que o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. [...] O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais. (SINGER, 2002, p. 8-9)

Isso também aponta para o fato de que a produção inconsequente das mercadorias não visa exclusivamente à satisfação das necessidades humanas, mas para saciar um consumo patológico. Em decorrência disto, é cada vez maior a extração dos recursos naturais. É essencial salientar que estas fontes são finitas. Logo, quanto mais intensiva for a produção de mercadorias, maior será o desequilíbrio ecológico gerado pela exploração dos recursos naturais, e trazendo como consequência a possibilidade de exaustão desses recursos fornecidos pelo ecossistema.

Por outro lado, a economia solidária foi criada com o fim de implementar uma nova forma de organização econômica, como alternativa para a solução da enorme desigualdade gerada pelo modo de produção capitalista, tendo como fundamento a cooperação e a solidariedade entre todos os membros da sociedade e o respeito à vida, em um sentido amplo, derivando disso o respeito e a proteção ao meio ambiente e a satisfação plena racional das necessidades do homem, isto é, na perspectiva de proporcionar qualidade de vida e bem-estar a todos os cidadãos desta e das futuras gerações. Apesar de não haver total uniformidade, Carleial e Paulista sintetizam o que há de

comum quanto ao conceito de economia solidária:

As tentativas de conceituar a economia solidária se demonstraram insuficientes para abranger a pluralidade de dimensões que ela engloba, mas esse fato não nos impede de identificar alguns postulados comuns, aceitos pelo conjunto dos autores que tratam do tema, entre os quais é possível apontar: o objetivo de produzir um bem ou serviço de modo sustentável e sem ter por finalidade o lucro; gestão independente do Estado; estruturas associativas; processo decisório democrático com ênfase na participação e na cooperação, assim como primazia das pessoas e do trabalho sobre a remuneração do capital. (CARLEIAL; PAULISTA, 2008, p.14)

Nesse sentido, Laville e Gaiger (2009, p. 162) também admitem a existência de variadas acepções de economia solidária, destacando que em todos os locais onde o cooperativismo é estudado e praticado, o conceito é organizado "ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado". Igualmente, Singer aponta a solidariedade como fator que o distingue das demais sociedades de produção econômica, individualizando a economia solidária ao afirmar que seu conceito

[...] se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre seus membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p. 116).

De acordo com Lisboa (2004, p. 15), a economia solidária é um conjunto de pessoas, onde as atividades econômicas estão fundadas na ajuda recíproca de seus associados, onde todos contribuem para o bem-estar de cada um, tendo como

características "a mínima presença de relações de assalariamento, e que dependem da contínua realização do seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução". Complementando, em destaque às pessoas que se uniram em busca de uma vida melhor frente às dificuldades econômicas e sociais decorrentes da exclusão proporcionada pelo capitalismo, conceitua-se a economia solidária nos seguintes termos:

[...] conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 101)

Diante dos conceitos transcritos é possível identificar as principais características da economia solidária. Primeiramente, a gestão diferencia-se das outras organizações econômicas porque deve ser associativa democrática, ou seja, cada associado equivale a um voto, indiferentemente de quota-parte, atribuindo a cada um empoderamento isonômico. Muito embora as características acima elencadas sejam importantes, é imprescindível que os associados da economia solidária sejam capazes de cessar com a visão individualista e busquem o bem-estar coletivo, por meio da cooperação. Rompendo com essa lógica egoísta, destaca-se a solidariedade como um elemento imprescindível para sua concretização, o que a diferencia das demais organizações. Outro elemento de relevante importância é assegurar sua independência, sem a necessidade de autorização estatal para a criação de associações vinculadas à economia solidária (LAVILLE e GAIGER, 2009; SINGER, 2003). Acrescenta Lisboa (2004) que é admitido nas associações de economia solidária o uso de assalariamento, mas que esse não poderá

preponderar, devendo ser utilizado o mínimo possível. Por fim, importa mencionar que não há um conceito de economia solidária acabado, mas, ao contrário, está em construção, visto que essa expressão é recente e foi utilizado pela primeira vez na década de 1990:

O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162)

Destarte, através dos princípios acima mencionados, da cooperação, da solidariedade e do bem-estar coletivo, e que orientam a implementação desse modo de produção, resta claro que o caminho para a economia solidária é a união de pessoas por meio da cooperativa autogestionária, ou seja, por meio de administração democrática, onde as principais decisões são deliberadas em assembleias, e cada sócio representa um voto, não levando em conta quota de cada um, exigindo de cada cooperado que se informe dos problemas da sociedade e das possíveis soluções. De acordo com Mothé, a autogestão pode ser definida da seguinte forma:

A autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceber remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias. (MOTHÉ, 2009, p. 26)

Nesses moldes, a economia solidária defende que o cooperativismo é o meio para colocar em prática seus princípios, isto é, para implementar esse modo de produção, o caminho é a união de pessoas por meio da cooperativa autogestionária:

A economia solidária evoca a longa história associativa dos trabalhadores, iniciada no começo do século XIX. Desde então, essa vertente tem cumprido um papel de alargamento da experiência humana, ao manter vigentes outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza, distintos da racionalidade estrita do capital. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 163)

A propósito, Singer (2002, p. 10) apresenta outros dois princípios da economia solidária ao conceituá-la como "outro modo de produção, cujos princípios são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual", de modo que os trabalhadores são também os proprietários, assim como todos os proprietários são trabalhadores de uma determinada cooperativa.

Dessa forma, se faz necessário para a compreensão do tema salientar que as cooperativas, independentemente se empresariais ou de economia solidária, segundo a previsão legal, são consideradas sociedade de pessoas, destinadas a atividades econômicas, existindo propriedade conjunta e gestão democrática, segundo o estabelecido no artigo 4º da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

[...]

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

Complementando o disposto na legislação e sintetizando suas características, é através da noção de cooperativa consagrada pela Aliança Cooperativa Internacional e trazida pelo autor Rui Namorado em sua obra que verifica-se o verdadeiro objetivo desta sociedade de pessoas:

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e aspirações comuns, quer econômicas, quer culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada. (NAMORADO, 2009, p. 96)

Por sua vez, o cooperativismo vinculado à economia solidária, autogestionário, o qual coloca o homem como finalidade da atividade econômica, se distingue do cooperativismo chamado tradicional. Essa vertente, também denominada de cooperativismo empresarial, busca manter a estrutura vigente no sistema empresarial capitalista, utilizando predominantemente a força de trabalho assalariada e também a heterogestão. Imprime como uma das metas fundamentais o crescimento das sobras. Esta classificação das cooperativas fica mais evidente na explanação de Diva Benevides Pinho:

As primeiras, também denominadas *tradicionais*, estão voltadas para a competição do mercado e funcionam como empresas empenhadas na profissionalização da gestão, administração racional, aumento do capital, crescimento econômico e em moderna tecnologia para obter ganhos de escala e de eficiência, principalmente via fusão e incorporação.

[...]

A Economia Solidária destaca a pessoa humana como o sujeito e o fim da atividade econômica, procurando recuperar a dimensão ética e humana das atividades econômicas e opondo-se a um modelo econômico único para todas as culturas e todas as sociedades. Tenta, então, desenvolver princípios mínimos

adaptáveis a cada realidade. (PINHO, 2004, p. 133 e 174)

O cooperativismo de economia solidária traz consigo também alguns princípios que devem ser respeitados, sendo indispensável destacar aqui os seguintes: a) a livre associação, não havendo qualquer discriminação de raça, gênero, classe social, posição política ou religiosa para a adesão à empresa, respeitado, todavia, critérios que possam ser estabelecidos pelo estatuto da cooperativa; b) controle, organização e gestão democrática, que resulta principalmente no fato de cada associado possuir um único voto e de igual valor ou peso dos demais, independente de posição ou quotas-partes; c) participação econômica dos associados, de forma equitativa, com fim de alcançar equilíbrio entre o acúmulo para formar capital e os benefícios aos associados. Tais princípios estão expressos nos art. 4º da Lei das Cooperativas (Lei 5.764/1971), e seus respectivos incisos, também listados por Daniel Rech (2000). Cabe destacar, também, o compromisso que há por parte da cooperativa com toda a comunidade, sendo o objetivo maior da cooperativa não o lucro, mas sim o bem-estar social, estando as reais necessidades do homem acima das necessidades materiais.

É nesse sentido que o cooperativismo de economia solidária e seus valores caminham de acordo com a Constituição Federal de 1988 objetivando a superação das diferenças sociais e um desenvolvimento sustentável, como se pode observar através dos incisos abaixo, e do já citado artigo 225, também da Carta Magna:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

É relevante observar através dos dispositivos supracitados a importância dada pela Lei Magna às cooperativas, não apenas por meio da relação existente entre os valores da Economia Solidária e dos objetivos, fundamentos e princípios desta nação, mas também por ser a primeira Constituição brasileira que mencionou esta sociedade em diversos dispositivos, dentre os quais nos resta indispensável citar os seguintes:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

Art. 174.

[...]

§ 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Complementando, a doutrina demonstra o quão importante o cooperativismo passa a ser para o Estado brasileiro após a promulgação da Constituição Federal de 1988, afirmando Capettini que não se trata de mera menção, mas sim de conteúdo principiológico:

Certamente não se trata de singela menção constitucional ao cooperativismo. O texto constitucional menciona e dá conteúdo a tal menção: o *conteúdo principiológico*. Portanto, pode-se retirar da dicção constitucional que o Estado *deve* apoiar e incentivar o cooperativismo de forma a tratá-lo como importante instrumento para cumprimento da valorização do trabalho. (CAPETTINI, 2011, p. 97-98)

Diante de tamanha relevância demonstrada, a Economia Solidária ganha cada vez maior visibilidade no cenário nacional, sendo que, em levantamento realizado em 2007 e publicado em 2009, os empreendimentos econômicos solidários já contavam com mais de um milhão e seiscentos e cinquenta mil associados, com um faturamento mensal que ultrapassava o valor de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) (ANTEAG, 2009), e o número desses empreendimentos mais do que dobrou entre o período de 2005 a 2012 (SENAES, 2013, p. 1). Isso em decorrência do destaque dado à pessoa humana como o sujeito e o fim da atividade econômica, procurando recuperar a dimensão ética e humana das atividades econômicas e opondo-se a um modelo econômico único para todas as culturas e todas as sociedades.

3. DA CORRELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Destaca-se inicialmente que para se alcançar um desenvolvimento sustentável não se deve considerar apenas o meio ambiente equilibrado, mas também leva-se em consideração a erradicação da pobreza, de modo que o desenvolvimento econômico gere distribuição equitativa de renda. É o que ensina José Afonso da Silva ao analisar o art. 225 da Constituição Federal, que consagra o princípio do desenvolvimento sustentável, reiterando, primeiramente, o próprio artigo, ao tratar do meio ambiente ecologicamente

equilibrado, mas também traz como requisito da sustentabilidade a satisfação das necessidades essenciais da população :

Isso nos põe diante da necessidade de fazer algumas considerações sobre a *sustentabilidade*. E podemos começar mostrando que esse é um conceito que tem *fundamentos constitucionais*, pois quando o art. 225 da CF impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado "para as presentes e futuras gerações" está precisamente dando o conteúdo essencial da sustentabilidade.

E essa é uma cláusula que imanta todos os parágrafos e incisos daquele artigo. Requer, como seu requisito indispensável, um crescimento econômico que envolva equitativo redistribuição dos resultados do processo produtivo e a erradicação da pobreza (CF, art. 3º), de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atendimento da maioria da população. Se o desenvolvimento não elimina a pobreza absoluta, não propicia um nível de vida que satisfaça as necessidades essenciais da população em geral, ele não pode ser qualificado de *sustentável*. (SILVA, 2013, p. 27-28)

Ainda, não apenas na legislação vigente no Brasil, já explanada nesse trabalho, mas também em âmbito internacional, torna-se evidente a importância da erradicação da pobreza e distribuição igualitária e inclusiva de renda. Exemplo relevante e recente é o documento onde constam as Diretrizes da Economia Verde e da Erradicação da Pobreza, elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizado em 2012 (RIO +20), em seu parágrafo 58:

Afirmamos que as políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem:

[...]

d) promover o crescimento econômico sustentado e inclusivo, fomentar a inovação, oportunidades, benefícios e

capacitação para todos e respeitar os direitos humanos;

[...]

o) promover padrões de consumo e produção sustentáveis;

p) perseverar nos esforços para um desenvolvimento equitativo e inclusivo, através de meios que superem a pobreza e a desigualdade. (MACHADO, 2014, p. 79-80)

Ora, mais que evidente que internacionalmente tem destaque o cooperativismo na perspectiva de um mecanismo na luta pela sustentabilidade. O autor Haynner Batista Capettini traz a Resolução nº 49 da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se enfatiza:

Alerta aos governos para que, ao formular estratégias nacionais para o desenvolvimento, estudem a fundo a possibilidade que oferecem as cooperativas de contribuir para a solução dos problemas sociais e ambientais. Alerta também aos governos para que considerem a possibilidade de revisar as limitações jurídicas e administrativas que se impõem às atividades das cooperativas, com vistas a eliminar as que não sejam aplicáveis a outras atividades ou empresas. (CAPETTINI, 2011, p. 93)

Ademais, quanto ao consumo e produção sustentável, alínea "o" das Diretrizes da Economia Verde e da Erradicação da Pobreza, acima citado, Rodrigues mostra a grande preocupação existente entre os estudiosos do direito ambiental acerca desta temática:

É justamente por causa da aplicação deste princípio à atividade desenvolvimentista, produtora de consumo e eliminação de resíduos em massa, que a doutrina ambiental tem procurado fixar a atividade econômica e a sociedade de consumo em três pontos fundamentais: a) evitando-se a produção de bens supérfluos e agressivos ao meio ambiente; b) convencendo o consumidor da necessidade de evitar o consumo de bens "inimigos" do meio ambiente; c) estimulando o uso de "tecnologias limpas" no exercício da

atividade econômica. (RODRIGUES, 2005, p. 172)

Em completa sintonia, no sentido de obter bem-estar coletivo, o cooperativismo de economia solidária busca o denominado consumo solidário, englobado nesse conceito também o consumo para o bem-viver, que busca ser satisfatório sem agredir ao meio ambiente:

Por fim, o *consumo solidário* é aquele praticado em função não apenas do próprio bem-viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. (MANCE, 2003, p. 45)

Isso tudo leva à conclusão de que o desenvolvimento sustentável exige muito mais do que um sistema econômico que apenas coexista com o meio ambiente sem prejudicá-lo, mas, diante de um estudo mais aprofundado, observa-se que exige também solução aos problemas econômico-sociais da população. Afinal, como o desenvolvimento pode ser considerado sustentável se for para apenas uma minoria, desconsiderando a desigualdade social? A sustentabilidade requer atenção ao art. 3º da Constituição Federal e seus incisos, já citados nesse trabalho. Para Ignacy Sachs, existem oito critérios de sustentabilidade, e não apenas o *ambiental*, mas também o *social*, *cultura*, *ecológica*, *territorial*, *econômico*, *política (nacional)*, e *política (internacional)*, destacando-se, para os fins desse estudo:

1.Social:

- alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
- distribuição de renda justa;
- emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
- igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

[...]

6.Econômico:

- desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;

-segurança alimentar; (SACHS, 2009, p. 85-86)

Observa-se que, nos elementos indispensáveis para que se obtenha sustentabilidade de maneira eficaz, há estreita semelhança e objetivo comum do desenvolvimento sustentável e do cooperativismo de economia solidária, sendo que ambos lutam pela natureza ou pela vida de modo amplo e genérico, pelo bem-estar ou qualidade de vida do homem, e por fim, pela solidariedade, nesse contexto, intergeracional, sem a qual não será possível ao direito garantir um futuro digno às próximas gerações:

Estão reunidos os *elementos indispensáveis para um conceito operacional de sustentabilidade eficaz, a saber:* (1) a *natureza de princípio constitucional* diretamente aplicável, (2) a *eficácia (encontro de resultados justos, não mera aptidão para produzir efeitos jurídicos)*, (3) a *eficiência (o uso de meios idôneos)*, (4) o **ambiente limpo** (descontaminado e saudável), (5) a *proibidade (inclusão explícita da dimensão ética)*, (6) a *prevenção (dever de evitar danos certos)*, (7) a *precaução (dever de evitar danos altamente prováveis)*, (8) a **solidariedade intergeracional**, com o reconhecimento dos direitos das gerações presentes e futuras, (9) a *responsabilidade do Estado e da sociedade* e (10) o **bem-estar (acima das necessidades materiais)**. Nenhum desses elementos pode faltar ao conceito, sob pena de reducionismo indesejável. (FREITAS, 2012, p. 41, grifos nossos)

E, do mesmo modo que há a preocupação por parte do desenvolvimento sustentável com os critérios sociais e ambientais, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que consiste na articulação entre os empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos, elencou a *busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza* como um dos princípios gerais da economia solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA

SOLIDÁRIA, 2003), demonstrando sua preocupação intergeracional com as questões ambientais:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013)

O autor Juarez Freitas (2012, p. 66) utiliza-se da argumentação de que, “como o abandono da pobreza liberta para alcançar voos maiores, nada mais sustentável do que investir naquilo que promove emancipação econômica”. A partir disso, verifica-se que a correlação entre sustentabilidade e economia solidária não se limita a mera semelhança de princípios e valores, vai muito além. Assim, o desenvolvimento, para que atinja o patamar de sustentável, não existe sem interferência na economia.

Segundo esse autor, a *sustentabilidade* gera uma nova economia. Nesse entendimento, existe uma interdependência entre a economia solidária e o desenvolvimento sustentável, no sentido de que só um pensamento sustentável pode levar à quebra de paradigmas econômico-sociais, no sentido de priorizar o ser humano e a vida em detrimento das questões materiais, respeitando, por consequência, os recursos naturais fundamentais à manutenção da vida na Terra, e somente por meio de uma nova economia será possível garantir a sustentabilidade às futuras gerações:

Por todos os ângulos, a *sustentabilidade* gera uma *nova economia*, com a reformulação de categorias e comportamentos, o surgimento de excepcionais oportunidades, a ultrapassagem do culto excessivo dos bens posicionais, o planejamento de

longo prazo, o sistema competente de incentivos e a *eficiência norteada pela eficácia*. [...] Portanto, ignorar a relação umbilical entre economia e sustentabilidade significa deixar de ver o princípio numa de suas dimensões vitais. (FREITAS, 2012, p. 66-67)

Igualmente, o cooperativismo de economia solidária não ignora o desenvolvimento necessário à economia, entretanto, não visando principalmente os lucros. Singer (2004) sintetiza no conceito de desenvolvimento solidário esse processo de fomento ao crescimento econômico e, ao mesmo tempo, de um processo sustentável, que preserve a natureza e vise o fim da desigualdade social:

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

[...] Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão. (SINGER, 2004, p.7)

Destarte, torna-se absolutamente insustentável o modo como o desenvolvimento vem se dando no atual sistema de produção, devido à valorização do capital sobre o homem e a vida de modo geral, resultando na retenção de 40% (quarenta por cento) da renda nas mãos de apenas 1% (um por cento) da população, enquanto mais de um bilhão e duzentos milhões de pessoas no mundo vivem abaixo da linha da pobreza (PNUD, 2013, p. 1). Há interferência também nos

recursos naturais e na biodiversidade, fundamentais para a existência humana, onde no Brasil a taxa de desmatamento da Amazônia cresceu 28% (vinte e oito por cento) de 2012 a 2013 (INCRA, 2014), mesmo que em 2005 estudos já alertavam para o fato de que, não havendo redução nesses números, em 2050 restarão apenas 40% de florestas da bacia Amazônica (SOARES-FILHO et al, 2005).

Ainda, por força da incidência dos artigos 170, 192, 205, 218, 219 e do §1º do artigo 174, todos da Constituição Federal de 1988, constata-se que a *sustentabilidade* é um valor supremo consagrado na própria Carta Magna de 1988, conforme ensinamentos de Juarez Freitas, pois, ao se analisar o *desenvolvimento* contido no seu preâmbulo, em acordo com os demais princípios constitucionais, que desenvolvimento seria senão o sustentável? "Não pode ser aquele da visão antropocêntrica soberba e degradante da natureza [...]. É o desenvolvimento sustentável [...] que surge como um dos valores supremos." (FREITAS, 2012, p. 109 e 110). Dentre os artigos mencionados para compreensão do desenvolvimento sustentável como valor de estatura constitucional, destacam-se, além do preâmbulo, os que seguem abaixo:

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o **bem-estar**, o **desenvolvimento**, a **igualdade** e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim **assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social**, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - **defesa do meio ambiente**, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - **redução das desigualdades regionais e sociais**;

Art. 174. [...]

§ 1º - A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do **desenvolvimento nacional equilibrado**, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o **desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população** e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

(grifos nossos)

Abre-se um parêntese para uma explicação indispensável. Como se sabe, o Preâmbulo da Constituição possui apenas caráter enunciativo, por consequência, não possui força obrigatória. Todavia, detém papel relevante no âmbito de interpretação e aplicação do direito constitucional. Como ensinam Gilmar Mendes e Branco (2012, p. 87), a inconstitucionalidade está no "desconcerto com princípio mencionado pelo Preâmbulo e positivado no corpo da Constituição", o que, evidentemente, é o caso do desenvolvimento sustentável.

Por ser valor supremo, reforça a ideia de que o desenvolvimento sustentável não pode se ater apenas às questões ambientais. Além disso, tem o dever de defender e preservar às futuras gerações todos os demais objetivos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988:

Por sua abrangência, a sustentabilidade remete à realização, em bloco, dos objetivos fundamentais da República. Nessa medida, o valor da sustentabilidade recomenda, como critério de avaliação das políticas públicas e privadas, a redução das desigualdades sociais e regionais, a proteção da dignidade humana e dos seres vivos em geral, assim como a intervenção reguladora contra regressivismos desequilibradores do sistema ecológico, por mais arraigados que estejam nos cérebros oligárquicos dominantes. (FREITAS, 2012, p. 110)

Nesses termos, indispensável lembrar o compromisso que há, por parte da cooperativa, com a comunidade em que está inserida. A recente Lei das Cooperativas de Trabalho (Lei nº 12.690 de 19 de julho de 2012) traz a *educação, formação e informação, interesse pela comunidade, e preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa* como princípios que devem reger o cooperativismo, assim como a Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971) em seu artigo 4º, inciso VIII, menciona a necessidade da cooperativa possuir fundo de Assistência Técnica Educacional e Social. A propósito, o art. 205 da Constituição Federal traz que a educação é dever do Estado e da família, entretanto, promovida com a “colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, é dever de toda cooperativa de economia solidária atuar conforme as referidas normas:

Nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembleia dos sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que podem vir a formar cooperativas) [...].

[...] a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro. Por isso é importante que ela

persista no tempo e não deixe de ser solidária.

[...]

*O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para **dar trabalho e renda a quem precisa** como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas. (SINGER, 2002, p. 14-16, grifos nossos)*

Por certo que, para a transformação em um desenvolvimento almejado, é necessária participação democrática, sempre que possível direta, efetiva dos cidadãos por meio de tomada coletiva de decisão bem informada e consciente, para que as políticas públicas sejam as escolhidas "no processo de **tomada coletiva de decisão**, sob o signo *juris tantum* da **cooperação sensata, científica e razoável**" (FREITAS, 2012, p. 189, grifos nossos). Melhor maneira de se atingir esta finalidade é através da *autogestão*, já explanada anteriormente, que conscientiza os sócios, visto que cada um possui um voto, tendo de se preocupar com os problemas de sua empresa, agregando aos trabalhadores práticas não autoritárias que gerará cada vez mais democracia política. A respeito dos benefícios oriundos da *autogestão*, e de sua relação com o sufrágio universal, Paul Singer é pontual:

Pelo visto, a *autogestão* exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. [...] O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a *cooperação* inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos.

[...]

O sufrágio universal, que vige em muitos países, possibilitou a prática da democracia política, que de certo modo inverte a relação de poder (ao menos formal) entre governo ou autoridade

pública e cidadãos. (SINGER, 2002, p. 21-22)

A propósito, apesar da relevância dada pela Constituição da República a esse novo cooperativismo, adotando-o "como uma das ferramentas de garantia e da ordem democrática" (CAPETTINI, 2011, p.98), bem como de se mostrar o meio adequado para se alcançar o desenvolvimento sustentável e alternativa na busca pela igualdade e uma vida melhor em um sentido amplo, há algumas barreiras, inclusive no âmbito do direito, que dificultam sua formação e crescimento.

Primeiramente, há enorme burocracia para constituição e manutenção da sociedade cooperativa, algo que está distante da realidade dos que buscam formá-la. Veja-se, dentre outras, há obrigatoriedade das cooperativas constituírem-se por deliberações da Assembleia Geral dos Fundadores, com seus regimentos internos definidos em estatuto, com obrigação de registrar seus atos constitutivos na Junta Comercial para obter personalidade jurídica, bem como a sociedade tem por obrigação manter os livros de Matrícula, de Atas de Assembleias Gerais, de Atas dos Órgãos de Administração, de Atas do Conselho Fiscal, de Presença dos Associados nas Assembleias Gerais, além de outros livros que são exigidos pela legislação comercial e fiscal.

Acrescente-se a isto o fato de limitar aqueles que, estando em um número pequeno de associados, pretendem constituir uma cooperativa de economia solidária e não o podem fazer, pois não possuem número mínimo pessoas exigidas pela legislação em vigor. Quanto a isso, mesmo que a Lei nº 5.764/1971 imponha a necessidade de vinte associados, admite-se o número mínimo de treze pessoas físicas, exigido pelo Código Civil (vale ressaltar, posterior, pois promulgado em 2002), com fundamento no estímulo dado pela Carta

Magna, em seu artigo 174, parágrafo 2º, ao cooperativismo. No que se refere à cooperativa de trabalho, que segundo artigo 2º da Lei 12.690/2012 é "a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum", a exigência cai para o número de sete sócios. Apesar disso, esse é um número que, por vezes, não condiz com a realidade do cooperativismo de economia solidária, tornando-se um empecilho e um fator desmotivador já na sua concepção.

Tudo isso demonstra que, mesmo no momento em que urge atitudes estatais que priorizem o desenvolvimento sustentável e social em detrimento de um sistema onde todas as decisões se baseiem exclusivamente em lucro e acúmulo de renda, o ordenamento e políticas públicas brasileiras ainda têm muito a evoluir para que se possa cumprir os objetivos da República de constituir uma sociedade livre, justa, solidária, sem pobreza ou desigualdade social.

CONCLUSÃO

As mudanças de grandes impactos em curto espaço de tempo nos mais diversos campos é uma das marcas da atual sociedade. Essas transformações, se de um lado trouxeram muitas comodidades às pessoas, por outro acarretaram problemas de diversas ordens, inclusive colocando em risco a própria vida do ser humano. Diante de tais dilemas, a partir da década de setenta do século passado, determinados segmentos sociais passaram a ter a preocupação de conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, foram suscitados muitos questionamentos ao modo de organização da economia dominante. Um deles é a heterogestão, onde a grande maioria sujeita-se a decisões as quais não obteve qualquer participação no poder

decisório. A justificativa para a gestão hierárquica assenta-se na meritocracia de que os mais capazes detêm o poder de elaborar o modo de produção de forma mais competente.

Nesse sentido, a economia solidária inova ao defender a autogestão. Com essa característica supre a necessidade de uma nova forma de organização da produção econômica que se caracterize pela busca da igualdade, fundada nos valores da cooperação, solidariedade e gestão democrática, valorizando o homem e a vida acima do capital, em sintonia com a Constituição Federal, que consagra no seu artigo 225 o princípio do desenvolvimento sustentável, garantindo a esta e às futuras gerações o direito ao meio ambiente equilibrado, assim como estabelece no artigo 174, parágrafo 2º, o dever do Estado de apoiar o cooperativismo e demais formas de associativismo, e elenca, no artigo 3º, os objetivos da República, constando, além do desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, visando à promoção do bem coletivo e a erradicação da pobreza e da desigualdade social.

Considerando esses objetivos da nação acima listados, o desenvolvimento a qual a Carta Magna faz referência no artigo 3º, inciso II, não pode ser outro senão o sustentável e social, que garanta à atual e às futuras gerações os recursos que hoje se possui, não levando em conta o crescimento econômico como único critério de avaliação. Assim também a economia solidária, na busca pela concretização de seus princípios do bem-estar comum e valorização da pessoa sobre o capital, tem a necessidade de produção de bens ou serviços de modo sustentável, observando sempre os recursos naturais, que, além de essenciais à manutenção da vida, não são infundáveis. Sendo assim, solidariedade não apenas com relação às cooperativas, mas para com a sociedade de modo geral, e, por consequência, com as

futuras gerações, de modo que também não prejudique as condições atuais e vindouras do meio ambiente.

A economia solidária em nada contraria os caminhos para o desenvolvimento sustentável, pelo contrário, tomando como marco teórico Freitas (2012) e Singer (2002) observa-se uma correlação entre os valores e princípios do cooperativismo de economia solidária e os elementos indispensáveis para a sustentabilidade, dentre os quais, destacam-se: a) ambos carregam conteúdo principiológico com fundamento constitucional; b) buscam um ambiente limpo, valorizando a vida em seu sentido amplo, ciente da importância de cada ser vivo e da escassez dos recursos naturais; c) visam o bem-estar e a satisfação das necessidades do homem acima das necessidades materiais, derivando disso padrões de consumo sustentáveis; d) solidariedade intergeracional, reconhecendo que somente assim será possível assegurar o direito ao bem-estar a esta e às futuras gerações.

São esses objetivos e valores em comum acima citados, com base nos preceitos constitucionais supramencionados, e os dados apresentados nesse trabalho - que mostra 40% da riqueza do mundo nas mãos de apenas 1% da população, tendo como consequência mais um sétimo da população vivendo em situação de pobreza extrema, associado ao aumento em cerca de 28% do desmatamento da Amazônia do período de 2012 a 2013 -, que levam à resposta do objeto desse estudo, se o cooperativismo de economia solidária é um meio eficaz para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, conclui-se que o cooperativismo de economia solidária é um meio viável e eficaz para se alcançar o desenvolvimento sustentável, e também que ambos estão interligados, sendo indissociáveis na promulgação dos objetivos elencados no artigo 3º da

Constituição Federal, anteriormente mencionados, tendo o Estado papel de extrema relevância na formulação de políticas públicas e de normas nas quais o desenvolvimento sustentável e social não figure em segundo plano, conforme determina o citado artigo 174, parágrafo 2º, da Lei Suprema.

Referências

ANTEAG – Associação nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005- 2007**. Editora Todos os Bichos: São Paulo, 2009.

BARBOSA, Evandro Brandão, e FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Coisas: Produção, Distribuição, Consumo e Sustentabilidade. **Contribuciones a La Economía**. mar. 2013. Disponível em: <<http://eumed.net/ce/2013/produzao-distribuicao-consumo-sustentabilidade.zip>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BEZERRA, Adriana, e outros. **Ousar a solidariedade**: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec.2008.

BOGARDUS, Emory. **Problemas de Cooperação**. Editora Lidador: Rio de Janeiro, 1964.

BRASIL. **Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907**. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932**. Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

CAPETTINI, Haynner Batista. O cooperativismo na ordem constitucional. In: BRAGA FILHO, Edson de Oliveira (Coord.) Sustentabilidade e cooperativismo: uma filosofia para o amanhã: **Anais do I Congresso Internacional do Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais e Cooperativos**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 91-101.

CENCI, Ana Righi; BEDIN, Gabriel de Lima; FISCHER, Ricardo Santi. Do Liberalismo ao Intervencionismo: o Estado como protagonista da (des)regulação econômica. In: **Constituição, Economia e Desenvolvimento**: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. n. 4, Curitiba, 2011. p. 77-97.

DECLARAÇÃO sobre o Direito ao Desenvolvimento - 1986. **Universidade de São Paulo – Usp**: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>>. Acesso em 12 jun. 2014.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14. ed. rev., amp. e atual. em face da Rio+20 e do novo “Código” Florestal) – São Paulo: Saraiva, 2013. p. 70-81.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional da Economia Solidária. [S.l.: s.n.], 2003.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. Saraiva: São Paulo, 1973.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. WS Editor: Porto Alegre, 2000.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores: Porto Alegre, 2003.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Taxas anuais do desmatamento - 1988 até 2013**. Disponível em: < http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2013.htm> Acesso em 30 set. 2014.

KALUF, Marco Aurélio Bellato. Estímulo econômico ambiental via cooperativismo. In: BRAGA FILHO, Edson de Oliveira (Coord.) Sustentabilidade e cooperativismo: uma

filosofia para o amanhã: **Anais do I Congresso Internacional do Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais e Cooperativos**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 131-141.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina: Coimbra, 2009.

LISBOA, Armando de Melo. Socioeconomia solidária: marco conceitual latino-americano. In: **IX Encontro Nacional de Economia Política**. Uberlândia, MG.: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004. Disponível em: <<http://www.cse.ufsc.br/~gecon/textos/2004/armando02-04.pdf>> Acesso em 29 set. 2014.

LUZ FILHO, Fábio. **O Direito Cooperativo**. Irmãos Pongetti Editores: Rio de Janeiro, 1962.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 22. ed. rev., amp. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 61-87.

MANCINI, Euclides André. Consumo Solidário. In: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores: Porto Alegre, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 86-89.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina: Coimbra, 2009.

NAMORADO, Rui. **Os Princípios Cooperativos**. Editora Fora do Texto: Coimbra, 1995.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina: Coimbra, 2009

NAMORADO, Rui. Cooperativismo - um horizonte possível. In: GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos do direito cooperativo e cidadania**. Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR: Curitiba, 2005.

PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. Saraiva: São Paulo, 2004.

PNUD - Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Humanidad Dividida: Cómo hacer frente a la desigualdad en los países en desarrollo**. Nova York, 2013. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Inclusive%20development/Humanity%20Divided/Spanish_web_low.pdf> Acesso em 30 set. 2014.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4. ed. Editora Atlas: São Paulo, 2004.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. DP&A Editora: Rio

de Janeiro, 2000.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de Direito Ambiental**: Parte Geral. 2. ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 170-173.

SACHS, Ignacy; Stroh, Paula Yone. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária –SIES – disponibiliza nova base de dados** (2013). Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>> Acesso em 29 set. 2014.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 10. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 19 -29.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Veraz Editores: Porto Alegre, 2003.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, nº 51, 2004. p. 7 - 21.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver**: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira; NEPSTAD, Daniel Curtis; CURRAN, Lisa; CERQUEIRA, Gustavo Coutinho; GARCIA, Ricardo Alexandrino; RAMOS, Claudia Azevedo et al. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 out. 2014.

VEIGA, Jose Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

*Recebido em 04/05/2015
Aprovado em 22/05/2015*

20 ANOS DE NAFTA E A SITUAÇÃO DO MÉXICO: EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DE UMA INTEGRAÇÃO ASSIMÉTRICA

Rúbia Marcussi Pontes*

Resumo

O contexto de formação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) entre Canadá, Estados Unidos e México no início da década de 1990 demonstra a busca das empresas transnacionais (ETNs) por novos contextos de acumulação capitalista, sendo o México um local ideal para a prática de medidas de comércio liberalizantes. Embora o nível de exportações do México tenha crescido, o valor agregado às suas cadeias de produção é extremamente baixo. Depois de 20 anos, os efeitos do NAFTA para o México são o agravamento da pobreza e o baixo crescimento do PIB em descompasso com o aumento das exportações. O presente artigo analisa, portanto, os efeitos socioeconômicos de uma integração assimétrica como proposto nos moldes do NAFTA, levando em consideração o impacto da China como novo centro de localização de manufaturas principalmente a partir dos anos 2000. O México, que não foi completamente integrado às economias americana e canadense, foi, portanto, facilmente substituído.

Palavras-chave: Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); México; indústria maquiladora; efeitos socioeconômicos; relação assimétrica.

Abstract

The context of constitution of the North America Free Trade Agreement (NAFTA) between Canada, the United States and Mexico in the early 1990s demonstrates the pursuit of new spaces of capitalist accumulation by transnational corporations (TNCs), in which Mexico was an ideal place for liberalizing trade measures. Although the level of exports from Mexico grew, the value added to the production chains is extremely low. After 20 years, the effects of NAFTA in Mexico are the deepening poverty and low GDP growth in a mismatch with the exports' increase. This article seeks, therefore, to analyze the socioeconomic effects of an asymmetric integration proposed in terms such as NAFTA is, taking into account the impact of China as a new center of location for manufactures, especially since the 2000s. Mexico, which was not completely integrated into the American and Canadian economies, was, therefore, easily replaced.

Keywords: North American Free Trade Agreement (NAFTA); México; maquiladora industry; socioeconomic effects; asymmetrical relationship.

* Diretora Acadêmica do Centro Acadêmico de Relações Internacionais na Faculdade de Campinas na gestão de 2014, participou da iniciativa FACAMP Model United Nations nas edições de 2013 e 2014 como Diretora Assistente e Diretora, respectivamente. Graduada em Relações Internacionais e Ciências Econômicas pelas Faculdades de Campinas, tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais. E-mail: rubiamarcussi@gmail.com

Introdução – As tendências de desregulamentação e o NAFTA

A formação do North American Free Trade Agreement (NAFTA) ou Tratado de Livre Comércio da América do Norte no início da década de 1990 foi resultado de uma negociação extremamente rápida entre Canadá, Estados Unidos e México, que formalizaram o acordo em 1992. Após sua entrada em vigor em 1º de janeiro de 1994, o NAFTA criou a maior área de livre comércio do mundo, movimentando aproximadamente US\$ 17 trilhões em bens e serviços e eliminando completamente todas as barreiras alfandegárias em 2008 (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014). Os impactos do NAFTA, contudo, vão muito além do aumento do comércio entre seus países membros: o tratado reforçou um movimento já existente anteriormente no qual as grandes empresas transnacionais (ETNs), com destaque para as empresas norte-americanas, podiam se instalar no México, onde havia mão de obra relativamente barata se comparada à dos Estados Unidos, além de uma legislação precária em relação ao meio ambiente e à infraestrutura (CORSI, 2013, p. 33). Embora o acordo do NAFTA tenha sido analisado com uma importante demonstração de integração, o presente artigo buscará demonstrar que a liberalização completa da economia mexicana proporcionou, na verdade, resultados socioeconômicos agravantes em um contexto de integração assimétrica, dado que a economia mexicana não foi integrada à estadunidense e à canadense – sendo somente um espaço de acumulação capitalista para as grandes empresas transnacionais.

O contexto no qual o NAFTA é criado está diretamente relacionado às ideias de liberalização e de desregulamentação dos mercados, um

discurso constante principalmente a partir da década de 1980 com a busca por vantagens competitivas. Nesse sentido, estratégias de blocos econômicos regionais se inserem dentro de um processo denominado como globalização, que pressupõe a criação de áreas de livre comércio – como institucionalizado através do NAFTA. Nesse sentido, a ETN é considerada como “o principal agente do processo de internacionalização da produção” (GONÇALVES, 2002, p. 391), que se expressa através do aumento dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) e através de uma estratégia de deslocalização produtiva. Portanto, para demonstrar os efeitos devastadores que a liberalização e a abertura completa do mercado mexicano trouxeram para o país, o artigo demonstrará o contexto no qual o NAFTA se insere.

Embora as exportações mexicanas tenham aumentado consideravelmente a partir da assinatura do NAFTA, não houve a formação de cadeias produtivas completas no país, havendo destaque para as indústrias maquiladoras, que reúnem componentes diversos para a montagem final de produtos no México (ESPÓSITO, 2013, pp. 51-53). Nesse sentido, torna-se um imperativo demonstrar que a deslocalização produtiva é uma estratégia adotada pelas empresas transnacionais na busca por vantagens competitivas que não necessariamente geram benefícios de desenvolvimento para o país na qual elas se instalam, dado que o aumento do PIB nem sempre acompanha o aumento das exportações (PALMA, 2004). Um exemplo disso é a produção de aparelhos de televisões no México: as empresas mexicanas são responsáveis pelo fornecimento de somente 2% dos insumos na composição dos aparelhos, sendo os 98% dos insumos restantes vindo de importações diretas ou indiretas (PALMA, 2004, p. 413). É possível observar, portanto, que embora as exportações mexicanas tenham, de fato, aumentado,

isso ocorreu às custas de uma atividade que desmantelou a capacidade de organização sindical do país e manteve os altos índices de pobreza da população mexicana ainda em um período recente (ESPÓSITO, 2013, p. 53).

Entretanto, mesmo com dados que demonstram claramente as desvantagens que uma integração assimétrica proporcionou para o México, ainda afirma-se que o NAFTA foi um dos exemplos de integração de maior sucesso no continente americano: a abertura liberalizante do mercado mexicano e a atração de IED para o país são muitas vezes vistos como fatores que tornaram o México em um país “estável e próspero” (DEPPTER, Better, NAFTA, 2014). O presente artigo defenderá a tese de que o processo de integração do NAFTA proporcionou, na verdade, impactos socioeconômicos extremamente negativos para o México: medidas de complementariedade não foram adotadas e, portanto, as assimetrias entre as economias membros do Tratado foram acentuadas, visto que não houve uma integração produtiva.

Essa falta de integração entre as economias é claramente visível através da substituição do México como espaço de montagem de produtos em detrimento da China, que tornou-se um centro de montagem principalmente a partir da entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), no início dos anos 2000. O artigo demonstrará, portanto, que a situação mexicana foi agravada a partir deslocalização produtiva para o Leste Asiático – e principalmente para a China – em busca de melhores vantagens comerciais, havendo deslocamento de 730 indústrias maquilas do México para a China entre 2000 e 2003, provocando queda acentuada nos níveis de emprego no país da América Latina (MURUA, 2010, pp. 118-119).

O artigo demonstrará ainda que os efeitos socioeconômicos negativos do NAFTA para o México reforçam a

vulnerabilidade do país, como demonstrado com o acréscimo da China à problematização. Como apontado por Palma, “na China, a montagem dos produtos tende a estar integrada numa cadeia de produção doméstica bem mais ampla” (2004, p. 413). Assim, confirma-se a tese de que a zona de livre comércio do NAFTA, a partir de uma perspectiva sem complementariedade entre as economias, reforçou a problemática de inserção do México a partir de uma especialização regressiva, que é demonstrada a partir da baixa produtividade e dos modestos níveis de crescimento do seu PIB ao longo de 20 anos.

Seção 1 – O contexto internacional de formação do NAFTA

A Seção 1 buscará demonstrar a formação do contexto internacional para a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) a partir de uma perspectiva que salienta, em um primeiro momento, a desregulamentação e a abertura dos mercados nacionais, em um contexto no qual o Investimento Estrangeiro Direto (IED) e a deslocalização produtiva tornaram-se parte da estratégia das empresas transnacionais (ETNs) em busca de novos espaços de acumulação. Em um segundo momento, a análise demonstrará como ocorreu a assinatura do Acordo e, por fim, qual foi o papel que as empresas maquiladoras desempenharam na economia mexicana – levando em consideração uma postura crítica que demonstrará a baixa complementariedade entre as economias que fazem parte do NAFTA e, em especial, como as empresas maquiladoras não acrescentam valor à produção industrial mexicana.

1.1 O Investimento Direto Estrangeiro e a deslocalização produtiva

O sistema internacional na década de 1970 é marcado por profundas crises, que vão desde os choques do petróleo em 1973 e 1979 até uma reestruturação do sistema capitalista, que busca recompor a sua rentabilidade a partir da superação dos limites que haviam sido impostos no período denominado como “época de ouro do capitalismo” (CORSI, 2013). É importante destacar que esse processo de reestruturação do sistema é feito principalmente a partir da chamada “acumulação flexível”, que busca a expansão do capital através da sua internacionalização (CORSI, 2013, pp. 14-15).

A internacionalização do capital está diretamente relacionada ao termo “globalização”, que surge no começo dos anos 1980 para descrever um processo no qual a economia internacional estaria cada vez mais integrada até a eliminação completa das fronteiras e com empresas cada vez mais sem nacionalidades, um processo que pressupõe a liberalização e a desregulamentação de todos os campos que impedem que o capital seja valorizado e expandido (CHESNAIS, 1996, pp. 23-25). A noção de mundo globalizado, embora tenha invadido o discurso político vigente na época de forma extremamente otimista, é, na verdade, uma ferramenta que facilita as operações dos grupos industriais multinacionalizados: a desregulamentação financeira e dos mercados, bem como a precarização das condições de trabalho, são duas consequências indissociáveis da chamada internacionalização do capital (SABBATINI, 2008, p. 1).

Nesse panorama de transformações do sistema internacional capitalista, é importante destacar que existem duas dimensões interdependentes, que são a esfera financeira e produtiva (SABBATINI, 2001, p. 5). Embora essas esferas comuniquem-se constantemente no processo de globalização (CHESNAIS, 1996), o presente trabalho buscará

entender as transformações na dimensão produtiva a partir da ascensão da ideia de mundo globalizado, no qual as ETNs ou as grandes corporações mundiais são consideradas como os centros de acumulação e de centralização do poder econômico do capital (GONÇALVES, 2002, p. 389).

Nesse contexto de liberalização e de desregulamentação dos mercados, a empresa transnacional é considerada como “o principal agente do processo de internacionalização da produção” (GONÇALVES, 2002, p. 391), que se expressa através da exportação, do licenciamento de ativos e de Investimento Externo Direto (IED). Levando em consideração os elevados índices de IED principalmente a partir da década de 1990 entre os países da Triáde (Estados Unidos, Japão e Alemanha) (SABBATINI, 2001, p. 6), é possível observar que essa é uma maiores formas de expressão que a internacionalização da produção assume, tornando-se um imperativo analisar as causas que levam à preferência pelo IED.

A expansão de filiais das ETNs no mundo acompanha o processo de desregulamentação dos mercados nacionais, o que, sob o discurso da globalização, levaria a efeitos benéficos que promoveriam a integração e o desenvolvimento, principalmente a partir de maior eficiência econômica e de fortalecimento das indústrias através da atividade das empresas transnacionais (PASSOS, 2010, p. 38); entretanto, como apontado por Chesnais, “a absoluta liberdade de movimentos” (CHESNAIS, 1996, p. 25) das empresas transnacionais nos países é, na maioria das vezes, somente a potencialização da acumulação capitalista a partir da possibilidade da exploração de recursos naturais, de mão de obra, que costuma ser barata e desqualificada, e de mercado consumidor (PERON et al., 2010, p. 7).

Em outras palavras, as empresas transnacionais utilizam o IED como forma

de garantir vantagens competitivas que, em um contexto de intensificação da concorrência intercapitalista, gerarão maiores taxas de rentabilidade. Assim, a reestruturação do sistema capitalista está baseada na produção internacional a partir da instalação das ETNs nas regiões que apresentam as melhores condições estratégicas para a intensificação do processo de acumulação capitalista (CORSI, 2013, pp. 23-26).

Esse processo caracteriza a deslocalização produtiva, um desdobramento do processo de intensificação de IED que é caracterizado “por estratégias empresariais lucrativas de *outsourcing*, ou fluxos internacionais de insumos produzidos ao redor do globo, pela própria corporação ou por redes de fornecimento explicitamente hierarquizadas” (SABBATINI, 2001, p. 7). Nesse sentido, as ETNs não possuem mais laços diretos com seus Estados de origem: em um contexto de abertura de mercados e de internacionalização da produção, esses organismos passam a buscar novas fronteiras de acumulação.

Esse processo gerou uma mudança essencial nas determinantes das estratégias de desenvolvimento dos países no mesmo período, pois “o poder econômico das transnacionais traduz-se principalmente na capacidade de determinar as trajetórias de crescimento e desenvolvimento (ou até mesmo o contrário) dos países que as recebem” (PASSOS, 2010, p. 37): as relações de emprego e renda, por exemplo, são profundamente afetadas pela presença das ETNs em países em desenvolvimento.

A deslocalização produtiva e o aumento dos fluxos de IED, portanto, tornam-se fatores determinantes para a compreensão da trajetória de desenvolvimento de diversos países, visto que a

“internacionalização produtiva significou a descentralização territorial das cadeias de produção globais ao mesmo tempo em que estão integradas sobre o comando dessas empresas [transnacionais], como uma nova

expressão da concorrência capitalista global. E os IED se tornaram o veículo principal de internacionalização dessas operações, de modo que a partir da década de 1970 observa-se um aumento progressivo desses fluxos no mundo inteiro” (GUARNIERI, 2010, p. 11).

1.2 A assinatura do NAFTA

O contexto de liberalização e de desregulamentação do sistema internacional a partir das décadas de 1980 e 1990 é evidenciado não somente através do processo de globalização, mas também a partir da retomada da ideia de regionalismo (SABBATINI, 2001, pp. 9-13). O regionalismo não é uma ideia oposta à globalização, mas sim um instrumento que permite a integração econômica de diversos países principalmente a partir de acordos que buscam, na maioria das vezes, o livre comércio. Esses acordos regionais estão, portanto, dentro de uma tendência observada nas últimas décadas do século XX de diminuição das barreiras e de liberalização crescente (SABBATINI, 2001, pp. 14-16).

Dentro desse contexto de simbiose entre as noções de globalização e de regionalismo, é possível observar uma relação entre a tendência de liberalização e de desregulamentação dos mercados “considerando que esse novo modelo de inserção internacional baseado na atração de ETN consubstancia uma relação simbiótica entre o capital sob a forma de IED e o Estado - na medida em que os Estados passaram a compactuar e a incentivar a vinda dessas autoridades transnacionais” (PASSOS, 2010, p. 38). Há, portanto, uma profunda alteração em relação à forma com as quais as empresas transnacionais são tratadas nesse novo contexto: os Estados tornam-se importantes agentes no processo de atração das ETNs tanto nos planos nacionais quanto multilaterais através de medidas que ampliam os direitos das empresas

concomitantemente à uma forte limitação da capacidade dos Estados nacionais de atuarem em questões essenciais (SABBATINI, 2008, pp. 5-8).

O caso do México é, nesse sentido, uma evidência do processo de atração das empresas transnacionais através de uma mudança qualitativa nas forças do Estado, que passam a atuar fortemente em prol de medidas que reforcem os direitos das ETNs através da desregulamentação e da abertura de seus mercados. Segundo Hiernaux-Nicolas, “a abertura dos mercados [mexicanos] não é resultado, como pensam alguns observadores, da assinatura do Tratado de Livre Comércio de 1994, mas encontra suas origens no sexênio de Miguel de La Madrid (1982-1988)” (2005, p. 30).

É importante destacar que a crise de 1982 no México afetou profundamente a credibilidade do país no sistema internacional, gerando uma forte pressão sobre o novo presidente, De La Madrid, para que houvesse a tomada de medidas de acordo com o postulado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para que a economia mexicana pudesse se recuperar: a redução do gasto público, a reestruturação da dívida pública e o congelamento dos salários foram somente algumas das medidas do novo governo mexicano que geraram, em primeiro lugar, o empobrecimento da população (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 31). Além disso, a radical política de liberalização do presidente De La Madrid afetou profundamente a indústria mexicana, que antes era fortemente protegida (PALMA, 2004, p. 411). Nesse sentido, a redução do emprego e da atividade industrial são consequências de um processo de “abertura unilateral das fronteiras com desoneração de tarifas para o comércio exterior” (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 31), o que demonstra a desregulamentação da atividade produtiva no México.

Dentro do contexto de globalização, as novas políticas adotadas por De La Madrid demonstraram o alinhamento do México com o corolário do denominado Consenso de Washington, que preconizava a estabilização das economias através de uma reestruturação baseada em medidas liberalizantes (CORSI, 2013, p. 15). O processo não ocorreu somente no México, mas em toda a América Latina: sobre o pretexto de que a adaptação era necessária para que as economias pudessem se inserir na nova ordem global através da abertura dos mercados (CHESNAIS, 1996), as ETNs encontraram novas fronteiras de acumulação, enquanto os Estados tiveram seu escopo de atuação limitado.

A nova postura adotada por De La Madrid foi recebida com entusiasmo pelos diversos atores internacionais, que “manifestaram seu apoio através de novos fluxos de capitais” (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 34). Dessa forma, o governo de Carlos Salinas de Gortari, compreendido no período de 1988 a 1994, encontrou uma perspectiva positiva para a continuação do processo de abertura da economia mexicana.

Nesse sentido, torna-se evidente que a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) foi um processo de integração das economias do Canadá, Estados Unidos e México dentro da conjuntura internacional baseada na ideia de que o regionalismo expresso através de acordos de livre comércio beneficiaria as economias; após sua entrada em vigor em 1º de janeiro de 1994, o NAFTA criou a maior área de livre comércio do mundo, movimentando aproximadamente US\$ 17 trilhões em bens e serviços (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014). Porém, embora tenha sido celebrado como um acordo inovador, o NAFTA foi, na verdade, somente a formalização do que já ocorria através da ação das empresas estadunidenses no México e no Canadá

(SABBATINI, 2008, p. 13), o que demonstra que a deslocalização produtiva em busca por vantagens competitivas já ocorria antes da assinatura do Tratado. A assinatura do NAFTA, contudo, garantiu que as ETNs tivessem uma série de direitos institucionalizados, o que, dentro da formação de uma área de livre comércio, foi, na prática, expresso através da abertura unilateral dos mercados mexicanos (SABBATINI, 2008, p. 36).

Dentro desse contexto de liberalização generalizada, é possível observar que o NAFTA, embora tenha sido baseado na eliminação das barreiras alfandegárias entre as economias membros, foi pautado por uma relação extremamente assimétrica: mesmo com as exportações crescendo muito desde 1994, o PIB do México não acompanhou a mesma trajetória, deixando de haver uma taxa de 1 para 1 entre as exportações e o PIB (PALMA, 2004, p. 411). Além disso, é possível observar que as tendências concentradoras dos fluxos migratórios nas grandes cidades do país, como ocorria com a Cidade do México, sofrem uma forte alteração: esses centros deixaram de ser atrativos em detrimento das cidades do norte do país, as quais estavam mais próximas da fronteira com os Estados Unidos (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 33). Esse processo demonstra que a liberalização das fronteiras proporcionada pelo NAFTA fez com que grande parte das empresas transnacionais – especialmente as norte-americanas – pudessem instalar-se de fato no território mexicano, onde a mão de obra era mais barata e a legislação ambiental, relativamente fraca. Dessa forma, a descentralização produtiva e o IED assumem caráter de destaque na transformação que o México sofre com o NAFTA a partir da intensificação da presença das indústrias maquilas no território mexicano, o que será analisado no seguinte item.

1.3 A indústria maquiladora no México

O processo de integração entre países com “grandes diferenças nas estruturas de custos” (SABBATINI, 2008, p. 74) potencializa o Investimento Externo Direto que busca vantagens competitivas; a relação entre os parceiros comerciais do NAFTA insere-se nessa rede de livre comércio, na qual o aumento do IED proveniente dos Estados Unidos em direção ao México é exatamente em busca de condições de produção mais baratas especialmente em manufaturas (PASSOS, 2010). Nesse sentido, é possível observar que, para os Estados Unidos e para as empresas transnacionais, o NAFTA era a institucionalização de circunstâncias nas quais poderia haver reforço da acumulação capitalista, principalmente a partir da deslocalização produtiva. O México sob a administração do presidente Salinas – responsável pela assinatura do Tratado – esperava que o país pudesse inserir-se no mundo globalizado a partir da transferência de tecnologia e de maior proximidade com seus parceiros econômicos (PASSOS, 2010, pp. 43-44). Nesse panorama, nota-se que “o NAFTA possibilitou a efetivação do ambiente institucional liberalizado e flexível necessário para a atração das empresas maquilas, principalmente as americanas” (PASSOS, 2010, p. 43).

As indústrias maquiladoras iniciaram suas atividades no México em 1964 através de um estatuto de exceção, que permitia que matérias-primas e produtos semimanufaturados pudessem ser importados para o país, onde seriam montados e transformados em produtos finais que seriam exportados sem que impostos fossem cobrados em nenhuma das fases do processo (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 33). As indústrias maquilas, portanto, fazem parte da história econômica mexicana desde meados do século XX como uma forma de industrialização que proporcionava o desenvolvimento principalmente do norte

do país (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 33).

Porém, dentro do contexto de liberalização das fronteiras e dos mercados, bem como da deslocalização produtiva na década de 1980, as indústrias maquiladoras assumem um papel ainda mais importante, pois a abertura das fronteiras mexicanas proporcionou o rápido crescimento das indústrias maquila em todo o território do país. A própria localização geográfica com os Estados Unidos foi um fator importante na logística de exportação dos produtos, além da proximidade entre os países facilitar a instalação das empresas transnacionais principalmente na fronteira (PASSOS, 2010, p. 44): inúmeras ETNs provindas dos Estados Unidos passam a poder se instalar no território mexicano para montarem produtos (com destaque para manufaturados). Nesse sentido,

essa indústria [maquila], como forma de inserção internacional e desenvolvimento industrial escolhida pelo México, pode ser definida como um conjunto de unidades produtivas – particularmente empresas transnacionais – organizadas para realizar a montagem final (*assemble*) de diversos produtos no país, meio do processamento de diferentes materiais, insumos, peças e componentes. Porém, esses insumos e componentes apresentam uma particularidade: além de todos eles serem importados sem taxações do Estado em que as maquilas se estabelecem, essa importação é considerada temporal (e no caso do México, esses insumos podem permanecer até um ano no país). A importação é temporal justamente porque o objetivo da indústria maquilas é o de montar o produto com insumos importados para que ele prontamente seja reexportado para o país de origem da empresa ou até mesmo para outras localidades definidas pela matriz, de modo que essa indústria também é conhecida como empresa maquiladora de exportação (PASSOS, 2010, pp. 43-44).

Outro elemento essencial para a compreensão acerca do crescimento das

indústrias maquila no México proporcionado pelo NAFTA é a busca por mão de obra barata e desqualificada: embora o discurso estadunidense fosse, por um lado, de ganho de competitividade das ETNs a partir de custos de produção mais baixos, o discurso mexicano era, por outro, de que a economia do México seria beneficiada com a geração de empregos e com expansão da renda (PASSOS, 2010, p. 44). A realidade, contudo, apresentou-se de forma extremamente diferente, o que será analisado na próxima Seção.

Seção 2 – Um balanço após 20 anos de NAFTA

A formação do Acordo de Livre Comércio na América do Norte correspondeu, como analisado na Seção 1, à uma conformação de políticas nacionais concomitantemente com o panorama internacional de desregulamentação e de abertura de mercados. Desde a assinatura do Tratado, 20 anos se passaram e as consequências dessa integração ainda são apresentadas com discursos extremamente positivos em relação aos efeitos da integração, especialmente para o México, que é visto como o principal beneficiário do processo (“BIGGER, Better, NAFTA”, 2014). Segundo o discurso atual, a abertura da economia mexicana proporcionou elevação na produtividade manufatureira do México, assegurando o comprometimento do país – através do NAFTA – com políticas domésticas coerentes com um modelo liberalizante, abrindo portas para mais 14 acordos de livre comércio assinados pelo México desde então (“BIGGER, Better, NAFTA”, 2014); a iniciativa adotada pelo NAFTA é, então, uma perspectiva de integração que deveria ser estimulada e adotada por mais países no continente americano (BEAULIEU, 2013). É evidente, portanto, que o movimento de integração através do NAFTA é visto por diversos veículos de comunicação e autores de forma vantajosa

especialmente para a economia mexicana, que ganhou competitividade e pôde se inserir na estratégia econômica global através da atração de IED. A realidade do México, contudo, é muito diferente daquela comumente exposta, o que será analisado nessa Seção.

2.1 Consequências socioeconômicas do Tratado para o México

As políticas de abertura da economia mexicana e de desproteção à indústria nacional (iniciadas por De La Madrid e continuadas pelo presidente Salinas), combinadas com a institucionalização de uma estratégia clara de atração de IED, geraram um quadro delicado para a economia do país; o NAFTA reforça essa situação, pois o processo de integração foi baseado não na complementariedade entre as economias do Canadá, dos Estados Unidos e do México, mas sim em uma estratégia que acrescenta baixo valor agregado às cadeias de produção no México (CORSI, 2013, p. 33). A progressiva perda de força da esquerda mexicana em detrimento de um modelo de desenvolvimento completamente voltado para atração de IED, expresso através de 18 anos de política neoliberal (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 42), gerou resultados socioeconômicos extremamente negativos para o México.

É verdade que a consolidação da atividade maquiladora no México principalmente a partir do estabelecimento do NAFTA proporcionou aumento nos índices de geração de emprego, chegando a 1,3 milhões em 2001 (PALMA, 2004, p. 413). Entretanto, as empresas maquiladoras são, em essência, um mecanismo que promove grandes ganhos para as empresas, que montam seus produtos em locais onde a remuneração da mão de obra é precária, em detrimento de um quadro com poucos ganhos de longo prazo para o país onde as empresas são

instaladas (PASSOS, 2010, p. 38). Dessa forma, embora haja, de fato, uma elevação nas taxas de emprego, esses são de baixa qualificação, instáveis e com baixa remuneração. Segundo Espósito, “há evidências de que, pelo menos no período entre 1994 e 2000, os empregos criados nas maquilas pagavam 52% menos do que os outros postos de trabalho” (2013, p. 53).

Além disso, ao permitir uma área de livre comércio, o NAFTA proporcionou uma especialização regressiva no México através de uma atividade que promove baixo encadeamento da economia (PALMA, 2014). Isso é extremamente preocupante porque “o desenvolvimento parece requer industrialização com diversificação setorial e adensamento das cadeias produtivas” (CORSI, 2013, p. 29). Uma vez que os produtos somente são montados no México, não existe a constituição de elos produtivos que poderão garantir um desenvolvimento autônomo para a indústria do país no longo prazo (ESPÓSITO, 2013, pp. 51-53); existe, na verdade, uma forte dependência do IED no país. É possível observar, portanto, que embora as exportações mexicanas tenham, de fato, aumentado, isso ocorreu às custas de uma especialização regressiva que desmantelou a capacidade de organização sindical do país e manteve os altos índices de pobreza da população mexicana, o qual ainda era de 47,4% em 2008 (ESPÓSITO, 2013, p. 53).

Também torna-se um imperativo destacar que a presença das indústrias maquiladoras no norte do México transformaram profundamente as relações sociogeográficas do país a partir de uma intensa migração da população mexicana para a fronteira com os Estados Unidos, o que Hiernaux-Nicolas denomina como “Marcha para o Norte” (2005, p. 36). A atração exercida pela deslocalização produtiva das empresas transnacionais para a região norte do país levou à uma profunda realocação das atividades

econômicas e da população mexicana antes mesmo da assinatura do NAFTA: cidades que antes eram extremamente importantes na dinâmica social interna, como a Cidade do México, sofreram com altos níveis de desemprego e com a redução da atividade industrial (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 32). A partir da assinatura do NAFTA, entretanto, observa-se que há um intenso processo de reorganização social e de migração para o norte do país, sendo o lugar reservado para o território do sul do país relegado pelo desenvolvimento das indústrias maquila, “de sorte que não seria exagerado afirmar que o sul do território mexicano é o espaço da não-integração ou da exclusão dos processos de abertura” (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, pp. 40-41). Além disso, existe um forte risco de destruição das comunidades tradicionais locais a partir da ascensão da “globalização” em todo o território mexicano, dado que há uma forte tendência de separação do desenvolvimento social em relação ao crescimento econômico (HIERNAUX-NICOLAS, 2005, p. 44).

A análise de Almeida torna-se crucial nesse ponto para a compreensão do movimento que ocorre com a integração regional, principalmente no âmbito do NAFTA: para ele, a questão social dificilmente faz parte das questões prioritárias na formulação de acordos, especialmente de áreas de livre comércio, onde o principal objetivo é a completa eliminação de barreiras alfandegárias para a circulação de mercadorias e para a busca de vantagens competitivas pelas empresas transnacionais (ALMEIDA, 1999, pp. 17-22). O autor destaca que “as bases reais dos processos de integração são, portanto, indubitavelmente, econômicas e comerciais, sem o que esses processos simplesmente não se sustentariam na prática” (ALMEIDA, 1999, p. 21). O autor afirma ainda que o processo de integração que ocorreu na América do Sul na década de 1990 (em uma referência tanto o

NAFTA quanto ao Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL) não buscou a “coesão social” que caracterizou o modelo europeu na constituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE), mas sim o livre-cambismo administrado, no qual o receituário de adaptação das economias era amplamente difundido como necessário no contexto de globalização (ALMEIDA, 1999, p. 30).

Contextualizando a integração nos moldes do NAFTA dentro dessa perspectiva que desnuda a baixa valorização da coesão social, torna-se um imperativo ressaltar também “o fato de que segmentos importantes da opinião pública acreditaram encontrar nessa eventual abertura comercial uma ocasião para (...) favorecer uma maior democratização do país” (BRUNELLE, 1999, p. 223). Entretanto, vinte anos depois da implementação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, o que se observa é uma grande desarticulação política e social através de um acordo que não beneficiou os trabalhadores mexicanos, mas, ao contrário, desmantelou a “capacidade de atuação dos sindicatos (...), pois, se o nível da pobreza aumentou no país, provavelmente os sindicatos não têm desenvolvido propostas efetivas para o aumento dos níveis salariais no país” (ESPÓSITO, 2013, p. 53).

O aumento da pobreza a que Espósito faz referência é demonstrado pela autora através de dados que evidenciam os efeitos do NAFTA, os quais não são tão brilhantes para a economia do México como costuma-se acreditar: se em 1992, 53,1% dos mexicanos eram considerados pobres de acordo com a classificação do Banco Mundial, em 1996 esse número subiu para 69% (ESPÓSITO, 2013, p. 51). Nessa conjuntura, torna-se evidente que o NAFTA não foi um acordo de integração que buscou a complementariedade entre as economias, de forma que a economia mexicana – por ser a menos dinâmica entre as três – sofreu uma forte especialização

regressiva, na qual a atividade das empresas maquiladoras proporcionou alterações sociogeográficas que aprofundaram as diferenças sociais entre as regiões e agravaram a situação qualitativa dos empregos e da produção industrial do país (HIERNAUX-NICOLAS, 2005).

Nesse contexto, a presença da China como um novo centro de montagem de manufaturas agrava ainda mais a inserção do México na economia mundial, um processo que se desenvolve principalmente a partir dos anos 2000 com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), provocando o deslocamento de 730 indústrias maquilas do México para a China entre 2000 e 2003 (MURUA, 2010, pp. 118-119). Essa nova conjuntura será analisada no próximo item dessa Seção.

2.2 A presença da China como um elemento complicador

Corsi aponta que a reestruturação capitalista a partir das crises de 1970 buscou, de fato, novos espaços de acumulação principalmente a partir de estratégias de IED, com destaque da deslocalização produtiva através das grandes empresas transnacionais principalmente estadunidenses (2013, pp. 35-37). Nesse sentido, o Leste Asiático mostrou-se como uma região de extrema conexão entre os Estados, o que foi permitido pela proximidade geográfica e pelo aumento dos fluxos de comércio a partir de uma perspectiva de integração entre as cadeias produtivas e a integração regional (MEDEIROS, 2014, pp. 3-4).

Dentro dessa rede interconexa entre os Estados do Leste Asiático, há destaque para a ascensão da China como um centro produtor de manufaturas principalmente a partir de um regime macroeconômico de altos níveis de investimento estatais combinado com câmbio extremamente desvalorizado, o que proporcionou elevada competitividade do setor industrial chinês

em relação tanto aos seus vizinhos quanto a outros países (MEDEIROS, 2014, p. 13). Além disso, as isenções tarifárias às importações de componentes para a produção de bens finais nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), bem como os altos índices de investimento em cadeias produtivas completas, fizeram com que a China se tornasse um duplo polo na economia mundial, sendo

“de um lado, o principal produtor e exportador asiático de produtos finais intensivos em mão de obra (tanto em bens de consumo quanto em máquinas da TI), de outro afirmou-se como grande mercado para peças e componentes, bens intermediários e bens de capitais (...), o que levou a uma decidida realocação do déficit americano para a China. (...) a China, que em 1990 destinava apenas 8,3% de suas exportações para os EUA, passou a destinar para este mercado 20,9% em 2000” (MEDEIROS, 2014, p. 15).

Nesse sentido, é importante destacar que a “abertura ao exterior” empreendida pela China a partir de 1978, com as reformas econômicas e políticas de Deng Xiaoping, faz parte de um projeto de desenvolvimento nacional no qual “a China agiria segundo seu próprio ritmo baseado na determinação de seu interesse nacional, que não poderia ser prescrito por estrangeiros” (KISSINGER, 2011, p. 410). A aproximação do país com os Estados Unidos e a ruptura com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) demonstram o abandono do modelo de desenvolvimento que vinha sendo empregado por Mao Zedong desde a constituição da República Popular da China em 1949; além disso, o dinamismo das economias vizinhas, especialmente do Japão e da Coreia do Sul, demonstrou que a China precisava se transformar se quisesse desenvolver seus índices econômicos e sociais (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 373).

Nesse sentido, o IED não era uma via que deveria ser evitada, mas, ao

contrário, poderia ser utilizada em prol do desenvolvimento nacional, pois ele proporcionava, na visão do próprio Deng, transmissão de tecnologia e conhecimento, além de ser crucial para o processo de abertura econômica (KISSINGER, 2011, p. 426). Entretanto, a atração de IED nas ZEEs impunha “a condição de associação das empresas estrangeiras com empresas estatais”, o que fazia com que o IED funcionasse como uma “janela de investimentos para adensamento produtivo e ponte para aquisição de novas tecnologias, e não indutor de fundos para fusões e aquisições ou processos de privatizações” (JABBOUR, 2012, p. 281).

É possível observar, portanto, que a China tornou-se um local extremamente atrativo para o IED, embora isso tenha sido feito a partir de uma estratégia totalmente distinta em relação às maquilas mexicanas. Palma aponta que “ao contrário, no Leste Asiático, por contraste com a “maquila” mexicana, o percentual de insumos domésticos utilizada, por exemplo, na China, em empresas equivalentes é normalmente bem alto” (2004, p. 413). A estratégia de desenvolvimento da China está diretamente baseada na montagem de produtos no território chinês, mas esse processo tende a estar integrado à produção doméstica, na qual há a formação de cadeias produtivas integradas à economia. Dessa forma, mesmo que as empresas transnacionais tenham se instalado no país principalmente a partir dos anos 2000, quando a China entra na OMC após 15 anos de negociações (MURUA, 2010, p. 116), essa estratégia de desenvolvimento é feita ainda com uma forte presença estatal e de forma a garantir que as indústrias instaladas no países pudessem integrar-se no longo prazo. Portanto,

“o país também contou com a atração de IED, porém, as empresas transnacionais estão em parcerias com empresas estatais e sofrem uma série de limitações por parte do governo chinês a fim de que grande

parte dos benefícios provindos fiquem retidos no país. Com essa estratégia, a China direcionou os investimentos para a formação bruta de capital fixo, internalizando os processos tecnológicos industriais, e assim, conseguiu diversificar e internalizar sua estrutura produtiva” (MURUA, 2010, p. 113).

Nesse sentido, o movimento que se observa na primeira década do século XXI é o do deslocamento das maquilas mexicanas para a China – “pois o recurso que as maquilas buscavam no México era a mão de obra barata e desqualificada” (PASSOS, 2010, p. 38): ao encontrarem tal fator de produção em uma área que se apresentou como mais competitiva e mais propícia para os IED, a saber, a China, as empresas transnacionais não hesitaram em alterar sua localização – embora a presença das maquilas ainda seja uma realidade no México.

Murua aponta que, “se a China estava na 25ª posição no que se refere ao destino de exportações mexicanas e na 5ª posição em origens de importações mexicanas em 2000, no ano de 2008 esses números saltaram para 6º e 3º respectivamente” (2010, p. 116). Há, nesse contexto, uma entrada maciça de produtos chineses no México, o que agrava o déficit comercial do país, que apresenta uma trajetória crescente: em 2000, o déficit estava em torno de US\$ 2.569,20 milhões; porém, atinge quase US\$ 31 milhões em 2009 (MURUA, 2010, p. 116). Nessa nova conjuntura, na qual a China se tornou um grande parceiro comercial do México, o país sofre fortemente não somente com a deslocalização produtiva das suas indústrias maquiladoras, mas também com a elevada competição de produtos nos mercados internacionais.

Nota-se, portanto, que o fato da economia mexicana não ter sido interligada à estadunidense e até mesmo à canadense a partir de medidas de complementariedade possibilitou um cenário no qual o México é facilmente

substituído como centro de atração de empresas transnacionais pela China. A persistência do elevado número de pobreza em 2008, o qual chegou a 47,4% (ESPÓSITO, 2013, p. 51) demonstra que o nem o “governo mexicano nem as empresas privadas estão preparadas para relacionar-se economicamente com a China” (MARUA, 2010, p. 120), pois nenhuma estratégia foi tomada para alterar a forma com a qual o México está inserido no NAFTA. A China, desde as reformas econômicas instituídas com a modernização de Deng Xiaoping, continua a crescer com taxas médias de PIB de 9,6%, com um PIB per capita de 8,5% no período compreendido entre 1975 e 2005 (LAMBERT, 2010, p. 9). O gráfico 1 demonstra que a China tornou-se o segundo maior parceiro comercial dos três países membros do NAFTA: é evidente, portanto, que a presença chinesa como uma das potências no sistema internacional evidencia as fragilidades dos acordos regionais baseados em assimetrias e na falta de complementariedade entre as economias, caso no qual o NAFTA se encaixa desde sua criação até os dias de hoje.

Considerações finais – Inserção do México no contexto internacional

O comércio entre os Estados Unidos e o México chegou a aproximadamente 500 bilhões de dólares em 2012, o que representa um aumento de quase seis vezes em relação ao período de negociação do NAFTA, em 1992 (GUITIÉREZ, 2013). Além disso, 80% das exportações do México são em direção aos Estados Unidos, enquanto aproximadamente 50% do IED recebido pelo México entre os anos de 2000 e 2011 vem do seu vizinho do norte (GUITIÉREZ, 2013). Embora esses dados sejam apresentados a partir de uma perspectiva na qual o NAFTA proporciona avanços econômicos especialmente para o

México, é importante perguntar-se se, de fato, um aumento das exportações é positivo por si só. O descompasso do aumento dessa atividade em relação ao PIB demonstra que não houve necessariamente a geração de riqueza nova no México a partir da presença das empresas transnacionais no país. Segundo Palma, a

“brusca aceleração da taxa de crescimento das exportações correspondeu a uma drástica redução da taxa de crescimento da economia, que levou ao colapso o “multiplicador de exportações”¹ implícito – de 0,9 (no período de 1970 a 1981) para 0,1 (entre 1981 e 2001). Ou seja, não era exatamente a terra prometida dos defensores das reformas!” (2004, p. 411).

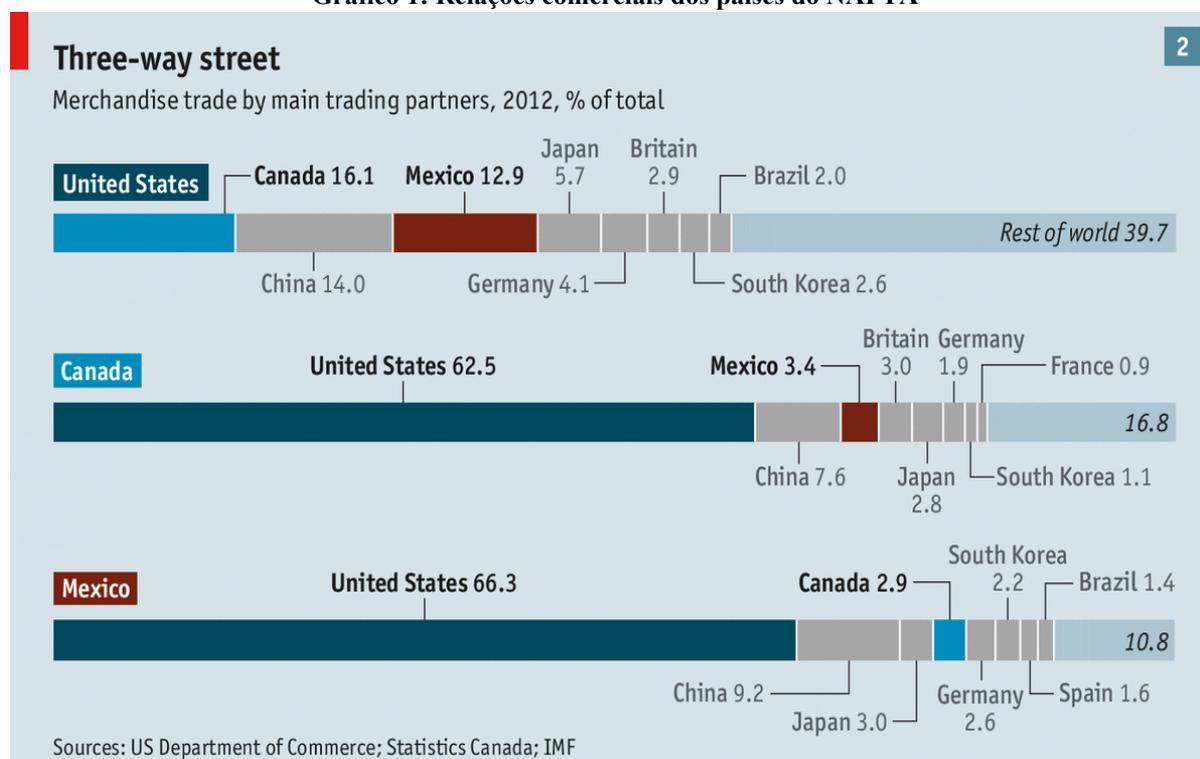
A estratégia de crescimento liderado pelas exportações mexicanas, portanto, não foi capaz de fazer com que as indústrias estivessem firmemente enraizadas e incorporadas na economia doméstica, minando a capacidade de crescimento sustentado ao longo do tempo. Embora o IED estadunidense ainda seja parte importante da economia mexicana nos anos recentes (GUITIÉREZ, 2013), a rápida deslocalização produtiva para o Leste Asiático e principalmente para a China fizeram com que o México fosse facilmente substituído no processo de montagem de diversos produtos.

O presente artigo, longe de buscar esgotar o assunto e seus desdobramentos, buscou demonstrar que a integração como proposta nos moldes do NAFTA é extremamente delicada para economias que eram antes protegidas. Embora as exportações mexicanas tenham aumentado desde 1994, a tendência de desintegração social e de corrosão dos indicadores socioeconômicos do México evidenciam que os ganhos econômicos não foram revertidos para diminuição da pobreza e nem para uma dinâmica de

¹ “Multiplicador de exportações” é compreendido como a relação entre as taxas de crescimento de duas variáveis (no caso, exportações e PIB).

desenvolvimento coesa. Nesse sentido, contudo, Hiernaux-Nicolas aponta que “existe uma possibilidade de se repensar o modelo (...) pondo em marcha políticas de compensação para as regiões marginalizadas (...) e criando oportunidades reais para a população” (2005, p. 48). Alternativas de desenvolvimento são possíveis, embora a forma com a qual o México buscará a gestão de suas contradições internas, sendo parte de um acordo de livre comércio, ainda seja incerta.

Gráfico 1: Relações comerciais dos países do NAFTA



Fonte: “Ready to take off again?”. In: *The Economist*. 4 jan. 2014

Referências

ALMEIDA, P. R. de. “A dimensão social nos processos de integração”. In: CHALOULT, Y, ALMEIDA, P. R. (orgs.). *MERCOSUL, NAFTA e ALCA: A dimensão social*. São Paulo: 1999, pp.17-37.

BEAULIEU, E. “With NAFTA, everyone benefited from a larger economy”. In: *The New York Times*. 24 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/11/24/what-weve-learned-from-nafta/with-nafta-everyone-benefited-from-a-larger-economy>>. Acesso em: 7 out. 2014.

BRUNELLE, D. “As novas práticas sindicais frente ao NAFTA”. In: CHALOULT, Y (orgs.), ALMEIDA, P. R. de (orgs.). *MERCOSUL, NAFTA e ALCA: A dimensão social*. São Paulo: LTr, 1999, pp. 217-231.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORSI, F. L. “Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial: as estratégias de desenvolvimento na América Latina”. In: *Brazilian Journal of International Relations*. Vol. 2, No. 2, 2013.

ESPÓSITO, K. M. G. “O NAFTA (North American Free Trade Agreement) e algumas consequências socioeconômicas para o México: o caso das maquiladoras”. In: *Mural Internacional*, no 1, ano IV, 2013, pp. 48-55.

GONÇALVES, R. “A empresa transnacional”. In: KUPFER, D. (org.). HASENCLEVER, L. (org.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

GUITIÉREZ, G. “Mexico’s growth has helped the US”. In: *The New York Times*. 24 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/11/24/what-weve-learned-from-nafta/mexicos-growth-has-helped-the-us>>. Acesso em: 7 out. 2014.

HIERNAUX-NICOLAS, D. “Globalização e exclusão no México: um enfoque sociogeográfico”. In: SILVEIRA, M. L. (org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005, pp. 21-53.

LAMBERT, C. “A República Popular da China e a República Federativa do Brasil”. In: LAMBERT et. al. *A emergência da China e suas relações com a América Latina e África*. Campinas: FACAMP, nov. 2010, pp. 6-30.

MEDEIROS, C. A. *Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o MERCOSUL*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: Escritório da CEPAL em Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/5/35375/Integra%C3%A7%C3%A3oProdutivaMedeiros.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2014.

MURUA, G. F. F. “O fator chinês para o desenvolvimento latino-americano: a possível concorrência nos setores industriais”. In: LAMBERT C. A. et. al. *A emergência da China e suas relações com a América Latina e África*. Campinas: FACAMP, nov. 2010, pp. 112-158.

PALMA, G. “Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”. In: FIORI, J. L. (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 393-451.

PASSOS, D. “Inserção internacional latino-americana por meio das empresas transnacionais: Os casos das maquilas mexicanas e da Zona Franca de Manaus”. In: RINALDI, P. (org.). *Seminário: Balanços e Perspectivas para a América Latina no século XXI*. Campinas: FACAMP e OFTA, dez. 2010, pp. 36-77.

PERON, A. E. R. et al. “Prólogo: balanços e perspectivas para a América Latina no século XXI”. In: RINALDI, P. (org.). *Seminário Balanços e Perspectivas para a América Latina no século XXI*. Campinas: FACAMP e OFTA, dez. 2010, pp. 5-9.

SABBATINI, R. C. “**Regionalismo, multilateralismo e Mercosul: evidência da inserção comercial brasileira após alguns anos de abertura**”. Tese de Mestrado. IE/UNICAMP, Campinas, São Paulo: 2001.

SABBATINI, R.C. “**Investimento Direto Estrangeiro: reflexões sobre seus determinantes e suas políticas de apoio**”. Tese de Doutorado. IE/UNICAMP, Campinas, São Paulo: 2008.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. “North American Free Trade Agreement (NAFTA)”. In: *United States Trade Representative*. 2014. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/north-american-free-trade-agreement-nafta>>. Acesso em: 6 out. 2014.

JABBOUR, E. *China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois; Paraíba: EDUEPB, 2012.

KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

“DEEPER, Better, NAFTA”. In: *The Economist*. 4 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21592612-north-americas-trade-deal-has-delivered-real-benefits-job-not-done-deeper-better>>. Acesso em: 20 set. 2014.

“Ready to take off again?”. In: *The Economist*. 4 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/briefing/21592631-two-decades-ago-north-american-free-trade-agreement-got-flying-start-then-it>>. Acesso em: 7 out. 2014.

Recebido em 22/02/2015

Aprovado em 20/05/2015

HISTÓRICO DA ECONOMIA CRIATIVA E A CONJUNTURA DOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, BR

Sérgio Luiz Kuhn*
Jandir Ferrera de Lima**

Resumo

Este artigo tem por objetivo “Caracterizar a Economia Criativa, num breve histórico, a sua representação em valores e a conjuntura dos Municípios Periféricos da Região Oeste do Oeste do Paraná, com população inferior a sete mil habitantes“. Pautou-se na compreensão da Economia Criativa, a partir do seu fundador John Howkins, focada no bem intangível que gera riquezas e que é a economia que mais cresce no mundo. Para tal, fundamentou-se em dados de fontes secundárias, em especial de bibliografias e órgãos oficiais do Estado, bem como, em dados primários, colhidos de 13 lideranças em cada um dos 20 municípios periféricos, com população inferior a 7.000 habitantes. Destes, vários são limítrofes a faixa de fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). A composição do público alvo de pesquisa foi então uma amostra intencional de 13 lideranças, representantes de órgãos público-privados, institucionais e cidadãos, totalizando assim 260 pesquisados. O instrumento de pesquisa foi um questionário com questões objetivas e subjetivas aplicado *in loco* e acompanhado de entrevistas. Como resultado constatou-se no total que os municípios registraram na última década uma densidade demográfica negativa de 1,7% (1.563 habitantes). Também que vários municípios registraram indicadores econômico sociais críticos (IDH e PIB *per capita*), como: Diamante do Sul e Diamante do Oeste, Ramilândia, São José das Palmeiras e outros. Já como municípios dormitórios destacam-se Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, Braganey, Ramilândia, Campo Bonito, São Pedro do Iguaçu, Lindoeste, etc, cujos maiores empregadores compreendem os complexos agroindustriais: destacando-se a *BRFood*, Coopavel, Globoaves, Lar e Copacol, entre outros.

Palavras-chave: Economia Criativa; Histórico; Indicadores; Desenvolvimento sócio-econômico; Oeste Paranaense.

Abstract

This article aims to "characterize the Creative Economy, a brief history, its representation in values and the situation of Western Parana Peripheral Municipalities, with less than seven thousand inhabitants." It was guided in the understanding of the Creative Economy, from its founder John Howkins, focused on intangible asset that generates wealth and which is the fastest growing economy in the world. It was based on secondary data sources, especially bibliographies and state government agencies as well as on primary data collected from 13 leaders in each of the 20 peripheral municipalities with populations of less than 7,000 inhabitants. Of these, several are bordering the border region (Brazil, Paraguay and Argentina). The composition of the search target audience then was a purposive sample of 13 leaders, representatives of public and private agencies, institutions and citizens, totaling 260 surveyed. The research instrument was a questionnaire with objective and subjective questions applied on the ground and with interviews. As a result it was found that the total counties recorded in the last decade a negative population density of 1.7% (1,563 inhabitants). Also that several counties recorded critical social economic indicators (HDI and GDP per capita), such as: Diamante do Sul, Diamante do Oeste, Ramilândia, São José das Palmeiras and others. As dormitory municipalities stand out Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, Braganey, Ramilândia, Campo Bonito, São Pedro do Iguaçu, Lindoeste, etc., whose major employers include the agro-industrial complex: highlighting the *BRFood*, Coopavel, Globoaves, Lar and Copacol, among others.

Keywords: Creative Economy; History; Indicators; Socio-economic development; West Paranaense.

* Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, campus Toledo, Pr. Docente da FAG, Cascavel, Paraná, BR. e-mail: sergiokuhn@gmail.com

** Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pelo Université du Québec à Chicoutimi, Canadá (2005). Professor de Planejamento e Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. E-mail jandir@unioeste.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata da caracterização da Economia Criativa, apresentando um breve histórico no mundo, no Brasil e no seu contexto na região Oeste do Paraná, representando-a em valores. Discorre também sobre a conjuntura dos 20 municípios periféricos do Oeste do PR, com menos de 7 mil habitantes; os seus indicadores econômico sociais (IDH, PIB *per capita*), população pelo Censo e das condições de municípios dormitórios com o movimento pendular e outros.

Vale destacar que vários municípios estudados localizam-se na faixa de fronteira latina, do Brasil aos países vizinhos: Paraguai e Argentina. Os municípios estudados buscam a melhoria dos seus indicadores econômico sociais, assim como, legais e ambientais, o seu desenvolvimento e valoração, entre outros.

2. HISTÓRICO DA ECONOMIA CRIATIVA NO MUNDO E CIDADES

Como caracterização, de acordo com Fonseca Reis (2012, p. 24), o conceito de Economia Criativa origina-se da expressão *Creative Nation* – título dado a um discurso proferido em 1994, pelo então primeiro ministro do país Paul Keating, na Austrália, o qual foi o prenúncio da busca de uma convergência de objetivos culturais, econômicos e sociais.

Ainda, conforme a autora Fonseca Reis (2008, p.16), o termo foi:

inspirado no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994, entre outros elementos, defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das

tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas.

Depois, em 1997, o governo motivou a formação de uma força tarefa multissetorial encarregada de analisar as contas nacionais do Reino Unido, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais.

Nesse estudo foram identificados 13 setores de maior potencial, as chamadas indústrias criativas, entendidas como indústrias que têm:

sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos, por meio da geração e exploração de propriedade intelectual (FONSECA REIS, 2008, p.16).

Alguns países em desenvolvimento estão adotando gradativamente uma abordagem semelhante a da Inglaterra. No Caribe, o primeiro-ministro de Barbados estabeleceu uma Força-Tarefa Ministerial da Economia Criativa; o primeiro ministro da Jamaica também reuniu seu gabinete ministerial, selecionando as indústrias criativas como um setor-chave de grande crescimento para a economia jamaicana; os governos dos Estados do Caribe Oriental estão seguindo o mesmo caminho em direção ao seu Plano de Visão 2015.

Na África, a parceria UNCTAD / PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) organizou uma conferência internacional sobre Economia Criativa e desenvolvimento, realizada em Ruanda, em agosto de 2006, preparando o terreno para que o primeiro-ministro obtivesse o comprometimen-

to de todos os seus ministros para aumentar a Economia Criativa do país.

Finalmente, mas igualmente importante, esse também é o esquema em vigor na China, onde os ministros do comércio, da cultura, da ciência e tecnologia, da informação e da educação trabalham mais proximamente desde que o governo chinês identificou as indústrias criativas e culturais como um dos pilares do desenvolvimento econômico da China no futuro.

O relatório sobre Economia Criativa das Nações Unidas, publicado em 2008, contabilizou mais de 60 cidades que se autodenominam criativas.

O pesquisador americano Richard Florida, autor de *The Rise of the Creative Class* (“A ascensão da classe criativa”), elaborou um *ranking* das cidades Americanas mais criativas.

No mundo são marcos de Cidades Criativa: *San Francisco* e *San Diego* nos Estados Unidos, *Barcelona* na Espanha, *Grenoble* na França, *Heindhoven* na Holanda, *Malmö* na Suécia, *Hong Kong* na China, *Abu Dhabi* nos Emirados Árabes Unidos, *Buenos Aires* na Argentina e outros.

Em específico, *San Francisco* nas artes realizou uma combinação de diversidade, inovação e cultura. Quando reduziu em 25% o orçamento das secretarias, a Prefeitura resolveu manter intacta a verba da Comissão de Artes. “Foi uma medida de estímulo ao turismo e à indústria da hospitalidade – restaurantes, hotéis, museus, teatros, os maiores empregadores da cidade”, afirma Luis R. Cancel, diretor de assuntos culturais da comissão.

Ainda, de metrópoles, inspiradoras citadas por Richard Florida, estão *Londres*, *New York*, *Xangai*, *Berlim*, *Amsterdã* e *Bogotá* e outras.

Londres, a capital britânica, dá aula de como atrair gente talentosa. Valoriza a arte e seus criadores com incentivos públicos para moradia a baixo custo, além de locais de criação e exibição. Tem uma agenda extensa de eventos de moda, design, cinema, teatro e música, excelente plano de mobilidade interna e também para outras cidades e áreas verdes. Em *Londres*, a indústria criativa é o segundo setor da economia. Responde por 25% dos postos de trabalho.

Já *Amsterdã*, cidade portuária da Holanda, brilha com seus canais e casas flutuantes, pintores famosos, acervos de arte e regiões livres para sexo e drogas.

Barcelona soube se reinventar a partir da Olimpíada de 1992, com pesados investimentos em infraestrutura e outros.

No Brasil, são cidades criativas: *São Paulo*, *Paraty*, *Guaramiranga*, etc.

a) *São Paulo*: com as características das maiores cidades do mundo, é luminosa na sua efervescência econômica e cultural, é sombria em qualidade de vida e mobilidade. Ainda assim, atrai pessoas que buscam oportunidades e acesso à arte e à cultura. Nenhuma outra cidade brasileira oferece um cardápio tão vasto de salas de cinema, teatros, galerias, restaurantes e espaços culturais para vários tipos de públicos.

O maior evento de cinema, a *Mostra Internacional de Cinema*, realizada em outubro, reúne mais de 400 títulos exibidos em 20 salas. Na *Virada Cultural*, promovida pela Secretaria Municipal de Cultura desde 2005, o Centro vira palco de shows e performances por 24 horas.

b) *Guaramiranga* no Ceará: conserva a tradição da música e dos saraus literários deixados pela elite

cearense, que fugia do calor do verão da capital, no início do século passado. “Essa vocação estava presente de forma amadora e espontânea. Então, percebe-se que o potencial criativo do cearense não estava no Carnaval, mas na qualidade de seus músicos”, diz a antropóloga Rachel Guadilha, sócia e fundadora da produtora Via de Comunicação. “Encontramos no *jazz* o gênero onde a criatividade fica mais evidente.”

Na primeira edição do festival, em 2000, não havia hotéis ou restaurantes na cidade. Foi preciso convencer os moradores a oferecer suas casas para hospedagem. Hoje tem pousadas, cafés, galerias e serviços que também atendem a população local. Em 2005, o festival gerou mais de R\$ 3 milhões para o município, o equivalente a dez meses de arrecadação de impostos. Hoje, a metade da população que trabalhava na prefeitura transferiu-se para o turismo cultural e ecológico.

c) Paraty no Rio de Janeiro: caminhar pelas ruas históricas é como voltar no tempo. A bela arquitetura colonial está preservada, não há carros no Centro e o calçamento de paralelepípedos mantém o charme do passado. Há oito anos, entre julho e agosto, a cidade vive uma efervescência literária.

Neste ano, moradores e turistas cruzaram nas ruas com as escritoras Isabel Allende e Azar Nafisi, o poeta Ferreira Gullar e o cartunista Robert Crumb. Eles participaram da 8ª Festa Literária Internacional de Paraty. Realizada no período de baixa atividade turística, a *Flip* ajuda a reduzir os contrastes entre a alta e a baixa temporadas ao atrair cerca de 20 mil pessoas.

A cidade viveu a glória do ouro, ficou um século no isolamento e na

década de 60 foi abrigo de intelectuais, para só depois abrir-se ao turismo. “Hoje o que faz da *Flip* um evento singular no calendário literário mundial é o fato de ter nascido da boa leitura do espaço físico e das necessidades da população. É uma festa ‘para’ a cidade e não ‘da’ cidade”, diz o arquiteto Mauro Munhoz, diretor da Associação Casa Azul, que organiza o evento.

A *Flip* gera cerca de 2 mil empregos indiretos e resgatou uma atividade tradicional, a carpintaria naval, usada na construção dos palcos e pavilhões. Criou 33 pequenas bibliotecas escolares e a inclusão de uma hora de leitura por semana nas escolas municipais.

E, assim muitas outras cidades também se destacam e são referência, portanto, de lugares ou espaços que preconizam a integração entre atividades artísticas, culturais e sociais, com arte, paisagens contendo espaços verdes, calmos, cidades com mobilidade, próprios para andar a pé e de bicicleta sem interferência de carros; locais com dinamismo, indústrias e serviços, geram novas oportunidades locais e regionais. São boas para se trabalhar, se divertir, morar, viver, criar os filhos, com segurança e qualidade de vida e outros são necessidades a serem implementadas pelas lideranças nas suas gestões nos municípios.

2.1 HISTÓRICO DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

O embrião das discussões acerca da Economia Criativa no Brasil foi gerado em 2004, com a realização, durante o encontro quadrienal da *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)*, em São Paulo, na

sessão temática “*High Level Panel on Creative Industries and Development*” (FONSECA REIS, 2008, p. 19).

Ainda conforme a mesma autora, como resultado concreto das ações seguintes, foi organizado em 2005, sob a liderança do Embaixador Rubens Ricupero, então Secretário Geral da *Unctad* e do Ministro Gilberto Gil, o Fórum Internacional de Indústrias Criativas, em Salvador.

Durante o evento, o ministro ratificou a proposta de criação do Centro Internacional das Indústrias Criativas, cuja missão seria constituir um banco de conhecimento e espaço para as atividades e programas sobre o tema. Embora o centro não tenha se concretizado, o debate acerca da Economia Criativa teve seguimento no país. Em 2006, o Fórum Cultural Mundial, que se desenrolou no Rio de Janeiro, inseriu um módulo paralelo de três dias sobre o tema.

Para Kovács (2008, p. 119), na verdade, já existem muitas iniciativas nesse sentido, como:

a criação de um centro internacional para as indústrias culturais no Brasil, conforme proposto na conferência sobre “Incrementar a Economia Criativa: Formar um Centro Internacional das Indústrias Criativas” (Salvador, Bahia, Brasil, 18-20 de abril de 2005), que pretende oferecer apoio aos stakeholders, aos praticantes e também aos responsáveis pelas políticas dos países em desenvolvimento, interessados na promoção das indústrias criativas autossustentadas.

Pouco depois, no ano de 2007, viu-se desabrochar as iniciativas estaduais, com a organização de eventos específicos, como o do Ceará (por iniciativa privada), em São Paulo (liderada

pelas secretarias de Cultura e Desenvolvimento) e no Espírito Santo (realizada por aliança entre o Sebrae e a Secretaria da Cultura).

Ademais, conferências específicas tiveram lugar na Bovespa (responsável por 70% do volume de negócios com ações na América Latina) e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), abordando facetas da Economia Criativa.

Avançando nesta área, foi criado por meio do Decreto 7743, de 1º de junho de 2012, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), tem como missão conduzir a formulação, implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. O objetivo é tornar a cultura um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro. Está vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), tendo à frente da pasta a secretária Cláudia Leitão.

Pode-se compreender a tomada de decisão do Estado, mediante a sua alocação no âmbito da cultura, por reconhecê-la como um direito constitucional entre as suas prioridades e como foco que contribui para o desenvolvimento.

Conta a Secretaria com o Plano Brasil Criativo, uma iniciativa do MinC e com parceria de intersetorialidade com vários outros ministérios (Educação; Ciência, Tecnologia e Inovação; Trabalho, Indústria e Comércio, Turismo, Cidades, Desenvolvimento Social e Comunicações), por meio de um comitê gestor, propõe a integração de políticas públicas e programas de diferentes setores de governo.

Objetiva estimular e fortalecer a Economia Criativa, mediante parcerias, linhas de crédito e microcréditos adaptadas e apoiadas para produtos e serviços criativos. A inserção dos segmentos criativos nas estratégias governamentais para o desenvolvimento do país, integrando e potencializando as políticas públicas e que resultem em riqueza cultural, econômica e social.

Ainda, há produção de bens, serviços e tecnologias, em diversas áreas, para uma competitividade dos produtos e serviços criativos brasileiros no cenário internacional. Também há gradativa qualificação profissional, aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda, contribuindo para a inclusão social.

O Plano Brasil Criativo do MINC / SEC busca nos planejamentos públicos e privados, ampliar a formalização dos diversos segmentos, setores e áreas locais e regionais, amparados nos seus princípios norteadores: inovação, diversidade cultural, inclusão social e sustentabilidade. Esta, no âmbito econômico, cultural, social e ambiental, em condições semelhantes de escolha para as gerações futuras.

De acordo com Haddad (2009, p. 120), a promoção do desenvolvimento local e regional deve:

estar fundamentalmente baseada na formulação e na implementação de políticas, programas e projetos concebidos e implantados a partir da atuação das sociedades locais, cabendo às agências e instituições dos governos federal e estadual o papel de parceiras nesse processo.

Em parceria com outros ministérios e secretarias, bem como, também com instituições públicas e privadas

envolvidas nesse setor, busca a perspectiva de um novo desenvolvimento para o Brasil baseado na Economia Criativa.

Isso significa utilizar a diversidade cultural como insumo, de um Brasil transdisciplinar, construído a várias mãos, com políticas públicas voltadas a produtos e serviços.

Vale destacar a Economia Criativa como uma política econômica industrial moderna do século XXI, na qual os países líderes perceberam a sua presença e importância nos negócios junto aos setores, áreas e atividades geradoras de valores no paradigma produtivo e no mundo atual, em que a indústria moderna de manufatura é a que se mistura aos serviços pelos intangíveis.

Destaca-se que os ganhos obtidos por meio da Economia Criativa são concretos em produtos e serviços factíveis e muito mais, nos processos, conforme adiante.

2.2 REPRESENTAÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA EM VALORES

Para John Howkins a Economia Criativa é a economia que mais cresce no mundo. A mesma manifesta-se em variados valores e percentuais por país, estado, município. Mas muitos não têm valores e percentuais mensurados da sua contribuição, impactos e representação.

Diferentes fontes por país apontam que, a Economia Criativa represente entre 5 e 10% da economia mundial. No entanto, em outros países, mais ou menos.

De acordo com a secretária da Economia Criativa do Brasil, Mirian Leitão, a Economia Criativa representa

de 8 a 10% do PIB dos países desenvolvidos e em alguns em desenvolvimento.

O Brasil ainda não consta nestas pesquisas e nem se encontra entre os 20 países de maior expressão nesta área, tendo a sua frente, conforme o MinC com base na UNCTAD (2010), os países da China, Estados Unidos, Alemanha, *Hong Kong*, Itália, Reino Unido (Inglaterra), França, Países Baixos, Suíça, Índia, Espanha, África do Sul e outros.

De acordo com Duisenberg (2008, p. 64), nos países mais avançados, as indústrias criativas, logo a Economia Criativa, estão liderando o crescimento econômico, o emprego e o comércio. Na Europa em específico, a Economia Criativa gerou um:

faturamento de €654 milhões, crescendo 12% mais rapidamente do que a economia total e empregando cerca de 4,7 milhões de pessoas em 2004. No Reino Unido, os números oficiais mostram que as indústrias criativas representam 8% da renda nacional e 5% da força de trabalho – mais do que o setor de serviços financeiros. A Economia Criativa do Reino Unido é responsável por um em cada cinco empregos em Londres, contribuindo com £11,4 bilhões para a balança comercial do Reino Unido, razão pela qual o governo do país decidiu transformar a sua capital no centro criativo do mundo. A Dinamarca é outro exemplo notável em que a Economia Criativa representou 5,3% do PIB, provendo 12% do número total de empregos e representando 16% do total de exportações (DUISENBERG, 2008, p. 64).

Outro exemplo é a capital holandesa, Amsterdã, onde as indústrias criativas empregam 7% da sua força de trabalho, contribuindo com 4,5% do

valor agregado total gerado pela economia da cidade.

As chamadas “cidades criativas” estão se proliferando, especialmente na Europa e na América do Norte, como “cidades de serviços de negócios criativos”, para restaurar as áreas industriais mais antigas e revitalizar a economia, gerando empregos criativos atraentes, especialmente no campo das artes, das novas mídias e do entretenimento para os jovens talentos, que Geralmente estão desprovidos de trabalho.

É importante notar que, nesse caso, são os países desenvolvidos que estão usando a Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento.

Já para Fonseca Reis (2008, p. 17), as estatísticas são reveladoras da representatividade das indústrias criativas na riqueza nacional (7,3% do PIB, em 2005) e com crescimento recorrentemente significativo (6% ao ano, no período 1997-2005, frente a 3% do total).

O impacto das indústrias criativas no Reino Unido em 2007, estimada em 7,3 do PIB, revelando um crescimento de 5% ao ano; de 1,8 milhão de empregos no país, de acordo com o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DMCS) 157.400 empresas em 2008, representando 7,3% do total das empresas do país, com destaque para as atuantes em *softwares*, jogos e publicações eletrônicas (75 mil, música, artes visuais e do espetáculo 31,2 mil).

Para Solanas (2008, p. 171), uma das características centrais das Indústrias Criativas é a sua grande intensidade na geração de valor e na criação de emprego, a qual a *Unctad* divulga que, entre 2000 e 2005, os produtos e serviços criativos mundiais, cresceram a uma taxa média anual de 8,7%.

De acordo com Piedras Feria (2008, p. 145), no caso do México, recentes estudos estatísticos revelam:

uma intensificação da produção cultural, medida por sua participação no PIB, que atinge 6,7%, bem como por uma maior apropriação ou consumo de bens e serviços culturais por parte das pessoas. Tal crescimento posicionou esse setor como sendo um dos mais importantes para a economia nacional.

Já Solanas (2008, p. 20), estima que:

as indústrias criativas tenham contribuído em 2004 com 7,8% do PIB de Buenos Aires e 4,3% do emprego, assim como a Unctad divulga que entre 2000 e 2005 os produtos e serviços criativos mundi-ais cresceram a uma taxa média anual de 8,7%.

Para Kovács (2008, p. 101), de acordo com algumas estimativas, a participação das indústrias culturais nos PIBs é de cerca de 7% no âmbito mundial, enquanto nos países em desenvolvimento, inclusive na África, ela representa apenas 3%.

Segundo o Ministério da Cultura em seu questionamento: “Quanto vale a Economia Criativa?”. Estima-se que no Brasil, a mesma movimentou quase R\$ 400 bilhões anuais (R\$ 381.300.000,00) em 2006. Contando com 52 mil empresas, as quais em 90% dos casos são de pequenas empresas, que possuem até 19 funcionários; cuja idade predominante em 70% é até 39 anos de idade.

Utiliza 22% da população formal de trabalhadores, com soluções inovadoras e com valor agregado, entre o *hardware* e o *software*, do material com o imaterial, de produto com o serviço(s), para todos os grupos e populações do

país, que representam no geral 16,4% do PIB do Brasil.

De acordo com o MinC, estima-se que em 2010, na área da cultura haviam aproximados 4 milhões de trabalhadores e um faturamento de 95 milhões de reais.

Por outro lado, segundo Solanas (2008, p. 174), a promoção e maior representatividade das Indústrias Criativas com possibilidade de transformarem-se em setores que dinamizem a economia, requerem:

políticas públicas que as apoiem, atores não governamentais que lhes deem suporte, investimentos, parcerias transversais dos diversos atores e entre atores regionais, entre outros fatores. As indústrias criativas podem por si só, ou mês-mo a chamada Economia Criativa, na concepção anglo-saxônica - não geram redistribuição da renda, o que constitui a única forma pela qual é possível pensar em abandonar o estigma de países “em vias de desenvolvimento” para começar a caminhar com passo firme rumo à transformação em países desenvolvidos. Somente a partir de reformas tributárias progressivas que produzam uma autêntica redistribuição, será possível começar a deixar de lado essa condenação.

As indústrias criativas podem contribuir com isso, porém de nenhuma maneira constituem uma panaceia do desenvolvimento. Sem um Estado com instituições fortes que possam apoiar tal mudança, esses desejos estarão mais próximos de um sonhado romance ou de um futuro roteiro cinematográfico, do que da própria realidade. Portanto, requerem a participação de diversos atores e, é necessário encurtar suas distâncias entre eles, potencializar

sinergias e concre-tizar as suas políticas e ações concretas, entre outros.

Por outro lado, Askerud (2008, p. 239) ressalta que,

a ausência de dados relacionados às indústrias criativas, válidos, con-fiáveis e comparáveis, dificulta a elaboração de afirmações oficiais sobre o grau e o valor dos investi-mentos realizados nas indústrias criativas em países e regiões diferentes, bem como, há países nos quais as indústrias criativas pertencem a uma categoria quase que despercebida da economia, ou fazem parte da economia informal, assim como, ainda não se situam como parte da Economia Criativa.

Para Fonseca Reis (2008, P. 31), a Economia Criativa se baseia em uma ampliação dos modelos de consu-mo existentes, a partir do amálgama entre:

as tecnologias que dão ao consumi-dor o protagonismo de suas deci-sões de consumo (e.g., web 2.0) e a identidade cultural que confere aos bens e serviços um caráter único. Cria-se assim um novo está-gio de relacionamento das pessoas com seu ambiente e com a cultura à sua volta, buscando novos mode-los e formas de consumo, com re-presentação na economia dos mu-nicípios, regiões, Estados e países.

Então, assim se revela também a constante busca de ideias geniais que valem dinheiro. De ativos intangíveis e impalpáveis na forma de bens como tesouro, tanto para o Brasil como para os Estados e municípios, em especial para os municípios periféricos da Região Oeste do Paraná, para alcançarem um lugar de destaque nesta paisagem global, sendo mais inclusivo, inovador e utilizando-se doutro grande insumo, o da diversidade cultural e étnica como

vantagem competitiva e riqueza, para uma economia sustentável econômica, social e ambiental.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) tem como recorte a classificação em 20 grandes segmentos, que são: Arquitetura & Engenharia, Artes, Artes Cênicas, Biote-cnologia, Design, Culturais, Filme & Vídeo, Mercado Editorial, Moda, Música, Pesquisa & Desenvolvimento, Publici-dade; *Software*, Computação e Telecom; Televisão & Rádio. Segmentos estes que bebem da Economia Criativa e estima-se que ela represente 18% do PIB do Estado.

Enfim, qual é o valor da criativi-dade? O custo de não tê-la, cujo início se dá, pelas pequenas grandes sacadas, que se transformam e também transfor-mam os lugares, distritos, cidades, municípios, regiões, etc., respeitando limitações e potencialidades individuais, conectando-se a pontos em comum, adicionando e agregando valor local e regional. Quem sabe, o caso das casas dos vários negócios.

2.3 CONJUNTURA DOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DO OESTE DO PA-RANÁ

De acordo com os aspectos pes-quisados, os municípios periféricos do Oeste do Paraná, revelam vários pontos em comum no seu território. Destacam-se historicamente na ocupação pelos seus pioneiros, a partir das décadas de 1950, por uma grande população rural, envolvida na produção de subsistência e autoconsumo de produtos agropecuá-rios.

Este processo passou depois para a mecanização agrícola, pelos pacotes de insumos modernos, mediante a crescente

incorporação de tecnologias, difundido pela extensão rural, por meio dos órgãos de Estado, pelas Cooperativas de produção, empresas, engenheiros, médicos veterinários e técnicos em geral. Esta condição facilitou sobremaneira os serviços e a produção crescente em produtividades, qualidade e em níveis de escala primária, tanto agrícola (cereais e vegetais) como pecuária (bovina, suína, aves, leite), silvicultura e outros.

No entanto, foi um processo que impulsionou o êxodo rural, mediante a migração da população para novas fronteiras agrícolas em outras regiões e estados do Brasil (Mato Grosso, Bahia, Tocantins, Piauí, Pará, Rondônia, Roraima, etc.) e para o exterior (Paraguai, Bolívia), assim como, a migração para as cidades, municípios e polos regionais.

Diante deste movimento migratório, destaca-se o esforço das cooperativas de produção e das integrações agropecuárias e agroindustriais na mesorregião Oeste do Paraná, na fixação e manutenção do homem no campo.

Difundiou-se a diversificação das atividades da propriedade rural com a produção pecuária, *in natura* e matérias primas, de aves, suínos, bovinos, leite e outros, fortalecendo-se a agricultura familiar e a agroindústria. Esta transição foi apoiada ao longo dos anos por diferentes incentivos de programas de fomento do governo federal, estadual e municipal, incorporada em maior grau pela população dos municípios periféricos das culturas e tradições de descendência europeia (alemães, italianos, poloneses).

Assim, existem atualmente vários destaques isolados nos municípios periféricos, com forte produção pecuária, a exemplo da bacia leiteira, cujo recolhimento da matéria prima *in natura*

normalmente se destina aos municípios próximos e ou distantes, realizando então o intercâmbio de matéria prima.

Neste sentido, no Paraná, as indústrias e agroindústrias locais atualmente são variáveis por município. Grande parte dos municípios periféricos possui poucas ou o mínimo de indústrias, enquanto alguns nem dispõem de área própria para o parque ou polo industrial.

Dentre os municípios periféricos pesquisados, na Economia Criativa, destacam-se pelos seus melhores desempenhos: Pato Bragado, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Maripá, Mercedes, Serranópolis do Iguazu e outros.

Em específico, Pato Bragado por possuir indústrias em diferentes segmentos: Cerâmica (São Luiz), Calçados (Beira Lago), Confecções/costura (5 ou 6) e lavanderia; máquinas e equipamentos agrícolas (Schemaq) e de equipamentos de refrigeração (Ludwig), Indústria e Comércio de Laticínios (*Latco*) e outras.

No segmento de confecções destacam-se vários municípios, dentre eles: Pato Bragado, Santa Lucia, Iguatu, Ramilândia, Lindoeste, Campo Bonito (miniconfecções) e outros.

Neste sentido, como o das confecções, o custo de logística de distribuição de diferentes itens de produtos e serviços do interior é mais difícil, demorado e maior, do que se dependesse do modal aéreo, ferroviário, etc., por isso, a logística física mais favorável é a da proximidade com as rodovias.

Já a indústria dinâmica ou de ponta, que emprega muito capital e alta tecnologia, utiliza-se mais de mão de obra qualificada e pouca ou menos

operacional, paga maiores salários e remunerações.

Atua mais os segmentos da química farmacêutica; informática / *softwares*, aeroespacial, telecomunicações, metal mecânico, eletrônica e outros. Estas indústrias se localizam mais nas cidades polos, nas microrregiões, a exemplo da PratiDonaduzzi em Toledo e outros.

Por outro lado, a “Indústria baseada em conhecimento” não sinônimo de “indústria de alta tecnologia” é mais próxima a Economia Solidária, a Economia e Indústria Criativa, aquela indústria que tem origem na criatividade, habilidade e no talento individual.

Tem um potencial de crescimento econômico social, bem como, de empregos, pela exploração do intangível, da propriedade intelectual dos pequenos aos grandes negócios em ambientes criativos e para o mercado, mediante a geração de bens e serviços que impactam em riquezas em geral.

3. RESULTADOS

3.1 INDICADORES ECONÔMICO-SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS

As condições econômicas, sociais, culturais, ambientais e outras, são, de um lado, causas de muitos benefícios e, por outro, de privações, sendo estas condições associadas a questões de migração, renda e pobreza, fome, criminalidade e exclusões, bem como, de perspectivas pessoais, profissionais, familiares e outras.

Utilizando-se de fontes e dos dados mais recentes indicados, apresenta-se a figura 1.

A conjuntura destes municípios periféricos da Região Oeste do Paraná é bastante variada. Com relação ao Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), medido anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), um comparativo que envolve renda, educação (alfabetização), esperança média de vida ao nascer (longevidade), natalidade e outros fatores, apresenta-se de muitas diferenças, porém de gradativos avanços a cada década, conforme apresentado na Figura 2.

A partir desta, constata-se que houve uma melhora gradativa do IDH, no *ranking* em todos os municípios periféricos do Oeste do Paraná, sendo a média geral em 1991 de 0,43235, em 2000 de 0,59485 e em 2010 de 0,70355, revelando entre as duas décadas, um crescimento de 37,5% na primeira década e de 18,2% na segunda década.

Registram os mais baixos desempenhos, medidos pelos índices de IDH, basicamente nas três décadas, nos municípios de Diamante do Sul, Rami-lândia, Diamante do Oeste, Lindoeste, Campo Bonito, São Pedro do Iguaçu e Ibema. Utilizando-se como base 2010, o município de Diamante do Sul alcançou 0,608, sucedido por Rami-lândia e Diamante do Oeste; considerando renda, educação e saúde (longevidade), o que acompanham níveis de pobreza, analfabetismo, além das sérias questões sociais, fome, miséria, exclusões, saúde, criminalidade e outros.

Por outro lado, os municípios periféricos com os mais altos indicadores de IDH decrescentes foram Quatro Pontes com 0,791, sucedido por Serranópolis do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Maripá, entre outros, cuja classificação em duas faixas de retículas

(baixo e alto), pode ser vista pela figura 2, representada pelo mapa.

Conforme a Figura 2 verifica-se pelas duas faixas de classificação, tendo com baixo desempenho de IDH (retícula escura), Diamante do Sul, Ramilândia, Diamante do Oeste, Lindoeste e Campo Bonito e outros. No outro extremo estão os municípios de alto desempenho de IDH (retícula clara), a saber: Quatro Pontes; Entre Rios do Oeste; Maripá; Serranópolis do Iguaçu; Pato Bragado e outros.

Nota-se que, os municípios de alto desempenho de IDH estão com a localização mais próxima, na maioria na microrregião de Toledo, enquanto os de baixo IDH estão distribuídos mais na microrregião de Cascavel, revelando assim também que, quanto maior é o polo maior também é a dependência do polo, revelando assim no geral desempenhos e quantitativos mais críticos.

Já o Produto Interno Bruto (PIB) corresponde à soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos a preços correntes em uma determinada região (país, estados, municípios) e comercializados, durante um período determinado de tempo (mês, trimestre, ano). E *per capita* é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e indica quanto cada habitante produziu em determinado período.

No caso, calculado na forma *per capita* nos municípios Periféricos da Região Oeste do Paraná, revela-se variável, mas ascendente quantitativamente ano a ano, conforme demonstrado na figura 3, na forma de gráfico.

Conforme a figura 3, observa-se no geral que houve um crescimento médio na produção por habitante de 18% do Produto Interno Bruto *per capita* a

preços correntes de mercado, durante o ano, no período de 2009 a 2010.

O maior crescimento foi de Entre Rios do Oeste de 46,5%, sucedido por Santa Lúcia 33,7% e São José das Palmeiras 31,4%. Já o menor crescimento registrou-se em Ouro Verde do Oeste com 3,4%, sucedido por Iracema do Oeste 3,6% e São Pedro do Iguaçu 4,8%.

Quanto aos valores, o menor PIB *per capita* é de Diamante do Sul, que passou de R\$ 7.107,00 para R\$ 8.791,00, sucedido por Diamante do Oeste e Ramilândia, enquanto que o maior é de Maripá, que passou de R\$ 24.256,00 para R\$ 28.425,00, sucedidos por Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes.

O PIB *per capita*, colhido junto a fonte do Iparde 2009 e 2010, refletiu-se nos níveis de renda, IDH e outros, sendo o mesmo baixo, compromete os demais indicadores econômico-sociais dos diversos agentes econômicos, bem como, de ações por implementar para melhorar os seus indicadores e desempenhos, além do território e o seu entorno, a capilaridade das ações e o acesso a bens e serviços, entre outros.

Já quanto ao Censo populacional os municípios periféricos apresentaram desempenhos variados, alguns com ganhos e outros com perda de habitantes, sendo esta confirmada em maior proporção nos municípios pesquisados, com os seus resultados de indicadores também mais críticos.

Os mesmos resultados foram apresentados na Figura 4, porém pelo percentual de crescimento habitacional do maior % ao menor, conforme o gráfico.

A partir da Tabela 1 e desta Figura 4, esta disposta do maior ao menor crescimento na década, constata-

se que a população residente nos municípios periféricos em 10 anos registrou um crescimento negativo de aproximadamente 2% da sua população, perdendo 1.563 habitantes, passando de 91.274 para 89.711 habitantes.

Este crescimento negativo, ocorreu em 12 municípios, com perda de população, registrou-se pela ordem em Campo Bonito (14,1%), Lindoeste (13,9%), Iracema do Oeste (12,6%), São Pedro do Iguçu (10,8), Braganey (7,4%) e São José das Palmeiras (6,6%).

Por outro lado, destacaram-se pelo crescimento positivo os municípios de Pato Bragado com 19,1%; Entre Rios do Oeste 17,7%, Mercedes 9,5% e Ramilândia 6,9%.

Para a manutenção do quantitativo populacional nos municípios periféricos, devem no mínimo os seus artistas, talentos, empreendedores formais e informais, visionários e outros.

Viverem da sua arte, criação e produção, terem os seus espaços de convívio e interação multissetorial, dos locais para o compartilhamento de experiências, o fortalecimento de redes e suas relações para ampliarem seus mercados.

Que consigam mediante um caldo maior de cultura transformá-lo em inovação na forma de bens e serviços com valor agregado e em riquezas, a exemplo dos países ricos (G8), os quais o são pelo que produzem de tecnologias e soluções, incorporando gradativos conhecimentos e transformando-os em bens e serviços factíveis aos variados mercados consumidores, dos tradicionais aos mais exigentes e sofisticados.

3.2 MUNICÍPIOS / CIDADES DORMITÓRIOS DO OESTE DO PARANÁ

Quanto aos empregos nos municípios periféricos pesquisados, o maior empregador normalmente é a própria Prefeitura Municipal, envolvendo o funcionalismo público, sucedido pelo comércio em geral. Além do poder público ser um incentivador e propulsor da economia local, criando, gerando empregos e riquezas.

A grande maioria dos vínculos laborais nos municípios é formal, enquanto outra parte é informal.

Devido à falta de oportunidade e de empregos, os mesmos são alcançados em municípios vizinhos, centros maiores e ou polos regionais, cujo apoio, recrutamento, encaminhamento e seleção são realizados de diferentes formas pelos municípios periféricos, às vezes pelas Agências do Trabalhador, Secretarias da Ação Social, Indústria e Comércio, CRAS, etc, ou então procedidas pelas próprias empresas contra-tantes nos referidos municípios.

No entanto, estão entre as principais queixas levantadas sobre a carência da mão de obra, bem como, sua qualificação e capacitação profissional, entre outros.

Assim, muitos municípios dos pesquisados são conhecidos como municípios ou cidades dormitórios¹¹,

¹¹ Cidade Dormitório é uma nomenclatura utilizada pela bibliografia. Nesta tese, a mesma foi transposta e ampliada, estendendo-se ao município como dormitório, pois é nele que ocorrem todas as ações de movimento pendular, com o deslocamento diário de trabalhadores para a cidade, distritos, vilas e povoados, destinando-se ao trabalho numa indústria, empresa ou comércio, localizada normalmente num

pelo movimento pendular, com o seu respectivo deslocamento diário quantitativo de trabalhadores utilizando-se do meio de transporte ônibus e Vale Transporte, em via pública municipal e ou intermunicipal, da sua residência para o local de trabalho junto às empresas empregadoras, localizadas nos polos regionais e municípios vizinhos.

Neste caso, são os maiores beneficiados pelas suas forças centripetas: Cascavel, Toledo, Medianeira, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Cafelândia, Palotina e outros.

Em sua maioria, compreendem os segmentos empregadores dos complexos agroindustriais, metal mecânico e outros, conforme apresentados na Figura 5.

De acordo com a Figura 5, verifica-se pela ordem decrescente que, dentre os municípios periféricos da Região Oeste pesquisados, o movimento pendular, sendo os maiores dormitórios: Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras e Braganey, tendo cada qual aproximadamente 460 empregados, sucedidos por Ramilândia, Campo Bonito, São Pedro do Iguazu, Lindoeste, Diamante do Oeste, Anahy, Ibema e outros, em menor quantidade, dentre 200 a 350 trabalhadores diários.

O movimento pendular, pelo quantitativo de trabalhadores diários ocorre para as cidades polos de: Cascavel, Toledo, Medianeira, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Cafelândia e alguns outros menores.

As empresas e complexos industriais usuárias desta mão de obra média

diária em movimento pendular são apresentados na Tabela 2.

Por segmento econômico ocorre, em primeiro lugar, aos complexos agroindustriais, em especial os abatedouros de aves, suínos e bovinos de diversas cooperativas agroindustriais e empresas da região. Em segundo lugar, o segmento metal mecânico, das empresas Mascarello e Comil com aproximados 330 trabalhadores e, por fim, dos fármacos pela PratiDonaduzzi e outros.

Salienta-se que tal movimento pendular com fins de trabalho, com o acentuado deslocamento cotidiano, é classificada ainda como uma salvação para a grande maioria dos pequenos municípios, principalmente envolvendo as plantas dos complexos agroindustriais, localizados nos municípios próximos e polos regionais, as quais ditam as regras do jogo pela sua condição econômica.

Um conjunto de motivos contribui para a gradativa migração dos filhos, jovens e mais vulneráveis, sendo eles: a) busca de oportunidades e perspectivas de trabalho, emprego e renda; b) estudo e/ou qualificação profissional; c) laços familiares, amizade e ou então, d) movidas pelas sérias questões sociais, o que ocorre aos municípios vizinhos melhor estruturados e aos polos regionais.

No final, retornam poucos as suas origens, permanecendo então mais os pais, porém apresentando *pari passu* a manifestação natural de sua senilidade, tanto no meio rural como urbano, bem como, a redução da força de trabalho, refletindo-se nas suas perspectivas para a estagnação econômica dos municípios periféricos.

Por outro, registra-se a entrada gradativa de imigrantes levantados nos

município vizinho maior, polo e depois, no final do expediente retorna a sua residência.

municípios, a dos brasiguaios e paraguaios para as atividades da construção civil, a cultura da mandioca e os serviços operacionais e braçais, menos qualificados, manifestando-se em Serranópolis do Iguaçu, Maripá, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, etc, assim como, a busca pela saúde pública gratuita.

Ainda, parte da migração ocorre ligada ao setor terciário, as atividades do comércio e dos serviços em geral, da Prefeitura tratando-se do funcionalismo público.

Também pela dependência dos municípios e centros maiores próximos, ou então dos programas de transferências de renda; da Bolsa Família, das aposentadorias, pensões, auxílio doença e acidentes, e outras rendas. Essas são cada vez mais significativas, entre 500 a 1000 beneficiados por município periférico, conforme foi informado pelos gestores públicos municipais, recursos estes gastos no próprio município.

Os municípios periféricos sofrem da carência de recursos financeiros e materiais, da qualidade da sua gestão e das equipes, de políticas públicas, discursos e práticas, rixas políticas, trocas de prefeitos por cassações, impugnações, conchavos e outros, questões que prejudicam a credibilidade da gestão pública, durante os seus mandatos, conforme vistos em Ramilândia e Braganey, ante uma população que espera muito ou demais da prefeitura e dos seus governos, quando não os vê como a única saída para o crescimento e desenvolvimento do seu município.

Outra dificuldade é a manutenção da estrutura criada pelo governo (CRAS, postos de saúde, escolas), com os custos da equipe de funcionários, materiais, máquinas, equipamentos e imobilizados em geral, infraestrutura,

estradas e outros, que fica para a prefeitura por em funcionamento depois da inauguração e ou sua abertura.

Por outro lado, influencia no desenvolvimento dos municípios periféricos o capital social, pelas origens do povo e sua cultura, a partir da colonização, que se tem revelado em desenvolvimento significativo, em predomínios dos des-cendentes europeus, (alemães, italianos, poloneses), destacando-se um em especial, Pato Bragado, local em que os mesmos são de aproximadamente 90% ariana e os demais 10%; isso que o torna um município diferenciado, nos diversos segmentos de atividades econômico-produtivas e resultados.

Vale ressaltar também dentre os melhores indicadores econômico-sociais, de PIB *per capita*, IDH, Índices de IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), Razão de Dependência (%), longevidade, entre os municípios que são menos dormitórios, melhores infra-estruturas, etc., destacam-se os municípios de: Quatro Pontes, Mercedes, Maripá, Entre Rios do Oeste, Serranópolis do Iguaçu e Pato Bragado.

Nestes, os munícipes tem uma interação maior e melhor com o poder público e, se conhecem. Percebeu-se que as ações são mais proativas, prospectivas e realizadoras, tornando-os municípios bons de morar e viver, com qualidade de vida, perspectivas e outros.

Vários municípios pesquisados se identificam também pelos seus lemas (slogans) como: Município da Longevidade - Quatro Pontes; Terra de Água Boa e, Trabalhando pelos que Mais Precisam – Iguatu; nos Caminhos do Crescimento - Entre Rios do Oeste; Integração e Sustentabilidade - Serranópolis do Iguaçu; Viver sem Fronteiras – Pato

Bragado; Transformando Esperança em Qualidade de Vida – Lindoeste e, outros lemas por município.

4 CONCLUSÕES

Verificou-se que a Economia Criativa completou duas décadas, após o discurso de *Paul Kretzing* na Austrália, cujas ideias se propagaram pelo mundo e tornou-se realidade em diversos países, representando na média entre 7 a 10% do PIB, sendo para John How-kins, pai da Economia Criativa, a que mais cresce no mundo.

No Brasil iniciou destacando-se São Paulo e depois se estendeu aos demais estados e municípios, nos seus diversos segmentos de atividades econômicas imateriais, em diferentes proporções.

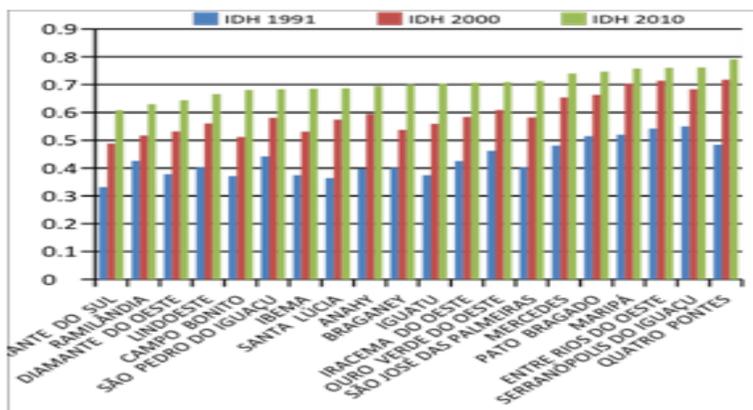
Já a conjuntura dos municípios periféricos do Oeste do Paraná é variável, sendo a maioria ainda forte no setor primário e vários apresentam indicadores econômico-sociais críticos (IDH, PIB *per capita*), Cidade, Dormitório e outros, o que gera a migração da sua população para os

municípios vizinhos e regiões com forças centrípetas, a exemplo na região para Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Palotina, Cafelândia e outros.

Assim, alguns municípios se destacaram pelos seus indicadores econômico-sociais e pelas atividades da economia criativa, dos serviços e diferenciais oferecidos a sua população e ao seu entorno, dentre eles: Pato Bragado, Quatro Pontes, Maripá, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Serranópolis do Iguaçu e outros.

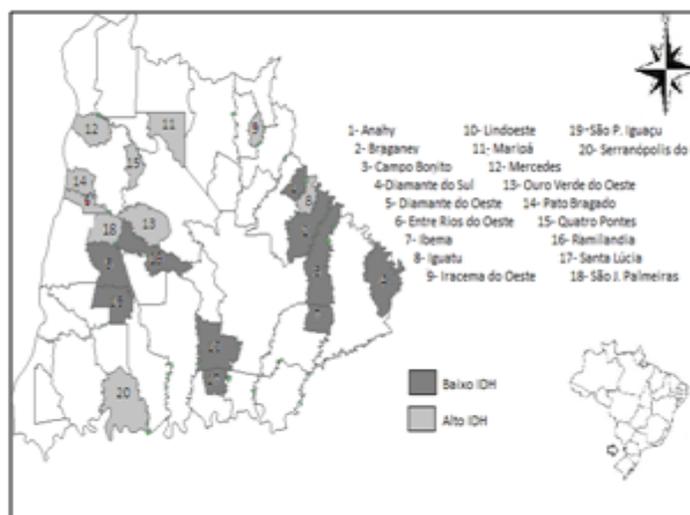
Por outro lado, apresentam resultados mais críticos os municípios de Diamante do Sul e Diamante do Oeste, Ramilândia, São José das Palmeiras, Lindoeste, Campo Bonito, Ibema, Ouro Verde, Braganey, entre outros, os quais carecem de uma ação proativa e engrandecedora, a partir dos seus agentes econômicos, de forma integrada e indutora do desenvolvimento local e regional, entre outros.

Figura 1 – IDH (1991, 2000, 2010).



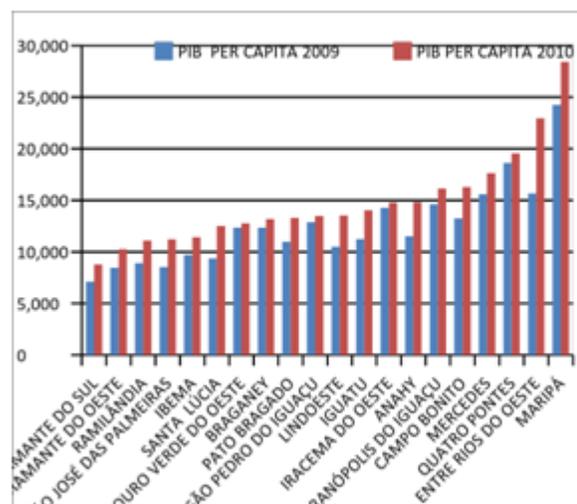
Fonte: IPARDES, (1991, 2000, 2010).

Figura 2 – IDH 2010, divisão em 2 faixas de classificação dos Municípios Periféricos da Região Oeste do Paraná.



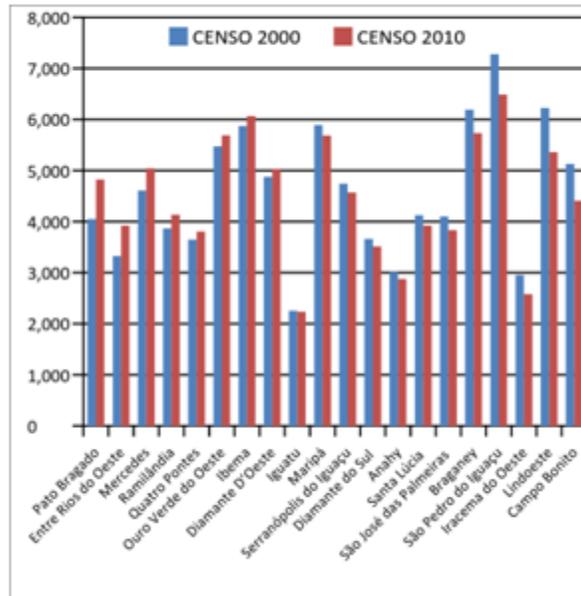
Fonte: Resultados de pesquisa, 2013.

Figura 3 – PIB per capita de 2009 a 2010 dos Municípios Periféricos da Região Oeste do Paraná.



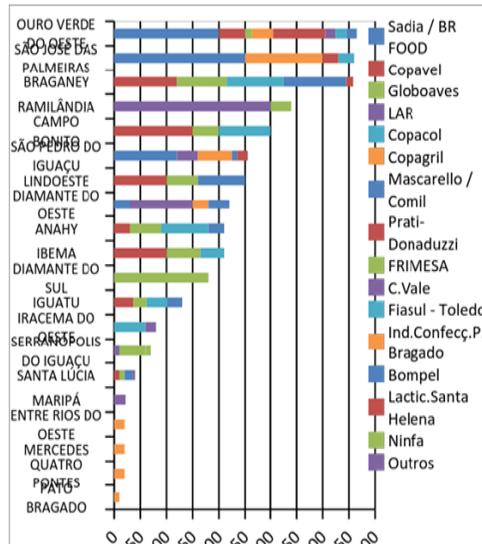
Fonte: Resultados de Pesquisa e IPARDES, (2009).

Figura 4 – População dos Municípios Periféricos da Região Oeste do Paraná (Censo de 2000 e 2010).



Fonte: IBGE, (2000,2010).

Figura 5 – Municípios / Cidades Dormitórias da Região Oeste do Paraná



Fonte: Resultados da pesquisa, 2013.

Tabela 1 – Censos Populacionais, do Menor ao Maior de Crescimento e do Maior ao Menor Percentual, por Município Periférico:

MUNICÍPIOS	CENSO 2000	CENSO 2010	HABITANTES	% DE CRESC.
Peto Bragado	4.048	4.323	774	19,1 %
Entre Rios do Oeste	3.328	3.922	594	17,8 %
Mercedes	4.808	5.048	433	9,0 %
Ramilândia	3.888	4.134	246	6,3 %
Quatro Pontes	3.848	3.893	45	1,2 %
Ouro Verde do Oeste	5.472	5.892	420	7,7 %
Itama	5.572	5.858	286	5,1 %
Diamante do Oeste	4.878	5.027	149	3,1 %
Iguatu	2.266	2.234	- 32	- 1,4 %
Maripá	5.888	5.834	- 54	- 0,9 %
Serranópolis Iguazu	4.740	4.688	- 52	- 1,1 %
Diamante do Sul	3.888	3.610	- 278	- 7,1 %
Anahy	3.011	2.874	- 137	- 4,5 %
Santa Luísa	4.128	3.926	- 202	- 4,9 %
São José Palmeiras	4.102	3.831	- 271	- 6,6 %
Braganey	8.181	6.736	- 1.445	- 17,7 %
São Pedro do Iguazu	7.277	6.481	- 796	- 10,9 %
Itaómena Oeste	2.861	2.678	- 183	- 6,4 %
Lindóia	8.234	6.381	- 1.853	- 22,5 %
Campo Bonito	6.128	4.407	- 1.721	- 28,1 %
TOTAL	61.274	58.711	- 2.563	- 4,2 %

Fonte: IBGE, (2000,2010).

Tabela 2 – Movimento Pendular diário de funcionários por empresa.

Empresa	Funcionários	Empresa	Funcionários	Empresa	Funcionários
Sadia / BRFood	800	LAR	470	Mascanelo / Coml	330
Coopavel	596	Coopac	445	Prati - Donaduzzi	150
Globo-aves	561	Coopagri	335	E. outras	-----

Fonte: Resultados de Pesquisa, 2013.

Referências

ASKERUD, Pernille. As Indústrias Criativas: Perspectivas da Região da Ásia-Pacífico. In **ECONOMIA CRIATIVA como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. Ana Carla Fonseca Reis (org). - São Paulo: Itáú Cultural, 2008. 267 p.

DUISENBERG, Edna dos Santos. VISÕES GLOBAIS. A Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável? In FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáú Cultural, 2008. 267 p.

FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáu Cultural, 2008.

_____. (org). **Cidades Criativas: da teoria à prática**. São Paulo: SESI-SP editora, 2012. 236 p.

HADDAD, Paulo. R. Capitais Intangíveis e Desenvolvimento Regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. Editora UFPR.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: mesorregiões geográficas Paraná-enses: sumário executivo. – Curitiba: IPARDES, 2004.

KOVÁCS, Máté. A Economia Criativa e a Erradicação da Pobreza na África: PRINCÍPIOS E REALIDADES. *In* FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáu Cultural, 2008. 267 p.

PIEDRAS FERIA, Ernesto. México: Tecnologia e Cultura para um Desenvolvimento Integral. *In* FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáu Cultural, 2008. 267 p.

SOLANAS, Facundo. Economia Criativa e as Possibilidades de Desenvolvimento na Argentina. *In* FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáu Cultural, 2008. 267 p.

Recebido em 08/04/2015

Aprovado em 15/05/2015

PROJETOS DE VIDA NO ESPAÇO RURAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR: JUVENTUDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Karini Aparecida Scarpari*
Exzolvildres Queiroz Neto**
Samuel Barreto Siqueira***
Rafael Lucas Alves Ferreira****

Resumo

O trabalho investiga, principalmente, juventude, gênero e trabalho no espaço rural a partir da realidade de 5 (cinco) jovens estudantes do curso de Técnico em Agropecuária da Escola Agrícola Estadual Manuel Moreira Pena, também, conhecida como Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu. A metodologia de pesquisa é qualitativa, mas utilizamos elementos quantitativos no tratamentos de alguns dados. A partir de questionários semi-estruturados aplicados a 46 jovens estudantes da Escola Agrícola, sendo 11 moças e 35 rapazes com idade de 14 a 19 anos, selecionamos 5 (cinco) jovens que residem no espaço rural do município de São Miguel do Iguaçu, PR para o aprofundamento da pesquisa. A juventude é um processo que se constrói a partir de múltiplas variáveis da vida em sociedade, o conceito de gênero expõe uma das contradições da sociedade do mundo do trabalho e os papéis de homens e mulheres com atores sociais no espaço rural. Nesse sentido, o trabalho analisa quais os motivos das jovens optarem por fazer o curso de Técnico em Agropecuária e como percebem o papel da mulher no trabalho agrícola na propriedade.

Palavras-chave: Juventude; Espaço Rural; Gênero; Trabalho Agrícola; Educação Técnica.

* Graduada em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bolsista de Iniciação Científica Fundação Araucária 2013/2014. E-mail: karini.scarpari@aluno.unila.edu.br

** Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor da área de Desenvolvimento Rural na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br

*** Acadêmico do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Voluntário do Programa de Iniciação científica (2014). E-mail: samuel.siqueira@aluno.unila.edu.br

**** Acadêmico do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Voluntário do Programa de Iniciação científica (2014). E-mail: rafael.ferreira@aluno.unila.edu.br

Abstract

The work investigates mainly the factors, youth, gender and employment in rural areas from the reality of five (5) young students of the Technical Course in Agriculture of the State Agricultural School Manuel Moreira Pena, also known as Agricultural College of Foz do Iguaçu. The research methodology is qualitative. From semi-structured questionnaires given to 46 young students of Agricultural School, 11 girls and 35 boys aged 14 to 19 years, selected the five (5) young people in rural areas in the municipality of São Miguel do Iguaçu, PR. Youth is a process that is constructed from multiple variables of social life, the concept of gender exposes one of the contradictions of the world of work society and the roles of men and women with social actors in rural areas. In this sense, the paper analyzes the motives of young people choose to take the course in Technical Agricultural and how they perceive the role of women in agricultural work on the property.

Keywords: Youth; Rural Space; Gender; Agricultural Work; Technical Education.

Introdução

O presente artigo resulta do trabalho de conclusão de curso (TCC) que se estruturou a partir de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) iniciado em 2013, e do plano de trabalho de iniciação científica da discente bolsista da Fundação Araucária, que tem por objetivo estudar o jovem no espaço rural do município de São Miguel do Iguaçu, PR. É resultado, também, da implementação do plano de trabalho intitulado Análise Qualitativa Sócio-Espacial do Jovem no Espaço Rural de São Miguel do Iguaçu, PR no período de 2013-2014 onde a autora foi bolsista de iniciação científica contando com financiamento da Fundação Araucária vinculado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O objetivo medular do TCC foi estudar a realidade de jovens do sexo feminino que vivem no espaço rural do município tendo como referência suas inter-relações: educacionais, sociais, familiares, culturais, econômicas e ambientais. Optamos por uma amostragem não probabilística e por conveniência quando selecionamos 5 (cinco) jovens do sexo feminino, residentes no espaço rural, entre os 46 jovens (homens e mulheres) de São Miguel do Iguaçu que estudam na Escola Agrícola Estadual “Manuel Moreira Pena” em Foz do Iguaçu, PR – Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu – na modalidade de internato e estão matriculados no curso Técnico em Agropecuária.

A temática educação, profissionalização permeia os anseios das estudantes, quando analisamos opções e projetos de vida das jovens pesquisadas. Em seguida a problemática de gênero e trabalho no espaço rural é ressaltada a partir do contato com as jovens partícipes da pesquisa. O recorte foi necessário para podermos focar nas jovens residentes no espaço rural e assim analisarmos as variáveis relacionadas ao curso técnico, a gênero e ao trabalho na propriedade. Entre os motivos que nos levou a optarmos pelos jovens do curso Técnico em Agropecuária está o fato dessas escolas passarem por uma mudança estrutural e, até o momento da coleta de dados (segundo semestre de 2014), estavam se adequando as diretrizes sobre a Educação do Campo, outro motivo foi a facilidade de acesso ao Colégio Agrícola dada a sua localização em Foz do Iguaçu.

São Miguel do Iguaçu está localizado no extremo oeste paranaense, possui uma extensão territorial de 851,304 km², com uma densidade demográfica de 30,27 habitantes por km² e a população estimada é de 27.061 habitantes. Atualmente o Agronegócio é responsável pela maior fatia da economia, atingindo uma área de 56.744,59 hectares (ha) cultivados. Estima-se que a população rural é de 9.279 habitantes distribuídos em 3.195 propriedades rurais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O cultivo de soja lidera a produção no rural, seguido pelo milho safrinha. A economia é incrementada pela produção de leite, suinocultura e avicultura. A criação de suínos e aves cresce a cada ano devido a

instalação de agroindústrias de abate e processamento na região. Isso evidencia a estratégia de expansão utilizada nas agroindústrias que controlam a cadeia de produção local.

Não existem muitos registros sobre a história do município que datam da década de 40, quando começam a chegar os primeiros colonizadores na região. As terras que a princípio pertenciam a Foz do Iguaçu serviam de exploração de grandes colonizadoras que atuavam no cultivo de erva mate e na exploração da madeira, principais atividades econômicas da época. Em 1948 a empresa chamada Colonizadora Gaúcha Ltda passou a se instalar na região, contribuindo para a formação do primeiro núcleo colonizador no município. Esse núcleo era formado principalmente por pessoas vindas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que deixavam seus lares a procura de melhores condições de vida e terras férteis ainda “inexploradas”. No ano de 1949 a fundação da Colonizadora Gaúcha Ltda, deu início ao processo de medição e demarcação das colônias que formavam o então território da Fazenda São Miguel posteriormente denominada Vila Gaúcha. No dia 06 de fevereiro de 1958 a Vila Gaúcha foi elevada à categoria de distrito administrativo e judiciário de Foz do Iguaçu, pela Lei nº 3.550 e pelo Decreto nº 282 de 03 de novembro de 1959. Já em 25 de janeiro de 1961, o distrito de Gaúcha foi emancipado, de acordo com a Lei Estadual nº 4.338 sendo desmembrado de Foz do Iguaçu. Desde o início da colonização há relatos sobre a divisão do trabalho caracterizada a partir do gênero. A maioria dos moradores tinham como profissão a agricultura e, em alguns casos a pecuária, atividades que

sustentavam às famílias e a economia do Município. Com o passar do tempo, o desenvolvimento trouxe a necessidade de novos profissionais, que aos poucos eram integrados à comunidade, surgindo os primeiros comerciantes, alfaiates, motoristas, carpinteiros, professores e outros e com eles, começaram a surgir as lojas, as pequenas indústrias de transformação, os escritórios, os cartórios, os hospitais, as farmácias, etc Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu (PSMI, 2014).

O trabalho de pesquisa adotou a metodologia qualitativa, mas tratou alguns dados quantitativamente fazendo uso de diferentes técnicas de pesquisas como revisão bibliográfica, definição de informantes-chave, entrevistas com dirigentes de instituições como as Secretarias Municipais de Agricultura e Educação, que têm ações voltadas para o espaço rural do município.

Consideramos que a temática abordada é relevante para o debate sobre o Desenvolvimento Rural no Brasil, pois, refere-se a temas emergentes na sociedade contemporânea. A problemática de gênero, o papel da mulher no universo do trabalho na propriedade rural, os motivos das jovens optarem por fazer o curso Técnico em Agropecuária como projeto de vida no espaço rural. Tendo em vista esses aspectos faremos uma análise para problematizar as ações e reflexões das 5 (cinco) jovens de São Miguel do Iguaçu no contexto de suas famílias e do espaço rural do município.

Breve histórico: educação no Brasil e espaço rural

O Brasil é um país de origem eminentemente agrária, entretanto no

que se refere à educação do campo observamos que há uma frágil preocupação do Estado em relação ao tema. Para alguns críticos, isso evidencia o descaso de nossos dirigentes com a educação do campo refletindo a cultura vinculada a uma economia agrária apoiada pelo latifúndio e os aspectos produtivos.

A Constituição de 1824 assegurava a gratuidade da instrução primária e à criação de instituições de ensino, posteriormente a Carta Magna de 1891 garante a laicidade e a liberdade de ensino nas escolas públicas. Na organização do território em República Federativa ocorre o reconhecimento da autonomia dos Estados e Municípios sobre a Educação, mas os impactos dessa perspectiva são prejudicados pela ausência de um sistema nacional, que repercute até a contemporaneidade, e assegurasse a articulação entre as diversas esferas do poder público para a construção de uma política educacional para o conjunto do país (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001).

A educação se consubstanciou, nos últimos anos, como um fator primordial para a sociedade brasileira, mas falta uma abordagem que preze pela consciência sobre a cultura e identidade no espaço rural, que respeite e valorize a educação no processo de formação da cidadania. Podemos dizer sobre a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses das comunidades rurais, como se o trabalho no espaço rural não exigisse nenhuma preparação ou qualificação, reduzindo-se a alfabetização. Não é difícil de imaginar situações em que o trabalho rural tem sido deslegitimado por aqueles que deveriam incentivar o desenvolvimento

de uma consciência crítica durante o processo de formação.

O debate sobre a educação do campo se inicia efetivamente nas primeiras décadas do século XX, visto como uma forma de conter a migração rural-urbana e aumentar a produtividade no campo. Alguns setores entram em alerta sobre as implicações que o modelo urbano de formação oferecido aos professores que atuavam nas escolas rurais poderiam desencadear. Esses profissionais, desenvolviam um projeto educativo ancorado em valores e conteúdos próprios da cidade, deslegitimando características que são específicas do campo. Esta avaliação é importante, pois, demonstra como as práticas educativas das instituições de ensino desconhecem a importância das condições de vida e de trabalho para a permanência das famílias no espaço rural (*op. cit.*).

A Constituição de 1934 apresenta grandes inovações sobre a educação por afirmar a responsabilidade do Estado e atribuir às três esferas, do poder público, responsabilidades na garantia do direito à educação. Previa ainda o Plano Nacional de Educação, a organização do ensino em sistemas, bem como, a instituição dos Conselhos de Educação que em todos os níveis recebem funções e assessoria dos governos para a elaboração do plano de educação e a distribuição de fundos especiais. O financiamento do atendimento escolar no espaço rural fica sob a responsabilidade da União, que deve repassar os recursos vinculados à sua manutenção e desenvolvimento (*op. cit.*).

Em meio a esse cenário são estabelecidos os Cursos Técnicos em Agropecuária, criados através da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-

Lei 9613, de 20 de agosto de 1946) que tinha como objetivo primordial a preparação profissional para o trabalho na agricultura. Em seu texto, surge a preocupação com os valores humanos e o reconhecimento da importância da cultura geral e da informação científica no esforço de estabelecer a equivalência do ensino agrícola com as demais modalidades de ensino. Esse Decreto incorpora na legislação específica o papel da escola na constituição de identidades hierarquizadas a partir do gênero, não permitindo a entrada de meninas nos cursos (*op. cit.*). Na Constituição de 1988, a educação aparece como um direito de todos e um dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Alguns estados preveem de forma genérica o respeito às características regionais na organização e operacionalização de seu sistema educacional sem incluir em suas Diretrizes, normas e princípios voltados especificamente para a Educação do Campo. Recentemente, os impactos sociais e as transformações ocorridas no espaço rural influenciaram decisivamente a formulação de diretrizes e bases para a oferta e o financiamento da educação escolar. Os artigos dos artigos 208 e 210 da Carta Magna de 1988, inspirada numa concepção de mundo rural enquanto espaço específico, diferenciado e ao mesmo tempo integrado ao conjunto da sociedade, estabelece que, a oferta da educação básica para a população rural e os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias à sua adequação respeitando às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

“i) oferecendo conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; ii) organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; iii) adequação à natureza do trabalho na zona rural”. (Lei 9394/96; Artigo 28 *apud* Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001).

De acordo com coordenadora da Educação do Campo - Núcleo Foz do Iguaçu, responsável por atender entre outros o Município de São Miguel do Iguaçu – as Diretrizes sobre Escola do Campo no estado do Paraná são recentes. Aprovada no ano de 2010, depois de longas reuniões organizadas por um grupo de trabalho do qual ela fez parte, e que tinha como objetivo, construir propostas e formular os princípios a serem adotados para a Educação do Campo no Estado, aprovado em regime de urgência devido ao momento de insegurança provocado pelas eleições estaduais no mesmo ano (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Com a Resolução nº 4783/2010 – GS/SEED que institui a Educação do Campo como uma Política Pública Educacional no Paraná, todas as escolas localizadas nos distritos rurais do município de São Miguel do Iguaçu, e até mesmo uma escola localizada no centro, na qual, cerca de 51% dos alunos são provenientes do espaço rural, adotaram o termo “Escola do Campo”. São elas: Escola do Campo Dom Pedro II; Escola Estadual do Campo Coelho Neto; Escola Estadual do Campo Santa Rosa do Ocoí; e Escola Estadual do Campo Castelo Branco. Observamos que essas escolas sempre apresentaram

características específicas, seja por sua localização física ou pela identidade cultural de seus alunos, independente do Projeto Político Pedagógico (PPP) em curso. Ainda que as escolas estejam passando por ajustes burocráticos para se adequar aos princípios estabelecidos pelas d

iretrizes sobre as Escolas do Campo, na prática, não se reconhece nenhuma mudança na metodologia proposta aos alunos.

Jovem no ou do rural?

A caracterização presente em definições acadêmicas sobre juventude, e que servem para apoiar as políticas públicas direcionadas aos jovens, utilizam critérios biológicos e faixa etária para identificar e associa muitas vezes juventude a um período de transição entre a infância e a vida adulta (MARTINS *et al.*, 2010). Este critério é fundamental para definir a aplicação de recursos e programas específicos para os jovens, podendo variar de uma sociedade a outra de acordo com a expectativa de vida da população. Entretanto no que se refere aos jovens rurais, Castro (2008) chama a atenção para o fato de que no espaço rural a categoria juventude é historicamente construída e definida pela posição social que o indivíduo ocupa na família e na comunidade. O jovem rural é uma categoria marcada, muitas vezes, pela fragilidade da representação ou voz nos espaços de tomada de decisão dentro ou fora da família. Nesse sentido, a saída do espaço rural em muitos casos tem se mostrado como uma alternativa para a independência dos jovens rurais. No espaço rural, tanto a autonomia como a permanência do jovem na propriedade encontram-se diretamente relacionadas a

fatores como, o acesso à terra e a posição que o indivíduo ocupa dentro da família. Para as mulheres, e principalmente as que se encontram na posição de filha, a saída do rural para os centros urbanos é ainda mais evidente por se encontrarem numa posição inferior de acordo com a hierarquia familiar. Essa saída ocorre por diversos motivos, mas o principal refere-se à possibilidade de dar continuidade aos estudos e de conseguir um bom trabalho (BRUMER, 2004); (GAVIRIA e MENASCHE, 2006).

Na contemporaneidade, o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, “chefe da família”, é ele quem toma as decisões de investir em novas tecnologias, e também, quem mantém contato com os técnicos, faz a maioria das compras e vendas, relaciona-se com os bancos e participa de associações ou cooperativas. De acordo com o Secretário de Agricultura de São Miguel do Iguazu um dos conflitos que ocorrem na família, especificamente entre os jovens e seus pais está relacionado ao uso de tecnologia: “Muitas vezes os jovens têm uma visão diferente da dos pais, querem investir e mudar a forma de produzir, mas os pais querem continuar com a forma tradicional” (TRES, 2014). Isto demonstra que os jovens se encontram numa posição de subordinação dentro da propriedade e da família, o que acaba fazendo com que eles busquem outras alternativas para adquirir sua independência, que geralmente ocorre na migração para a cidade.

Neste sentido, a questão do gênero e juventude no espaço rural é o ponto central deste trabalho onde pretendemos fazer uma reflexão sobre o papel da mulher na propriedade agrícola,

a partir de uma análise das entrevistas com as jovens rurais do sexo feminino que estão matriculadas no curso de Técnico em Agropecuária, identificando qual o papel da educação técnica em suas vidas, e se o fato delas se qualificarem tem influenciado sua participação no trabalho realizado na propriedade agrícola familiar. Permanece a questão jovem no rural ou do rural? O importante é demonstrar as contradições vivenciadas pelos atores sociais jovens no espaço rural que são as mesmas em uma análise macro, mas apresentam nuances de inter-relações, a partir da família e comunidade, quando consideramos a escala micro ou do lugar. Talvez a contradição que perdura, na contemporaneidade, é, ainda, a de gênero vinculada principalmente à lógica do trabalho.

Representações de gênero: papéis em construção?

As abordagens sobre gênero expressam a disparidade existente em nossa sociedade na medida em que faz transparecer a posição desigual da mulher em relação ao homem. Estudos sobre a influência do gênero na vida das populações rurais demonstram que as mulheres rurais são as que menos tem poder e acesso aos recursos, principalmente em zonas rurais de países subdesenvolvidos, como no caso da América Latina (FAO, 2011b; 2013). Entretanto, cabe aos pesquisadores um olhar mais pontual e não apenas se basear por visões generalistas, pois, as características de gênero estão fortemente ligadas a contextos culturais locais específicos e não apenas a características demográficas.

O gênero é determinado por fatores sociais como idade, classe econômica, região/país, podendo ser encontradas diferenças em um mesmo lugar. O que se pode afirmar sobre o gênero, é que ele é um definidor nas relações entre homens e mulheres, assim como, entre meninos e meninas. (Ibid)

Assim, o termo “igualdade de gênero” é um tema latente na atualidade, sendo perseguido e utilizado para definir metas e intervenções de instituições internacionais e consta como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Organização das Nações Unidas (ONU). Isso implica necessariamente na promoção da participação equitativa de mulheres e homens no que se refere a tomada de decisão, para que tenham uma mesma capacidade de exercer os direitos humanos, o acesso equitativo aos recursos e os mesmos benefícios do processo de desenvolvimento como, iguais oportunidades de emprego e todos os demais aspectos de seus meios de vida. Diante disso, vale ressaltar que as mulheres rurais são as que aparecem como mais prejudicadas nesse processo. (FAO, 2011b; 2013)

Considerando que as relações de gênero são, formas com as quais uma sociedade define quais são os direitos e deveres intrínsecos a identidade de homens e mulheres, no que diz respeito as relações entre os indivíduos, baseadas no poder e nas obrigações entre as partes, o gênero encontra-se estritamente vinculado ao desenvolvimento mútuo de cada indivíduo dentro da sociedade. Quanto às funções sobre gênero, Moser (1998 *apud* FAO, 2013 p. 10) descreve cinco funções do gênero: “(i) são construídas socialmente; (ii) determinam as atividades econômicas e sociais; (iii)

refletem as diferenças biológicas; (iv) variam entre regiões e culturas; e (v) mudam com o tempo”.

O acesso e controle sobre os recursos pelas mulheres, quando comparado com o dos homens, é considerado desigual em praticamente todas as regiões do mundo. Esse fato é mais agravante nas regiões mais pobres, pois segundo a FAO (2011a; 2013), o número de pessoas que passam fome poderia ser reduzido se as mulheres tivessem o mesmo acesso que os homens aos recursos. Para que isso seja possível, outros fatores devem ser considerados e não apenas o acesso, como por exemplo, a posse do título da propriedade ou da terra, que significaria deter o controle dos recursos. Em razão disso, encontra-se a ideia de que, se as mulheres possuísem maior acesso e um controle igual que os homens sobre os recursos haveria mais possibilidades para elas produzirem alimentos de qualidade, com menor impacto sobre o meio ambiente e em maior quantidade.

As questões sobre o gênero também constituem um fator importante para que se tenha segurança alimentar e para que se alcance seus quatro princípios fundamentais: disponibilidade, estabilidade, utilização e acesso. As assimetrias existentes entre homens e mulheres têm afetado de forma significativa a produção de alimentos, não se tratando apenas de uma desigualdade de acesso e controle sobre a terra, as mulheres também são prejudicadas no que diz respeito ao acesso a outros recursos como a água, energia, crédito, conhecimento e mão de obra na agricultura (FAO 2011a; 2013).

Em seus estudos sobre gênero Brumer (2004) tem analisado as causas da acentuada migração das jovens rurais

no Rio Grande do Sul a partir dos dados do IBGE, constatando que, em todos os grupos de idade a população masculina é maior que a feminina, e que, essa diferença entre os sexos atinge seu ápice na faixa etária de 20 a 25 anos. A autora procura demonstrar com isso que, a migração rural-urbano tem sido seletiva por idade e sexo, e que os fatores que tem levado as jovens rurais a migrarem mais que os jovens rurais, estão relacionados diretamente com as condições de vida e trabalho no espaço rural. Nesse sentido, seus estudos se propõem a analisar qual a inserção das mulheres na unidade de produção familiar agrícola, e as mudanças ocorridas dentro desse cenário.

A seletividade da migração por idade e sexo é explicada por dois fatores principais, o primeiro é a falta de oportunidades oferecidas no espaço rural e o segundo seria pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior da família e a invisibilidade sobre o trabalho dos jovens e das mulheres. Essas características têm sido apontadas pelos estudiosos de gênero como intrínsecas a tradição cultural da família que é perpassada de geração em geração (Ibid).

Espaço rural: unidos pela terra, divididos pelo trabalho

Na agricultura o trabalho desempenhado por homens e mulheres é diferente, enquanto os homens têm se dedicado quase que exclusivamente as atividades produtivas as mulheres, normalmente, desempenham várias atividades simultaneamente, equilibrando as demandas com o tempo dedicado a cada uma das atividades realizadas. O gênero é um definidor do

trabalho empregado por ambos os sexos na propriedade rural (MOSER, 1998 *apud* FAO, 2013).

O reconhecimento de que homens e mulheres desempenham atividades diferentes em um mesmo local, somado a existência de obstáculos culturais, institucionais, físicos e econômicos enraizados na sociedade demonstram que há uma ocorrência de discriminação sistemática de gênero.

Para Brumer (2004) o número de homens que se tornam agricultores é maior do que o de mulheres, pelo fato do primeiro ser quem herda diretamente a propriedade, enquanto que, as mulheres só se tornam agricultoras se casarem com um agricultor. Ainda, segundo a autora, a mudança nos meios de produção tem levado à uma crescente diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura, o que impacta diretamente na unidade de produção familiar, sem contar que, com a modernização da agricultura, e à adoção de novas práticas agrícolas o trabalho produtivo tem demandado certo grau de conhecimento para operar as novas e modernas máquinas agrícolas (SILVA e SCHNEIDER, 2010).

A tecnologia favoreceu o trabalho de homens e mulheres na propriedade, em todas as áreas de produção, tanto na agricultura como na pecuária, o mercado tem disponibilizado diferentes equipamentos que desconstruem aquela velha ideia de trabalho pesado e trabalho leve que é corriqueiramente utilizado como discurso para definir o trabalho dividido a partir do gênero. Não podemos negar que isto é muito mais um aspecto cultural do que biológico, e que as mulheres desempenham atividades que

demandam força e exigem gastos energéticos tão altos quanto os homens.

Análise e discussão dos resultados de pesquisa

As análises serão organizadas comparando parte dos resultados obtidos com os questionários aplicados aos 46 (quarenta e seis) estudantes que foram entrevistados em 2014, mas dando ênfase as entrevistas das 5 (cinco) jovens do sexo feminino que circunscrevem o cerne deste trabalho. Optamos por uma conformação de análise dialética em escala, isto é, do universo macro – conjunto de estudantes do Colégio Agrícola – até o universo micro das 5 (cinco) jovens que foram eleitas por viverem no espaço rural do município de São Miguel do Iguaçu.

Com respeito ao acesso à educação técnica agrícola não é difícil observar no Colégio, pelo menos na turma oriunda de São Miguel do Iguaçu, a diferença que existe entre o número de alunos matriculados por sexo havendo o predomínio do número de meninos em relação ao de meninas. Como exposto a partir da Lei Orgânica do Ensino Agrícola 1946 predominam, na educação técnica agrícola, valores estabelecidos pela sociedade patriarcal à época, mas que ressoam na contemporaneidade. Entre o conjunto dos jovens analisados, a partir dos 46 questionários do Projeto CNPq (2013), mais da metade 55% se originam de famílias que vivem no espaço rural, porém, se considerarmos os que possuem propriedade agrícola, esse número sobe para 67,4%. Isto demonstra que há uma diferença entre esses jovens a partir da moradia, uma parcela em que a família vive na propriedade fazendo

desta sua forma de vida e trabalho e outros que tem a posse da propriedade, mas vivem na cidade, e ainda, os que não possuem propriedade e vivem no espaço urbano.

Vejamos alguns resultados a partir da amostra que contou com 46 jovens de São Miguel do Iguaçu (11 meninas e 35 meninos) que estudam Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu (gráfico 1).

Observamos que entre os jovens de São Miguel do Iguaçu, estudantes do curso Técnico em Agropecuária, em todas as faixas etárias ocorre maior representatividade de meninos do que de meninas e, ainda, nas faixas etárias mais avançadas que é de 18 e 19 anos, não há presença de meninas. A explicação para isso coincide com um fator histórico no qual o Colégio Agrícola desde seu princípio recebeu meninos, enquanto que as vagas ofertadas as meninas são recentes e o número de alojamento destinado a elas, ainda é menor. Até pouco tempo atrás todas as vagas eram somente destinadas aos meninos, mas recentemente a escola passou por uma mudança estrutural e física disponibilizando vagas e alojamento para algumas meninas (PESQUISA DE CAMPO, 2014).

Dentre as 11 (onze) jovens, estudantes do Colégio Agrícola, cinco vivem com a família na propriedade agrícola. Ao descreverem como é o curso, as estudantes relatam “ser bem puxado” por haver muito mais disciplinas que numa “escola normal.” Explicam que o curso é dividido em duas estruturas curriculares: uma normal como a de qualquer escola, outra específica para o curso técnico onde são ofertadas disciplinas teóricas e práticas voltadas para a agricultura e pecuária.

Segundo elas, é principalmente através das aulas práticas que conseguem esclarecer suas dúvidas. As jovens também descreveram como funcionam as aulas – durante as semanas tem tanto aulas práticas como teóricas: “tudo misturado.” Em sala de aula os professores geralmente enfatizam a teoria, enquanto que nas aulas práticas os alunos são levados a aplicar aquilo que estão aprendendo na teoria, geralmente os professores dessas disciplinas são técnicos por formação e suas explicações são feitas como se estivessem em campo. As turmas são divididas por setores, que pode ser agroindústria, aviário, horta e outros e cada um é encarregado de exercer uma função independente do gênero (PESQUISA DE CAMPO, 2014a).

Durante as entrevistas focais, Pesquisa de Campo (2014b) com as 5 (cinco) jovens, procuramos identificar os motivos pelos quais essas jovens buscaram estudar no Colégio Agrícola. Ao analisarmos suas respostas notamos que elas apresentaram como interesse principal a busca pela profissionalização relacionando-a com o fato de viverem no espaço rural:

“Por causa que eu queira saber mais sabe, porque eu tinha muita dúvida entre qual faculdade eu queria escolher se era agronomia ou veterinária, porque, com meu pai eu sempre fui de ajuda ele nas duas partes, daí entrei aqui pra ter mais noção do que cada faculdade ia trabalha certinho pra mim escolher (E.S.)”

“Bom, eu entrei no curso por causa que eu já moro com meus pais no interior, é (...), sempre fui ligada com as coisas da agricultura e pecuária então me interessei muito em entrar no curso (B.L.F.)”

“Mas, o porque eu entrei aqui, é mais pra garanti um futuro pra te (...) vamos dizer uma experiência do que mais pra frente eu vo passa, uma faculdade um exemplo. E aqui, eu entrei e eu aprendi muita coisa, coisa simples que talvez o pai e a mãe sabe e a gente não aprendeu quando tava em casa mais, aqui eu to aprendendo de vagarzinho e ta muito bom (T.C.)”

“A, tipo assim, eu morava com minha vó e com minha mãe né, no sítio, (...) mais é por interesse assim de sabe, tenta se aprofunda mais no conhecimento (P.P.)”

Entretanto, outra característica comum desponta entre essas jovens e que pode ter influenciado a decisão, ainda que apareça timidamente em seus depoimentos, o fato é que, o número de filhos por família vem diminuindo, (ver gráfico 2 logo abaixo) e algumas dessas famílias apresentam em sua estrutura apenas filhas mulheres, como é ilustrado no caso a seguir:

“(...) pra seguir aquilo que minha família faz porque, meu pai tem lavoura essas coisas e (...), a minha irmã não quer isso e eu quero, daí pra seguir eu acho que é um embasamento bom, pra tenta algum curso depois (R.B.)”

Devemos considerar que as famílias estão ficando cada vez menores seja no espaço rural ou na cidade e isso está conectado a vários aspectos, um deles é o acesso às informações básicas de saúde pública, que tem oferecido meios para prevenção. No caso das mulheres, isso é bastante significativo, pois elas passam a ter maior controle sobre seu corpo, o que acaba tendo impacto direto no número de filhos por família, por outro lado, as inovações tecnológicas fazem diminuir a necessidade de mão de obra dentro da propriedade agrícola. Esses dois fatores

podem influenciar num possível planejamento familiar, atingindo diretamente a direção das propriedades agrícolas.

Sobre acesso a informação, outra variável interessante diz respeito a formação ou o grau de estudo dos pais. Na comparação entre nível de estudos dos pais e o nível de estudo das mães podemos observar a situação exposta nos gráficos 3 e 4.

Comparando os dois gráficos percebemos que o número de mulheres sem formação é menor do que o de homens. Os homens apresentam uma porcentagem maior entre os que concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e no Ensino Técnico se igualam. Já com respeito ao Ensino Superior e Pós Graduação as mulheres lideram o ranking. Entre os pais desses jovens percebemos que as mulheres têm alcançado maior escolaridade do que os homens. Isso pode estar atribuído ao fato da saída das mulheres do rural ser maior do que a dos homens, que por sua vez, pode ser relacionado ao fato delas apresentarem menos oportunidades de trabalho e perspectiva de vida junto ao espaço rural, por isso, tendem a migrar mais e dar continuidade aos estudos.

Entre as mães dessas jovens algumas que vivem no rural, mas se dedicam a outras atividades que não a agrícola, gera outra perspectiva para a família que é o ingresso de renda proveniente de atividades não agrícolas. Na maioria dos casos analisados, as mães vivem e trabalham no espaço rural, trabalho este que é considerado de ajuda aos seus parceiros dentro da propriedade já que as funções domésticas tendem a predominar de acordo com o gênero feminino.

Ao responderem sobre as diferenças que existem entre o trabalho realizado por homens e mulheres na propriedade, a maioria concorda que as diferenças existiram, mas que hoje homens e mulheres são capazes de exercer as mesmas funções. Entretanto, consideram que, antigamente os homens eram os responsáveis por trabalhos mais pesados, enquanto as mulheres eram ensinadas a exercer os serviços dentro de casa, que basicamente era cuidar dos filhos e arrumar a casa. Essa visão sobre o tipo de trabalho realizado por homens e mulheres dentro da propriedade encontra-se carregada de diferenças estabelecidas a partir do gênero feminino e masculino, enraizadas através da cultura. Ainda que percebam as diferenças no trabalho agrícola como algo mais ligado ao passado, considerando que hoje as mulheres trabalhem igual que os homens na agricultura, esse reconhecimento parece se perder em alguns momentos, como podemos perceber na fala de uma das entrevistas que expõem o fato das mulheres dependerem dos homens para realizar algumas tarefas, principalmente as que envolvem o trabalho com máquinas agrícolas.

“Vamos dizer na minha casa um exemplo? Um exemplo dirigir um trator, lá em casa só os homens dirigem trator, então a gente mulher tem que depender dos homens e (...) ai é ruim porque, qué fazer uma coisa e eles não querem, dai fica, vai de atrás, não vai e fica tudo largado, mais (...) é (...) é isso (T.C).”

'Ao serem interpeladas sobre as atividades em que mais contribuem na propriedade, todas as jovens entrevistadas responderam que as

atividades que mais costumam contribuir são aquelas voltadas aos serviços domésticos, seguido do trato e cuidados de animais, e quando preciso ajudam na plantação e colheita, e que raramente operaram algum maquinário.

“Eu ajudo meu pai a planta quando ele ta plantando, esse ano eu não ajudei ele no período de colheita nenhuma vez porque eu tava aqui, ele colheu durante a semana. As vezes eu ajudo ele a gradia se ele pede, alguma coisa assim, e agora eu tô ajudando ele a monta uma hortinha (R.B.).”

“[...] coisas simples vamos dizer, minha mãe mexe vamos dizer, tem as vacas de leite, tipo não muita coisa assim, então eu ajudo ela com o pasto, com o trato, com [...] limpa assim a casa, [...] que mais, trata os bicho, essas coisas simples. O pai na roça, as veze[...] (T.C).”

Os trabalhos realizados pelas jovens na propriedade variam de acordo com as atividades desenvolvidas dentro da propriedade e a disponibilidade de tempo, pois, todas encontram na escola em período de internato durante a semana. Na maioria dos casos, ao retornarem para casa nos fins de semana, as jovens têm ajudado as mães na ordenha e contribuem nos serviços domésticos. Apenas uma das famílias das cinco jovens entrevistadas não trabalha com gado de leite, nesse caso ela participa com o pai nos processos de plantio e colheita quando possível.

Considerações finais

Conforme as análises ao longo do trabalho a Educação Técnica voltada para o espaço rural, desde sua criação, esteve voltada para atender prioritariamente a parcela masculina da

população, enquanto o gênero feminino permaneceu relegado a determinadas relações sociais “patriarcais”. Atualmente com o reconhecimento dessas diferenças, e principalmente por se tratar de casos que revelam o preconceito quanto ao gênero, algumas mudanças foram colocadas em prática, como podemos observar pelas vagas destinadas as meninas no Curso Técnico em Agropecuária.

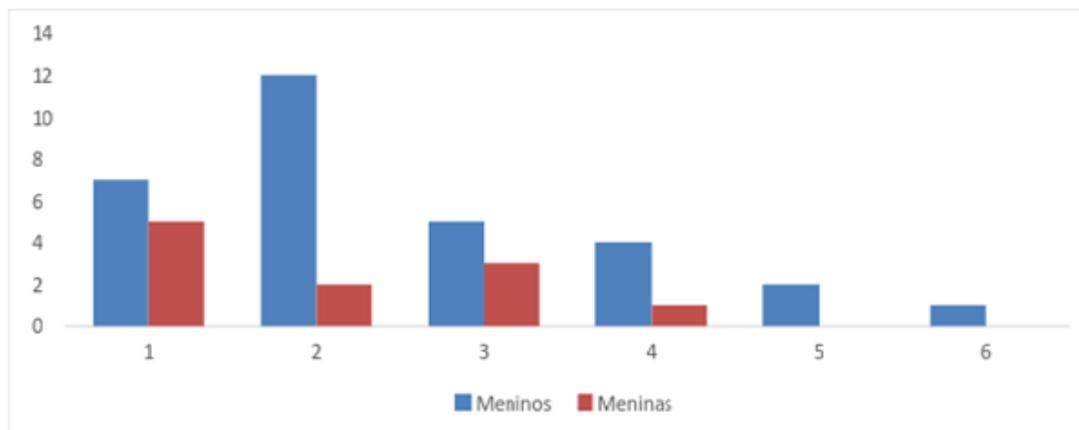
Considerando que trabalho e gênero no espaço rural são antes de tudo, processos culturais que perpassam anos, e tanto as moças como os rapazes são ensinados desde cedo a exercer suas atividades junto aos pais, onde aos meninos cabem participar juntamente com o pai na produção da lavoura, enquanto que, as meninas são encarregadas de exercer suas atividades junto a mãe geralmente no trabalho doméstico e na ordenha. Isso foi constatado durante as entrevistas, salvo aquelas jovens cuja família não apresenta nenhum filho homem, nesses casos há uma abertura modesta para as jovens se inserirem naqueles trabalhos que são mais ligados ao gênero masculino.

Para as jovens de São Miguel que estudam no Colégio Agrícola e participaram do curso Técnico em Agropecuária, entre as atividades que mais gostam no curso está a interação social que ele traz, as amizades que são construídas e a troca de experiências com os outros jovens. Entretanto, a responsabilidade e a independência aparecem como pontos relevantes em suas percepções ao considerar que isso contribui para a construção de seus projetos de vida. Essas jovens ao permanecer no colégio, conseguem ter acesso a informações e passam a

desempenhar tarefas que em casa não lhe são passadas, isso faz com que elas adquiram mais confiança na hora de participar e desenvolver trabalhos em casa.

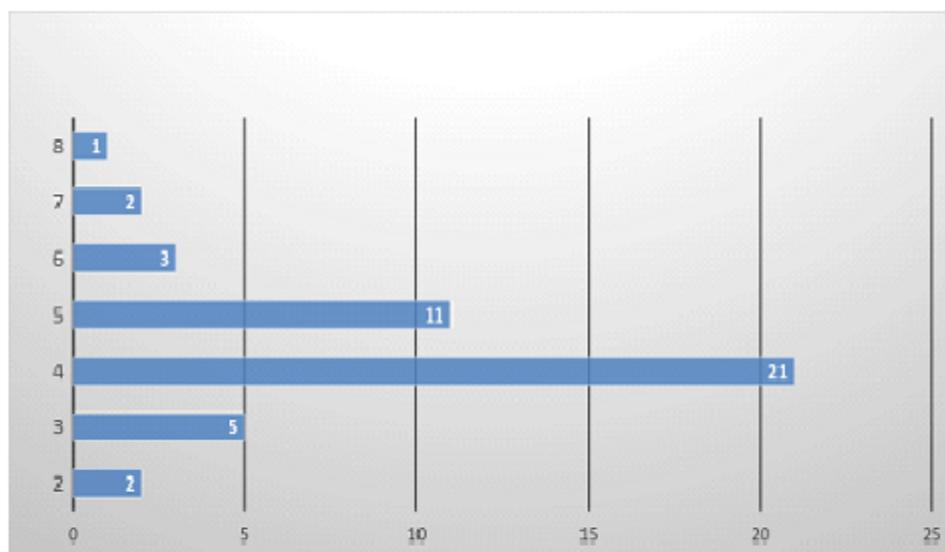
Podemos nos questionar quais as consequências disso tudo, considerando a diminuição no número de integrantes na família e o papel que as mulheres ocupam na unidade familiar agrícola atualmente. Neste sentido, a questão de gênero no espaço rural deve ser discutida em todas as instâncias para que as jovens no rural adquiram maior autonomia na hora de planejarem seus projetos de vida. Para que consigam identificar os processos de exclusão quanto ao gênero e buscarem soluções e inserções, seja no trabalho da propriedade ou em qualquer outro lugar.

Gráfico 1 – Jovens de São Miguel do Iguaçu que cursam Técnico em Agropecuária – segundo a faixa etária e o sexo:



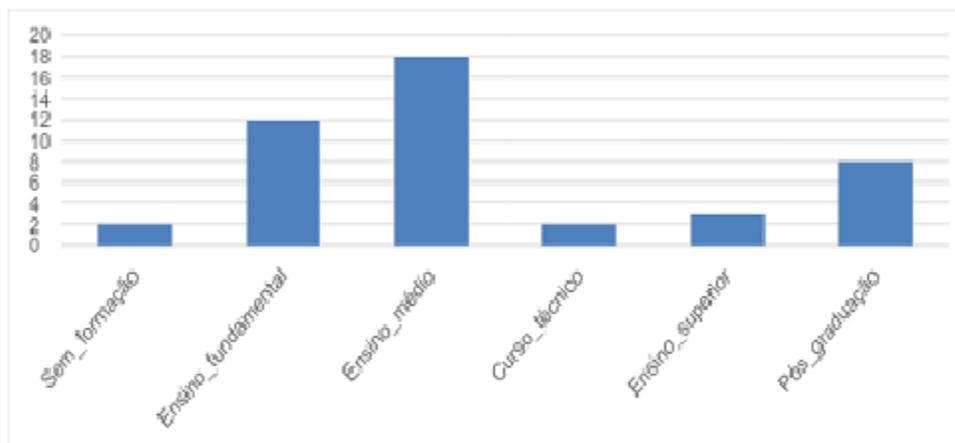
Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Gráfico 2 – Número de integrantes das famílias



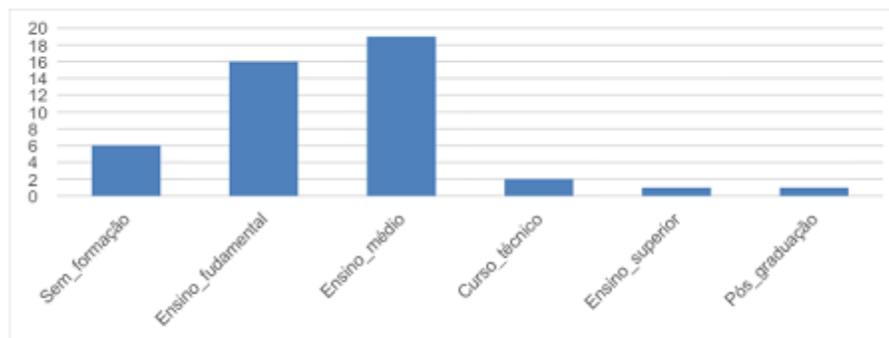
Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Gráfico 3 – Nível de escolaridade da mãe



Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos pais



Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Referências

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Decreto Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n 2, de 28 de abril de 2008. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**, 2008.
- BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- CASTRO, Elisa Guaraná; “**Young Fellow e Old Fellow: a construção da categoria jovem**” a partir de um estudo de Arensberg e Kimball sobre a família e a comunidade na Irlanda. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 12, no. 2, P: 272-321; 2004.
- CASTRO, Elisa Guaraná; et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator**. Ed. Mauad X; Seropédica-RJ; 2009.
- FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). Módulo 1. **Marco conceptual: cuestiones de género y enfoques para el análisis de género**. Guía de Capacitación: Investigación del Género y

Cambio Climático en la Agricultura y la Seguridad Alimentaria para el Desarrollo. CCAFS & FAO; 2 ed; 2013. Disponible en: <http://www.fao.org/climatechange/micca/gender>; (Guía de capacitación).

GAVIRIA, Rosa Margarita; MENASCHE, Renata. **A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo**. Estudo & Debate; Lajeado, v. 13, n. 1, P: 69-82, 2006.

MARTINS, M. *et al.*; **Jovens Rurais no Brasil: a construção de um novo ator político**. Ponencia presentada al VIII Congreso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2010. Disponível em< <http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

PARANÁ (Estado). **Resolução 4783 de 28 de outubro de 2010**. Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e a qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, 2010.

PESQUISA DE CAMPO. Entrevistadora: Karini Scarpari, 2013. **Roteiro de entrevista**.

PESQUISA DE CAMPO. Entrevistadores: Karini Scarpari, Samuel Barreto Siqueira, Rafael Lucas Lucas Ferreira Alves, Exzolvildres Queiroz Neto, 2014(a). **Questionários**.

PESQUISA DE CAMPO. Entrevistadora: Karini Scarpari, 2014(b). **Entrevistas e grupo focal**.

PSMI – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR. **História de São Miguel do Iguçu**. Disponível em:< <http://saomiguel.hospedagemdesites.ws/historia>> . Acesso em: 23 nov. 2014.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (ORG.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis - SC, Ed. Mulheres, 2010, p: 183-207.

SOUSA, L. M. **Educação do campo**. Entrevistadora: Karini Scarpari. Pesquisa de campo, 2013. Entrevista.

TRES, N. **Espaço rural de São Miguel do Iguçu**. Entrevistadora: Karini Scarpari. Pesquisa de campo, 2014. Entrevista.

Recebido em 24/02/2015

Aprovado em 21/05/2015

100 ANOS DE FOZ DO IGUAÇU: A IMPORTÂNCIA DA CIDADE PARA O MERCOSUL

Élcio Aparecido Carvalho*

Resumo

Este trabalho busca evidenciar a importância da cidade de Foz do Iguaçu no processo de integração do MERCOSUL. Parte do princípio de que para se entender qualquer processo de integração é necessário que se atenha aos ditames do Regionalismo, logo, infere-se que a cidade de Foz do Iguaçu fez e faz parte do regionalismo buscado para a América do Sul, através do MERCOSUL. A Cidade de Foz do Iguaçu, localizada no oeste do estado paranaense brasileiro é emblemática quando se refere à integração Regional sob as concepções e interesses do MERCOSUL. Foi em Foz do Iguaçu onde se assinou, em 1985, a Declaração de Iguaçu, documento que foi o embrião do Mercado Comum do Sul. A cidade está localizada na Tríplice Fronteira-Argentina, Brasil e Paraguai, logo, a importância deste espaço territorial para o bloco regional, deve ser evidenciada.

Palavras-Chave: MERCOSUL; Tríplice Fronteira; Foz do Iguaçu.

Resumen

En este trabajo se pretende dar a conocer, la importancia de la ciudad de Foz do Iguaçu en el proceso de la integración del MERCOSUR. Se parte del principio que para entender cualquier proceso de integración, es necesario tener en cuenta los dictámenes del Regionalismo, luego se infiere que la ciudad de Foz de Iguaçu forma parte del regionalismo buscado para América del Sur, a través del MERCOSUR. La ciudad de Foz do Iguaçu, está situada en el Oeste del Estado brasilero perteneciente a Paraná, es un icono cuando se trata de la integración regional en las opiniones e intereses de MERCOSUR. Fue en Foz do Iguaçu, que se firmó en 1985, la Declaración de Iguaçu, un documento que fue el embrión del Mercado Común del Sur. La ciudad está situada en la triple frontera de Argentina, Brasil y Paraguay, de ahí la importancia de este espacio territorial para el bloque regional, que se debe destacar.

Palabras clave: MERCOSUR; Triple Frontera, Foz do Iguaçu.

* Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (ICAL/UNILA). Bacharel em Relações Internacionais e Integração (UNILA). Bacharel em Direito pelas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (UNIFOZ). Advogado. Bolsista Do Programa De Bolsas Demanda Social Unila.. E-mail: elcio.carvalho@unila.edu.br

INTRODUÇÃO

Foz do Iguaçu completou cem anos em 2014, e muitas transformações em seu território se deram desde sua concepção histórica. A cidade hoje se modernizou e abriga a maior usina hidroelétrica do mundo, qual é responsável por boa parte da energia elétrica utilizada pelo Brasil e Paraguai. Também, houve um crescimento significativo do comércio da região, isto porque os turistas que visitam as Cataratas do Iguaçu, agora considerada uma das 7 maravilhas naturais do mundo, não deixam de fazer compras no lado paraguaio da fronteira. Na verdade é mais um atrativo turístico que hoje vigora na região.

Dadas as condições de localização fronteiriça de Foz do Iguaçu, a cidade tem sido uma espécie de laboratório para o processo de integração regional que o Mercado Comum do Sul- MERCOSUL tem pretendido levar adiante. As relações da cidade com o bloco regional são antigas e, na verdade, pioneira foi a cidade na conformação do bloco, ainda no anos 80.

Em 1985, os presidentes argentino e brasileiro - Raúl Alfonsín e José Sarney, elegeram Foz do Iguaçu para realizarem Cúpula Presidencial, onde assinaram a Carta de Iguaçu que previa uma cooperação recíproca entre ambos os países. Desse modo afastando, de uma vez por todos, as históricas desconfianças entre ambos.

Trata que a Declaração de Iguaçu foi a o embrião daquilo que em 1991 se celebrou como Mercado Comum do Sul. Ora, através dos acordos argentinos e brasileiros já em andamento, à época, evidenciou maior facilidade para promover a ampliação dos interesses regionais do Cone Sul, a través das experiências já adquiridas. Assim facilitou a entrada de Paraguai e Uruguai na conformação do bloco.

Todavia, quando se estuda o MERCOSUL pouco se tem percebido referências específicas a estes antecedentes, isto é; à Carta de Iguaçu e importância da cidade de Foz do Iguaçu, no passado e no presente, para a integração mercosulina.

Neste sentido este artigo busca trazer algumas reflexões sobre tais pontos, bem como parte daquilo que é primordial para se entender qualquer movimento de integração entre Estados: o Regionalismo. Acredita-se evidente que Foz do Iguaçu fez e faz parte das manifestações do Regionalismo que se deram na América do Sul, bem como, também, sofreu as interferências de um regionalismo mundial, quando da Guerra Fria. Não é interesse esgotar todo estes temas neste artigo, apenas evidenciar, desde já, a necessidade de que ao se procurar compreender os processo de integração Sul-americano do MERCOSUL, se faz necessário refletir sobre as peculiaridades da Tríplice Fronteira, em especial, para a política integracionista brasileira, a cidade de Foz do Iguaçu.

REGIONALISMO NA AMÉRICA DO SUL

Conceito de Regionalismo

Regionalismo pode ser entendido como um processo de concertação política, onde os Estados compartilham objetivos comuns estabelecendo, de forma voluntária, mecanismos e instrumentos jurídicos que buscam certo grau de governança coletiva, sem, necessariamente, impor ingerências sobre as respectivas soberanias. Resulta-se daí, fenômeno centrípeto envolvendo países na direção de uma maior integração mútua, seja no tocante da política, seja no que se refere às necessidades econômicas. Infere-se ainda, neste processo, as estruturas de Política Internacional, aquelas com

capacidades de promover ou direcionar os Estados, para as melhores soluções conjuntas dentro de um determinado contexto regional, em face aos dilemas globais (HURREL, 1995, p. 23 a 59).

De tal sorte que; do ponto de vista de seus ideais e, geralmente, para com os propósitos de protegerem-se de alguma ameaça externa, resulta a necessidade de se expandir, além-fronteiras, as políticas de cada Nação, em prol daquilo que é, ou deverá ser, bem comum para todos os envolvidos. Observar-se-á que o fenômeno do Regionalismo pode, também, ter seu embrião justamente quando caracterizado a interdependência entre Estados que geograficamente próximos, têm a necessidade ou manifestam voluntariamente a possibilidade de coordenação relativa de suas políticas externas em conjunto com seus parceiros estratégicos.

Uma vez maculado sob tal prisma, o Regionalismo passa a ter sua concepção desde uma mirada das necessidades e convergências comum dos Estados. Logo, se trata do ponto de vista político, de aspirações de segurança nacional e eliminação de conflitos entre si. Desse modo a finalidade é, ou poderá ser a institucionalização da confiança mútua.

Já a partir de uma interação econômica¹², percebe-se a conformação ampla dos mercados ou o nascimento de um mercado consumidor maior e comum a todos com seus devidos ganhos em conjunto. Dadas as devidas condições favoráveis das implementações de políticas coordenadas pelas Nações envolvidas neste processo, no sentido de uma gestão

¹² Fases da Integração Econômica: Zona de Livre Comércio; União Aduaneira; Mercado Comum; União Econômica; Integração Econômica Total. Ver: TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito Internacional: Público, Privado E Dos Direitos Humanos**. 3 Ed. – São Paulo: Saraiva, 2009. – (COLEÇÃO Roteiros Jurídicos/ Coordenação José Fábio Rodrigues Maciel). Pág. 51.

macroeconômica comum, poderá resultar em certo grau de (inter) dependência das estruturas econômicas produtivas, bem como uma redefinição do espaço econômico geral de acesso para todas as partes envolvidas. Não obstante as assimetrias econômicas e produtivas podem ter seus nascedouros neste mesmo procedimento integrado político e economicamente.

Na mesma direção, Fawcett conceitua Regionalismo como sendo “o conjunto de políticas que coordenam estratégias e promovem a cooperação entre atores Estatais e/ou não Estatais numa dada região (Fawcett 2004 *apud* Ramos, 2009, p 6). Desse modo é evidenciado a necessidade de uma sinergia nos esforços mútuos para que a cooperação entre as partes interessadas possa ser percebida como frutífera para todos os atores envolvidos.

Do contrário, o fracasso das iniciativas políticas estará comprometido, ou seja, ha necessidade de que seja elaborada uma estratégia viável e possível de cumprir-se tal agenda que resulta daí, por parte de todos os Estados envolvidos, bem como daqueles outros atores não estatais, mas que gozam de capacidade econômico-estratégica para assim atuarem neste cenário internacional. É dizer que grandes empresas, por exemplo, usufruindo das possibilidades de ampliarem ou promoverem seus negócios, através das condições geradas pelo Regionalismo, adquirem protagonismo relevante neste processo de integração econômica.

Como bem explicita Ramos, com o surgimento do fenômeno do Regionalismo este passa ser cada vez mais presente nas agendas dos Estados no que se refere ao intuito e necessidade de uma inserção internacional desde meados do século XX. Neste sentido, a Organização Mundial do Comércio, registra mais de 360 acordos regionais de cooperação comercial, em

diversos graus de interação (Ramos 2009, p 3).

Regionalismo Fechado

Na América Latina, em especial para a parte Sul desta região, a busca pelos espaços comuns de inserção mundial, e, principalmente a cooperação regional, através dos resultados do Regionalismo, potencializou o processo de maior segurança política, econômica e jurídica. As tentativas de se alcançar este processo tem seu marco inicial nas articulações de Simón Bolívar. Todavia encontraram-se barreiras de interesses políticos e econômicos, que impediram ou impossibilitaram que os interesses aceitos como comuns para a Região, pudessem ser discutidos e tomadas as devidas providências no sentido de se resguardar as soberanias e credibilidades dos recém Estados descolonizados:

Os antecedentes do regionalismo de cooperação se inscrevem no movimento de concertação hispano-americano do século XIX. Após o primeiro intento, malogrado, da Conferência do Panamá, em 1826, sob a égide de Bolívar, o Peru tentou, igualmente sem êxito, articular a solidariedade regional. A sucessão de fracassos das Conferências celebradas em Lima – 1847, 1864, 1867 e 1877 – resultava da falta de liderança e poder do país anfitrião – Peru – e, especialmente, do boicote brasileiro e argentino. Era inviável qualquer iniciativa de concertação regional sem o protagonismo consensuado das duas principais potências sul-americanas.¹³

Como se observa, as tentativas de se conformar um “espaço político regional”, onde as demandas fossem ao menos parecidas, bem como as aspirações de ascensão dos Estados da América Latina, se dessem de maneira muito mais harmoniosa e

¹³ CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina**: história de uma ideia na “VISÃO do Outro”. Brasília : Funag, 2010. Pag. 64.

de acordo com a chancela de ambos, era buscado e acreditado em grande medida. Mas, ao mesmo tempo, foram impedidas por rivalidades políticas de Argentina e Brasil¹⁴. Logo se observou que tais Estados mantiveram suas motivações internas e externas, a fim de postergarem, ou não convergirem para com tais planos mais amplos de suas políticas externas regionais.

Posteriormente, a partir da década de 1950, sob as influências da Cepal, estas diferenças de interesses político- regionais permitiram que estas Nações passassem a protagonizar algumas tentativas de construção de um mecanismos de integração regional, por exemplo: OPA¹⁵; ALALC¹⁶,

¹⁴ MELO; Luciano Morais. **Itaipu: conflito e cooperação na Bacia do Prata (1966-1979)**. Disponível Em:< [Http://www3.fsa.br/propex/Recric/Numero1/Recrictexto32009.Pdf](http://www3.fsa.br/propex/Recric/Numero1/Recrictexto32009.Pdf)>. Acesso Em 08/05;2015. Pág 3-5: Desde de 1816 Existiu vários conflitos entre os países que compartilhavam a Bacia do Prata. Exemplos são: Guerra da Cisplatina - 1825-1828; Guerra Contra Oribe e Rosas - 1851 a 1852; Guerra Contra Aguirre- 1864 e 1865; Guerra da Tríplice Aliança - 1864 a 1870.

¹⁵ SILVA, Alexandra de Mello E. **A política externa de JK**: a operação pan-americana. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. pág. 14-20: lançada oficialmente em 20 de junho de 1958, pelo então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, tratava de uma iniciativa da política externa brasileira, cujas pretensões eram: buscar condições de atuação do Brasil no cenário internacional de forma autônoma e atuante; combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina; iniciativa de caráter e objetivos multilaterais.

¹⁶ MARIANO, Karina Pasquariello; VIGEVANI, Tullo. **Reflexões Sobre A Integração Latino-Americana**. São Paulo: Fapesp/Fundap;Puc-Sp/Cedec, Março,2000, P. 34- 78. Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Consistia em buscar uma tentativa de integração comercial da América Latina nos anos de 1960, através da criação de uma área de livre comércio. Eram membros fundadores: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Em 1970, São incorporados novos Membros: Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

bem como de um projeto estritamente Sul-americano Pacto ABC¹⁷; Ora, a grande divergência política e econômica que impedia uma cooperação entre estas duas Nações, tinha suas raízes nas desconfianças mútuas.

Desde já se iniciava uma tradição da busca pela liderança regional: de um lado os argentinos crentes que seriam os mais capacitados para exercerem tal protagonismo político-econômico na América do Sul e; não menos interessado, encontravam-se os brasileiros com grandes discursos de líderes mais ativos para promoverem o desenvolvimento regional.

Compreende-se, então, que a integração sul-americana, tem suas raízes e seu “calcanhar de Aquiles”, justamente nas relações entre Brasil e Argentina. E dentre tais circunstâncias, remonta-se as prontas manifestações de políticas de industrialização.

É dizer que brasileiros e argentinos trataram de incentivar suas indústrias locais, a fim de rivalizarem entre si. O constrangimento bilateral era o impeditivo do surgimento da integração que deveria porvir de um Regionalismo capaz de apaziguar e orientar os ânimos destes dois Estados.

Assim ensina Nilson Araujo de Souza¹⁸, que a integração regional deveria passar pelas tentativas de aproximação de Argentina e Brasil, e que a industrialização

Em 1980, se tornou ALADI. Já em 1999, Cuba passou a ser membro.

¹⁷ Id. tratado assinado por Argentina, Brasil e Chile no ano de 1915, onde previa, dentre outros, mecanismos de solução de controvérsias permanente nas relações destes países, sobretudo para com as questões anteriormente compactadas e cujas demandas eram polêmicas. tratava-se de situação inédita na política externa latino-americana, uma vez que tais relações anteriores, sempre estavam involucradas às relações para com os países europeus ou os EUA.

destes dois países era a confirmação de uma dificuldade a ser superada mais adiante, quando das aproximações que precederam a tentativa de conformação de um Mercado Comum do Sul:

A primeira tentativa de integração nessa nova fase ocorreu entre Argentina e Brasil, precisamente os dois países da região que mais haviam avançado no processo de industrialização. Por iniciativa de Raúl Prebisch, então gerente geral do Banco Central argentino e que depois, na qualidade de principal dirigente da Cepal, se tornaria um dos principais teóricos e ideólogos do desenvolvimento e da integração da América Latina, Brasil e Argentina, a partir da Conferência da Bacia do Prata realizada entre 27 de janeiro e 6 de fevereiro de 1941, assinaram vários acordos de integração comercial.¹⁹

Ressalta-se que a Cepal²⁰, em meados dos anos 1950, buscava o implemento de um Regionalismo “fechado” para a América Latina. Isto é; a região deveria promover políticas comerciais onde as exportações seriam mais eficientes caso se tratasse de matérias primas. Em contrapartida poderiam importar os produtos necessitados pelo mercado interno. Acreditava-se aí que a balança comercial, não seria tão deficitária.

¹⁸ Doutor em economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, com pós-doutoramento em economia pela USP.

¹⁹ Souza, Nilson Araujo de. América Latina: as ondas da integração. **Oikos**. Rio de Janeiro volume 11, n. 1, 2012. Disponível em: < www.revistaoikos.org>. Acesso em: 19/11/2013. Pgs 87-126.

²⁰ Comissão Econômica para América Latina, criada em 1948. Órgão pertencente a Organização das Nações Unidas. sede na cidade de Santiago - Chile. disponível em: < <http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. acesso em: 08/05/2015.

Regionalismo Aberto

Novas agendas políticas e econômicas surgiram no contexto regional. Desse modo o tempo tratou de demonstrar o equívoco, como demonstra Marini (1994) proposto pela Comissão, uma vez que se verificou a estagnação das economias Latino-americanas, bem como Estados que não puderam ou não souberam implementar, acertadamente, as devidas política industriais propostas. Talvez por estas serem equivocadas ou não se aplicarem no contexto da América Latina:

La crisis económica que, al comienzo de la década de 1960, golpea la mayoría de los países latinoamericanos es, simultáneamente, una crisis de acumulación y de realización de la producción. Ella se manifiesta, por un lado, en el estrangulamiento de la capacidad para importar los elementos materiales necesarios al desenvolvimiento del proceso de producción y, por otro, en las restricciones encontradas para realizar esa producción. Ambos fenómenos se derivan de que la industrialización se llevara a cabo sobre la base de la vieja economía exportadora, es decir, sin proceder a las reformas estructurales capaces de crear un espacio económico adecuado al crecimiento industrial.²¹

Assim sendo em meados dos anos de 1990, viu-se uma Cepal, muito mais promotora de uma ideologia, cujas diretrizes básicas, eram o inverso dos anos 50. Ora, se antes a América Latina, deveria se fechar-produzir-exportar aquilo que melhor lhe impunha uma dita realidade e necessidade mundial, agora, via o jogo mudar.

É dizer que um novo Regionalismo se fazia presente e eminentemente mais “saudável” para as economias capitalistas da

²¹MARINI, Ruy Mauro. **Ceme. La Crisis Del Desarrollismo**. Archivo Chile - Histórica Político Social. Movimiento Popular, 1994. Pág. 6.

região, isto no início dos anos de 1990. Ou seja; era o protagonismo de um Regionalismo “aberto”, cujas bases encontravam-se nas capacidades de promoção de novos mercados mundiais, promovidos e aceitos a partir de uma proposta Cepalina

Havia a promoção e divulgação de que os países da América Latina, a partir das crises dos anos de 1980, estavam muito mais conscientes de suas possibilidades econômicas e políticas, em face das mudanças no cenário internacional. Logo, a Cepal injetava fortes doses de entusiasmo nos Estados, no sentido de que estes deveriam abrir seus mercados e, politicamente, darem maiores condições jurídicas para que emergissem aquilo que seria o novo progresso para a região, através de novos negócios possibilitados pela cooperação regional e; por acordos de integração econômica através de instrumentos bilaterais e/ou multilaterais:

En los últimos años, frente a los efectos de la prolongada crisis de los años ochenta y también a las transformaciones en el panorama internacional, América Latina y el Caribe han demostrado creciente capacidad de respuesta. Gobiernos y sociedades civiles han buscado nuevas formas de adaptarse a las cambiantes circunstancias y de enfrentar los múltiples desafíos que se les plantean. Una de las muchas expresiones de dicho proceso de adaptación es el renovado interés en las potencialidades de la cooperación intrarregional, y en especial, en los acuerdos formales de integración económica, tanto multilaterales como sobre todo bilaterales.²²

As intenções da Cepal, à época, convergiam, ou pelo menos assim

²² El **Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe**. Disponível em: <[HTTP://WWW.ECLAC.ORG/PUBLICACIONES/XML/7/4377/LCG1801E.HTM](http://www.eclac.org/publicaciones/XML/7/4377/LCG1801E.HTM)>. Acessado em: 17/12/13.

intencionavam para com as necessidades de fortalecimento dos mercados Regionais Latino-americanos que já existiam. Mas primava pelas convergências das políticas econômicas destes países, na medida em que seriam necessárias a fim de aumentar e ampliar as transações comerciais intra-regionais, e, conseqüentemente, inserção destas economias no Sistema Econômico Internacional.

Desse modo se evitaria o isolamento econômico-comercial regional daquilo em que o mundo estaria por experimentar, ou seja; uma fase de busca incessante de livre comércio. Maiores transações comerciais se dariam após as crises mundiais dos anos 80.

Assim sendo, caberia aos Governos Latino-americanos, à responsabilidade de atribuírem, às suas economias, as devidas condições de proteção de seus mercados e, ao mesmo tempo, buscar o crescimento comercial internacional.

O MERCOSUL

Foi a recuperação do poder político pelos civis no Brasil e na Argentina, que impulsionaram uma avanço histórico entre os governos de Sarney e Alfonsín. Governos vigentes à época do ano de 1985. Mister salientar que se tratou de fato histórico, entre outros elementos políticos, devido a um não apego tradicional de rivalidades entre estes Estados na América do Sul. Já do ponto de vista das necessidades deste concerto político regional, foi elemento central, para tal, a falta de oportunidades e existência de Políticas Externas para a região.

Todavia nem sempre, quando se estuda o processo histórico e constitutivo do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, se dá a devida importância para as condições geopolíticas quando da Cúpula Presidencial realizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado paranaense, brasileiro, em

novembro de 1985, que resultou na assinatura da Declaração de Iguaçu, pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, chefes dos Poderes Executivos argentino e brasileiro, respectivamente. Este “descuido historiográfico” implica em supressão de valorização do espaço regional embrionário do MERCOSUL, bem como não evidencia a importância deste documento enquanto instrumento jurídico fundador daquilo que se resultou, em 1991, no Tratado de Assunção. Neste momento já contando com as inserções e ratificações paraguai e uruguaia.

Cabe ressaltar que a Declaração de Iguaçu trata ser o elemento essencial para a conformação do bloco, não somente do ponto de vista jurídico, mas, sobretudo, desde uma perspectiva política de aproximação entre dois países vizinhos, mas que as rivalidades históricas os haviam distanciados. Neste sentido é preciso evidenciar os esforços dos principais líderes destas Nações à época, para com a intenção de buscar, sob o âmbito do Regionalismo, meios comuns e recíprocos de relação comercial, com possibilidades e metas fixadas de uma integração de fato.

A intenção era elaborar um plano geral com vários mecanismos que privilegiassem as diretrizes bilaterais que desembocasse em um projeto maior. Isto implicaria a participação de Comissões Parlamentares para acompanhar as decisões que dali resultaria. Também haveria espaço para a representação das sociedades civis; criação de um banco de compensação e; também, chegou a mensurar a criação de uma moeda comum: o Gaúcho. Ora, a crença era de que um projeto destes, como qualquer outro projeto que se almejasse a integração, não poderia sobreviver e nem se defender, sem a constituição de uma moeda comum (SARNEY, 2001, 44).

Percebe-se que as intenções e significados representam uma vontade e

expectativa política que ultrapassava os ditames dos Governos Militares que antecessores. E nestes termos a Declaração de Iguazu encontra-se manifesto otimismo em suas orientações: conformar um espaço comercial e econômico que criasse novos fluxos de comércio visando o aproveitamento das vantagens comparativas entre ambos os setores industriais argentino e brasileiro. Desse modo poderiam substituir os países terceiros que atuavam como fornecedores. Para tanto teriam que fortalecer seus respectivos pátios industriais a partir de uma recíproca troca de experiências e tecnologias disponíveis por cada país. Assim estariam mais adaptados e competitivos para com o cenário internacional, bem como estariam promovendo certas ramificações de seus interesses e motivos para com o modelo de integração qual pretendiam (MARIANO; VIGEVANI, 2000).

É dizer que a Declaração de Iguazu permitiu, à sua época, muitos outros acordos e trocas de experiências comerciais, políticas e culturais, entre argentinos e brasileiros. Destas perspectivas tantos foram os acordos em matérias e temas estratégicos para estes dois países. Por exemplo: trocas de tecnologias agrícolas; biotecnologia; bens de capital; energia nuclear; siderurgia; indústria de alimentos; indústria automobilística; constituição de empresas binacionais, entre outros tantos (além de protocolos; memorandos e; convênios diversos).

Em resumo credita-se à Declaração de Iguazu como sendo o marco virtuoso da cooperação e integração entre Argentina e Brasil. Não obstante, há que se observar que estas condições políticas que se resultou deste contexto, transformou as relações entre os vizinhos de forma que se sedimentou-se uma parceria baseada em cooperação e, não mais nas desconfianças recíprocas e históricas destes países cujas

relevâncias econômicas e políticas, sempre foram enormes para a América do Sul.

A Declaração de Iguazu, não resolveu todas as pendências entre argentinos e brasileiros, nem poderia dadas as suas especificações, porém, fato é que resultou em um acordo comercial, que fortaleceria os mercados destes dois países. O que anos mais tarde foi evidenciado a intenção de ampliação deste espaço para os Estados paraguaios e uruguaios, impulsionados pelos governos de Fernando Collor e Carlos Menén. Novamente se verificou uma nova agenda entre estas duas nações, agora não mais rivalizadas pelo protagonismo da região do Cone Sul.

Tendo estes acordos políticos surtido efeito e aceitos por todos os Estados em questão, em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, assinam o Tratado de Assunção na capital paraguaia, Assunción. Tratado este que instituiu o Mercado Comum do Sul-MERCOSUL. Em 1994 aprova-se o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional e concedeu personalidade jurídica regido pelo Direito Internacional.

O tratado fundacional do MERCOSUL baseou-se no regionalismo aberto, ou seja, buscou não somente o fortalecimento comercial entre os países que o compôs, mas, também, o fortalecimento das trocas com outros países da região. Neste sentido, portou-se como um tratado aberto e deixou espaço para que os países da Aladi, que assim quisessem aderir ao novo bloco comercial, pudessem ser acolhidos neste novo espaço. Logo, são Estados Associados do MERCOSUL a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). A Guiana e o Suriname passaram a contar com formas de participação nas reuniões do bloco no ano de

2012, mesmo não sendo Estados Associados.

Em 28 de junho de 2012, em reunião da Cúpula do MERCOSUL, na cidade de Mendoza, Argentina, foi aprovado por Brasil, Argentina e Uruguai a suspensão do Paraguai do bloco, uma vez que se interpretou o não cumprimento, por parte deste, do Protocolo de Ushuaia no que diz respeito ao Compromisso Democrático. Resultou daí declaração de incorporação da República Bolivariana da Venezuela junto ao bloco comercial. Logo, em 12 de agosto do mesmo ano, passou a vigorar o Protocolo de Adesão da Venezuela.

HISTÓRIA DE FOZ DO IGUAÇU

A história da cidade de Foz do Iguaçu, de acordo com pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Federal do Paraná, demonstra que a presença humana na região data de 6.000 a.C., sendo que os indígenas foram os antecessores dos europeus colonizadores. Em 1542, o espanhol Álvar Nuñez Cabeza descobriu as Cataratas do Iguaçu (LIMA, 2001, p. 18).

Em 1889 o Brasil passa a ocupar a região através de uma Colônia fundada no que espaço territorial que hoje assenta Foz do Iguaçu, tendo como “chefe” da empreitada tenente José Joaquim Firmino. Feito um levantamento da população que ali residia, contou-se 324 pessoas. Destes a maior parte era paraguaios e argentinos, mas havia, também, espanhóis e ingleses, que se dedicavam à exploração da erva-mate e da madeira, cujas mercadorias eram exportadas através do rio Paraná. Criou-se a Agência Fiscal em 1897, sob o comando do capitão Lindolfo Siqueira Bastos. Nesta época existiam 13 casas e outras moradias como ranchos de palha²³.

²³Dados socio-econômicos completos de Foz do Iguaçu 2011. Dados disponíveis na página virtual da

Mas o tempo na Tríplice Fronteira insistia em passar de forma a trazer a evolução para Foz do Iguaçu. Aqui refere-se já aos tempos modernos do século XX onde a cidade experimentava as várias tratativas políticas e econômicas da época, como por exemplo; a institucionalização do Município, bem como o aumento de sua população:

Nos primeiros anos do século XX a população de Foz do Iguaçu chegou a aproximadamente 2.000 pessoas e o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas, estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência.

Em 1910 a Colônia Militar passou à condição de "Vila Iguassu", distrito do Município de Guarapuava. Dois anos depois, o ministro da guerra emancipou a colônia tornando-a um povoamento civil, entregue aos cuidados do governo do Paraná, que criou então a coletoria estadual da Vila. Em 14 de março de 1914, pela lei 1383, foi criado o Município de Vila Iguassu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. O município passou a denominar-se "Foz do Iguaçu", em 1918.²⁴

Observa-se que a dinamização das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e militares já sinalizavam para um espaço onde aqueles que ali edificassem suas bases, deveriam leva em consideração todas as adversidades e condições que uma zona de fronteira prevê. As relações comerciais que surgiam deveriam, agora, submeterem aos regramentos da lei e, não

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu:
www.pmf.pr.gov.br.

²⁴ **História da cidade.** disponível em: www.pmf.pr.gov.br/conteudo/?idmenu=1007. acesso em: 25/02/2014.

obstante, o mesmo advinha para com as relações sociais daquele contexto que se articulava à época.

Cabe ressaltar que somente por volta do ano de 1925 é que o Marechal Mariano Cândido Rondon, qual era incumbido de promover a demarcação do território nacional, chega à Foz do Iguaçu e, cumprindo seu para com seu dever, procede com os trabalhos oficializando, assim, o Marco Brasileiro em face das três fronteiras: Argentina, Brasil e Paraguai.

Quando o general Mario Tourinho, um dos líderes da Revolução de 1930, assumiu a chefia do governo do Paraná, um de seus primeiros atos institucionais foi justamente nomear, para o cargo de prefeito de Foz do Iguaçu, o engenheiro Othon Maeder, além de evidenciar seus interesses em Nacionalizar a região de Guaíra. Para tal tarefa Tourinho, nomeou o tenente Gregório Rezende da Força Pública do Paraná. Interessante que estes processos de nacionalização da região promovida por Tourinho e seus aliados, gerou competição para com o Governo Federal sob o comando de Getúlio Vargas, que, também nutria interesses governamentais pelo oeste paranaense (LIMA, 2001, p.52- 53).

Com a advento da Segunda Guerra Mundial- 1939-45, Foz do Iguaçu se viu envolvida nas questões militares mundiais. Ora, em 1942, a cidade é decretada como zona de guerra, o que correspondia aos controles e perseguições, por parte das policias militares e civis, para com as colônias de famílias italianas e alemãs que viviam na região. Algumas destas foram internadas em zonas especiais que ficavam em cidades vizinhas. Estas preocupações de âmbito mundial que respingavam na cidade, fez com que no ano de 1943, Foz do Iguaçu passasse a ser sede do Território Federal do Iguaçu, nos primeiros oito meses de sua existência. Durante este curto período como sede, o presidente Getúlio Vargas visitou a

cidade evidenciando a importância da região para com os interesses políticos do Brasil²⁵.

Já em 1956, iniciaram as obras da Ponte da Amizade que ligaria Foz do Iguaçu com a Ciudad de Este, cujas extensões eram de 554 metros que, além de ligar duas cidades vizinhas, tinha a conotação de união de dois países- Brasil e Paraguai. Mister salientar que a ponte da amizade, proporcionou grande avanço das relações comerciais entre as cidades, mas, também, proporcionou saída para o mar ao Paraguai que, desse modo, pode desenvolver e promover suas relações comerciais de exportações para outros Estados. A ponte da amizade foi inaugurada em 27 de março do mesmo ano²⁶.

Quando da Crise dos Mísseis em Cuba, no ano de 1961, quase colocou à prova a continuação do mundo, Foz do Iguaçu sofreu as influências indiretas decorrentes deste evento, isto porque muitos foram os empresários que se endividaram com o capital norte-americano que financiava empresas em dólar e, conseqüentemente, dificultava o pagamento das diversas dívidas contraídas na região: através do BID ou do FMI. Mais precisamente quando dos Estados Unidos da América lançaram a Aliança para o Progresso, cujas finalidades eram tratamento diferenciado, através de “empréstimos e incentivos financeiros”, políticos e militares para a região da América Latina, com a exceção lógica de Cuba que seguia aliada dos russos na Guerra Fria (Lima, 2001, p. 79).

Todavia a intervenção dos EUA na América Latina, desde a Aliança para o Progresso, não se resumia em apenas promover o capital financeiro do norte. Era

²⁵ Idem. p. 58- 59.

²⁶ CLEMENTE, Claudelir Correa; NOGUEIRA, Bárbara Freitas Ribeiro; **Etnografia da Triplíce Fronteira**: Primeiras Aproximações. Relatório de

essencial para os norte-americanos a intervenção política dentro de cada país, logo, a partir de tal ingerência que consistia basicamente, no caso brasileiro (e em outros tantos países latino-americanos), na promoção e financiamento de governos militares ditatórias quais deveriam aliar-se para com os promotores, a fim de combater e impedir as manifestações do Comunismo dentro da região.

Isto porque, era grande o temor de Washington, para com as possíveis influências dos cubanos nos governos e movimentos de esquerda de vários países da América Latina. Sob tais pressões políticas, e algumas até hoje desconhecidas, o então presidente Jânio Quadros renuncia dando margem, mais tarde quando da também renúncia de João Goulart, que teve que exilar-se no Uruguai, para que um Governo Militar, financiado pelos EUA, pudesse governar o Brasil até o ano de 1985.

Foz do Iguaçu se relaciona diretamente dentro deste contexto de Ditadura Militar, uma que em 1964 tinha como prefeito Ozires Santos, homem de precedência política civil, mas que foi substituído na prefeitura, por um coronel. A substituição de Ozires deveu-se em consequência dos Atos Institucionais números 1 ao 5, quando um destes determinava que prefeitos em exercício em faixa de fronteiras e das capitais, teriam que serem indicados pelo presidente da república, que neste caso tratava de governo militar.

A década de 1960 representou para Foz do Iguaçu e suas vizinhas cidades argentina e paraguaia - Puerto Iguaçu e Ciudad del Este, um grande avanço no desenvolvimento econômicas para estes Municípios. Neste período foi inaugurado a BR- 277- que ligava Foz do Iguaçu aos grandes centros do Brasil, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis, São Paulo etc. Também

inaugurou o Aeroporto Internacional que permitia o acesso de grandes voos. Estas condições de acesso, aliadas ao acesso aos meios de telecomunicações que já eram presentes, impulsionaram o comércio do turismo na região da Tríplice Fronteira. Neste momento as Cataratas do Iguaçu tornam potenciais atrativos do turismo (Lima, 2001, p. 90- 92).

Falar de Foz do Iguaçu implica falar da maior Usina hidroelétrica do mundo, a Itaipu Binacional²⁷. A maior obra nacional da história, cuja “binacionalidade” se refere ao fato de serem sócios nesta empreitada, Brasil e Paraguai. Sua construção teve início nos anos 70 e término já na metade dos anos de 1980. Quando do auge da obra, contava mais de 40 mil empregados e a população iguaçuense contava mais de 136 mil habitantes. De fato revolucionou a região que fora afetado direto ou indiretamente, pela magnífica obra. A Itaipu nos dias de hoje representa boa parte da energia produzida e disponível para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Daí sua importância para o país, sendo tratada como área de Segurança Nacional.

É importante ressaltar que havia um projeto parecido ao de Itaipu, onde era previsto que Argentina e Brasil conformassem empresa similar, porém, devido àquelas antigas desconfianças recíprocas entre estas Nações, não foi possível viabilizar tal projeto. Logo, a solução encontrada pelo Governo brasileiro foi alavancar este projeto, mas com um novo parceiro, no caso o Paraguai. Desse modo se desenvolveu em muito a região, uma vez que a Usina, além de produzir energia é, também, atração turística incontestável, o que gera ganhos para ambos.

²⁷ Toda a história da Itaipu Binacional pode ser encontrada, com muito mais detalhes, no site oficial brasileiro. Disponível em: <www.itaipu.gov.br>. acesso em 07/05/2015.

Por fim, e não menos importante, é relevante ressaltar que Foz do Iguaçu, desde 2010, sedia uma Universidade cujo objetivo é a integração Sul-americana: Universidade Federal da Integração Latino Americana-UNILA²⁸. A Unila é uma universidade com vocação integracionista. Está ancorada pelo interesse direto do MERCOSUL e seu propósito de integrar os povos da América do Sul, em sua criação. Este fato se assemelha, em muito, com a Cidade de Foz do Iguaçu, onde vivem nos dias atuais mais de 72 etnias²⁹. Percebe-se aí que para os moldes da Unila, não poderia haver cidade sede com melhores características sociais- vários povos de vários países- e naturais- a localização na Tríplice Fronteira, cujos países são Membros do MERCOSUL.

A IMPORTÂNCIA DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU NO CONTEXTO DO MERCOSUL

Como já mencionado foi na cidade de Foz do Iguaçu que se celebrou a Cúpula Presidencial dos governos argentino e brasileiro em 1985, onde se assinou a Declaração de Iguaçu, elemento-documento embaixador para a constituição do MERCOSUL. Assim sendo, é preciso verificar algumas características históricas da cidade, a fim de se entender as possíveis preferências da escolha desta, para a referida Cúpula e assinatura do documento tão importante e emblemático.

No intuito de tal verificação, é necessário que se observe algumas peculiaridades territoriais de Foz do Iguaçu.

²⁸ Informações completas sobre a Unila podem ser verificadas no site oficial. disponível em: <www.unila.edu.br>. Acesso em: 06/05/2015.

²⁹ Dados socio-econômicos completos de Foz do Iguaçu 2011. Dados disponíveis na página virtual da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em: www.pmfi.pr.gov.br>. Acesso em: 07/05/2015.

Isto implica, obviamente, as condições territoriais em que se emolda a cidade. Ou seja; as especificidades geopolíticas; culturais e políticas. Neste sentido o fato de que a cidade compõe região de fronteira com a Argentina, para nosso estudo, parece ser fundamental. Porém, bastante relevante é, também, o fato de que ambos países - Argentina e Brasil, acessam fronteiras com o Paraguai na mesma região, o que poderia significar uma possível rota de transferência ou fuga de valores e intenções políticas à época da assinatura da Declaração de Iguaçu. A cidade é relevante pelas condições comerciais e militares e pelo fato de que a região é banhada pelos rios Iguaçu e Paraná. Infere-se, portanto, que as velhas necessidades comerciais e políticas muitas vezes conflituosas, em Foz do Iguaçu encontra uma maior dinamicidade, no sentido de que na cidade existe, cotidianamente, a convivência das sociedades civis mercosulinas.

Outro ponto importante para o MERCOSUL, em relação a Foz do Iguaçu é o fato de que a cidade é porta de entrada de comércio tanto legal, quanto ilegal. Neste caso refere-se à drogas, armas e produtos oriundos de outras nacionalidades que não as do bloco, mas que utilizando-se das Tríplice Fronteira, adentram os países, em especial Argentina e Brasil.

Não obstante, é dever do MERCOSUL zelar pelas sociedades civis que o compõem. Logo, Foz do Iguaçu e suas adjacências resguardam interesses que vão muito além do bloco regional e da integração Sul-americana. Ou seja, na região existem evidências ou (ou lendas?) de que atuações de grupos terroristas bem como bases militares dos EUA estariam se consolidando para que em um futuro, possam ter suas bases prontas para quaisquer ações na América Latina. Neste sentido, deve o MERCOSUL promover

políticas que visem garantir a segurança de seus povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a Tríplice Fronteira e Foz do Iguaçu dentro do processo de integração do MERCOSUL

Para que o MERCOSUL possa ser reconhecido como catalisador de oportunidades reais e abrangentes para todas as sociedades civis que se submetem à sua circunscrição, é preciso alcançar um nível mais satisfatório de integração regional, isto é; adquirir novos mecanismos de aproveitamento das demandas sociais que se permeiam dentro do contexto de “união dos povos”. Dentro desta perspectiva evidente é a necessidade de que a cidade de Foz do Iguaçu receba cada vez mais, incentivos por parte do bloco regional. Incentivos estes que não devem, tão somente, serem de caráter comercial, mas, também, com financiamentos de meios culturais que visem promover a cultura entre os povos que habitam a Tríplice Fronteira.

Neste sentido as cooperações fronteiriças devem estar em destaque dentro dos planos e ações dos dirigentes políticos MERCOSUL. Tantas são as necessidades e burocracias encontradas nas regiões de fronteiras que, por vezes, acabam minando, em parte, a perspectiva da integração propriamente dita. São diversas as demandas: de saúde a emprego. Foz do Iguaçu carece de tantas políticas voltadas para a integração regional, mas que não deve ser o Município aquele responsabilizado no todo por tais promoções. É preciso que as autoridades competentes manifestem interesses pela região, como foi da Assinatura da Carta de Iguaçu nos anos 80. Ora, nos dias atuais, muito mais emblemático é a cidade para o processo de integração Sul-americano.

É bastante relevante salientar que a integração através do MERCOSUL encontra

grande efetivação concreta nas regiões onde municípios do bloco se encontram, bem antes da conformação do bloco. A citar a evidente relação de harmonia e conflitos (algo até certo ponto natural e compreensível) da Tríplice Fronteira: Argentino, Brasil e Paraguai. Porém, o que se observa em Foz do Iguaçu é uma capacidade dos poderes públicos da cidade em se relacionarem com os vizinhos argentinos e paraguaios. Existem cooperação entre as polícias; trocas de experiências e informações quanto às fiscalizações aduaneiras; diálogo entre os poderes executivos e; o melhor, trocas culturais constantes entre as sociedades civis. É a integração de fato sendo evidenciada.

Esta região é bastante dinâmica e atrativa - tanto pelo turismo, Cataratas do Iguaçu entre Argentina e Brasil, quanto pelo mercado de compra de produtos no lado paraguaio. Logo, residem aí vários procedimentos onde o MERCOSUL deve atuar mais fortemente através de facilidades dos acessos aos meios integradores que já existem na região. Ou seja; dar mais condições de brasileiros, paraguaios e argentinos poderem investir nos respectivos municípios de Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, bem como reduzir as burocracias de acesso básico às instituições públicas de cada cidade, através de mecanismos específicos criados pelo bloco.

Como se percebe não se pode pensar em cooperação ou integração regional, sob o prisma do MERCOSUL e sua história, sem antes fazer menção a cidade de Foz do Iguaçu. Ora, como já foi dito anteriormente, a cidade foi sede da Cúpula Presidencial em 1985, quando se assinou a Declaração de Iguaçu, porém, mais que isto, a cidade é emblemática para o processo integracionista mercosulino. Isto porque, devido às tantas nacionalidades que convivem no mesmo âmbito territorial, bem como as facilidades

de acesso aos países Argentina e Paraguai, fica evidente que Foz do Iguaçu, tende a ser uma espécie de laboratório para as implementações do MERCOSUL.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A Diplomacia da Era Lula: balanço e avaliação**. Política Externa. Vol. 20, no. 3, dez/jan/fev 2011-2012. p. 95-114.

ARAÚJO, Cícero; AMADEO, Javier. **Teoria Política Latino-americana**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2009.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema Mundial y MERCOSUR** – Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas. Prólogo de Roberto Lavagna, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Nuevohacer, Grupo Editor Latinoamericano, 1ª Edición, Buenos Aires, 2000.

BORGES DE MACEDO, Paulo Emilio. Comentários – Oportunidades e desafios da integração sul-americana. In: **A América do Sul e a Integração Regional**. Rio de Janeiro 2011. p. 205.

CAIRO, Heriberto. **A América Latina nos Modelos Geoplíticos Modernos**: da marginalização à preocupação com sua autonomia. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 221-237, Maio/Ago. 2008.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina**: história de uma ideia na “visão do outro”. Brasília : FUNAG, 2010.

CARVALHO, Marcos César Araujo Carvalho. A Reconfiguração das Relações de Poder na América Latina: recolonização e resistências em um Contexto Neoliberal. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Texto digitalizado.

CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina**: novos e velhos paradigmas. Brasília: Funag, 2001.

COSTA, Sérgio; SANGMEISTER, H. e att. (orgs.) **O Brasil na América Latina: Interações, Percepções, Interdependências**. SP: Annablume; Fundação Heinrich Boll, 2007.

El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm>>. Acessado em: 17/12/13.

FIORI, J. L. **Estados Unidos, América do Sul e Brasil**: seis tópicos para uma discussão. *Diplomacia Estratégia Política* – DEP nº 9, jan/març 2009:19-44

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

- HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do Regionalismo na política mundial**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 17, n 1, jan/jun 95, p 23- 59.
- LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu: Serzgraf, 2001.
- MARIANO, Karina Pasquariello; VIGEVANI, Tullo. **Reflexões sobre a Integração Latino-Americana**. SP. FAPESP/FUNDAP;PUC-SP/CEDEC, março,2000, p. 34- 78.
- MARINI, Ruy Mauro. CEME. **La crisis del desarrollismo**. Archivo Chile- **Histórica Político Social**. Movimento Popular, 1994.
- MERCOSUL. **Protocolo Adicional Ao Tratado De Assunção Sobre A Estrutura Institucional Do MERCOSUL** – Protocolo de Ouro Preto. 1994. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/SM/Normas/PT/CMC_1994_OuroPreto.pdf> Acesso em: 10/03/14.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papius, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e Integração na América do Sul** (Da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; REIS DA SILVA, André Luiz. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- PRECIADO, Jaime. **América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, no. 53, p. 253-268, Maio/Ago. 2008.
- PUIG, J.C. (org.). **América Latina: políticas exteriores comparadas**. 2 vol. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.
- RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; VIEIRA DE JESUS, Diego Santos. **A União Europeia e os estudos de Integração Regional**. Belo Horizonte. Del Rey, 2009.
- SARNEY, José. Mercosul: a construção de um destino. In: SENADO FEDERAL. **Um país chamado Mercosul**. Brasília. COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL, 2001.
- SERBIN, Andrés. **Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos**. Buenos Aires, agosto de 2010 Nueva Sociedad Defensa 1111, 1ªA Buenos Aires, Argentina. Disponível em: www.nuso@nuso.org. Acesso em: 16/11/2013.
- SOUZA, Nilson Araujo de. **América Latina: as ondas da integração**. OIKOS . Rio de Janeiro Volume 11, n. 1 • 2012. Disponível em: < www.revistaoikos.org>. Acesso em: 19/11/2013. pgs 87-126.
- TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito Internacional: público, privado e dos direitos humanos**. 3 ed. – São Paulo: Saraiva, 2009. – (Coleção roteiros jurídicos/ coordenação José Fábio Rodrigues Maciel). Pág. 51.

VEIGA, Pedro da Motta, RÍOS, Sandra P. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. División de Comercio Internacional e Integración. Série Comércio Internacional 82. Santiago de Chile, julio de 2007.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional**. Barueri- SP: Manole: 2003.p323.

Recebido em 16/03/2015
Aprovado em 01/06/2015

A INCIDÊNCIA DE MAMOGRAFIAS REALIZADAS EM FOZ DO IGUAÇU NO PERÍODO DE SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2014

Adriana Maria Sabino Monteiro*
Ana Luiza Peres**
Jaqueline Pieretti***

Lidiana Gessi****
Suzana Assmann*****
Andrei Valério*****

Heberty H. Amaral*****

Resumo

A população feminina mundial e brasileira possui alto índice de incidência do câncer de mama. Políticas públicas nessa área vêm sendo desenvolvidas no Brasil, desde meados dos anos 80. O presente trabalho tem como objetivo verificar o quantitativo de exames do câncer de mama que são realizados às mulheres do Conjunto Habitacional Francisco Bupas, Morumbi II e Três Bandeiras e, mostrar a importância da realização do diagnóstico precoce do mesmo. Para tanto, foi realizado um levantamento de dados na secretaria de saúde de Foz do Iguaçu, relativo ao número de mamografias realizadas em 2013, em torno de 3.746 mamografias. Diante disso, aplicou-se uma pesquisa de campo nos três bairros, através de palestra e questionários respondidos, aonde se observou que as mulheres na faixa etária dos 40 aos 50 anos deixaram de realizar 77 mamografias pela demora na fila no SUS, dos 50 aos 60 anos 190 mamografias e dos 60 a os 80 anos 301 mamografias. Isso esta relacionada com a falta de acesso e com a lei 11.664 que foi alterada para cortar gastos do governo, que mulheres acima dos cinquenta anos não precisam da mamografia anualmente e sim a cada dois anos, todavia com isso o número de câncer de mama vem aumentando. Verificou-se que os médicos e enfermeiros solicitam o exame, mas as mulheres encontram dificuldade ao executarem, pela demora ao serem chamadas, e com isso acabam muitas vezes deixando de dar importância à mamografia, dessa maneira é de extrema importância que haja um planejamento e rastreamento à saúde pública do Brasil, para disponibilizar todo ano o exame de mamografia a todas as mulheres na faixa etária adequada conforme a lei 11.664.

Palavras Chave: câncer de mama; mamografia; diagnóstico; prevenção e Foz do Iguaçu.

Abstract

The global and Brazilian female population has a high incidence rate of breast cancer. Public policies in this area are being developed in Brazil since the mid-80s this study aims to determine the quantitative tests for breast cancer are performed on women of the Housing Francisco Bupas set, Morumbi II and Three Flags and show importance of conducting early diagnosis of it. Thus, a data collection was carried out at health department of Foz do Iguaçu on the number of mammograms performed in 2013, around 3,746 mammograms. Thus, applied field research in three neighborhoods, through lecture and responses, where it was observed that women in the age group of 40 to 50 years left to perform 77 mammograms for the delay in queue at SUS, from 50 to 60 years 190 mammograms and 60 to 80 years 301 mammograms. This is related to the lack of access and the 11,664 law was changed to cut government spending, that women over fifty years do not need mammograms annually, but every two years, however with it the number of breast cancer is increasing. It was found that the doctors and nurses ask for the exam, but women find it difficult to perform, the delay to be called, and thus often end up failing to give importance to mammography in this way is extremely important that there is a planning and tracking public health in Brazil, to provide year the mammogram for all women in the appropriate age group according to the law 11,664.

Keywords: breast cancer; diagnosis; mammograms.

* Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia - UNIAMÉRICA. E-mail: adriana.naturacno@hotmail.com

**** Pós-graduada em Tomografia Computadorizada e Medicina Nuclear - CIMAS. Graduada em Biomedicina - UNIPAR. Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia – UNIAMÉRICA. E-mail: lidiana_lidi@hotmail.com

***** Mestre em Engenharia Elétrica - UTFPR. Graduado em Engenharia de Telecomunicações – FAG. E-mail: hebertyamaral@ig.com.br

** Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia – UNIAMÉRICA. E-mail: analuizaperes_@hotmail.com

***** Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia – UNIAMÉRICA.

*** Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia – UNIAMÉRICA. E-mail: jaquelinepieretti@hotmail.com

***** Especialista em Anatomia Humana e Histologia - UEM. Graduado em Tecnologia em Radiologia - UNIOESTE. E-mail: andrei@uniamerica.br

INTRODUÇÃO

O câncer de mama acomete mulheres em todo o mundo. Em países desenvolvidos é a segunda causa de mortes, só perde para o câncer de pulmão, e nos países em desenvolvimento é a principal causa de morte (INCA, 2014).

O câncer de mama é a segunda causa de morbimortalidade entre as mulheres e o segundo tipo de câncer mais comum, sendo responsável por 22% dos casos novos a cada ano (VIGNA, 2012).

Segundo pesquisadores espanhóis (Ministério de Antiguidade, Universidade de Jean), o caso mais antigo de câncer de mama é de uma mulher que viveu próximo do ano de 2.200 a.C.

Acharam restos mortais com deformidades incomuns quando estudavam as mamas do corpo da mulher, através de análise identificaram que a mesma possuía câncer de mama e que ocorreu uma metástase provocando sua morte.

De acordo com os cientistas, ela era de classe alta da antiga cidade de Elefantina, e que talvez sua doença impedisse de fazer várias atividades, mas teve todo o tratamento até sua morte.

Alguns fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de mama são conhecidos, como por exemplo: o envelhecimento, fatores relacionados à vida reprodutiva da mulher, histórico familiar de câncer de mama, consumo de álcool, excesso de peso, sedentarismo, exposição à radiação ionizante e alta densidade do tecido mamário.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), em 2014 são esperados 57.120 novos casos de câncer de mama no Brasil, sendo 10.370 na região Sul. No Paraná serão 3.490 novos casos, em torno de 910 em Curitiba.

No Brasil, a mamografia é disponibilizada as mulheres a partir dos 40 anos uma vez ao ano, porém o governo implantou uma normativa para reduzir custos, as mulheres a partir dos 50 anos façam o exame a cada dois anos, mas assim as mulheres estão sendo prejudicadas no diagnóstico precoce do câncer de mama.

A lei 11.664, de 2008 que entrou em vigor desde 29 de abril de 2009 estabelece que as mulheres tem direito a mamografia, a partir dos 40 anos, anualmente. Embora, tenha suscitado interpretações divergentes, o texto não altera as recomendações de faixa etária para rastreamento de mulheres saudáveis dos 50 aos 69 anos (VIGNA, 2012).

Para as mulheres de grupos populacionais considerados de risco elevado para câncer de mama (com histórico familiar de câncer de mama em parentes de primeiro grau), recomenda-se o exame clínico da mama e a mamografia, anualmente, a partir de 35 anos (INCA, 2014).

De acordo com ANGEL, ET AL) é extremamente importante conhecer a saúde pública de todos os países, obter dados comparativos, pois o câncer de mama é um problema global, sendo que o índice de mortalidade e o surgimento de novos casos são altos.

De acordo com MAXIMILIANO R. GUERRA o câncer de mama é um problema de saúde pública principalmente em países em desenvolvimento, pois há grande desigualdade social.

É necessária uma política de prevenção mais eficaz, para que haja um tratamento adequado e, que seja descoberto no estágio inicial, por isso, a importância da mamografia.

No Brasil, o câncer de mama é a principal causa de morte por neoplasias em mulheres, há vários fatores que ajudam a desencadear esta neoplasia, mas os

principais são questões socioeconômicas, reprodutivas e ambientais.

A saúde pública precisa tornar algumas políticas prioritárias, como prevenção do câncer de mama e auxílio as mulheres que descobrem o câncer de mama, fornecendo tratamento de quimioterapia, radioterapia, cirurgia e tratamento psicológico para melhorar a autoestima.

O problema com o acesso a mamografia tem varias questões a serem analisadas, pois algumas mulheres não fazem o exame por sentirem dor, outras por acharem que não é importante, porque na primeira mamografia o resultado foi normal e com isso se acomodam e um grande motivo a demora na rede pública para ter oportunidade de ter o exame.

Entre os dados nos gráficos abaixo temos porcentagens de cada bairro que foi feita a pesquisa, o que explana que as mulheres sabem o direito que tem de obtenção da mamografia, no entanto ela não tem conhecimento da importância da prevenção do câncer de mama pelo numero de campanhas pequenas. A primeira medida deve ser a prevenção e para isso e preciso a mulher ter qualidade de vida e a possibilidade da mamografia.

As próximas seções são o desenvolvimento que ira explanar sobre o câncer de mama e a lei publica 11.664, logo em seguida metodologia que foi usada no trabalho e os resultados e discussões onde estão gráficos que exemplificam as perguntas feitas no questionário aplicado nos bairros Conjunto Habitacional Francisco Bubas, Morumbi II e Três Bandeiras, e as considerações finais aonde se conclui que as mulheres precisam de mais cuidado e atenção para a prevenção do câncer de mama.

CÂNCER DE MAMA

Desde infância a mulher é cercada por aspectos culturais e tabus que as fazem sentirem-se inferiores ao sexo oposto. As mulheres crescem cheias de duvidas e sem informações quanto aos exames preventivos e consultas periódicas dificultam o diagnostico precoce de muitas patologias, como câncer de mama e cervicouterino.

O câncer de mama é um tumor maligno que se desenvolve em mulheres com maior frequência, mas homens também podem ter câncer de mama.

Vários fatores de risco podem acelerar o metabolismo das células e assim causar o câncer de mama, inúmeros fatores: como idade a partir dos 50 anos, densidade mamaria na mamografia, história de câncer de mama em mãe e irmã, história de câncer de ovário na família e história de mutações nos genes BRCA1 E BRCA2.

Para detecção precoce do câncer de mama é necessário fazer o exame de mamografia que revela possíveis alterações no órgão, aonde exige a compressão das mamas para melhor detecção de nódulos e calcificações que é um indicio do câncer de mama.

SAÚDE PÚBLICA

A Lei 11.664/2008, que entrou em vigor dia 29 de abril e dispõe sobre a atenção integral à saúde da mulher, reforça o que já é estabelecido pelos princípios do Sistema Único de Saúde: o direito universal à saúde. Porém, ao estabelecer que SUS deve assegurar a realização de exames mamográficos a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, a nova legislação suscitou *interpretações divergentes*.

Alguns profissionais e entidades divulgaram informações equivocadas em

relação à lei e às recomendações para a realização do exame adotadas no país – as mesmas aplicadas nos países da União Européia e Canadá, baseadas nas evidências científicas mais atuais.

O SUS garante a toda brasileira o acesso gratuito à mamografia. Esse exame, como qualquer outro realizado pela rede de saúde pública ou complementar, depende de indicação médica - o que não foi alterado pela nova legislação. É o profissional de saúde que indica à paciente se deve ou não fazer o exame, de acordo com seu histórico familiar, sua idade ou a suspeita de alguma alteração. É preciso esclarecer que há indicações diferentes para a realização de mamografia, ambas dependentes de indicação médica.

O profissional de saúde pode pedir a mamografia diagnóstica, quando tem alguma suspeita, independentemente da idade da paciente. O médico também deve recomendar à paciente, entre 50 e 69 anos, mamografia para rastreamento. Nesse caso, o objetivo é o monitoramento das mulheres saudáveis, com a realização de exames regulares, a fim de diagnosticar precocemente possíveis casos da doença e diminuir a taxa de mortalidade na faixa etária de maior risco e incidência.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa tecnológica, com objetivos de uma pesquisa descritiva e explicativa e desta maneira usado procedimentos experimental com estudo de caso e pesquisa de campo aonde foi aplicado questionários e ministradas palestras nos bairros Conjunto Habitacional Francisco Bupas, Três Bandeira e Morumbi II. Foram 84 questionários, sendo 20 no Bupas, 30 no Três Bandeiras e 34 no Morumbi II, o questionário era composto por sete perguntas sobre o câncer de mama e

a mamografia, quantas vezes já realizou a mamografia, porque nunca realizou, já teve casos de câncer de mama na família, já realizou o autoexame, já solicitaram mamografia alguma vez, já participaram de alguma campanha sobre prevenção do câncer de mama e se conheciam o direito que a mulher tem de fazer a mamografia uma vez ao ano. Com o levantamento dos dados chegou-se aos resultados a baixo onde estão ilustrados os gráficos dos três bairros, conseguiu-se averiguar que as mulheres de Foz de Iguaçu requerem mais zelo das autoridades para que todas consigam fazer a mamografia anualmente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através dos gráficos e pesquisas de campo demonstrou que, há uma grande fila de espera para realizar o exame de mamografia, pois há somente um prestador de serviço pelo SUS e, um aparelho apenas. Com isso, o diagnóstico precoce do câncer de mama torna-se retardado em Foz do Iguaçu.

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de mamografia feita pelo SUS em mulheres dos bairros Conjunto Habitacional Francisco Bupas, Três Bandeiras e Morumbi. Estas porcentagens mostram quantas vezes as mulheres entrevistadas já tinham realizado o exame de mamografia, que foi de até 1 vez, de 2 a 5 vezes, de 6 até 8 vezes e acima de 8 vezes, porém muitas destas mulheres deveriam ter feito uma vez ao ano a mamografia e pela idade delas elas deveriam ter feito muito mais mamografia e a maioria faz mais de três anos que não realiza o exame.

O Gráfico 2 demonstra se houve ocorrência de casos de câncer de mama na família das mulheres do bairro Conjunto Habitacional Francisco Bupas: As entrevistadas do bairro Bupas demonstraram

as mulheres que já tiveram alguém da família com câncer de mama correspondem a 25 % da população residente no bairro, visto que, mãe e irmã tiveram câncer de mama. Já a fração que representa os 75% não apresentou nenhuma incidência de CA na família.

O Gráfico 3 explana se houve ocorrência de casos de câncer de mama na família das mulheres do bairro Três Bandeiras: As entrevistadas do bairro Três Bandeiras relatam as mulheres que já tiveram alguém da família com câncer de mama que correspondem a 17% da população residente no bairro, visto que, mãe e irmã tiveram câncer de mama. Já a fração que representa os 83% não apresentou nenhum histórico de CA na família.

O Gráfico 4 exibiu se houve ocorrência de casos de câncer de mama na família das mulheres do bairro Morumbi II : As entrevistadas do bairro Morumbi II descreve as mulheres que já tiveram alguém da família com câncer de mama que correspondem a 9% da população residente no bairro, visto que, mãe e irmã tiveram câncer de mama. Já a fração que representa os 91% não apresentou nenhuma incidência de CA na família.

O Gráfico 5 descreve as mulheres que já realizaram ou não o auto exame em casa no bairro Bupas, a grande maioria faz o autoexame, mas nunca deve deixar de fazer o exame de mamografia, pois e com este exame que se obtém um diagnóstico precoce porque se consegue visualizar nódulos muito pequenos ate mesmo calcificações que podem ser sinal de câncer de mama, já o autoexame e importante mas quando a mulher sente um nódulo ele pode ser algo mais grave. Este gráfico esta mostrando a porcentagem de 75 % das mulheres do bairro Bupas que já fizeram o autoexame alguma vez, e 25% nunca fizeram o exame

algumas por medo de descobrir algo e outras por não terem conhecimento.

O Gráfico 6 representa as mulheres que já realizaram ou não o auto exame em casa do bairro Três Bandeiras, a grande maioria faz o autoexame, mas nunca deve deixar de fazer o exame de mamografia pois e com este exame que se obtém um diagnóstico precoce porque se consegue visualizar nódulos muito pequenos ate mesmo calcificações que podem ser sinal de câncer de mama, já o autoexame e importante mas quando a mulher sente um nódulo ele pode ser algo mais grave. O gráfico abaixo expõe que 87% das mulheres já realizaram o autoexame, porem 13% nunca fizeram.

O Gráfico 7 indica as mulheres que já realizaram ou não o auto exame em casa do bairro Morumbi II, os dados abaixo retratam que 71% das mulheres do bairro Morumbi II já tinham feito alguma vez o autoexame e 29% das mulheres nunca fizeram, porem sabem da importância do autoexame que ajuda na prevenção do câncer de mama, mas a mamografia tem que ser realizada anualmente.

O Gráfico 8 mostra se a mamografia esta sendo solicitada pelos médicos, a maioria das mulheres disseram que sim, porem os enfermeiros também estão solicitando o que é correto e ajuda as mulheres que não conseguem consulta, facilitando o encaminhamento para realização da mamografia, 70% dos médicos que atendem as mulheres do bairro Bupas estão pedindo o exame de mamografia, porem elas tem dificuldades de realizarem o exame pois existe uma fila de espera, e 30% das mulheres disseram que os médicos não estão solicitando o exame a elas.

O Gráfico 9 expõem se a mamografia esta sendo solicitada pelos médicos, a maioria das mulheres disseram que sim, porem os enfermeiros também

estão solicitando o que é correto e ajuda as mulheres que não conseguem consulta, facilitando o encaminhamento para realização da mamografia. Segundo as mulheres entrevistadas: 67% dos médicos estão pedindo o exame de mamografia e 33% não estão pedindo.

O Gráfico 10 especifica se a mamografia esta sendo solicitada pelos médicos, a maioria das mulheres disseram que sim, porem os enfermeiros também está solicitando o que é correto e ajuda as mulheres que não conseguem consulta, facilitando o encaminhamento para realização da mamografia, 68% dos médicos do bairro Morumbi II pedem a mamografia as mulheres, e 32% das mulheres dizem que os médicos nunca solicitam a mamografia a elas, e este e um motivo por não realizarem o exame.

O Gráfico 11 explica que 60% das mulheres entrevistadas nunca participaram de nenhuma campanha disponibilizada pelo SUS sobre prevenção do câncer de mama, e 40% já participaram a maioria foi somente em outubro aonde tem a campanha outubro rosa. É necessário mais mobilização e conscientização sobre o câncer de mama principalmente para as mulheres mais carentes.

O Gráfico 12 refere-se que 77% das mulheres entrevistadas no bairro Três Bandeiras nunca participaram de nenhuma campanha disponibilizada pelo SUS sobre prevenção do câncer de mama, e 23% já participaram a maioria foi somente em outubro aonde tem a campanha outubro rosa. É necessário mais mobilização e conscientização sobre o câncer de mama principalmente para as mulheres mais carentes.

O Gráfico 13 evidencia que 91% das mulheres entrevistadas no bairro Morumbi II nunca participaram de nenhuma campanha disponibilizada pelo SUS sobre prevenção

do câncer de mama, e 9% já participaram a maioria foi somente em outubro aonde tem a campanha outubro rosa. É necessário mais mobilização e conscientização sobre o câncer de mama principalmente para as mulheres mais carentes.

O Gráfico 14 ilustra as mulheres que sabem que a mamografia e direito a partir dos 40 anos anualmente e que deve ser feita gratuitamente pelo SUS. Muitas mulheres conhecem a lei, mas em Foz do Iguaçu não esta funcionando como deveria 95% das mulheres do bairro BUBAS sabem que a mamografia e direito de todas as mulheres e 5% não conheciam este direito.

O Gráfico 15 descreve as mulheres que sabem que a mamografia e direito a partir dos 40 anos anualmente e que deve ser feita gratuitamente pelo SUS. Muitas mulheres conhecem a lei, mas em Foz do Iguaçu não esta funcionando como deveria. As mulheres do bairro Três Bandeiras conhecem o direito de realizar a mamografia pelo SUS como mostra a fração de 87% que disseram que conhecem seu direito, e 13% não sabiam que tem este direito.

O Gráfico 16 detalha as mulheres que sabem que a mamografia e direito a partir dos 40 anos anualmente e que deve ser feita gratuitamente pelo SUS. Muitas mulheres conhecem a lei, mas em Foz do Iguaçu não esta funcionando como deveria. Neste gráfico as mulheres do bairro Morumbi II, tem uma grande fração de 85% que conhecem seu direito de realizar o exame de mamografia pelo SUS, e 15% não tinham este conhecimento, porem existe esta lei e muitas mulheres sabem, mas infelizmente não funciona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres de Foz do Iguaçu estão sendo prejudicadas pela demora em realizar

o exame de mamografia e com o descaso da saúde pública, a maioria das mulheres não tem possibilidade da mamografia como descreve as porcentagens de 6% do bairro Morumbi II, 6% do Três Bandeiras e 3 % do Bubas, fizeram uma vez somente a mamografia, estas mulheres tem a faixa etária de 40 a 80 anos, as que fizeram 2 a 5 vezes o exame tiveram as frações de 11% do bairro Morumbi II, 28% Três Bandeiras e 12 % do Bubas, de 6 ate 8 vezes no bairro Morumbi II foi de 4%, no Três Bandeiras 2%, e no Bubas 7%, e acima de 8 vezes os resultados é de 11% Morumbi II, 3% Três Bandeiras e 7% Bubas, com isso se observou que as mulheres na faixa etária dos 40 aos 50 anos deixaram de realizar 77 mamografias pela demora na fila no SUS, dos 50 aos 60 anos 190 mamografias e dos 60 a os 80 anos 301 mamografias.

As entrevistadas do bairro Bubas demonstraram as mulheres que já tiveram alguém da família com câncer de mama que correspondem a 25 % da população residente no bairro, visto que, mãe e irmã tiveram câncer de mama. Já a fração que representa os 75% não apresentou nenhuma incidência de CA na família. No bairro Três Bandeiras 83% não apresentou ninguém na família com CA de mama e 17% já tiveram casos de CA de mama na família. No Morumbi II a porcentagem de 91% descreve as que não possuem casos de CA de mama na família e 9% as mulheres que já tiveram mãe ou irmã com CA de mama.

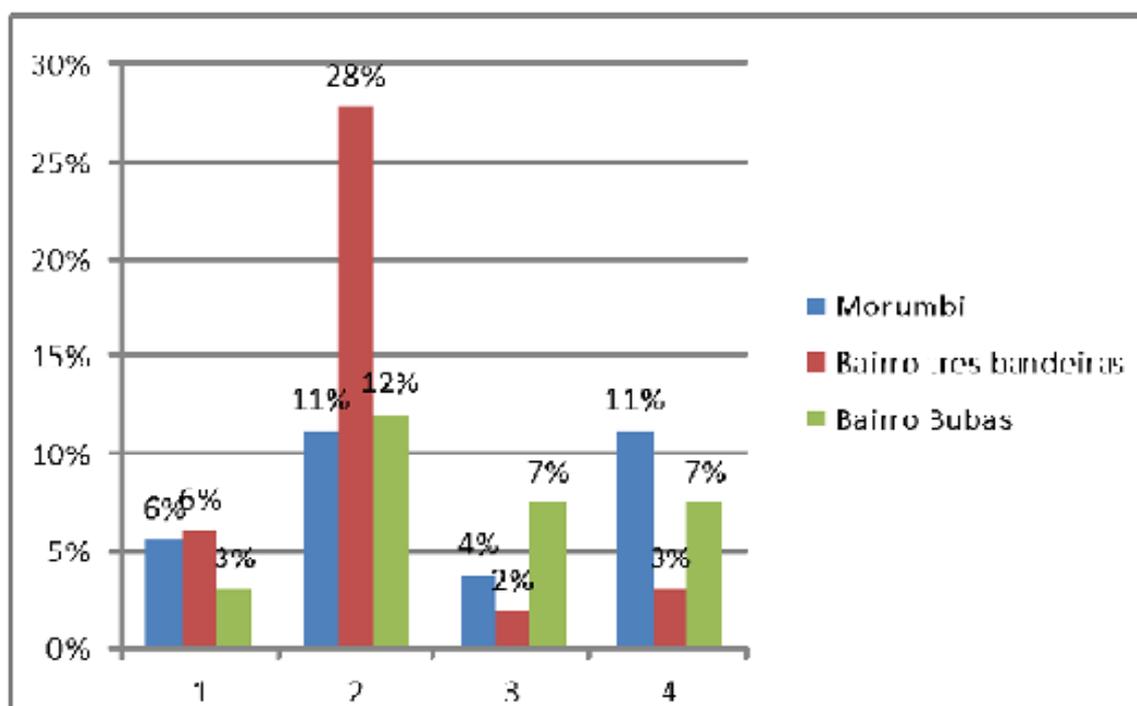
As mulheres sabem a importância do autoexame, no entanto a mamografia não pode ser substituída pelo autoexame, por diagnosticar nódulos pequenos que no autoexame é difícil de detectar, no bairro Bubas 75% das mulheres sempre praticam o autoexame, e 25% jamais fez o autoexame. No bairro Três Bandeiras 87% realizam o autoexame e 25% nunca quiseram fazer, muitas por medo de sentirem algo e ter que

procurar ajuda médica. No Morumbi II 71% já executaram o autoexame e 29% nunca fizeram.

Nos três bairros as mulheres relataram que os médicos pedem o exame de mamografia e enfermeiros também tem esta habilitação, mas que infelizmente o problema esta na hora de agendar, porque a demora em chamar para fazer a mamografia é grande, pois a somente uma prestadora de serviço na cidade pelo SUS.

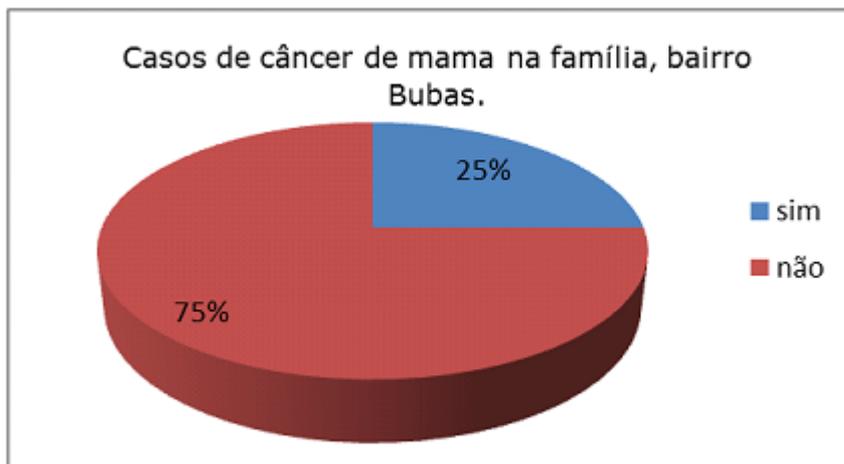
Notou-se a importância de mais campanhas, atividades, mutirões sobre a prevenção do câncer de mama, o outubro rosa é o mais conhecido mas não abrange todas as mulheres como mostra os dados, 60% das entrevistadas do bairro Bubas e nunca participaram de uma campanha contra o câncer de mama e 40 % já participaram, do bairro Três Bandeiras 77% nunca foram a campanhas e 23 % já participaram, e no bairro Morumbi II 91 % disseram que não e 9% sim. O incentivo às mulheres a conseguirem o exame de mamografia anualmente e sempre ir ao médico deve ser feito o ano inteiro através de palestra de conscientização, assim as mulheres mais carentes tem acesso a seus direitos, e com isso conseguem prevenir o câncer de mama que gera tanta turbulência na vida das mulheres. Conclui-se que essa eficiência de redução esta longe de ser ideal, e que há um preço financeiro e humano a se pagar por esse benefício.

Figura 1 – Quantidade de mamografias realizadas nos três bairros.



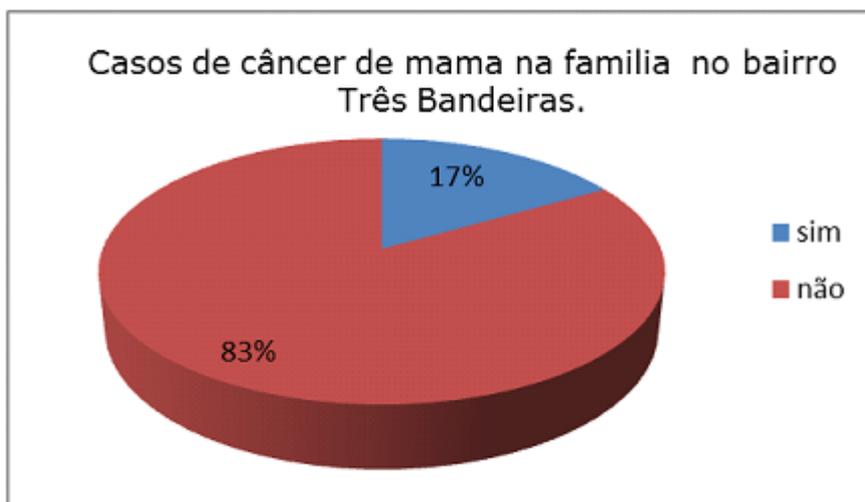
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 2- Casos de câncer de mama na família no bairro Conjunto Habitacional Francisco Bubas.



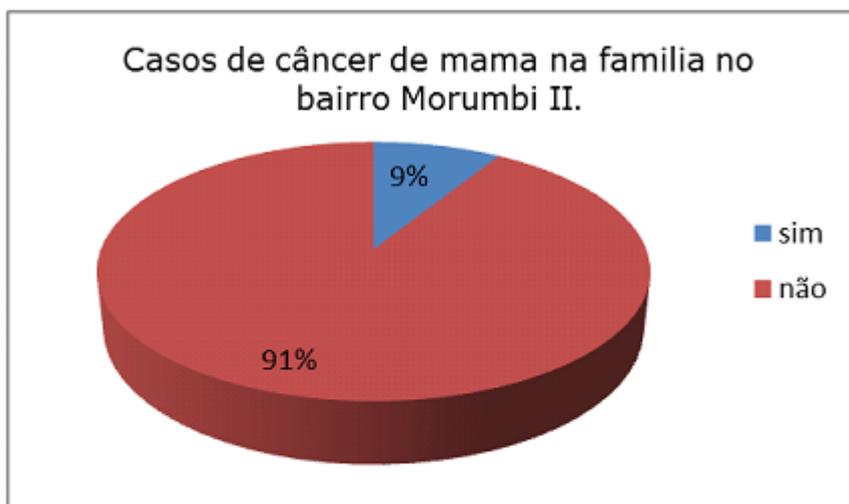
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 3 – Casos de câncer de mama na família no bairro Três Bandeiras.



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 4 – Casos de câncer de mama na família no bairro Morumbi II.



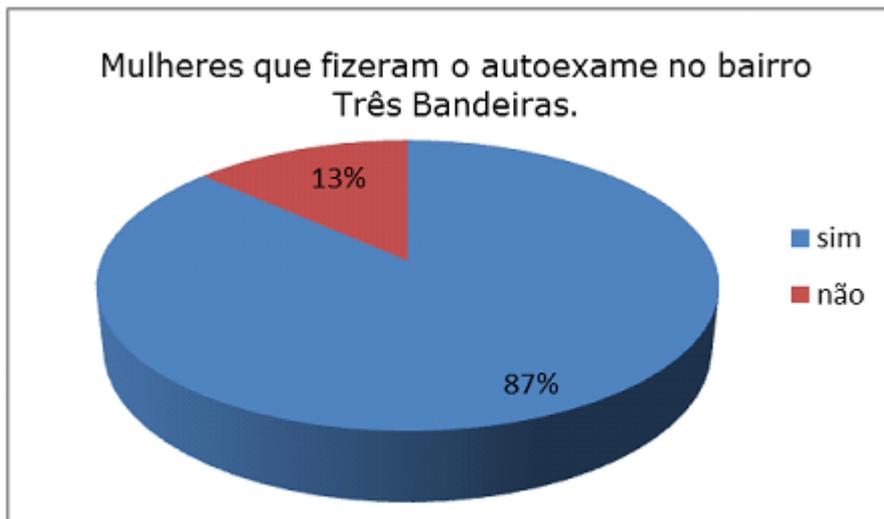
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 5 – Mulheres que já fizeram o autoexame no Conjunto Habitacional Francisco Butas.



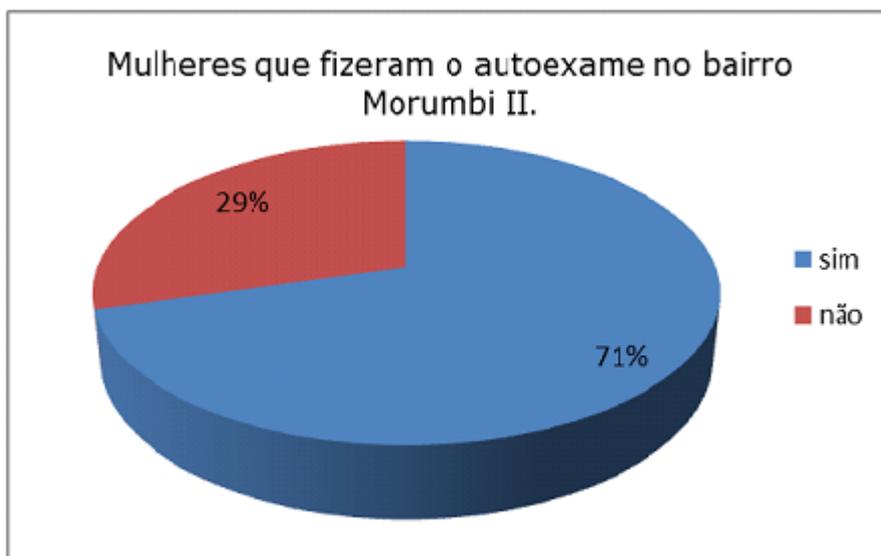
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 6 – Mulheres que já fizeram o autoexame no bairro Três Bandeiras.



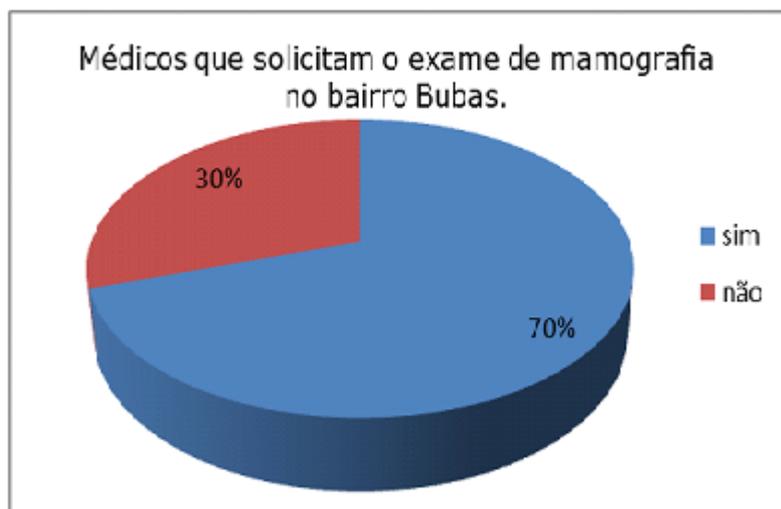
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 7 – Mulheres que já fizeram o autoexame no bairro Morumbi II.



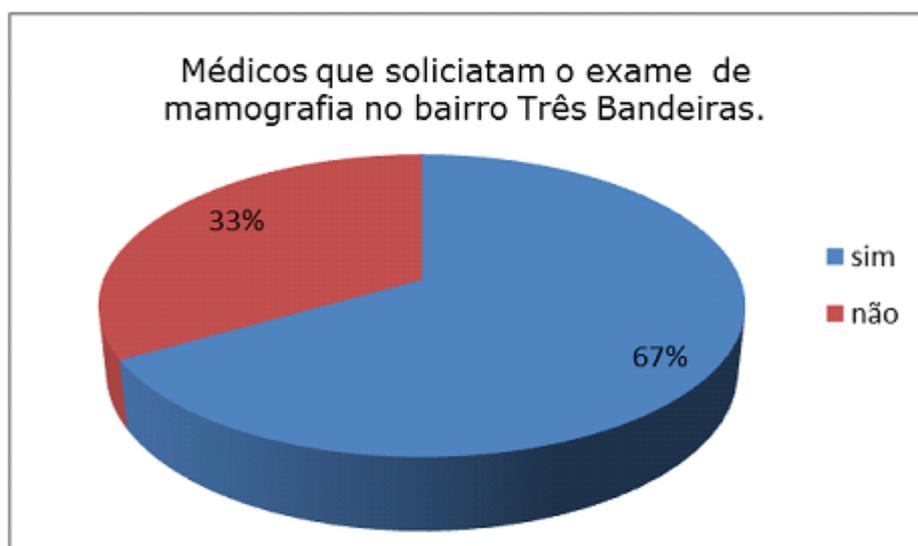
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 8 – Mostra os médicos que solicitam ou não o exame de mamografia no bairro Conjunto Habitacional Francisco Butas.



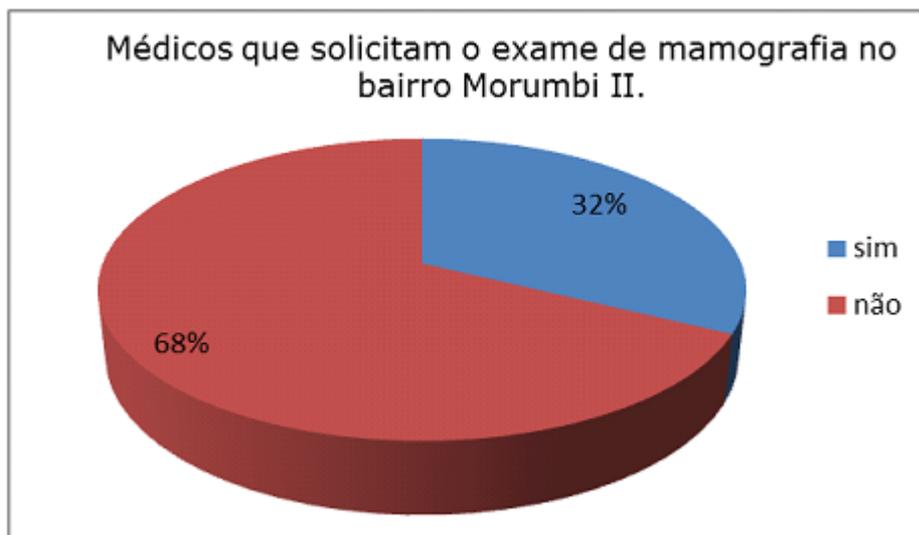
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 9 – Mostra os médicos que solicitam ou não o exame de mamografia no bairro Três Bandeiras.



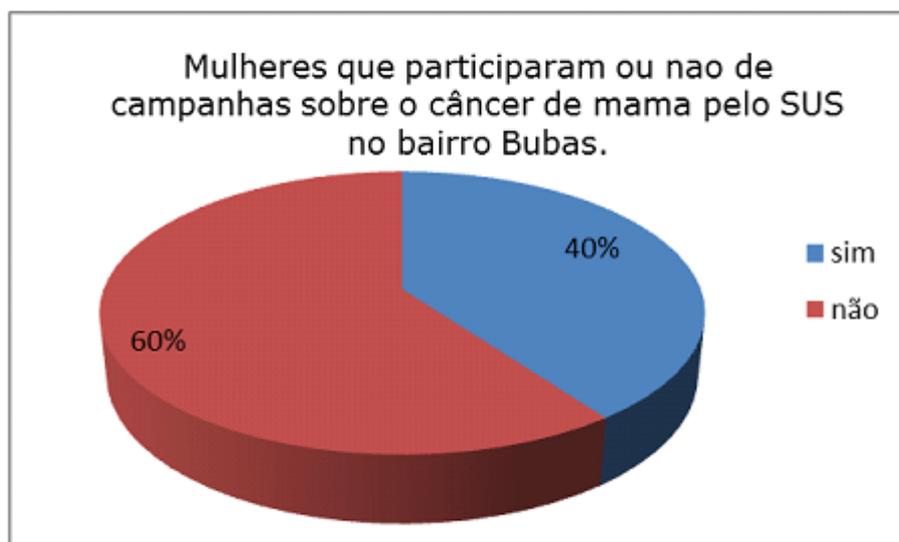
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 10 – Mostra os médicos que solicitam ou não o exame de mamografia no bairro Morumbi II.



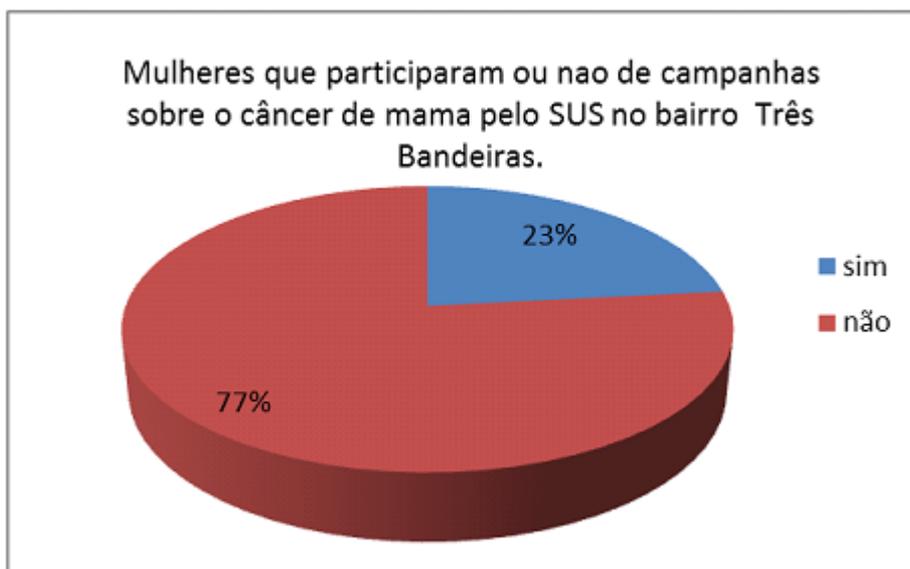
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 11 – Mulheres que já participaram ou não de campanhas sobre a prevenção do câncer de mama pelo SUS no bairro Conjunto Habitacional Francisco Bupas.



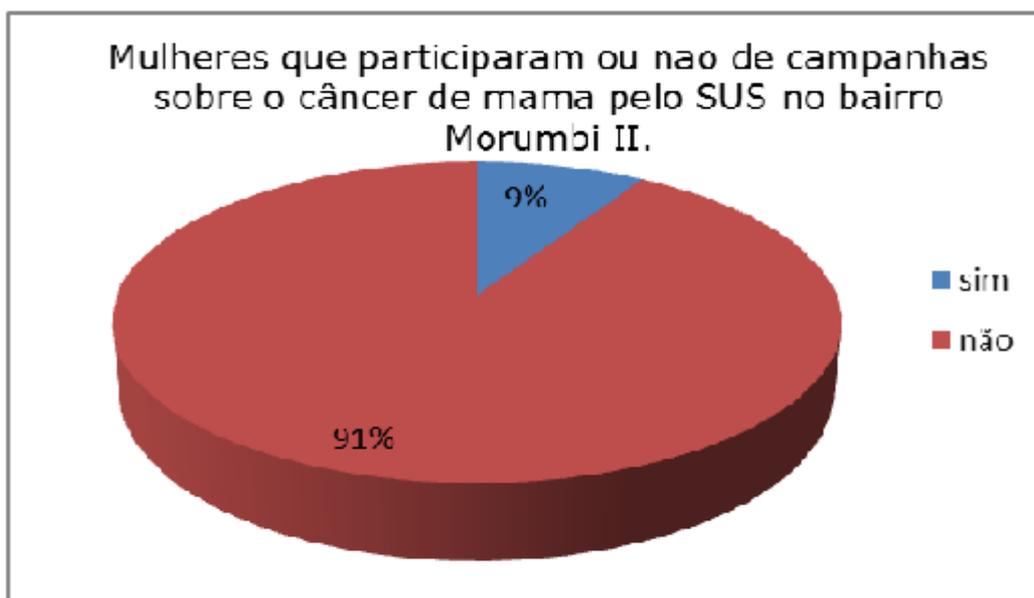
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 12 - Mulheres que participaram ou não de campanhas sobre a prevenção do câncer de mama pelo SUS no bairro Três Bandeiras.



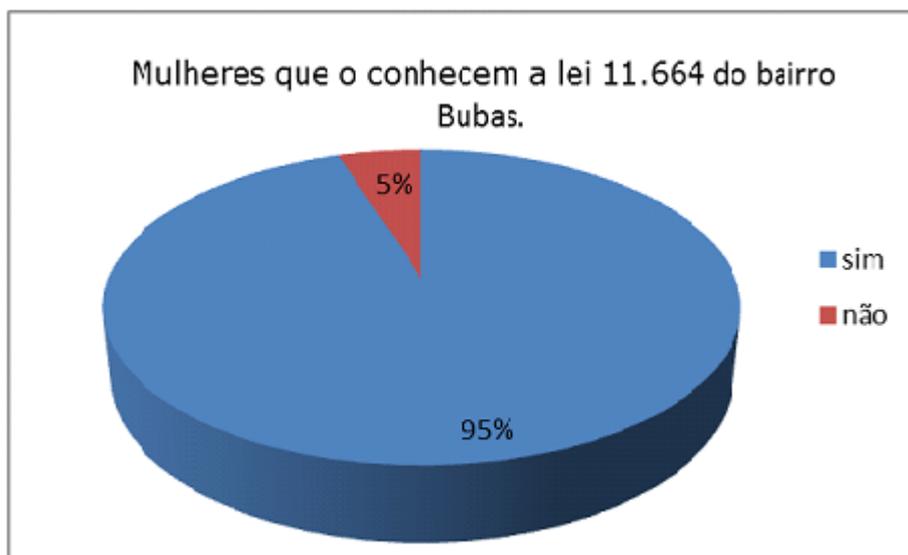
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 13 - Mulheres que participaram ou não de campanhas sobre a prevenção do câncer de mama pelo SUS no bairro Morumbi II.



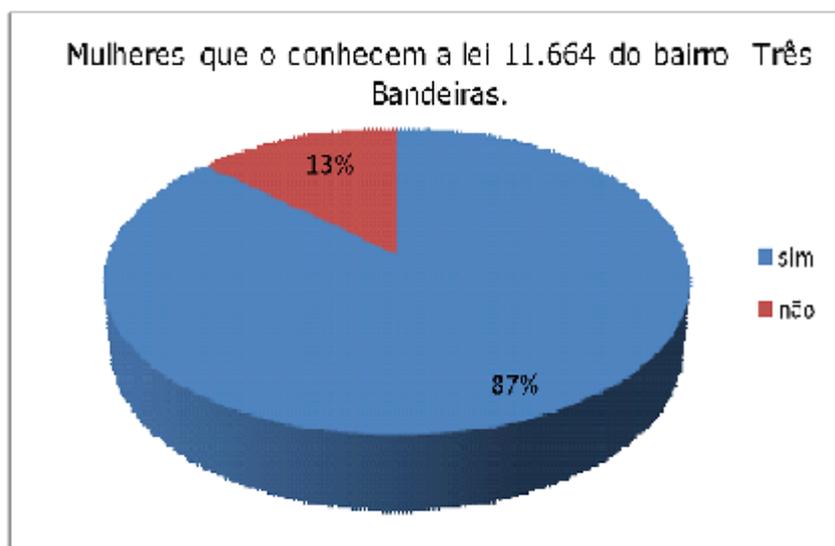
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 14 – Mulheres que conhecem a lei 11.664 do bairro Conjunto Habitacional Francisco Bubas.



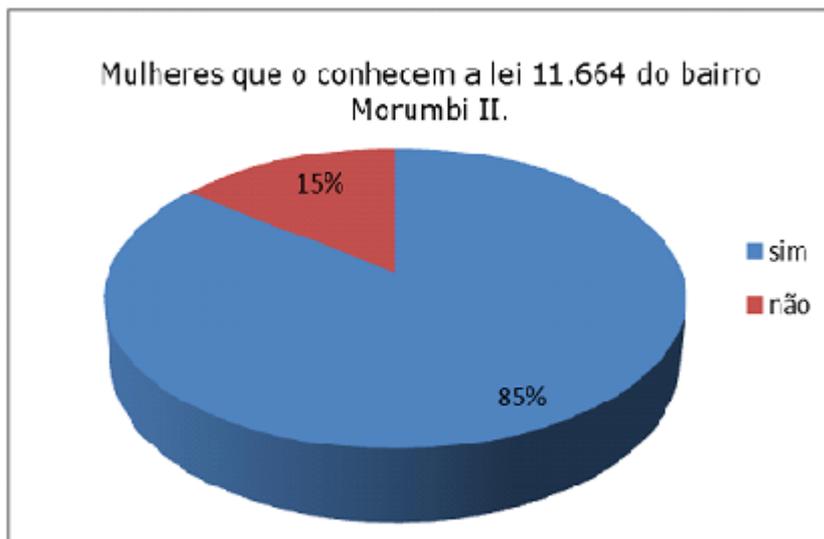
Fonte: Pesquisa de campo

Figura 15 – Mulheres que conhecem a lei 11.664 do bairro Três Bandeiras.



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 16 – Mulheres que conhecem a lei 11.664 do bairro Morumbi II.



Fonte: Pesquisa de campo

Referências

ANGEL, et al. El câncer de mama, desafio mundial. **Revista Colombiana de Cancerologia**. <http://www.elsevier.es/es-revista-revista-colombiana-cancerologia-361-articulo-el-cancer-mama-desafio-mundial-90393557>. Acessado em 28 de setembro de 2014.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. Programas para Controle do Câncer. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa_controle_cancer_mama/fatores_risco. Acessado em 28 de setembro de 2014.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. Estimativa do Câncer do Brasil. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2014/tabelaestados.asp?UF=BR>. Acessado em 28 de setembro de 2014.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. Qualidade de Mamografia. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancermama/site/home/controle_qualidade_mamografia. Acessado em 28 de setembro de 2014.

História do Câncer. Disponível em: <http://www.historiadocancer.coc.fiocruz.br/index.php/pt-br/imagens/controle-do-cancer-de-mama>. Acessado em 28 de setembro de 2014.

GUERRA, Maximiliano. Risco de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes. **Revista Brasileira de Cancerologia**. Disponível em: http://www.inca.gov.br/rbc/index.asp?conteudo=n_51/v03/sumario.asp. Acessado em 28 de setembro de 2014.

VIGNA, B.M. **Mamografia**. 1ed. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2012. 14,16 p.

Recebido em 15/05/2015
Aprovado em 22/05/2015

A EVOLUÇÃO DO DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS ENTRE NEGROS E BRANCOS NOS SETORES AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

Josimar Gonçalves de Jesus*

Resumo

Com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o artigo analisa a evolução e os principais determinantes do diferencial de rendimentos entre brancos e negros ocupados nos setores agrícola e não agrícola no Brasil, no período 1995-2013. Os resultados mostram que para as ocupações não agrícolas houve uma redução significativa no diferencial de rendimentos entre os dois grupos de cor. Já na agricultura, a tendência foi de persistência. Constatou-se também que, enquanto no setor não agrícola a diferença entre os níveis de escolaridade média é a causa principal do diferencial de rendimentos entre brancos e negros, na agricultura o diferencial de rendimentos tem como principal determinante a desigual distribuição geográfica dos dois grupos.

Palavras-Chave: diferencial de rendimentos; brancos; negros; setor agrícola; setor não agrícola; decomposição de Oaxaca-Blinder.

Abstract

This paper analyzes the evolution and the main determinants of black-white income differential in Brazil in the agricultural and the non-agricultural sectors, during the period of 1995-2013. Results show that in the non-agricultural sector there was a significant reduction in the income gap between the two groups of color. On the other hand, the gap is quite stable in the agricultural sector. It was observed that for the non-agricultural sector the difference in the average level of education is the main cause of the black-white income differential. In the agricultural sector, black-white income differential is mainly determined by their unequal geographic distribution.

Keywords: income differential; white and black peoples; agricultural sector; non-agricultural sector; Oaxaca Blinder procedure.

* Mestrando em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: josimar.jgi@gmail.com. O autor agradece a Rodolfo Hoffmann pela leitura crítica de uma versão preliminar do texto.

1. Introdução

Em termos literários, a despeito das diferentes interpretações acerca do nosso padrão de relações raciais, até pelo menos os anos 1970, a pesquisa especializada compartilhava, de um modo geral, a crença no poder integrador do desenvolvimento econômico (GUIMARÃES, 2004; HOFBAUER, 2006; OSÓRIO, 2008). A ideia de que o desenvolvimento econômico seria capaz de criar oportunidades para todos, fazendo desaparecer a forte correlação entre cor e estrutura socioeconômica, era compartilhada tanto por aqueles que defendiam a inexistência de conflitos raciais no Brasil (Cf. PIERSON, 1945) quanto por aqueles que denunciavam essa ideia como um mito (Cf. FERNANDES, 1965).

No final da década de 1970 tem início uma nova fase das pesquisas acerca das relações raciais no País. Além de brindar a literatura com novas elucubrações teóricas, esses estudos caracterizam-se pelo uso de métodos e técnicas de análise estatística cada vez mais sofisticados nas análises das desigualdades socioeconômicas entre os diferentes grupos de cor. O caldeamento das evidências neles reunidas, a começar pelos trabalhos seminais de Hasenbalg (1979) e Silva (1980), seguidos por Oliveira, Porcaro e Araújo (1985), Silva (1988; 1992; 1999), Andrews (1992), Lovell (1995), Hasenbalg, Silva e Lima (1999), Henriques (2001, 2002), Jaccoud e Beghin (2002), Soares (2000; 2008), Zucchi e Hoffmann (2004), Campante, Crespo e Leite (2004), Osório (2009) e outros, mostram que o desenvolvimento econômico não gerou os frutos esperados, de forma que, no tecido das desigualdades socioeconômicas brasileiras, a importância substantiva do pertencimento racial continua sendo um dos seus aspectos mais marcantes (HENRIQUES, 2001; SOARES, 2008;

JACCOUD, 2008).

Esse legado histórico está nitidamente expresso na estrutura da nossa distribuição de renda. No Brasil, os patamares inferiores da distribuição da renda são compostos predominantemente por negros³⁰, e predominantemente por brancos à medida que transitamos para os níveis mais elevados da distribuição (HENRIQUES, 2001; Soares, 2008). Além do mais, os estudos mostram que entre os pobres os negros auferem rendimento médio menor do que os brancos e entre os ricos os brancos auferem rendimentos maiores do que os negros (HENRIQUES, 2001; OSÓRIO, 2009).

No geral, a variável unidimensional mais utilizada quando se pretende analisar o nível de bem-estar dos indivíduos de uma sociedade é a renda domiciliar *per capita*. Isso se deve, sobretudo, ao fato de o acesso a bens e serviços, i.e., o acesso a quase tudo considerado fonte de bem-estar em sociedades mercantis, depender não apenas da renda individual, mas, principalmente, da renda do grupo familiar a que pertence o indivíduo (ROCHA, 2012; IPEA, 2006).

Embora, a partir do início dos anos 2000, uma tendência positiva venha sendo observada, os estudos que analisaram as relações entre cor e distribuição da renda domiciliar *per capita*, dos mais antigos aos mais recentes³¹, mostram que a renda domiciliar *per capita* média do grupo dos negros não chega à metade da renda média do grupo dos brancos. Osório (2009) constatou que a diferença de nível entre as distribuições da renda dos dois grupos é de tal ordem que, do ponto de vista da renda, a distribuição dos brancos seria sempre apontada como a de maior bem-estar, e.g., independente da linha de pobreza e do

³⁰ Grupo composto de pretos e pardos.

³¹ Ver Oliveira, Porcaro e Araújo (1985), Henriques (2001), Soares, Fontoura e Pinheiro (2007), Soares (2008) e Osório, 2009.

indicador de pobreza empregados, a distribuição dos brancos seria sempre apontada como a de menor pobreza.

Por outro lado, sabe-se também que mais de três quartos da renda domiciliar advém do trabalho (HOFFMANN, 2014). Assim, a principal fonte de desigualdade de renda domiciliar e, em última instância, de bem-estar entre brancos e negros assenta-se na participação desses grupos no mundo do trabalho (SOARES, FONTOURA e PINHEIRO, 2007; OSÓRIO, 2009).³²

Os estudos mostram que grande parte do diferencial de rendimento do trabalho entre brancos e negros advém de etapas que antecedem a entrada no mercado de trabalho. A despeito de diferenças regionais, a diferença entre os níveis de escolaridade dos grupos de cor é apontada como o principal determinante desse diferencial (SILVA, 1980, 1999; LOVELL, 1995; SOARES, 2000; ZUCHI e HOFFMANN, 2004; CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004; OSÓRIO, 2009)³³.

³² Cabe ressaltar que, na terminologia usada pelo IBGE, “rendimento do trabalho” se refere a qualquer atividade exercida pela pessoa (incluindo, por exemplo, os rendimentos de um fazendeiro). Se restringirmos à renda do trabalho de empregados, essa participação fica em 53%, conforme PNAD 2013.

³³ Como esclarece Silva (1999), as trajetórias escolares de crianças e jovens negros são mais acidentadas e curtas do que as dos seus pares brancos e essa desigualdade educacional, explicada sobretudo por fatores relacionados à origem social, mas, que também pode estar associada a processos de discriminação no sistema educacional, irá refletir-se posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional, ocasionando a concentração dos negros em ocupações de baixa remuneração. Contudo, os negros podem estar sujeitos também ao que se denomina na literatura corrente de “discriminação ocupacional”, isto é, quando a avaliação de atributos não produtivos, nesse caso a cor da pele, resulta na exclusão ou no acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho (BERNDT, 1991; SILVA, 1999).

Mas também pesam contra os negros sua maior presença nas regiões menos desenvolvidas do País (HASENBALG, 1979; BARROS e MENDONÇA, 1996) e o que se convencionou chamar de “discriminação salarial pura”, isto é, remuneração diferente para negros e brancos com mesmas características pessoais observadas e em postos de trabalho idênticos (SILVA, 1999; BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007; BARROS et al., 2009; SOARES, 2000; CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004).

Tendo em vista o comportamento diferenciado da evolução recente da desigualdade da distribuição da renda no setor agrícola, sobretudo no que diz respeito a tendência de aumento observada da participação da desigualdade entre regiões na desigualdade total da renda do trabalho na agricultura, conforme assinalado por Hoffmann e Oliveira (2012) e Hoffmann (2014), e o fato de que mais da metade dos indivíduos negros ocupados nesse setor encontram-se nas regiões menos desenvolvidas do País, Norte e Nordeste, os objetivos desse artigo são: apresentar e analisar a evolução do hiato de rendimentos entre brancos e negros nos setores agrícola e não agrícola no Brasil, no período 1995-2013; e, para os anos de 1995, 2003 e 2013, quantificar o quanto do diferencial de rendimento entre os dois grupos de cor, em cada um dos setores, advém de diferenças nas características individuais e quanto pode estar associado à discriminação. Especial atenção é conferida aos papéis da diferença de escolaridade e da desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor na determinação dos diferenciais de rendimento observados. A ferramenta de pesquisa utilizada é a decomposição de Oaxaca-Blinder, comumente empregada nesse tipo de análise.

O artigo está organizado em quatro partes, além desta. A próxima seção

descreve a base de dados utilizada, destacando algumas de suas qualidades e limitações. A terceira seção apresenta a metodologia adotada para analisar o diferencial de rendimentos entre brancos e negros nos setores agrícola e não agrícola. A quarta é reservada para análise e discussão dos resultados. Por fim, são sumarizados os principais resultados alcançados e apresentadas as conclusões.

2. Informações sobre a base de dados

No presente estudo, os dados analisados foram extraídos das edições disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período 1995-2013, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Seja no que concerne à sua abrangência e periodicidade, seja no que diz respeito à qualidade das informações disponíveis, a PNAD consiste na principal fonte de dados para estudos sobre a geração e a distribuição dos rendimentos no Brasil (ROCHA, 2003).

Por meio de quesitos específicos do seu questionário, a PNAD fornece dados anuais para o mês de setembro relativos a todos os rendimentos de indivíduos de 10 anos e mais³⁴. Como ressalta Rocha (2003), as informações de rendimento da PNAD permitem reconstruir sob diversos aspectos a rede de inter-relações relevantes para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos; permitem analisar como o rendimento se relaciona às características

³⁴ Rendimentos do trabalho principal, do trabalho secundário, de outros trabalhos; rendimentos de aposentadorias e pensões oficiais ou não; alugueis e doações recebidos; abono permanência; e outros rendimentos. Da renda total captada pela PNAD, os rendimentos provenientes do trabalho - tendo como fonte geradora qualquer tipo de ocupação e em qualquer posição na ocupação, tanto no setor formal quanto no setor informal - correspondem a maior parcela, cerca três quartos (HOFFMANN, 2014).

dos indivíduos e das famílias e como o rendimento de indivíduos e famílias com diferentes características é afetado pela conjuntura econômica ou pelas mudanças estruturais do aparelho produtivo.

Além disso, viabilizam estudos sobre o nível e a evolução da pobreza no País, e também possibilitam caracterizar a distribuição dos diferentes tipos de rendimento entre indivíduos, famílias ou outras categorias de análise, facilitando a compreensão dos processos responsáveis pela melhoria ou agravamento da distribuição desses rendimentos ao longo do tempo. A consolidação da forma de investigação adotada, que permaneceu praticamente imutável desde 1992, faz com que as informações de rendimento da PNAD permitam realizar com segurança comparações intertemporais, uma vez deflacionadas (ROCHA, 2003).

Contudo, e a PNAD não é exceção, no que diz respeito à captação adequada de informações sobre renda, as pesquisas domiciliares esbarram em certas dificuldades. A mais comum se deve ao fato de que mesmo com a garantia da finalidade estatística e sigilo das informações as pessoas podem não se sentir à vontade para declarar de maneira fidedigna seus rendimentos ao entrevistador (OSÓRIO, 2009).

É sabido que o grau de subestimação é tanto maior quanto mais elevado o rendimento, mas este varia também conforme a natureza do rendimento (ROCHA, 2003). No que diz respeito ao grau de subestimação do rendimento do trabalho, é sabido que este é menor para rendimentos do trabalho formal, e aumenta consideravelmente quando se trata de rendimentos do trabalho informal. Quanto aos rendimentos provenientes de outras fontes, a captação adequada se faz mais fácil para aqueles “oficializados”, como pensões e aposentadorias, sendo substancialmente

mais difícil para outros tipos, como rendas de aluguéis e rendimentos financeiros³⁵ (ROCHA, 2003).

Além de problemas de não-resposta e, para as informações fornecidas, problemas de subestimação intencional por parte do entrevistado, existem ainda outros problemas associados à captação da renda pela PNAD, como a adoção de um mês de referência quando se deseja a captação do rendimento anual, a não captação explícita de transferências de renda de caráter assistencial (ROCHA, 2003) e a ausência de informações sobre o valor da produção para autoconsumo, que pode ser parte significativa da renda real dos pequenos agricultores (CORRÊA, 1998; NEY e HOFFMANN, 2003; BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2006). Em que pesem as limitações, as informações de renda da PNAD são consideradas de excelente qualidade, tanto por aqueles que a usam quanto por aqueles que a estudam para melhorá-la (OSÓRIO, 2009).

Para as estimativas apresentadas neste estudo foi considerado o universo de indivíduos brancos e negros ocupados com 10 anos ou mais de idade e com rendimento de todos os trabalhos com valor positivo.³⁶ Todas as estimativas foram feitas ponderando-se cada observação pelo respectivo fator de expansão fornecido pelo IBGE. Ademais, foram excluídos da amostra os indivíduos sem declaração do número de

³⁵ “No caso dos rendimentos de capital, combinam-se os dois fenômenos, isto é, a intenção do informante de sonegar a informação e o seu desconhecimento preciso da informação a ser prestada, resultando em subestimação mais acentuada do valor pesquisado.” (ROCHA, 2013, p. 208).

³⁶ O IBGE classifica como ocupadas as pessoas que na semana de referência da pesquisa tinham trabalhado durante todo ou parte desse período. O IBGE considera, ainda, como ocupadas pessoas que na semana de referência da pesquisa não exerceram trabalho remunerado por motivo de férias, licença, greve etc.

anos de estudos; os de idade ignorada; os que não souberam declarar sua ocupação ou cuja resposta foi mal definida; os que não declararam o número de horas trabalhadas na semana de referência em todos os trabalhos e os que declararam ter trabalhado na semana de referência em todos os trabalhos 14 horas ou menos ou mais de 98 horas; e aqueles cujo ramos de atividade no qual estavam inseridos foi mal definido. Como até 2003 a Pnad não cobria a área rural da antiga região Norte, a fim de manter a comparabilidade ao longo do tempo, das PNADs de 2004 a 2013 foram desconsiderados os dados referentes à área rural da antiga região Norte.

Por fim, cabe ressaltar que todos os valores de rendimento apresentados neste trabalho estão expressos em reais (R\$) de set./out. de 2013. O deflator utilizado para atualizar os valores anteriores a essa data foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado pelo IBGE e disponível no site www.ibge.gov.br.

3. O método de decomposição de Oaxaca-Blinder

Para analisar o diferencial de rendimento médio do trabalho entre brancos e negros, nos setores agrícola e não agrícola, foi adotado o procedimento proposto por Oaxaca (1973) e Blinder (1973), extraída de Berndt (1991).

A ideia básica é, primeiramente, estimar separadamente equações de rendimento para brancos (B) e para negros (N), conforme o modelo a seguir:

$$\mathbf{y}_g = \mathbf{X}_g \boldsymbol{\beta}_g + \boldsymbol{\varepsilon}_g, \quad g \in \{B, N\} \quad (1)$$

onde \mathbf{y}_g é um vetor coluna com os valores do logaritmo natural dos rendimentos trabalho dos indivíduos do grupo g . \mathbf{X}_g é

uma matriz com as características observadas dos indivíduos do grupo g (escolaridade, experiência, sexo, posição na ocupação, região de residência etc.), incluindo um termo constante. β_g é um vetor coluna com os parâmetros a serem estimados, associados às características dos indivíduos do grupo g . ϵ_g é um vetor coluna de erros aleatórios heterocedásticos com as propriedades usuais.

Sejam b_N e b_B , respectivamente, as estimativas de β_N e β_B , temos que as estimativas dos vetores \bar{Y}_N e \bar{Y}_B serão, nessa ordem:

$$\hat{y}_N = X_N b_N \quad \text{e} \quad \hat{y}_B = X_B b_B \quad (2)$$

Ou, considerando essas equações no ponto médio das variáveis:

$$\bar{Y}_N = \bar{x}'_N b_N \quad \text{e} \quad \bar{Y}_B = \bar{x}'_B b_B \quad (3)$$

onde \bar{Y}_N e \bar{Y}_B são, respectivamente, as médias aritméticas do logaritmo dos rendimentos do trabalho dos indivíduos que compõem o grupo dos negros e o grupo dos brancos e \bar{x}'_N e \bar{x}'_B são vetores linha com as médias aritméticas das características observadas dos indivíduos dos respectivos grupos de cor. Pode-se facilmente demonstrar que a média aritmética do logaritmo dos rendimentos é igual ao logaritmo da média geométrica dos rendimentos e, portanto, que \bar{Y}_N e \bar{Y}_B são os logaritmos da média geométrica dos rendimentos dos grupos dos negro e do grupo dos brancos, respectivamente.

O passo seguinte consiste em subtrair uma equação da outra de forma a obter a diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho dos dois grupos cor. Fazendo isso obtemos:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = \bar{x}'_N b_N - \bar{x}'_B b_B \quad (4)$$

Definindo $\Delta b = b_N - b_B$ como a diferença entre os vetores dos coeficientes estimados para brancos e para negros, segue-se que $b_B = b_N - \Delta b$. Se $b_N = b_B + \Delta b$ substituirmos, nessa ordem, uma de cada vez, essas igualdades na eq. (4) e desenvolvermos as expressões resultantes, chegaremos às seguintes relações:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{x}'_N - \bar{x}'_B) b_N + \bar{x}'_B (b_N - b_B) \quad (5)$$

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{x}'_N - \bar{x}'_B) b_B + \bar{x}'_N (b_N - b_B) \quad (6)$$

As expressões (5) e (6) são igualmente aceitáveis, diferindo apenas no que diz respeito aos pesos utilizados. A escolha entre utilizar uma ou outra nos remete a um problema clássico de número-índice envolvendo a decisão sobre quais pesos empregar. Fugindo de ter que fazer uma escolha arbitrária entre as duas, ou, empregar ambas separadamente, optamos por utilizar a média aritmética das duas equações, como se segue:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{x}'_N - \bar{x}'_B) \frac{1}{2} (b_N + b_B) + \frac{1}{2} (\bar{x}'_N + \bar{x}'_B) (b_N - b_B) \quad (7)$$

Definindo $\frac{1}{2} (b_N + b_B) = b$ e,

$$\frac{1}{2}(\bar{\mathbf{x}}'_N + \bar{\mathbf{x}}'_B) = \bar{\mathbf{x}}' \quad \text{temos que:}$$

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{\mathbf{x}}'_N - \bar{\mathbf{x}}'_B)\mathbf{b} + \bar{\mathbf{x}}'(\mathbf{b}_N - \mathbf{b}_B) \quad (8)$$

A expressão acima mostra que a diferença entre os logaritmos da média geométrica dos rendimentos auferidos por negros e por brancos no mercado de trabalho (*efeito total*) pode ser decomposta em duas parcelas. O primeiro termo do lado direito da eq. (8) representa a parcela dessa diferença que é explicada por diferenças nas médias das características das mãos-de-obra negra e branca (*efeito de médias*). Neste sentido, o papel desempenhado pelo mercado de trabalho seria apenas o de revelador de desigualdades pré-existentes. Já o segundo termo quantifica a parcela do efeito total que resulta da diferença nos efeitos que as características produtivas têm sobre a remuneração, ou seja, da diferença nos coeficientes estimados para os dois grupos, tanto do intercepto quanto da declividade da função (*efeito de parâmetros*). Esse termo é usualmente interpretado como uma medida de discriminação racial no mercado de trabalho. O argumento por trás da ideia é simples: na ausência de discriminação os coeficientes estimados deveriam ser os mesmos para os dois grupos. Contudo, cabe enfatizar que essa parcela da decomposição também engloba todos os efeitos que não são diretamente capturados pelo modelo, por não estarem incluídos na sua especificação. Em muitos estudos, a interpretação mais simplificadora do argumento não enfatiza tal limitação do método, atribuindo à discriminação no mercado de trabalho efeitos que podem estar associados a outros fatores não controlados. Na última seção retomaremos essa discussão.

As equações de rendimentos para

negros e para brancos, nos setores agrícola e não agrícola, foram ajustadas pelo método de Mínimos Quadrados Ponderados, usando, como fator de ponderação, o fator de expansão associado a cada pessoa da amostra divulgado pelo IBGE junto com os dados das PNADs. O logaritmo do rendimento de todos os trabalhos é a variável dependente do modelo. As variáveis explanatórias, por sua vez, serão, em grande parte, variáveis binárias que assumem o valor 1 se o indivíduo pertence a determinado grupo e zero caso contrário.

São consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

- 1) *sexo*: Uma variável binária para distinguir o sexo do indivíduo: assume valor 1 para mulher e 0 para homem;
- 2) *esc1*: A escolaridade do indivíduo, variando de 0 (no caso de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo) a 14 (no caso de trabalhadores com 14 anos de estudo) e 17 para pessoas com 15 ou mais anos de estudos;
- 3) *esc2*: Assumindo que o efeito da educação sobre o rendimento se torna mais intenso depois de determinado nível de escolaridade, utiliza-se uma variável binária (z_1) para captar essa mudança de efeito da educação sobre o rendimento. A variável binária assume valor 0 para quem possui escolaridade menor ou igual a 10 anos e 1 para aqueles com escolaridade maior do que 10 anos. Assim, além da própria escolaridade da pessoa (*esc1*), inclui-se no modelo a variável $esc2 = z_1(esc1 - 10)$. Se os coeficientes dessas duas variáveis forem β_{esc1} e β_{esc2} , respectivamente, então β_{esc1} representa o efeito de ano adicional de escolaridade até os 10 anos e, a

partir desse ponto, o efeito da escolaridade passa a ser $\beta_{esc1} + \beta_{esc2}$. O modelo pressupõe que a relação entre o rendimento e a escolaridade da pessoa tem a forma de uma poligonal com vértice no ponto de abscissa igual a 10.

- 4) *idade*: A idade declarada do indivíduo. Para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos optou-se por medi-la em dezenas de anos;
- 5) *idade²*: O quadrado da variável anterior. O logaritmo do rendimento não varia linearmente com a idade. A partir de certa idade, à medida que os indivíduos envelhecem tende a ocorrer queda da sua produtividade;
- 6) *ln(hotr)*: O logaritmo neperiano do número de horas semanais de trabalho. O coeficiente dessa variável é a elasticidade do rendimento do trabalho em relação ao tempo semanal de trabalho.
- 7) *condfam*: Uma variável binária para distinguir a condição do indivíduo na família: assume valor 1 para pessoa de referência do domicílio e 0 para outra condição;
- 8) *sitdom*: Uma variável binária para distinguir a situação do domicílio: assume valor 1 para rural e 0 para urbano;
- 9) *posocup*: Duas variáveis binária para distinguir três categorias de posição na ocupação: empregado (tomado como base)³⁷, conta própria e empregador;
- 10) *região*: Cinco variáveis binárias para distinguir seis grandes regiões: Nordeste (tomado como base), Norte, Centro-Oeste, Sudeste exclusive São Paulo (MG, ES, RJ),

³⁷ Militares e funcionários públicos estatutários foram incluídos na categoria dos empregados.

São Paulo e Sul.

4. Resultados e discussão

4.1 A evolução do rendimento relativo dos negros nos setores agrícola e não agrícola no Brasil (1995-2013)

A tabela 1 mostra como evoluíram as médias geométricas e a razão entre as médias geométricas dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos (N/B), no período 1995-2013, no Brasil, segundo setor de atividade.

Embora em ambos os setores a desigualdade observada ainda seja substancial e inaceitável, pode-se constatar que, comparado ao observado na agricultura, no setor não agrícola houve uma redução significativa no diferencial de rendimentos entre brancos e negros. Se adotarmos como indicador a razão entre as médias geométricas dos rendimentos do trabalho de negros e brancos, temos que, em 1995, no setor não agrícola os negros recebiam, em média, 57% do rendimento auferido pelos brancos. O valor desse indicador mantém-se praticamente inalterado até 1998 e, a partir desse ano, assume tendência crescente, alcançando 68,8% em 2011, patamar próximo ao qual mantém-se nos dois anos subsequentes. Já na agricultura, os valores oscilaram um pouco mais e a tendência observada foi de persistência da desigualdade de rendimentos entre os dois grupos de cor. Em relação a 1995, o rendimento relativo dos negros na agricultura aumentou apenas 1,5 pontos percentuais, passando de 57,9% naquele ano para 59,4% em 2013.

Um dos fatores que deve estar associado a esse comportamento observado na agricultura é a evolução da desigualdade da distribuição da renda do trabalho neste setor, sobretudo, no que diz respeito ao aumento da participação da desigualdade entre regiões na desigualdade total.

Conforme assinalado por Hoffmann e Oliveira (2012) e Hoffmann (2014) e pode ser observado na figura 1, a evolução da desigualdade da distribuição da renda no setor agrícola difere substancialmente daquela do setor não-agrícola. As medidas de desigualdade adotadas, os índices T e L de Theil, mostram que no período 1995-2013, para as ocupações não agrícolas, houve uma redução contínua e substancial da desigualdade da distribuição do rendimento de todos os trabalhos. Já quando se considera apenas o setor agrícola, os índices oscilam mais e observa-se crescimento da desigualdade de 1999 a 2013.

Associado a esse processo, a figura 2 mostra que, para as medidas T e L, a participação da desigualdade entre 6 regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, SP, ES+MG+RJ e Sul) na desigualdade da distribuição da renda do trabalho por pessoa ocupada tende a decrescer a partir de 1997 quando se considera o setor não agrícola. Mas quando se considera o setor agrícola a participação percentual da desigualdade entre regiões na desigualdade global tende a crescer (Cf. HOFFMANN, 2014).

Dada a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor (ver tabela 4), com os negros mais concentrados nas regiões menos desenvolvidas do País, onde a remuneração do trabalho é menor, e os brancos mais concentrados nas regiões mais desenvolvidas, auferindo rendimentos maiores, é esperado que o aumento da desigualdade entre as regiões explique, pelo menos em parte, o comportamento observado da evolução do diferencial de rendimentos entre brancos e negros ocupados na agricultura.

4.2 Características da mão-de-obra

As tabelas 2 e 3 apresentam as médias de idade, de anos de estudo e do

número de horas semanais trabalhadas de brancos e de negros, nos setores agrícola e não agrícola, para os anos de 1995, 2003 e 2013.

Verifica-se, em ambos os setores, que a idade média da mão-de-obra negra é um pouco menor do que a idade média da mão-de-obra branca e que entre 1995 e 2013 houve um aumento na idade média dos dois grupos. No setor agrícola a idade média da mão-de-obra negra passou de 38,24 para 41,83 anos e a do grupo dos brancos de 39,85 para 44,66 anos. No setor não agrícola, as médias de idade dos brancos e dos negros passaram de, respectivamente, 33,3 e 34,8 para 37,4 e 38,1 anos. Nota-se também que entre 1995 e 2013 houve uma redução no número médio de horas semanais trabalhadas por brancos e por negros nas atividades agrícola e não agrícola, tendo sido a redução mais substancial na agricultura.

Em que pese os aumentos observados nos níveis de escolaridade média dos dois grupos de cor, constata-se que em ambos os setores a escolaridade média dos negros é menor do que a dos brancos e que praticamente não houve redução dessa diferença no período analisado. Entre 1995 e 2013, no setor agrícola, a média de escolaridade dos negros passou de 1,65 para 4,1 anos de estudos e a média de escolaridade dos brancos de 3,3 para 5,7 anos de estudo, ou seja, a diferença entre os níveis de escolaridade média dos dois grupos permaneceu praticamente a mesma, cerca de 1,6 anos de estudo em favor dos brancos. No setor não agrícola o comportamento não foi diferente, apenas a diferença se mostrou maior, cerca de 2,3 anos de estudo em favor dos brancos: em 1995, negros e brancos detinham, em média, respectivamente, 5,65 e 7,9 anos de estudos; em 2013, 8,4 e 10,7 anos de estudos.

Também para os anos de 1995, 2003 e 2013, as tabelas 4 e 5 apresentam, em

categorias de diversas variáveis, a distribuição dos indivíduos negros e brancos, nos setores agrícola e não agrícola. Comentaremos de forma breve alguns resultados, tomando como referência o ano de 2013.

Os dados mostram que na agricultura as mãos-de-obra negra e branca são compostas majoritariamente por indivíduos do sexo masculino, cerca de 88% em 2013. Já no setor não agrícola, a participação das mulheres na composição da força de trabalho de ambos os grupos mais é expressiva, correspondendo, em 2013, a cerca de 42% dos indivíduos negros e 46% dos indivíduos brancos.

Nota-se também que a maioria dos indivíduos ocupados na agricultura residem na área rural e se classificam como sendo a pessoa de referência do domicílio. Para as ocupações não agrícolas cerca da metade dos indivíduos de ambos os grupos responderam como sendo a pessoa de referência do domicílio e mais de 90% dos indivíduos residem na área urbana.

Quanto a ocupação exercida por esses indivíduos, começando pelo setor agrícola, constata-se que entre os negros a proporção de empregados (com e sem carteira de trabalho assinada) é maior do que a proporção de trabalhadores por conta própria, ao passo que entre os brancos ocorre o contrário, a proporção de trabalhadores por conta própria é maior do que a proporção de pessoas empregadas. De forma majoritária, no setor não agrícola, brancos e negros ocupam a posição de empregado (com e sem carteira de trabalho assinada), 78,21% e 76,83%, respectivamente, em 2013. Observa-se também, em ambos os setores, que a participação relativa de empregadores é maior para o grupo dos brancos.

Considerando a divisão do Brasil em seis grandes regiões, observa-se que, em ambos os setores, os negros encontram-se

concentrados principalmente no Nordeste. Em 2013, 50,9% dos negros ocupados no setor agrícola e 31,4% dos negros ocupados no setor não agrícola residiam na região Nordeste. Quanto aos indivíduos brancos ocupados na agricultura, estes se encontram principalmente na região Sul, 32,4% em 2013. Já nas ocupações não agrícolas, estes se encontravam principalmente no estado de São Paulo, 32,2% em 2013.

4.3 Análise de regressão

As estimativas das equações de rendimento para os dois grupos de cor, nos dois setores de atividade, estão nas tabelas 6 e 7. Novamente, analisaremos os resultados apenas para o ano de 2013.

Os coeficientes do sexo feminino indicam que no setor agrícola, em 2013, o rendimento esperado das mulheres negras e brancas era, respectivamente, 25,1% e 17,8% menor do que o rendimento esperado dos homens dos respectivos grupos de cor. Nas ocupações não agrícolas, em comparação ao rendimento esperado dos homens dos respectivos grupos, o rendimento esperado das mulheres negras e brancas era, respectivamente, 29,5% e 28,2% menor.

Os coeficientes relativos à idade mostram que o logaritmo dos rendimentos varia em função da idade conforme um arco de parábola côncavo. Com base nas estimativas referentes ao ano de 2013 verifica-se que no setor agrícola os rendimentos esperados crescem até os 57 anos para os negros e até 49,35 anos para os brancos e, então, passam a decrescer. No setor não agrícola o rendimento esperado dos negros alcança o máximo aos 50,9 anos de idade e o dos brancos para 53,9 anos de idade.

Os coeficientes das duas variáveis associadas à escolaridade permitem calcular, para os dois grupos de cor e em cada um dos

setores de atividade, a taxa de retorno por um ano de estudo para pessoas com 10 ou menos anos de estudos e para aqueles com mais de 10 anos de estudo. Começando pelo setor agrícola, em 2013, entre os negros, para aqueles com escolaridade menor ou igual a 10 anos a taxa de retorno esperada por um ano de estudo foi da ordem de 4% e para aqueles com mais de 10 anos de escolaridade, 11%. Para os brancos situados na primeira faixa de escolaridade a taxa de retorno foi de 5,4% e para aqueles com mais de 10 anos de estudo foi de 7,15%. Para os negros ocupados no setor não agrícola, a taxa de retorno estimada por um ano de estudo foi 4,37% para indivíduos com 10 anos ou menos e 14% para aqueles com mais de 10 anos de estudo. Para os brancos ocupados neste setor as taxas de retorno da escolaridade para indivíduos com 10 anos ou menos e mais de 10 anos de estudo foram, respectivamente, 4,67% e 15,4%.

Considerando o grupo dos negros, a pessoa de referência do domicílio auferia, em média, cerca de 6,4% a mais, se ocupado no setor agrícola, e 6,5% a mais, se ocupado no setor não agrícola, em comparação com as demais pessoas do domicílio. Para os brancos ocupados nos setores agrícola e não agrícola, o rendimento médio da pessoa de referência foi, respectivamente, 2,4% e 13,2% maior do que o rendimento médio das demais pessoas do domicílio.

Em relação à localização do domicílio, em 2013, o rendimento médio de negros e brancos ocupados na agricultura e residentes em domicílios rurais foi, respectivamente, 10,1% e 12,2% menor do que o rendimento médio dos indivíduos dos respectivos grupos e residentes na área urbana. No que diz respeito às ocupações não agrícolas, negros e brancos residentes em áreas rurais receberam, em média, respectivamente, 12,7% e 13,4% a menos do que negros e brancos residentes em áreas urbanas.

O fato de as elasticidades do rendimento mensal em relação ao tempo semanal de trabalho serem menores do que 1, para ambos os grupos de cor e setores de atividade, indica que o prolongamento do tempo de trabalho é feito com prejuízo da produtividade.

Os coeficientes das variáveis associadas à posição na ocupação relevam que, em 2013, o rendimento médio dos negros ocupando a posição de trabalhador por conta própria e de empregador no setor agrícola foi, respectivamente, 28,7% e 101,5% maior do que o rendimento médio auferido por negros ocupando a posição de empregado (com ou sem carteira de trabalho assinada) na agricultura. Para brancos ocupados na agricultura não se verificou diferença entre o rendimento médio esperado de empregados e trabalhadores por conta própria. Já em relação ao empregado, os brancos ocupando a posição de empregador auferiram um rendimento médio 254,1% maior.

No setor não agrícola, para o grupo dos brancos, novamente não se verificou diferença entre o rendimento médio esperado para empregados e trabalhadores por conta própria, mas verificou-se que os empregadores receberam, em média, cerca de 80,4% a mais do que os empregados. Para o grupo dos negros, o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria foi cerca de 8,5% maior do que o dos empregados. Os empregadores auferiram um rendimento médio 82,9% maior do que o rendimento médio dos empregados negros.

Nos dois setores de atividade, em todas as demais regiões, o rendimento auferido pelos indivíduos dos dois grupos de cor foi superior ao rendimento auferido pelos indivíduos do mesmo grupo no Nordeste. Quando se considera os indivíduos ocupados na agricultura, com a mesma cor e com iguais características, os negros que se encontravam no estado de São

Paulo e nas regiões Centro-Oeste e Sul, em 2013, receberam rendimentos, em média, 114,7%, 90,2% e 126,2% maiores do que aqueles auferidos pelos negros no Nordeste, respectivamente. Em comparação aos brancos ocupados na agricultura e residentes no Nordeste, a média geométrica dos rendimentos de todos os trabalhos dos brancos situados no estado de São Paulo e nas regiões Centro-Oeste e Sul e idênticos nas demais características controladas foram, respectivamente, 162,3%, 161,3% e 172,5% maiores, em 2013.

Quanto aos indivíduos ocupados no setor não agrícola, os negros que se encontravam no estado de São Paulo e nas regiões Centro-Oeste e Sul receberam, em média, 44,9%, 41% e 42% menos do que os negros ocupados na região Nordeste. A média geométrica do rendimento do trabalho de brancos residentes nas três regiões supracitadas foi, respectivamente, 42,2%, 36,8% e 43,8% maior do que o rendimento médio auferido pelos brancos residentes no Nordeste.

Comparando os resultados de 1995 com os resultados de 2013, nota-se que, enquanto no setor não agrícola observou-se, no geral, uma redução da diferença de rendimento médio entre o Nordeste e as demais regiões, no setor agrícola houve um aumento substancial dessa diferença.

4.4 A decomposição de Oaxaca-Blinder

Na tentativa de compreender as causas do diferencial de rendimento de entre brancos e negros nos setores agrícolas e não agrícola procedeu-se à decomposição do hiato salarial entre os dois grupos de cor, seguindo a metodologia de Oaxaca-Blinder.

A tabela 8 apresenta a evolução da diferença entre os logaritmos da média geométrica dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos (efeito total), no período 1995-2013,

segundo setor de atividade. A tabela também mostra, nos respectivos anos, quanto os negros ganham, em média, a menos do que os brancos.

Como já havíamos enfatizado, entre 1995 e 2013, no setor agrícola, não houve mudança significativa na magnitude do diferencial de rendimentos entre os dois grupos de cor. No setor agrícola o efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros ($-Y_N - Y_B$) passou de -0,547 em 1995 para -0,52 em 2013. Já no setor não agrícola, em termo absolutos, houve uma redução significativa do efeito total, que passou de -0,562 em 1995 para -0,38 em 2013. Enquanto no setor agrícola a média para os negros permanecem cerca de 40% abaixo da média para brancos, no setor agrícola essa diferença relativa caiu de 43% para perto de 32%.

A tabela 9 mostra que mais de 70% das diferenças de rendimentos entre brancos e negros observadas no setor agrícola, nos anos de 1995, 2003 e 2013, são explicadas por diferenças nas características individuais. Dos 40,6% que os negros receberam, em média, a menos do que os brancos em 2013, 76,56% são explicados por diferenças nas médias das características da mão-de-obra, permanecendo os 23,4% restantes “inexplicados”. Em 1995 e 2003, as participações relativas dos efeitos de médias e de parâmetros nos efeitos totais observados foram, nessa ordem, respectivamente, 70,56 e 29,44% e 75,73 e 24,27%.

Quanto ao setor não agrícola, dos 43% que os negros recebiam a menos do que os brancos em 1995, associados a uma diferença entre logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho de -0,562, 79,74% podem ser atribuídos a diferenças nas médias das características observadas da mão-de-obra, permanecendo

“inexplicados” cerca de 20% daquela diferença. Em 2003 e 2013 os efeitos totais da diferença de rendimentos entre brancos e negros ocupados no setor não agrícola foram, respectivamente, -0,521 e -0,38. As participações relativas dos efeitos de médias e de parâmetros nos efeitos totais observados foram, nessa ordem, 73,90 e 26,10% em 2003 e 71,58 e 27,42% em 2013.

É possível que uma parcela da diferença de rendimentos observada entre os grupos resulte de características pessoais não incluídas no modelo de regressão – como inteligência, ambição, riqueza da família –, mas que influem no rendimento pessoal. Assim, o componente do diferencial de rendimentos associado à diferença nos coeficientes estimados – o efeito de parâmetros – pode estar superestimado.

A despeito das diferenças nas magnitudes e nos comportamentos observados ao longo do tempo dos efeitos totais do diferencial de rendimentos entre brancos e negros, observou-se que em ambos os setores mais de 70% das diferenças observadas são explicadas pelos efeitos de médias, isto é, pelas diferenças nas médias das características observadas das mãos-de-obra. Nesse sentido, o passo seguinte da análise consiste em estimar a contribuição do efeito de médias de cada um dos fatores incluídos nas equações de rendimentos no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros na agricultura e no setor não agrícola.

A eq. (8) pode ser reescrita da seguinte forma:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = \underbrace{\sum_{i=1}^k (\bar{X}_{Nk} - \bar{X}_{Bk}) b_k}_{\text{Efeito de médias}} + \underbrace{(b_{N_0} - b_{B_0}) + \sum_{i=1}^k \bar{X}_k (b_{Nk} - b_{Bk})}_{\text{Efeito de parâmetros}} \quad (9)$$

Ou seja, a contribuição total do efeito de médias no efeito total do diferencial de rendimentos é igual a soma das contribuições individuais de cada uma das k variáveis incluídas no modelo. Dessa forma, a contribuição relativa do efeito de médias de um determinado fator, ou conjunto de fatores, no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros pode ser estimada dividindo-se pelo efeito total da diferença de rendimentos, a soma das contribuições individuais dos efeitos de médias das variáveis associados a esse fator ou grupo de fatores. Os resultados encontram-se nas tabelas 11 e 12.

Observa-se que a diferença entre os níveis de escolaridade média e a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor são os fatores que mais contribuem para a geração do hiato de rendimentos entre negros e brancos, nos setores agrícola e não agrícola no Brasil. Contudo, constata-se que, enquanto no setor não agrícola a diferença de escolaridade é o fator que mais contribui para a geração do hiato de rendimento, na agricultura prepondera a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor.

Os dados da tabela 11 mostram que no setor não agrícola, dos 43% que os negros recebiam a menos do que os brancos em 1995, 43,75% estavam associados à diferença de escolaridade média os dois grupos. Os efeitos de médias do fator escolaridade também explicam 45,4% e 44,9% das diferenças de rendimento

observadas em 2003 e 2013. A desigual distribuição geográfica dos grupos de cor explica, por sua vez, cerca de 25,3% da diferença de rendimento observada em 1995 e cerca de 20% das diferenças de rendimento entre brancos e negros observadas no setor agrícola em 2003 e 2013.

Na tabela 12 estão apresentados os resultados para o setor agrícola. Do efeito total observado em 1995 na agricultura, 19,42% decorreram da diferença entre os níveis de escolaridade dos dois grupos ao passo que 23,6% é atribuída à distribuição geográfica dos dois grupos. Das diferenças de rendimentos observadas em 2003 e 2013 no setor agrícola, as diferenças de escolaridade entre os dois grupos explicam um pouco mais de 16% do total. Por outro lado, a desigual distribuição regional explica 37,9% do diferencial observado em 2003 e 46,24% do diferencial observado em 2013.

Esse aumento substancial da contribuição do fator região no diferencial de rendimento entre negros e brancos na agricultura é explicado pelo aumento expressivo da diferença entre o rendimento médio pago nas demais regiões em comparação ao Nordeste. Como vimos, mais da metade dos indivíduos negros ocupados na agricultura concentram-se nessa região.

5. Conclusões

Embora em ambos os setores de atividade as desigualdades de rendimento observadas ainda sejam substanciais e inaceitáveis, no período analisado verificou-se um aumento de 11,4 pontos percentuais no rendimento relativos dos negros no setor não agrícola, que passou de 57%, em 1995, para 68,8% do rendimento médio auferido pelos brancos, em 2013. Já na agricultura, a tendência observada foi de persistência da desigualdade. De 1995 para 2013, o

rendimento médio auferido pelos negros no setor agrícola passou de 57,9% para 59,4% da média geométrica dos rendimentos dos brancos.

Os resultados da decomposição do efeito total do diferencial de rendimentos entre brancos e negros nos dois setores mostraram que mais de 70% das diferenças de rendimento observadas são explicadas por diferenças nas características observadas da mão de obra. Além do mais, constatou que, enquanto no setor não agrícola a diferença entre os níveis de escolaridade média é o principal determinante do diferencial de rendimentos entre negros e brancos, na agricultura o principal determinante da diferença de rendimentos entre os dois grupos de cor assenta-se na sua desigual distribuição geográfica.

Observou-se também que em ambos os setores uma parcela não desprezível do efeito total permaneceu “inexplicada”. Como já havíamos salientado, essa parcela, que denominamos “efeito de parâmetros”, é geralmente atribuída à discriminação racial no mercado de trabalho, contudo, é necessária cautela na sua interpretação.

Como ressalta Berndt (1991) ao analisar a interpretação dos termos da decomposição de Oaxaca-Blinder, a discriminação só estará medida com exatidão se a equação de regressão utilizada incluir, como variáveis explanatórias, todas as variáveis relevantes associadas com as capacidades produtivas da pessoa. Desnecessário dizer que é quase impossível dispor de um conjunto de dados que atenda a essa exigência, fazendo com que, na prática, os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder apenas indiquem valores aproximados para os componentes que gostaríamos de medir.

É muito provável que parcela substancial do efeito de parâmetros esteja associada a características pessoais, que não foi possível medir, e não a atitudes e

decisões discriminatórias dos brancos contemporâneos. Nesse sentido, conforme salientado por Zucchi e Hoffmann (2004), aquela parcela “inexplicada” na decomposição de Oaxaca-Blinder seria uma superestimativa da discriminação *stricto sensu*. Por outro lado, a ideia de discriminação pode incluir as consequências atuais da maneira como os negros participaram da sociedade brasileira ao longo de toda sua história. Neste caso, a menor dotação de recursos dos negros (escolaridade, experiência no mercado de trabalho etc.), em comparação com a dos brancos, também é resultado da discriminação (histórica), ou seja, considerar

apenas a parte “inexplicada” da decomposição de Oaxaca-Blinder constitui uma subestimação da discriminação.

Tabela 1 – Média geométrica e diferença entre os logaritmos da média geométrica dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos, segundo setor de atividade. Brasil, 1995-2003.

Ano	Setor agrícola			Setor não agrícola		
	Brancos	Negros	N/B	Brancos	Negros	N/B
1995	541,64	313,45	0,579	1080,57	615,93	0,570
1996	554,30	327,62	0,591	1120,60	638,01	0,569
1997	537,44	300,60	0,559	1124,64	639,58	0,569
1998	527,34	317,43	0,602	1124,26	639,15	0,569
1999	512,40	311,81	0,609	1053,06	608,92	0,578
2001	495,03	300,34	0,607	1029,49	604,64	0,587
2002	502,35	305,23	0,608	1003,42	601,20	0,599
2003	514,17	297,15	0,578	954,52	566,99	0,594
2004	519,80	313,37	0,603	950,40	584,98	0,616
2005	534,66	325,16	0,608	999,00	625,38	0,626
2006	567,48	341,09	0,601	1078,55	678,10	0,629
2007	619,44	370,97	0,599	1117,70	715,53	0,640
2008	647,73	398,09	0,615	1143,20	744,70	0,651
2009	661,79	394,27	0,596	1173,97	776,59	0,662
2011	724,92	434,29	0,599	1278,70	879,57	0,688
2012	780,42	456,46	0,585	1356,78	929,82	0,685
2013	822,79	488,96	0,594	1414,05	966,94	0,684

Fonte: PNADs 1995-2013.

Tabela 2 - Idade média, escolaridade média e número médio de horas semanais de trabalho de brancos e negros ocupados na agricultura. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
Idade	38,24	39,85	39,29	42,10	41,83	44,66
Escolaridade	1,65	3,33	2,53	4,01	4,10	5,70
Número de horas semanais trabalhadas	44,31	47,93	44,25	46,54	40,05	42,96

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela 3 - Idade média, escolaridade média e número médio de horas semanais de trabalho de brancos e negros ocupados no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
Idade	33,33	34,81	35,00	36,20	37,04	38,14
Escolaridade	5,65	7,90	7,11	9,30	8,84	10,67
Número de horas semanais trabalhadas	42,37	42,42	42,01	42,38	40,58	41,11

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela 4 - Distribuição dos indivíduos negros e brancos ocupados na agricultura, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>Sexo</i>						
Masculino	87,91	90,46	89,26	90,61	88,25	88,24
Feminino	12,09	9,54	10,74	9,39	11,75	11,76
<i>Condição na família</i>						
Pessoa de referência	68,83	73,97	70,84	76,59	67,37	69,64
Outra	31,17	26,03	29,16	23,41	32,63	30,36
<i>Região</i>						
Norte	3,98	1,23	4,80	1,72	6,54	2,04
Nordeste	61,36	22,76	61,83	26,23	50,87	21,98
MG+RJ+ES	16,09	21,10	15,49	17,72	19,22	21,48
São Paulo	4,70	15,57	4,37	15,38	6,69	13,53
Sul	5,40	31,81	5,44	31,45	7,14	32,39
Centro-Oeste	8,46	7,54	8,07	7,50	9,54	8,58
<i>Condição do domicílio</i>						
Rural	68,68	67,86	63,89	64,41	61,36	63,53
Urbano	31,32	32,14	36,11	35,59	38,64	36,47
<i>Posição da ocupação</i>						
Empregado	68,68	67,86	55,40	43,21	58,37	43,80
Conta própria	31,32	32,14	41,78	48,66	39,77	51,09
Empregador	2,48	8,70	2,81	8,13	1,86	5,11

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela 5 - Distribuição dos indivíduos negros e brancos ocupados no setor não agrícola, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>Sexo</i>						
Masculino	60,02	59,40	58,73	56,68	58,08	54,13
Feminino	39,98	40,60	41,27	43,32	41,92	45,87
<i>Condição na família</i>						
Pessoa de referência	50,52	51,10	52,13	50,60	49,66	46,94
Outra	49,48	48,90	47,87	49,40	50,34	53,06
<i>Região</i>						
Norte	7,98	2,37	9,73	2,84	9,28	3,24
Nordeste	36,77	10,79	34,25	11,52	31,40	12,90
MG+RJ+ES	24,35	22,94	23,84	21,67	23,73	19,57
São Paulo	16,24	34,62	16,29	33,73	18,49	32,18
Sul	5,94	23,42	6,10	24,11	7,44	25,36
Centro-Oeste	8,72	5,86	9,79	6,13	9,66	6,75
<i>Situação do domicílio</i>						
Rural	8,96	6,15	6,23	4,59	6,23	4,80
Urbano	91,04	93,85	93,77	95,41	93,77	95,20
<i>Posição da ocupação</i>						
Empregado	75,29	72,93	75,50	73,88	78,21	76,83
Conta própria	22,42	21,28	21,98	19,81	19,33	17,53
Empregador	2,29	5,78	2,51	6,31	2,46	5,64

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela - 6. Estimativas das equações de rendimentos para brancos e negros ocupados na agricultura. Brasil, 1995, 2003, 2013³⁸.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>intercepto</i>	2,8657	3,4726	2,1341	2,7219	2,8860	3,7388
<i>sexo</i>	-0,2773	-0,2539	-0,3319	-0,2104	-0,2891	-0,1961
<i>idade</i>	0,2745	0,2635	0,2700	0,2518	0,1871	0,2922
<i>idade</i> ²	-0,0290	-0,0244	-0,0257	-0,0214	-0,0164	-0,0296
<i>esc1</i>	0,0472	0,0679	0,0435	0,0628	0,0398	0,0527
<i>esc2</i>	0,1510	0,0334	0,0959	0,0794	0,0653	0,0164
<i>ln(hotr)</i>	0,7021	0,5560	0,8289	0,7311	0,8227	0,6175
<i>condfam</i>	0,1625	0,2253	0,1488	0,2127	0,0617	0,1171
<i>região</i>						
Norte	0,3410	0,3517	0,3822	0,5432	0,4806	0,6721
MG+RJ+ES	0,1976	0,4175	0,2340	0,5027	0,5521	0,6578
São Paulo	0,5819	0,5542	0,6254	0,7784	0,7640	0,9667
Sul	0,2099	0,2843	0,3706	0,7078	0,6429	0,9607
Centro-Oeste	0,3407	0,4878	0,5408	0,7341	0,8165	1,0024
<i>sitdom</i>	-0,1016	-0,1963	-0,0298	-0,0422	-0,1067	-0,1306
<i>posocup</i>						
Conta própria	-0,0687	0,1675	-0,1953	0,0446	-0,3389	-0,0093
Empregador	1,1550	1,0649	0,7364	1,0974	0,7006	1,2645
R ²	0,3302	0,3986	0,3364	0,4438	0,3905	0,4120
Nº de observações	10250	7652	11044	6718	7187	4140

Fonte: elaboração do autor.

³⁸ Os valores em negritos denotam os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de 10% de significância. Todos os demais coeficientes são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 0,01%.

Tabela 7 - Estimativas das equações de rendimentos para brancos e negros ocupados no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Ano	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>intercepto</i>	2,6050	2,6418	2,2265	2,4822	3,1569	3,3688
<i>sexo</i>	-0,4183	-0,3746	-0,3710	-0,3398	-0,3502	-0,3311
<i>idade</i>	0,7971	0,7467	0,7864	0,6866	0,4937	0,4721
<i>idade</i> ²	-0,0865	-0,0775	-0,0809	-0,0663	-0,0485	-0,0438
<i>esc1</i>	0,0812	0,0950	0,0671	0,0768	0,0428	0,0456
<i>esc2</i>	0,0820	0,0506	0,0978	0,0826	0,0885	0,0975
<i>ln(hotr)</i>	0,5267	0,5343	0,5518	0,5435	0,6168	0,5815
<i>condfam</i>	0,1931	0,2312	0,1424	0,1637	0,0798	0,1063
<i>região</i>						
Norte	0,2528	0,2594	0,2221	0,2356	0,1862	0,1815
MG+RJ+ES	0,2434	0,2388	0,2546	0,2666	0,2626	0,2567
São Paulo	0,6383	0,5610	0,4741	0,4646	0,3708	0,3520
Sul	0,3320	0,3338	0,3049	0,3380	0,3438	0,3134
Centro-Oeste	0,3076	0,2979	0,3667	0,3606	0,3509	0,3632
<i>sitdom</i>	-0,1985	-0,1826	-0,1586	-0,1274	-0,1363	-0,1436
<i>posocup</i>						
Conta própria	0,0643	0,0790	-0,1643	-0,0812	-0,0893	-0,0153
Empregador	0,8300	0,6557	0,6228	0,5441	0,6037	0,5902
R ²	54,38	57,91	50,05	55,23	44,62	49,67
Nº de observações	47459	58404	60271	65551	71120	60864

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 8 – Diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos, segundo setor de atividade e receptiva diferença relativa entre as médias geométricas dos rendimentos. Brasil, 1995-2003.

Ano	Efeitos totais ($-Y_N - -Y_B$)		Diferença relativa entre as médias geométricas	
	Setor agrícola	Setor não agrícola	Setor agrícola	Setor não agrícola
1995	-0,5470	-0,5621	-0,4213	-0,4300
1996	-0,5259	-0,5633	-0,4090	-0,4307
1997	-0,5811	-0,5644	-0,4407	-0,4313
1998	-0,5076	-0,5647	-0,3981	-0,4315
1999	-0,4967	-0,5478	-0,3915	-0,4218
2001	-0,4997	-0,5322	-0,3933	-0,4127
2002	-0,4982	-0,5122	-0,3924	-0,4009
2003	-0,5483	-0,5209	-0,4221	-0,4060
2004	-0,5061	-0,4853	-0,3971	-0,3845
2005	-0,4973	-0,4684	-0,3918	-0,3740
2006	-0,5091	-0,4641	-0,3989	-0,3713
2007	-0,5127	-0,4460	-0,4011	-0,3598
2008	-0,4868	-0,4286	-0,3854	-0,3486
2009	-0,5179	-0,4132	-0,4042	-0,3385
2011	-0,5124	-0,3742	-0,4009	-0,3121
2012	-0,5363	-0,3779	-0,4151	-0,3147
2013	-0,5204	-0,3801	-0,4057	-0,3162

Fonte: PNADs 1995-2013.

Tabela 9 - Decomposição da diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho de negros e brancos na agricultura. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Ano	1995	2003	2013
Efeito total	-0,547 (100%)	-0,549 (100%)	-0,520 (100%)
Efeito de médias	-0,386 (70,56%)	-0,415 (75,73%)	-0,398 (76,56%)
Efeito de parâmetros	-0,161 (29,44%)	-0,133 (24,27%)	-0,122 (23,44%)

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 10 - Decomposição da diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho de negros e brancos no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Ano	1995	2003	2013
Efeito total	-0,562 (100%)	-0,521 (100%)	-0,380 (100%)
Efeito de médias	-0,448 (79,74%)	-0,385 (73,90%)	-0,272 (71,58%)

Efeito de parâmetros	-0,114 (20,26%)	-0,136 (26,10%)	-0,108 (27,42%)
----------------------	-----------------	-----------------	-----------------

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 11 – Efeito de médias (EM) e contribuição do efeito de média (%) de cada fator no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Fator	1995		2003		2013	
	E.M.	%	E.M.	%	E.M.	%
Sexo	0,0025	-0,44	0,0073	-1,40	0,0135	-3,54
Idade	-0,0304	5,41	-0,0214	4,11	-0,0117	3,09
Escolaridade	-0,2459	43,75	-0,2365	45,40	-0,1706	44,89
Log do nº de horas semanais trabalhadas	-0,0007	0,12	-0,0047	0,91	-0,0077	2,02
Condição na família	-0,0012	0,22	0,0023	-0,45	0,0025	-0,67
Região	-0,1420	25,26	-0,1050	20,16	-0,0761	20,02
Situação do domicílio	-0,0054	0,95	-0,0023	0,45	-0,0020	0,52
Posição na ocupação	-0,0252	4,48	-0,0248	4,76	-0,0199	5,24
Efeito de médias total	-0,4482	79,74	-0,3852	73,95	-0,2720	71,58

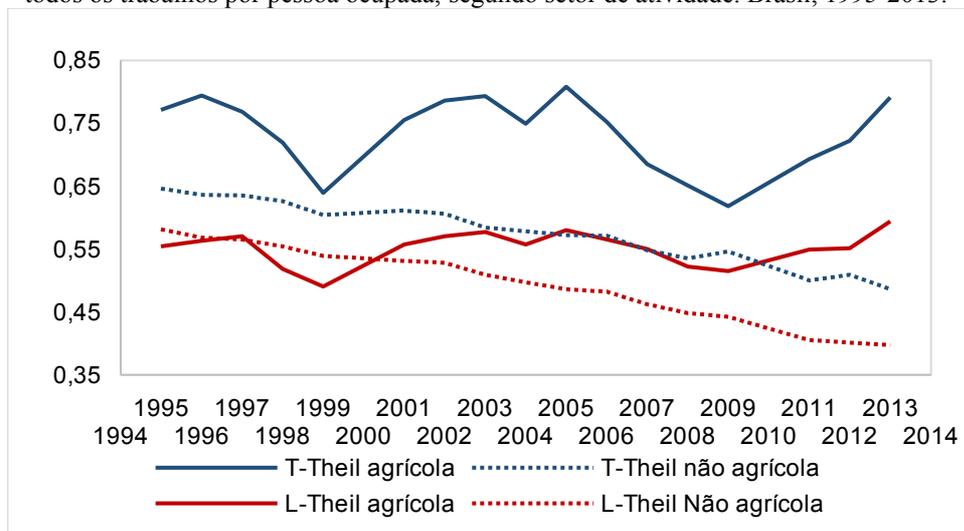
Fonte: elaboração do autor.

Tabela 12 – Efeito de médias (EM) e contribuição do efeito de média (%) de cada fator no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros no setor agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Fator	1995		2003		2013	
	E.M.	%	E.M.	%	E.M.	%
Sexo	-0,0068	1,24	-0,0037	0,67	0,0000	0,00
Idade	-0,0125	2,28	-0,0215	3,92	-0,0101	1,94
Escolaridade	-0,1062	19,42	-0,0892	16,27	-0,0855	16,43
Log do nº de horas semanais trabalhadas	-0,0494	9,03	-0,0394	7,19	-0,0505	9,70
Condição na família	-0,0100	1,82	-0,0104	1,90	-0,0020	0,39
Região	-0,1290	23,59	-0,2079	37,90	-0,2407	46,24
Situação do domicílio	-0,0012	0,22	0,0002	-0,03	0,0026	-0,50
Posição na ocupação	-0,0708	12,94	-0,0435	7,93	-0,0122	2,35
Efeito de médias total	-0,3858	70,55	-0,4154	75,74	-0,3984	76,55

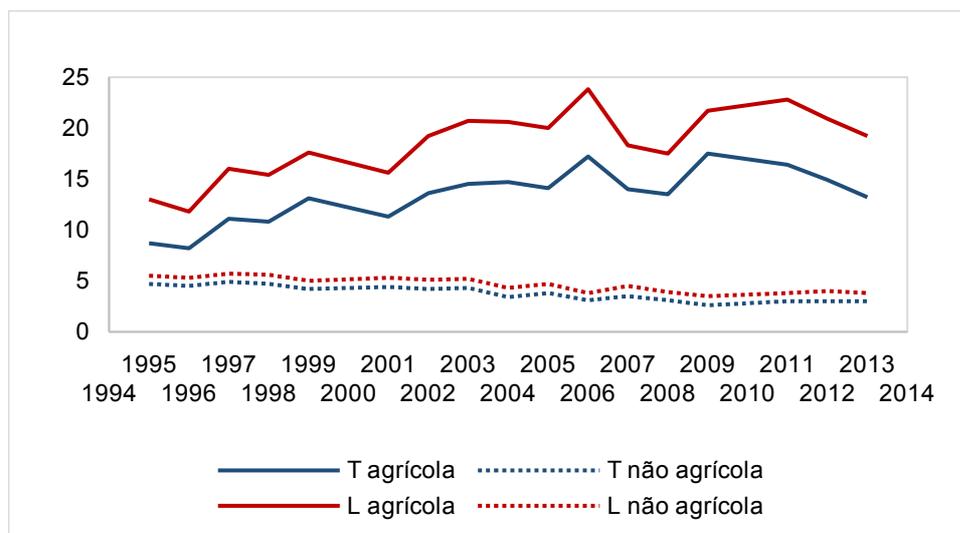
Fonte: elaboração do autor.

Figura 1 – Evolução dos índices T e L de Theil da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos por pessoa ocupada, segundo setor de atividade. Brasil, 1995-2013.



Fonte: PNADs 1995-2013.

Figura 2 – Participação percentual da desigualdade entre 6 regiões na desigualdade da distribuição do rendimento de todos os trabalhos por pessoa ocupada. Brasil, 1995-2013.



Fonte: PNADs 1995-2013.

Referências

ANDREWS, G. R. 1992. Desigualdade racial no Brasil e nos EUA: uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.22, 1992, p. 47-83.

BARROS, R. P. et al. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. **Texto para Discussão 249**, UFF, Niterói, 2009.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.2, 2007.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.1, 2006.

BARROS, R. P. D.; MENDONÇA, R. S. P. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 1996.

BERNDT, E. R. Analyzing determinants of wages and measuring discrimination: dummy variables in regression models. In: _____. **The practice of econometrics: classic and contemporary**. Addison-Wesley, 1991. cap. 5, p. 150-223.

BLINDER, A. S. Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. **Journal of Human Resources**, v.8, 1973, p.436-455.

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V. & LEITE, P. G. P. G. 2004. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 58, nº 2, 2004, p. 185-210.

CORRÊA, A. J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira**. Piracicaba:

Editora Unimep, 1998.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominius, 1965.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v.47, n.1, 2004, p.9-43.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M., (Eds.). **Cor e estratificação social**. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 1999.

HENRIQUES, R. 2001. Desigualdade racial no Brasil: a evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para discussão 807**, IPEA, Brasília, 2001.

HENRIQUES, R. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília, UNESCO, 2002.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. Unesp, São Paulo, 2006.

HOFFMANN, R.; NEY, M. Origem familiar e desigualdade de renda na agricultura. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.33, n.3, 2003, p. 541-572.

HOFFMANN, R.; OLIVEIRA, R.B. The evolution of income distribution in Brazil: different characteristics of the agricultural sector. **28th Triennial Conference of the International Association of Agricultural Economists**, Foz do Iguaçu. Disponível em <http://pur71.umn.edu/127673>.

HOFFMANN, R. Fatos relevantes sobre a distribuição da renda no Brasil. In: **52º Congresso da SOBER**, Goiânia, Painel 2, 2014.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008, p.49-68.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. 2002. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. IPEA, Brasília, 2002.

LOVELL, P. A. Raça e gênero no Brasil. **Lua nova**, 35, 1995, p. 39-71.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. A evolução da distribuição de salários no Brasil: fatos estilizados para as décadas de 80 e 90. In: Henriques, R. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap. 8, p. 231-250.

OLIVEIRA, L. E. G. D.; PORCARO, R. M.; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economics Review**, v. 14. n. 3, 1973, p. 693-709.

OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. 2009. 362 f. Tese

(Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OSÓRIO, R. G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p.65-91.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945.

ROCHA, S. A investigação da renda nas pesquisas domiciliares. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n.2 (21), 2003, p. 205-224.

SILVA, N. V. Diferenças Raciais de Rendimentos. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. **Cor e estratificação racial**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 184-216.

_____. Cor e o processo de realização socioeconômica. In: HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V. (Eds.). **Estrutura social mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.144-163.

_____. Cor e pobreza no centenário da abolição. In: HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V. (Eds.). **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992, p.119-137.

_____. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.10, n.1, 1980, p.21-44.

SOARES, S. S. D.; FONTOURA, N. D. O.; PINHEIRO, L. Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos. In: BARROS, R. P. D.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v. II, 2007. Cap. 29, p. 401-415.

SOARES, S. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008

SOARES, S. 2000. O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para discussão 769**, IPEA, Brasília, 2000.

ZUCCHI, J. D; HOFFMANN, R. 2004. Diferenças de renda associadas à cor: Brasil, 2001. **Pesquisa & Debate**, vol. 15, n.1, 2004, p. 107-129.

*Recebido em 30/05/2015
Aprovado em 01/07/2015*

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU - PDE

Rogério dos Santos Corrêa*

1. Estágio atual do desenvolvimento de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu é uma cidade ímpar no cenário brasileiro, suas peculiaridades as diferenciam das demais cidades brasileiras, seja pela sua característica transfronteiriça, seja pelas suas gigantescas quedas d'água – as cataratas do Iguaçu. Embora reconhecida mundialmente como um dos principais destinos turístico do mundo, Foz do Iguaçu, assim como as demais cidades brasileiras e latino-americanas, possuem um paulatino processo de desenvolvimento, seja pela falta de políticas de crescimento econômico, seja pela ausência de políticas públicas para o desenvolvimento da cidade.

É praticamente perceptível a ausência de polo(s) industrial(ais) na cidade. O único distrito industrial da cidade está composto por apenas pequenas empresas que produzem vidros, produtos para a construção civil, transportadoras, entre outros. Vale ressaltar que, alguns desses produtos nem são produzidos no distrito industrial da cidade, são apenas transportados de outras cidades da região e distribuídos para os incipientes “centros comerciais” espalhados por Foz do Iguaçu.

Apesar deste incipiente crescimento industrial, excepcionalmente comprovadas pelas Teorias da Localização, da base econômica e da base de exportação,

* Acadêmico de Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bolsista de extensão do Projeto de reestruturação do website da Revista Orbis Latina. E-mail: rogerio.correa@aluno.unila.edu.br

difícilmente Foz do Iguaçu poderia se desenvolver através da construção de polos fabris, a vocação da cidade não está para a indústria de transformação, pelo contrário, o que predomina hoje, segundo alguns autores, são as atividades de turismo e logística, muito devido ao fato da cidade está localizada em região privilegiada para a circulação de mercadorias e serviços, através das malhas viárias e do tímido surgimento de hidrovias que interligam o Mercosul. Segundo o plano de desenvolvimento elaborado para Foz do Iguaçu, a cidade não possui um terminal de cargas no aeroporto internacional das cataratas e – se possui, é pouco eficiente -, que pela sua predestinada vocação, atenderia a demanda por serviços de logísticas, já que a cidade recebe um grande fluxo de entradas de mercadorias, seja pelo lado paraguaio, seja pelo lado argentino. Outra atividade que faz com que Foz do Iguaçu não seja tão dependente da indústria do turismo, como falaremos mais adiante, são as atividades dos serviços públicos federais, que de certa maneira tendem a manter o PIB Per Capita da cidade num patamar estável ao longo do tempo. Esses tipos de serviços estão atrelados à característica fronteira da cidade que demandam certo controle da fronteira, como os funcionários da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Batalhão de Fronteira, entre outros. Além desses serviços de segurança, a cidade ainda possui funcionários da Itaipu Binacional, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e do campus do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Foz do Iguaçu tem outra característica peculiar, pois, além de possuir a maior Usina Hidrelétrica do Mundo em geração de energia e as Cataratas do Iguaçu,

a cidade comporta a metade de trabalhadores em situação informal, embora não tenhamos os dados precisos desses números, isso porque essas pessoas tem receio de identificarem suas atividades econômicas, podemos inferir hipoteticamente que esses trabalhadores desenvolvem suas atividades na a travessia de mercadorias, enquanto outras são funcionários de lojas no Paraguai.

Na sequência apresentaremos os quadros das atividades econômicas e do número de pessoas envolvidas no ano de 2010 e; dos estabelecimentos e do número de emprego segundo as atividades econômicas em 2012.

Para fins de uma melhor análise sobre o atual estágio de desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, apresentaremos alguns dados como PIB e o PIB Per Capita, índice de GINI, IDH-M, Grau de Urbanização, Densidade Demográfica, Renda Média Domiciliar Per Capita, o abastecimento de água e o tratamento da rede de esgoto.

Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita e a Preços Correntes - 2011

Produto Interno Bruto	Valor	Unidade
Per Capita	29.830	R\$ 1,00
A Preços Correntes	7.633.467	R\$ 1000,00

Fonte: IBGE – IPARDES

Segundo o (IBGE, 2011), Foz do Iguaçu ocupa a 10ª posição no ranking das cidades fronteiriças com maior PIB Per Capita, com cerca de R\$ 20.613,46 no ano de 2009. Isso não representa uma equidade na distribuição de renda. Pois Foz do Iguaçu apresenta um PIB Per Capita maior que a média nacional e maior que a média estadual que é de R\$ 16.917,66 e R\$ 17.779,11, respectivamente.

Atividades econômicas (CNAE domiciliar 2.0)	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.864
Indústrias extrativas	59
Indústrias de transformação	6.938
Eleticidade e gás	1.874
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.550
Construção	10.150
Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	31.083
Transporte, armazenagem e correio	7.259
Alojamento e alimentação	8.967
Informação e comunicação	1.486
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.267
Atividades imobiliárias	476
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3.107
Atividades administrativas e serviços complementares	5.724
Administração pública, defesa e seguridade social	6.289
Educação	7.052
Saúde humana e serviços sociais	4.849
Artes, cultura, esporte e recreação	1.339
Outras atividades de serviços	4.425
Serviços domésticos	8.655
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	24
Atividades mal especificadas	8.205
TOTAL	123.643

População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010

Fonte: IPARDES – IBGE – censo demográfico – dados da amostra

Para que vejamos a concentração de renda na cidade, abaixo apresentaremos o índice de GINI de Foz do Iguaçu para o ano de 2010.

Podemos observar que o índice de GINI para o ano de 2010 em Foz do Iguaçu era maior que a média nacional, que variou entre os anos de 2011 e 2012 de 0,551 para 0,499, respectivamente. O que nos mostra o quão grande é a desigualdade da distribuição de renda no município.

Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita e a Preços Correntes - 2011

Produto Interno Bruto	Valor	Unidade
Per Capita	29.830	R\$ 1,00
A Preços Correntes	7.633.467	R\$ 1000,00

Fonte: IBGE – IPARDES

Notas: 1 – dados do último ano disponível estarão sujeitos a revisão quando da próxima divulgação. Diferenças encontradas é em razão dos arredondamentos. 2 – nova metodologia. Referência 2002.

Outro índice que podemos analisar é o Índice de Desenvolvimento Humano por Município³⁹, este nos ajudará a entender um pouco melhor como está o estágio de desenvolvimento de Foz do Iguaçu que se mantém com um IDH-M maior que do Paraná que apresenta um índice de 0,749 e maior que o IDH brasileiro que é de 0,744. O Paraná e o Brasil se mantêm nas seguintes colocações do IDH-M e IDH Global em 2010, respectivamente, 5ª e 79ª posição no ranking.

Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDH-M) - 2010

Informação	Índice	Unidade
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,751	
IDHM – Longevidade	0,858	
Esperança de vida ao nascer	76,48	Anos
IDHM – Educação	0,661	
Escolaridade da População Adulta	0,59	
Fluxo Escolar da População Jovem (Frequência Escolar)	0,69	
IDHM – Renda	0,748	
Renda per capita	842,26	RS 1,00
Classificação na unidade da federação	29	
Classificação nacional	526	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) – PNUD, IPEA, FJP.
 Nota: Os dados utilizados, para o cálculo do índice, foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE. O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto; e 0,800 e mais - muito alto.

Além dos indicadores apresentados acima, o grau de urbanização da cidade é outro fator importante para complementar o quadro dos indicadores que mostram o nível de desenvolvimento do município. Vale destacar que, com as informações coletadas do relatório do IPARDES, os dados nos mostram pouca acuidade nas informações repassadas. Analisemos os quadros.

³⁹ Segundo a PNUD em sua publicação no site, O IDHM Brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (fonte: www.pnud.org.br).

Podemos observar que Foz do Iguaçu apresenta altíssimo grau de urbanização, com cerca de 99,17% de seu território ocupado, no entanto, isso não condiz com a realidade dos dados apresentados, nas tabelas a seguir, pela Companhia de Saneamento do Paraná, onde de uma população de aproximadamente 263.647 habitantes em 2014 – segundo o IBGE – 84 mil residências possuem acesso a água potável e apenas 57 mil possuem acesso a coleta de resíduos.

Número de estabelecimentos e emprego segundo as atividades econômicas – 2012.

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de extração de minerais	3	24
Indústria de produtos minerais não metálicos	31	301
Indústria metalúrgica	49	309
Indústria mecânica	8	38
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	15	67
Indústria de materiais de transporte	6	19
Indústria da madeira e do mobiliário	45	234
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	45	224
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim.e ind.diversa	24	91
Indústria química,prod.farmac.,veterin.,perf.,sabões,velas e mat.plást.	21	122
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	43	318
Indústria de calçados	2	2
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	59	402
Serviços industriais de utilidade pública	14	1.684
Construção civil	364	2.914
Comércio varejista	2.742	15.205
Comércio atacadista	248	1.563
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	63	676
Administradoras de imóveis, valores mobil.,serv.téc.n.profis.,aux.ativ.econ	711	5.425
Transporte e comunicações	526	4.577
Serviços de alojamento,alim.,reparo,manut.,radiodifusão e televisão	984	11.361
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	294	2.766
Ensino	125	4.313
Administração pública direta e indireta	10	5.898
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	99	178
TOTAL	6.531	58.701

Fonte: IPARDES – MTE/RAIS
 Nota: Posição em 31 de dezembro

Grau de urbanização – 2010	Grau de urbanização (%)
	99,17

Fonte: IPARDES; IBGE – Censo Demográfico.

Densidade demográfica – 2013	Densidade demográfica (hab/km²)
	431,83

Fonte: IPARDES; IBGE

Renda Média Domiciliar Per Capita - 2010	Renda Média Domiciliar Per Capita (RS 1,00)
	804, 18

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Renda domiciliar per capita é a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio (em reais), dividida pelo nº de moradores. Valor de referência R\$ 510,00 (s.m. de 2010).

Abastecimento de água, pela SANEPAR, segundo as categorias - 2012		
CATEGORIAS	UNIDADES	LIGAÇÕES
Residenciais	84.752	69.485
Comerciais	7.201	5.291
Industriais	144	143
Utilidade Pública	678	671
Poder Público	413	393
TOTAL	93.188	75.983

FONTE: SANEPAR

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Atendimento de esgoto, pela SANEPAR, segundo as categorias - 2012		
CATEGORIAS	UNIDADES	LIGAÇÕES
Residenciais	57.706	43.806
Comerciais	5.972	4.119
Industriais	63	64
Utilidade Pública	405	400
Poder Público	274	254
TOTAL	64.420	48.643

FONTE: SANEPAR

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

2 .Pontos negativos ou pontos de enclave de Foz do Iguaçu

A partir da análise dos dados sobre o atual estágio de desenvolvimento de Foz do Iguaçu e conseguinte leitura minuciosa do PDE-FOZ. Além da mera observação sobre

o planejamento da cidade. Podemos identificar alguns pontos negativos que dificultam o desenvolvimento da cidade, sendo eles em grande parte, de competência do poder público.

Foz do Iguaçu do Iguaçu não faz “jus” a sua peculiaridade, apesar do alto IDHM, a cidade convive com uma grande concentração de renda que consequentemente reflete nos serviços públicos básicos como no caso, da saúde e educação principalmente. Podemos destacar outros pontos como a falta de planejamento dos transportes coletivos, o incipiente centro comercial composto basicamente por duas avenidas principais, exceto a vila Portes que é outro pequeno centro comercial. A região da Vila A, situada praticamente no coração da cidade, tem se transformado ao longo do tempo como outra zona comercial, no entanto, esses pequenos centros vão surgindo com ausência do setor público.

É infinito os pontos negativos que orbitam a cidade, no entanto, nos absteremos de identificá-los um a um, nos focaremos em apresentar aqueles que afetam diretamente o desenvolvimento da cidade, não que os outros não afetem, mas apontaremos aqueles que no curto prazo são factíveis de soluções.

Por exemplo, a ausência de espaços públicos, como parques, praças, teatro, festivais de música e danças, são alguns dos pontos negativos que influenciam no desenvolvimento da cidade, isso porque Foz do Iguaçu tem vocação para o Turismo e a ausência desses espaços faz com que o turista que visita a cidade permaneça em média 3 dias apenas, muitas vezes despendendo pouco dinheiro na economia da cidade. Se desprezarmos as Cataratas, Foz do Iguaçu se torna pouca atrativa para o turismo de lazer, pois esta é a maior atratividade da fronteira, seguido de Ciudad

del Este e Puerto Iguazu para o turismo de compra. Foz não se aproveita do turismo cultural, acredita-se que tal termo ainda soa desconhecido tanto para o setor público quanto para a iniciativa privada, pois, pouco se explora a multiculturalidade da região fronteira, a diversidade cultural nas 3 cidades da fronteira é gigantesca e isso tem passado despercebido por essas duas esferas, público e privado.

3. Análise crítica sobre a proposta de desenvolvimento dos autores do PDE para Foz do Iguaçu e possível proposta para a cidade

Seria muito conveniente para o setor privado da cidade que a proposta do autor do PDE para Foz do Iguaçu fosse de fato aceita, embora tenha concordado com alguns pontos levantados, algumas ideias convergem para a mesma finalidade e outras divergem isso porque as ideias apresentadas demonstram ser tendenciosas. Talvez pela ausência de dados em sua proposta, o autor deixou a desejar sobre o estudo do atual estágio de desenvolvimento da cidade, não mostrando os dados sumamente importantes para se obter conclusões e consequentemente elaborar os relatórios para o planejamento do desenvolvimento de uma cidade do porte de Foz do Iguaçu. Considero importante haver sido realizado um contexto histórico do surgimento da cidade, sua localização territorial no Estado do Paraná e sua inserção na economia regional (do oeste paranaense), são fundamentais neste processo de desenvolvimento que almeja o município que é o segundo ponto turístico mais visitado do Brasil. O que me chamou atenção foi os dados levantados pelo autor sobre a segunda atividade econômica mais

desenvolvida no município, e não havia me atentado a isso, a logística - que pode desencadear um processo de desenvolvimento juntamente com o turismo de lazer, turismo de compra e o turismo cultural, pois Foz do Iguaçu se localiza em uma região privilegiada, diante disso podemos dizer que é a porta de entrada e saída para o Mercosul. Por isso a importância de se desenvolver esse setor da economia.

Uma possível proposta para promover o desenvolvimento da cidade – já que é quase impossível desenvolver uma indústria de transformação em solo iguaçuense - seria a criação, melhoria e urbanização dos espaços públicos supracitados, no entanto, essas iniciativas tem e devem convergir com as ideias do setor público e da iniciativa privada, tão somente, e não apenas, criar espaços de diálogos com a população envolvida (afetada) direta e indiretamente. Discordo da colocação do autor quando ele infere que sempre vão existir populações não satisfeitas com tais projetos de desenvolvimento, ele não foi feliz ao colocar que o desenvolvimento tem que acontecer a qualquer custo, pelo contrário, tudo é passível de solução, basta abrir para o diálogo e juntos encontrar a melhor solução para o problema. Seria muito conveniente dizer que o projeto Beira-Foz traria o desenvolvimento que a cidade tanto almeja, embora, de fato, teríamos mais um “espaço público”, deveríamos saber como ficaria o acesso da população a esses espaços, e o que a criação desse espaço aportaria para a economia da cidade. Realizar uma proposta para tender a um resultado já esperado, é como cuspir para cima e esperar que não caia em nossa cabeça. Devemos partir do estudo e apresentar os resultados de fatos factíveis, pois, fazer uma abordagem histórica para simplesmente, no fim, dizer

que se deve promover tal setor da economia, soa um tanto quanto duvidoso e tendencioso esse estudo.

Referências

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx> - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx> - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

<http://conceito.de/urbanizacao> - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410830> - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=94&no=16 - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-09/indice-que-mede-desigualdade-de-renda-fica-estavel-aponta-ibge> - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/tabelas_pdf/tab01.pdf - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=ST44> - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85850> - acesso entre 01 e 04 de dezembro.

Recebido em 15/05/2015

Aprovado em 25/06/2015

PLANO DE DESENVOLVIMENTO (PDE) DE FOZ DO IGUAÇU

Larissa Carolina Barboza Alvarez*

De acuerdo con Paiva (2014), en el 2010, 6.64% de las personas ocupadas en Foz do Iguaçu trabajaban en “actividades mal definidas”. Se encontraban tales actividades o entre la legalidad y la ilegalidad (como la prostitución), o directamente ligadas a la ilegalidad (contrabando, juegos de azar, tráfico de drogas, etc.). Sin embargo, tal situación no sorprende ya que Foz de Iguaçu es una ciudad fronteriza, de gran apelo turístico (inclusive del turismo de compras), que se encuentra en el centro de una de las principales rutas de transporte de carga de carretera de América del Sur.

Foz do Iguaçu presenta un elevado “cociente locacional” (que es una medida de especialización calculada a partir de la razón entre el porcentaje del número de ocupados en una determinada actividad en un cierto local, con el porcentaje de ocupados en la misma actividad en un territorio mayor del cual la localidad es parte) en “SIUP” (servicios industriales de utilidad pública) en función de Itaipu, en “turismo y ocio directo” en función de las Cataratas y de la Triple Frontera, y en “logística directa” en función de la Triple Frontera y de las actividades predominantes en torno a Foz, que son intensivas en transporte.

La especialización productiva en Foz se da en el segmento de servicios, con énfasis de turismo y ocio (T&L), logística, servicios públicos básicos de salud y educación (SPB-S&E), administración pública y seguridad (AdmP&S). Las 50 actividades en las cuales Foz es más

especializada generan 1/3 de las ocupaciones totales y ninguna se encuentra en la base agropecuaria o agroindustrial. Surgen solo dos actividades que pertenecen al subgrupo de Industria de Transformación: la fabricación de productos electrónicos no especificados y la fabricación de artefactos textiles excepto vestuario.

La elevada informalidad y el elevado valor agregado de una de las más importantes actividades formales de economía del municipio: la generación de energía eléctrica por Itaipu (solo que por más elevado que sea el valor agregado de Itaipu, la mayor parte del mismo se evade del territorio, sea para el gobierno federal, sea para pago de intereses y de la deuda principal que posibilitó la construcción de la usina).

Algunas de las actividades asociadas al turismo son fuentes rigurosamente endógenas de empleo y renta del territorio, se caracterizan por un grado no despreciable de informalidad. El turismo de Foz do Iguaçu está asociado a compras en el exterior (Ciudad del Este y Puerto Iguazú), cuyos valores tienden a ser sub-declarados por aquellos que las realizan.

Según el planeamiento para el desarrollo de Foz, siete cadenas son las propulsivas: administración pública, agroalimenticio, logística, generación y transmisión de energía eléctrica, SPB-educación, SPB-salud y turismo.

Le corresponde entonces a Foz profundizar sus competencias específicas y explorar las sinergias entre sus principales actividades y las cadenas propulsivas con vistas a maximizar y diversificar los beneficios que la ciudad ofrece a los usuarios de sus servicios. Si los sectores citados profundizan su especialización, se podrá apalancar la demanda sobre si mismos para así garantizar su sustentabilidad y competitividad a largo plazo.

* Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo UNICAMP. Graduada em Ciências Econômicas pela UNILA. E-mail: larissa.alvarez@aluno.unila.edu.br

Foz do Iguaçu, junto con Ciudad del Este y Puerto Iguazú, estaría destinada a constituirse en un polo metropolitano de múltiples funciones en el plano de servicios. Y tales servicios (logísticos, turísticos, educacionales, medico-hospitalarios, de administración y seguridad pública en el territorio transfronterizo) compiten por áreas. Y la única chance de alcanzar una distribución sustentable y solidaria del espacio urbano, volcada a la extracción de mayor beneficio social y económico de cada una de las cadenas propulsivas de Foz do Iguaçu, es planeando desde ya tal distribución. De lo contrario, no será posible garantizar en el medio y largo plazo, la preservación y la diversificación de los atractivos turísticos urbanos, la excelencia en los servicios logísticos, educacionales y de salud, y la eficacia de la acción administrativa, fiscal y de seguridad de los agentes federales comprometidos con estos servicios estratégicos.

El crecimiento de las actividades logísticas en el territorio sólo no ocurrirá si Foz de Iguaçu no se prepara adecuadamente para el atendimento de una demanda que deberá crecer a tasas elevadas.

El plan de desarrollo económico plantea más de lo mismo, sin una señal de diversificación productiva generadora de alto valor agregado, que es lo que en el fondo se busca. Como salida, se podrían pensar formas de rumbo a partir del desarrollo endógeno. Según Oliveira y Lima (2003), esto implica pensar en el desarrollo regional a partir de la participación de la sociedad local en el planeamiento continuo de la ocupación del espacio además de pensar la distribución de los frutos del proceso del crecimiento. Un desarrollo de abajo para arriba.

Los autores citados definen que el desarrollo regional o local depende de la conciliación de políticas, que impulsen el crecimiento con los objetivos locales. La

organización de la sociedad local puede transformar crecimiento en desarrollo para la región. Hablar en desarrollo implica estar en constante diálogo permanente, que implique participación efectiva de las sociedades locales. Por tanto, mediante la conciliación de todos los sectores se podrían pensar opciones que visen una real diversificación productiva que no se centre tan sólo en el sector de servicios.

BIBLIOGRAFÍA

PAIVA, Carlos Águedo. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu**. Latus Consultoria, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu. 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de Oliveira; Lima, José Edmilson de Souza. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003

*Recebido em 20/05/2015
Aprovado em 25/06/2015*

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO (PDE) DE FOZ DO IGUAÇU

Daniela Peres Cardozo*

A cidade de Foz do Iguaçu, localizada no Oeste Paranaense, conforme explicitado por Paiva (2014), é caracterizada por algumas singularidades. A cidade faz fronteira com dois países da América do Sul: Argentina, uma das maiores potência política e econômica do MERCOSUL, e com Paraguai, especificamente Ciudad del este, a qual é um grande atrativo comercial. A cidade dispõe também de um atrativo natural, que é Cataratas e, é sede da maior hidrelétrica, Itaipu. Esses pontos nos ajuda a compreender algumas características econômica do atual estágio do desenvolvimento da cidade. Conforme o plano de desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu, grande parte da mão de obra iguaçuense, atualmente, está alocada na produção de não *tradables*, como Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Educação, Saúde, Lazer, Turismo dentre outros.

Ainda com base no plano, observa-se que em 2010, as atividades que apresentaram os maiores quociente locacional foram: Turismo e Lazer, especificamente áreas relacionada com agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (10,239); e alojamento (7,992); seguidas da atividade de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), particularmente na atividade de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (4,778); e o setor de Administração Pública e Serviços e Segurança (4,423). Dessa

forma, a segmentação descrita refletem a situação de Foz do Iguaçu.

Porém, é importante destacar, que algumas dessas particularidades se apresentam de maneira paradoxal. Se por um lado, a questão fronteiriça representa um atrativo turístico, por outro, evidencia-se um grave problema em relação à trabalhos informais.

Tanto em Foz do Iguaçu, como nas cidades dos países vizinhos, observa-se um número significativo de pessoas que trabalham de maneira informal porém não são residentes dali. A exemplo de brasileiro que trabalho no comercio de Ciudad del Este. Essa informalidade dificulta a mensuração de algumas variáveis macroeconômicas, à exemplo da mensuração do PIB municipal. Segundo dados do Censo, em 2010, o grau de informalidade de Foz do Iguaçu (58,7%), em 2010, média superior ao do Estado do Paraná (47,6%), o que evidencia o problema descrito acima.

A especialização em setores não tradables representa outra dificuldade. Dado que a falta de diversificação setorial acaba condicionando o desempenho da economia apenas por esses setores.

Através da caracterização do município, o Plano de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu propõe que este deve se especializar nos setores nos quais já desfruta de vantagens comparativas quando comparados com cidades vizinhas. Portanto, o autor ressalta a necessidade de melhorar os setores correlacionados com o turismo.

Segundo o autor:

a grande dificuldade a ser vencida é que - como regra geral - a maior parte das vantagens econômicos associadas à criação e consolidação de novos atrativos não são apropriados pelos agentes inversores, mas pelos agentes que operam os serviços secundários [...] o que implica dizer que, ou o setor público assume a responsabilidade

* Graduada em Ciências Econômicas pela UNILA. E-mail: daniela.cardozo@aluno.unila.edu.br

de realização dos investimentos necessários, ou eles dificilmente serão realizados.

De fato, a especialização nos setores no qual a cidade já apresenta vantagens provocaria um aumento nas receitas municipal. Entretanto cabe destacar, que essa atividade deve ser acompanhada pelo crescimento de outros setores pois há falta de diversificação gera alguns problemas, tais como a migração de pessoas para outras cidades, dado que o mercado de trabalho está restrito à essas atividades. Além disso, a economia condicionada ao desempenho deste setor.

Desse modo, tanto a teoria da base de exportação quanto a teoria dos lugares centrais auxiliaria um plano de desenvolvimento para Foz. O primeiro estaria correlacionado com a ideia de que o setor principal, neste caso turismo, impulsionaria o desenvolvimento de outros setores, diversificando assim a economia. Enquanto que o segundo relaciona-se ao problema de dispersão da população.

Referências

PAIVA, C. Á. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU: DIAGNÓSTICO.** Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, 2014.

Recebido em 17/05/2015
Aprovado em 25/06/2015

LA PROPUESTA ESENCIAL DEL PDE DE FOZ DO IGUAÇU

Wendy Marluz Vera Cáceres*

La economía de la ciudad de Foz do Iguaçu, según los datos extraídos del PDE, se encuentra enmarcada especialmente dentro de las actividades de servicios, mayoritariamente vinculadas al turismo y placer, Logística, Servicios Públicos de Salud y Educación, y la Administración Pública y seguridad. La composición del PIB municipal desde los años 70' refleja la tendencia creciente del peso de los Servicios, y una notable decadencia en la participación agropecuaria, así como el importante aporte al valor agregado industrial municipal generado a partir de la construcción de Itaipu.

Las fuentes de empleo y renta provienen en gran parte de estos sectores, en especial de la producción de no tradables, donde el 92,14% de la población está ocupada en ese sector, superando la media de Paraná y del Oeste PR, con 29,45% y 70,49% respectivamente. Esta situación es un reflejo de la preponderancia de las tres principales actividades económicas de la ciudad, que son transporte/Logística, Turismo y Servicios de industrias de utilidad pública, en el cual se encuentra la producción de energía eléctrica generada por la Itaipu.

Los datos presentados encima, reflejan un poco el estadio de desenvolvimiento de Foz, haciendo consideración que los datos presentados son del 2010.

Por otro lado, los puntos negativos serían el alto grado de informalidad, que en Foz do Iguaçu representa el 58,7%, mayor de la media de Paraná 47,6% y del Oeste

Paranaense 55,9%. Así también, por el hecho de que más del 90% de la población esté vinculada a la producción de no tradables, sería importante una mayor diversificación de la economía de la ciudad, y no depender tan exclusivamente de un sector. Porque como el mismo PDE lo indica, la pérdida poblacional y del mercado de trabajo registrada entre el 2000 y 2009, puede indicar que la excesiva especialización en un solo sector está obligando a los iguaçuenses a migrar a otras ciudades. Sin embargo, el hecho de estar en la frontera con una de las mayores zonas francas del mundo (Ciudad del Este), que además ofrece ventajas comparativas óptimas para la instalación de industrias en el sector de tradables, quizás sea un desafío para un modelo de desenvolvimiento para Foz que no esté basado en el turismo.

La propuesta esencial del PDE para Foz señala que se debe fortalecer las cualidades turísticas de la ciudad, considerando el gran peso que tiene para la economía de la ciudad.

Pienso que es importante mejorar las falencias en el sector, ya que así como los turistas generan receitas a la ciudad en sí, también lo hacen al país, sin embargo, la excesiva y dependencia del turismo, puede incidir en el hecho de la disminución de la población y del mercado de trabajo en Foz, obligando a las personas a migrar a otras ciudades, por no encuadrarse al mercado de trabajo que ofrece la ciudad, ya que particularmente, noto que, además del mercado de trabajo del turismo, las personas estudian ingeniería y otras carreras del ámbito administrativo y financiero para trabajar en la Itaipu, quedando pocas opciones a parte de estas.

Como lo menciona Christaller en su "teoría de los lugares centrales", afirmando que la distribución poblacional puede afectar el desenvolvimiento, ya que de ello depende la intensidad del consumo; además

* Graduada em Ciências Econômicas pela UNILA. E-mail: wendy.caceres@aluno.unila.edu.br

considera la espacio geográfico como siendo un espacio jerarquizado, abarcando villas, centros, ciudad y conturbación, los cuales dirigen la organización espacial de la población de acuerdo a las actividades económicas, especialmente comercio e industria. En otras palabras, la tendencia a la disminución de la población de Foz, sumado a la excesiva dependencia del turismo, y la diminuta participación de la industria podría comprometer la dinámica de la economía a largo plazo.

En este sentido, un modelo de desenvolvimiento que además de fortalecer las cualidades propias, que en el caso de Foz es el turismo, se podría trabajar también en impulsar el crecimiento de otros sectores de la economía achicados por el reflejo de la industria del turismo.

Referencias

PAIVA, C. Á. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU: DIAGNÓSTICO.** Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, 2014.

Recebido em 15/05/2015
Aprovado em 25/06/2015

PDE DE FOZ DO IGUAÇU: PROPUESTA DE DESARROLLO

Baltimore Alirio Cruz Aguilar*

I. ESTADO ACTUAL DE DESARROLLO DE FOZ DO IGUAÇU

Según el “Plano de desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu: Diagnóstico 2014”, la especialización productiva de Foz do Iguaçu se encuentra en el segmento de “*Bienes y Servicios (No-Tradables) con énfasis en turismo*” (pág. 34). “*Existen un conjunto de problemas que son llevados al Paroxismo (situación más intensa)*” (pág. 24) y Foz tiene un *Desafío Competitivo* (pág. 27). *En la producción de tradables (agropecuaria, Extractivismo e industria de transformación) Foz tiene una pequeña contribución, una expresión mínima, siendo representativa frente a los No-tradables (Turismo y Placer, Logística, Servicios Públicos Básicos de Salud y Educación, Administración Pública y Seguridad).*

Las actividades asociadas al turismo son las principales fuentes rigurosamente endógenas de empleo y renta del territorio, y se caracterizan por un grado no despreciable de informalidad. Y esta regla general es exponenciada en Foz do Iguaçu, donde según el Plano, el Turismo casi siempre se asocia a compras en el exterior (Ciudad del Este y Puerto Iguaçu), cuyos valores tienden a ser subdeclarados por aquellos que los realizan.

Foz, además de tener actividades relacionada a No-tradables, tiene también aquellas que pueden asumir funciones propulsivas en la economía, en las cuales es especializado en el interior de Paraná, de la cual la participación de mano de obra ocupada Foz atiende al 52.73%. El personal ocupado en Foz, en 2010 era 6.64%, correspondiente a trabajo en “*actividades mal definidas*”. Estas gran mayoría de ocupados en estas actividades evita exponer con claridad su actividad (por ser ilegales –

contrabando, juegos, tráfico- o por vergüenza-prostitución-). Estas “*actividades mal definidas*” están en razón a pertenecer a una ciudad de frontera y apelo al turismo (aun, del de compras) y además de ser una ruta de transporte de carga de carretera de América del Sur, presenta un porcentaje elevado de este tipo de actividades.

La *especialización productiva de Foz do Iguaçu* se encuentra en el segmento de Servicios, con énfasis en el Turismo y Placer, Logística, Servicios Públicos Básicos de Salud y Educación, Administración Pública y Seguridad. Esta especialización se ve mayormente al enfatizar el *Cociente Locacional (QL= medida o indicador de especialización calculada a partir de la razón entre el porcentaje del número de ocupados en una determinada actividad en la localidad X, y el porcentaje de los ocupados en esta misma actividad en un territorio mayor, del cual la localidad es parte, y es un indicador de producción de exportación o atendimento de demandas originadas en el exterior)* de mayor abertura según Censo demográfico 224 clases de actividades.

Además, las 50 actividades de mayor QL generan aproximadamente 1/3 de las ocupaciones totales. Dentro de estas actividades ninguna es de base agropecuaria o agroindustrial, y emergen dos apenas que pertenecen al subgrupo Industrial de Transformación (Fabricación de Productos Electrónicos no especificados y la Fabricación de Artefactos Textiles excepto Vestuario), todas las demás pertenecen a las demás actividades (turismo, logística etc.) o son actividades multiplicativas (referidas a atendimento de demandas de la población domiciliada en Foz).

La inflexión estratégica de Foz de Iguaçu en los años 70 y 80 fue el de una economía asentada en *Servicios* (aun siendo estos servicios industriales de utilidad pública). Esta formación está en oposición a la producción de *tradables* (bienes comerciales y transportables que se originan en la agropecuaria, en la extracción mineral y en la industria de transformación). El sector agropecuario, industrial y de servicio y administración pública son intensas en la región. Pero en Foz do Iguaçu se da (A) *La persistencia*

* Acadêmico de Ciências Econômicas pela UNILA.
E-mail: baltimore.aguilar@aluno.unila.edu.br

y acelerada pérdida de expresión de la agropecuaria, y (B) la prevalencia de la industria en la generación de valor agregado municipal a partir de la construcción de Itaipu, además de una (C) elevada participación de los servicios en el PIB municipal desde el inicio de 1970.

Según el Plano de Desenvolvimiento de Foz do Iguaçu, la producción de *No-Tradables* (construcción civil, comercio, servicios, administración pública, educación, salud, placer, turismo, etc.) es mas intensiva en mano de obra de lo que la producción de *Tradables* (Agropecuaria, Extractivismo e industria de transformación). Es importante aclarar que el texto indica que Foz do Iguaçu cuenta con menos del 10% de su población ocupada en actividades generadoras de *Tradables*.

II. PUNTOS NEGATIVOS O PUNTOS DE ENCLAVE DE LA CIUDAD

Se encuentre diversas limitaciones: una elevada *informalidad* y el elevado valor agregado de una de las importantes actividades formales de la economía del municipio: la generación de energía eléctrica por *Itaipu* (pág. 24). Son dos determinaciones opuestas, la informalidad elevada de Foz, y la formalidad basada en Itaipu. A esto le sumamos las *limitaciones del sistema de información* que es deficiente y escaso (pág. 20-21)

Foz parece haber encontrado sus vocaciones en el segmento de servicios anteriormente citados (No-tradables), como forma de especialización productiva (pág. 30). Se viene moviendo en el sentido de explotar positivamente sus peculiaridades económicas, profundizando su competitividad en áreas que cargan un elevado potencial de crecimiento y de generación sustentable de empleo y renta. Pero aquí está la situación importante, que para potenciar sus capacidades productivas, debe tener conciencia la comunidad en su conjunto de las peculiaridades de una economía de servicios y de una economía basada en el Turismo y en la Logística en particular.

Las limitaciones de la RAIS (pág. 20) (Relación Anual de Informaciones Sociales), para el análisis del grado efectivo de ocupación

en Foz do Iguaçu. Casi el 60% de las ocupaciones Foz do Iguaçu son *informales*, un porcentaje que excede inclusive el conjunto de la región Oeste, donde existen diversos municipios cuya base económica es la *agropecuaria*, donde prosperan las relaciones *informales*, sea en la agricultura familiar, sea en la agricultura capitalista.

Elevado grado de informalidad que también afecta la intensidad de las evaluaciones del Producto Municipal (PIB, VAB). Mal uso para el performance de los municipios, limita la evaluación efectiva de la dinámica de las económicas regionales y locales. Las fuentes de información para la realización de evaluación y “rateio” (como lo dice el plano) son limitadas, asentándose primordialmente en información es fiscales (sujetas a evasión y fraude) (sistema de información deficiente y escasa) que permiten un margen de error mayor. Es por eso que el PIB municipal (inverso al PIB nacional) es un “*proxy muy insatisfactorio de la renta personal*” (pág. 23).

Otra limitación a parte de la elevada informalidad y el elevado valor agregado de una de las importantes actividades formales de la economía del municipio: la generación de energía eléctrica por Itaipu. Son dos determinaciones opuestas, la informalidad elevada de Foz, y la formalidad basada en Itaipu. Por más elevado que sea el valor agregado por Itaipu, la mayor parte del mismo se evade del territorio, en la dirección, y en el gobierno federal. Itaipu es responsable por el emprendimiento y detentor del control sobre sus resultados. Algunas de las actividades asociadas al turismo se caracterizan por un grado relativamente medio de informalidad.

III. PROPUESTA DE DESARROLLO DE PDE PARA FOZ DO IGUAÇU Y ELABORACION DE PROPUESTA PARA LA CIUDAD

a) Propuesta de PDE para Foz do Iguaçu.

Los autores, al concluir que Foz do Iguaçu corresponde a una *Economía de Servicios*, intentan proponer un *Desarrollo y Planeamiento Regional* aplicado a esta

Economía de Servicios de Foz. Este Desarrollo y Planeamiento Regional debe ser aplicado a Foz a partir de una jerarquización de las Cadenas Productivas que presentan mayor capacidad de promover el desarrollo económico y *una señalización de las acciones capaces de generar el máximo beneficio por unidad de desembolso* (dispendio).

Esta señalización de las acciones capaces de generar el máximo beneficio por unidad de desembolso, corresponde a la estrategia de un sistema de propulsión económica regional, fundada en la *especialización productiva*: el **turismo** como categoría económica. ***El desarrollo con base en el turismo*** (importación de consumidores) en lugar de la exportación de bienes, ***es la estrategia que genera mayores beneficios por unidad de costo.***

(...) Por que, então, esta não é a estratégia universal de desenvolvimento adotada por todos os municípios do Brasil e do mundo? ... Porque poucos contam com atrativos turísticos tais como as Cataratas, a Tríplíce Fronteira (da Tríplíce Cultura), Itaipu, as compras de Ciudad del Este, *las parrilladas e el vino* de Puerto Iguazu, o Parque Nacional do Iguazu, o Parque das Aves. Foz do Iguazu conta com todos estes atrativos. (...) Bastaria (...) valorizar e promover sua História absolutamente ímpar. E/ou planejar e ordenar seu espaço urbano com vistas a explorar as inúmeras belezas naturais associadas à confluência de dois rios espetacularmente belos e as extensas áreas verdes muradas e alienadas dos cidadãos e dos visitantes. E/ou mobilizar as organizações base binacional (como Itaipu) e voltadas à promoção da integração Latino-Americana (como a Unila) com vistas à promoção de eventos culturais voltados à manifestação e desenvolvimento da diversidade cultural que impregna o território. E/ou pela melhoria e qualificação dos sistemas locais de saúde e educação com vistas à atração de “turistas de serviços”. E/ou *pela mobilização conjunta dos diversos atores sociais capazes de se beneficiar da ampliação do fluxo turístico com vistas a transformar Foz do Iguazu num centro de eventos e congressos de reconhecimento internacional.* Talvez porque uma parcela expressiva dos cidadãos ainda não tenha se conscientizado da centralidade do turismo na geração do emprego e da renda local. (pág. 43)

Según los autores las cadenas propulsivas son las que determinan simultáneamente el privilegio de las cadenas de Turismo y Logística. Porque son empleadoras del municipio (24,670 puestos de trabajo). Fueron identificadas 7 cadenas propulsivas en Foz, a saber: **(1) Administración pública, (2) Agro alimentaria, (3) Logística (circulación de bienes), (4) Generación y transmisión de energía eléctrica, (5) SPB-educación, (6) SPB-salud y (7) Turismo (circulación de personas).**

Cabe mencionar que la cadena propulsiva 3 y 7 son las dos principales cadenas productivas propulsivas (debido a que aproximadamente el 50% de las ocupaciones se encuentran en el interior de esas actividades propulsivas) y de la expansión de las actividades económicas debido a la expansión de *renta primaria* (relacionada a la exportación). Según el PDE el papel que cabe a Foz do Iguazu en la sustentación y la ampliación de sus ventajas competitivas *es el enfrentamiento de las presiones tecnológicas y logísticas de estas cadenas. Esto es, la ampliación del sistema de pesquisa.*

Na realidade, os desafios são tantos que só podem ser enfrentados por organizações que contem com: 1) autonomia financeira e política frente aos inúmeros grupos de interesse e *lobbies* econômicos em torno do tema; 2) competência teórica e experiência acumulada em pesquisa em ciências exatas, sociais e humanas; e 3) flexibilidade para deslocar recursos e impor inflexões nos temas das pesquisas em consonância com as necessidades e demandas da comunidade e da sociedade³⁸; 4) um ambiente que não só solicite pesquisas e soluções para as questões logísticas, mas ofereça uma base empírica para estudos e testes de estratégias alternativas de solução dos gargalos a partir de modais alternativos (que devem coexistir e competir). (pag. 69)

Otro punto que colocan los autores es la solidarizarse, esto es, el reconocimiento de los otros (Ciudad del Este y Puerto Iguazu). Debe enfocarse en la integración económica regional, ya que es indisoluble de una cierta especialización productiva de los polos. No cabe disputar mercados o espacios con sus vecinos, *sino profundizar sus competencias específicas y*

explotar las sinergias (conexiones) entre sus principales actividades y cadenas propulsivas con el objetivo de maximizar y diversificar beneficios que la ciudad ofrece a los usuarios de sus servicios.

Según los autores del PDE, “*entre más diversificados fueran los atractivos de un territorio, mayor chance de recibir visitantes y de estos quedarse un mayor tiempo en el territorio*” (pág. 57). Todo el problema en las cadenas propulsivas se encuentran en gran medida en los *costos logísticos, la carencia de un sistema universitario de investigación garantizando la sustentabilidad y competitividad a largo plazo.*

Según ellos, “*Las tres ciudades unificadas e integradas en un complejo sistema de división de trabajo*” (pág. 66), debe ser objeto de diagnóstico, proyección y planeamiento, para garantizar que las estrategias competitivas y las opciones de especialización de cada una de las ciudades generen las estrategias competitivas y las opciones de especialización generen Máximos sociales y mínimos costos privados.

La economía de Foz se vería particularmente beneficiada y aprovechada si contase con un centro de inteligencia logística, debido a que el diferencial competitivo de Foz es de orden cualitativo (comercio de bienes de consumo durable y semidurables) también con un sistema de conocimientos consolidado y acorde a las exigencias de la localidad:

(...) os agentes locais podem (e devem) mobilizar a expansão da demanda do entorno sobre seus serviços especializados através: 1) da consolidação de um sistema de Pesquisa & Desenvolvimento associado ao SPB-Educação, mas centrado nos temas de interesse da Agroindústria regional (logística, conversão proteica, biomassa, conservação de energia e alimentos, etc.) e do SPB-Saúde (biologia, medicina, farmácia, odontologia, etc.); e 2) da diversificação dos atrativos turísticos de Foz do Iguaçu, com ênfase na qualificação dos serviços prestados cotidianamente (gastronomia, segurança, arborização e embelezamento da cidade, etc.), que são mais eficazes para a atração de turistas “semipermanentes” (como os estudantes de graduação e pós-graduação domiciliados em outro território) e “permanentes”

(por exemplo: empresários de Ciudad del Este que optam por establecer domicilio em Foz do Iguaçu). (pág. 59)

Otro punto, es que las cadenas de Turismo y Logística de Foz, más que cualquier otra cadena propulsiva del territorio, estas presentan bajas barreras al ingreso de nuevos competidores (concurrentes). O sea que son “*democráticas e inclusivas a nuevos empresarios y agentes privados*” (pág. 65). Las cadenas propulsivas de Foz de Iguaçu se encuentran en su mayoría bajo control de agentes privados locales (hoteles, agencia de viajes, despachos aduanero etc.) por este motivo, según los autores, por ser cadenas abiertas a pequeños y medios emprendimientos, son cadenas que tienden a presentar multiplicadores regionales del empleo y renta superiores a los multiplicadores de actividades cuyo excedente es mayormente transferido hacia fuera.

Es por eso que otro punto importante que tocan los autores es la estrategia de desarrollo con base en la atracción de empresas industriales vía subsidios fiscales, que consideran que cuestan (costo) al ciudadano (que pagan impuestos sin recibir retornos debidos en términos de servicios públicos básicos). Esta estrategia de atracción de turistas pasa por el ofrecimiento de sistemas de placer, de entretenimiento y de servicios en general (culturales, gastronómicos, de educación, de salud, de transporte, etc.) pero que benefician, simultáneamente, al agente externo y al ciudadano domiciliado.

b) Análisis crítico de la propuesta de PDE para Foz do Iguaçu.

Para los autores, tiene relevancia crear un sistema logístico eficiente, y una especialización productiva basada en el turismo. Esto a través de la consolidación de las sinergias institucionales y municipales, tanto como con agentes económicos, y como opción, integración con sus vecinos para articular una economía más atractiva y benéfica para todos.

Razón tiene los autores al destacar un desconocimiento e inconsciencia de los agentes

sociales locales. También, los autores dan énfasis importante a medidas “*inteligentes y la competencia política en la ejecución*” (pág. 35) de actividades y de políticas económicas. Considero que la implementación de un amplio conjunto de instrumento de defensa de producción interna (*tarifas aduaneras y demás restricciones al ingreso de personas y mercaderías del exterior y autonomía monetaria cambial, que permite alterar los precios relativos de productos importados y exportados a través de la desvalorización cambial de moneda interna cara a cara a las demás*) pueden aplicarse también a la región de Foz do Iguaçu.

c) Propuesta para Foz do Iguaçu a partir de los elementos abordados en la disciplina.

Siguiendo con la consideración anterior, creo que debe implementarse un amplio conjunto de instrumentos de defensa de producción interna a la región de Foz do Iguaçu como primer mecanismo de solución, no antes sin la “actuación social”. Por lo tanto, buscar el “*desenvolvimento regional com participação das forças endógenas*” (OLIVEIRA & LIMA, 2003). Porque una parte “*expressiva dos cidadãos (de Foz do Iguaçu) ainda não tenha se conscientizado da centralidade do turismo na geração do emprego e da renda local*”. (PAIVA, pág. 43, 2014) y los diversos elementos que potencias sus capacidades y oportunidades.

Y no solo del turismo, aunque los autores den relevancia intensa a esta “cadena propulsiva” del desarrollo económico. Se debe potenciar el Desenvolvimento devenido de la “participación local”, a través de políticas económicas y sociales. Paiva (2014) expresa que “*la gran dificultad a ser vencida son las ventajas económicas asociada a la creación y consolidación de nuevos atractivos que deben ser asumidos por agentes del sector publico*” a través de inversiones para ser apropiados por la localidad.

Se debe potenciar la “*capacidad de activación social*” (Oliveira 2014), “*Em suma: para ir além da aparência, é preciso (cons)ciência. É preciso pesquisa, planejamento*

e governança” (PAIVA, pág. 71, 2014). El foco debe ser la “*potencialidades y habilidades humanas de la sociedad local*” (OLIVEIRA & LIMA, 2003) para que estos generen los cambios pertinentes, pero debe comprender la tricotomía de “la activación social, la asignación de los recursos económicos y la compensación política”, esto basado en la eficiencia y maximización de beneficios sociales.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, ç lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p.40) (OLIVEIRA & LIMA, 2003).

BIBLIOGRAFIA

PAIVA, Carlos Águedo. **Plano de desenvolvimento econômico de foz do Iguaçu. Diagnóstico.** Latus Consultoria Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 10 de abril de 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de / LIMA, José Edmilson de Souza. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.** Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

*Recebido em 15/05/2015
Aprovado em 22/06/2015*

EL PDE - FOZ DE IGUAZÚ

Sixto Morel Bareiro*

Inicialmente se puede observar la estructura productiva de Foz do Iguazu, a partir de la división de la producción de bienes “*tradable*” (bienes comercializables y transportables de origen agropecuario, extracción mineral-vegetal e industria de transformación) y bienes “*no tradable*” (como construcción civil, comercio, servicios, Administración Pública, educación, salud, placer, turismo, etc.), a partir de esta división se podrá observar mejor se podrá vislumbrar mejor el actual etapa de desarrollo en la que se encuentra dicha ciudad (según el actor del plano).

Comenzando con el cuadro N° 6 (del PDE-Foz) muestra el total de la ocupación a nivel de Paraná (5.307.831) en Foz de Iguazú se encuentra 123.640 ocupados, de los cuales 9.720 se encuentran en el área de la producción de bienes “*tradable*” lo que corresponde en términos porcentuales a 7, 86% del total en esa área y la ocupación para la producción de bienes “*no tradable*” es de 113.920 ocupados, en términos porcentuales representa el 92, 14% dentro de esa área, calculado en base al total de la cantidad de mano de obra ocupada en Paraná.

También, se puede observar (el cuadro 7) que en la actividad “*no tradable*” en el total de las actividades seleccionada, la participación Paraná en la ocupación de manos de obras es de 39, 76% y la participación de Foz do Iguazu es de 52, 73% por lo que se puede notar el grado de especialización del municipio de Foz de Iguazú.

Una visión más detallada (se tiene en el cuadro 8) dentro del área productiva “*no tradable*”, Foz de Iguazú presenta, en la división de subgrupo, el *Quociente locacional* (QL) más elevado, son: *SIUP* (en función a Itaipu) 2, 639, “*Turismo y Placer Directo*” (en función de la Catarata y de la Triple frontera) 2, 523 y en “*Logística Directo*” (en función de la tres frontera y de las actividades predominante en torno a Foz, que son intensiva en transporte) 1, 258. Es decir, que son las principales cadenas productivas propulsiva de Foz do Iguazú.

Como también puede mostrar (en el cuadro 10) de los 50 subgrupo de mayor QL, apenas se puede notar dos actividades “*tradable*” en la generación de renta, y luego lo que resta son todas actividades “*no tradable*” en síntesis, esto datos muestra claramente la estructura productiva de Foz de Iguazu y en el actual estado de desarrollo en que se encuentra el municipio.

De acuerdo con los datos estadísticos (cuadro 4) se puede observar con el censo (total de ocupados) en Paraná es de 5.307.831 de las cuales 2.524.116 representa la cantidad de las ocupaciones informales, en términos porcentuales es de 47, 6% del total, a partir de esto se puede observar el grado, no menos relevante, en la que prevalece el trabajo informal dentro de Foz do Iguazú, del total de las ocupaciones (123.640) se tiene 51.017 ocupaciones formales y 72.623 ocupaciones en actividades informales, lo que representa en términos porcentuales unos 58, 7% del total en la ciudad, esto datos muestra claramente que las actividades informales se encuentra en un tono mayor, en comparación con las actividades formales en Foz de Iguazú y en termino porcentuales, a en comparación con Paraná como un todo y con los otros municipios. El grado de informalidad que presenta el distrito no favorece la medición

* Acadêmico de Ciências Econômicas pela UNILA.
E-mail: sixto.bareiro@aluno.unila.edu.br

efectiva de la dinámica económica tanto local como regional.

En este apartado, inicialmente se observa el grado de informalidad en las actividades económicas del distrito de Foz de Iguazú (asociado al turismo como principal generador de empleo y de renta) y por otro lado, se observa la mayor generadora de valor agregado formal con que cuenta el municipio (Itaipu), la mayor parte de dichos valores agregados creado por (el mismo y para sí mismo la recaudación) el Gobierno Nacional (ya sea para el pago de la deuda contraída para la construcción), principal responsable de sus contracción.

Estas dos problemática más resaltante son los principales obstáculos que se debe superar para salir poder encaminar el desarrollo más sostenible del municipio.

La elaboración del dicho plano de desarrollo está dentro del rigor científico referente al contenido de los datos y la revisión de literatura, antes que nada es necesario hacer un diagnóstico en la cual pueda incluir e involucrar la sociedad civil como principal agente y actor en la elaboración del plano, de tal forma para identificar las principales prioridades del municipio. De modo a que el plan visa el desarrollo de Foz a partir del turismo y como agente principal de dicha actividad son varias cadenas de hoteles, restaurantes, bares, etc. Como vale la pena resaltar las categorías identificada y demarcada como principal actividad generadora empleo y renta.

Inicialmente discordo de la elaboración del plan sin contar con la actuación de la sociedad civil y las universidades públicas, tanto Federales como Estaduales, de modo a que dicho plan como en muchos de los casos es verticalista, si se pretende fomentar e impulsar el desarrollo local es de suma importancia

involucrar la sociedad civil e instituciones pertinentes para la planificación y por qué no la consecución del plan de desarrollo. También se pudo ahorrar recursos monetarias a través del comprometimientos de Docentes, Pesquisadores y alumnos envuelto en pesquisa (Iniciación Científica) en áreas específicos y a fines de Desarrollo Económico Local ,una vez observado eso, el Sistema de Innovación Local (SIL) por ejemplo, no muestra que para el aprovechamiento del mismo se cuenta con el PTI, lo cual presenta restricción para el acceso a la población local y eso entorpece la posibilidad de establecer vínculos más entre con la sociedad civil y las instituciones encargada de fomentar y plantear el desarrollo del distrito, de ahí la importación de generar el Capital Social en donde todos los agentes juntos pueden llegar a usufructuar el beneficio que esto pude representar para la consecución de un plan, y a través de ella desarrollar íntegramente el potencial que tiene cada región, en el caso de Foz do Iguacu es el turismo y otras actividades no menos importante.

De buena a primera se podría comenzar con un plan desarrollo local en el que estén involucrados la sociedad civil, las universidades y las instituciones municipales, en vista a discutir y debatir acerca del modelo de desarrollo que se quiere y se puede plantear para la cuidad de tal forma para aprovechar mejor el potencial turístico con que se cuenta, y a la vez considerar las estructura económica de los países vecinos (Puerto Iguazú y Ciudad del Este), es decir, no considerar como competencia sino más bien entender de cómo se puede aprovechar mejor ventajas de tener los dos vecinos, crear una sinergia de modo a que Foz pueda aprovechar mejor su potencial y las ventajas que ofrecen los municipios vecinos, ya que la peculiaridad que encierra la región de tres fronteras le da una importancia no menos relevante,

confluencia de varias culturas, tradiciones, costumbres, etc. en un solo lugar.

*Recebido em 15/05/2015
Aprovado em 29/06/2015*

Por otro lado, para que sea posible la consecución del plan es necesario el acceso a las entidades (SIL) para una mayor aprovechamiento de infraestructura, tecnología, etc. de tal forma a que los aprendido pueda servir verdaderamente para el cambio de la sociedad, caso contrario, estaremos siempre en la misma lógica de un plan de desarrollo vertical sin consideraciones de la verdadera necesidad de la población local y el potencial que ella puede tener y la tiene, cuanto menos, se cuenta con profesionales de alto nivel académico y de larga trayectoria dentro de las Universidades (UNILA, UNIOESTE, UDEC, etc.) el aprovechamiento de mismo, potenciaría el conocimiento y aprendizaje de la sociedad, de ahí la importancia de la creación del capital social en donde pueda confluir y coordinar entre sí, la sociedad civil, instituciones políticas y universidades, una vez que se vea de esta forma, ahí si se podrá hablar de un desarrollo local integrado, pero mientras no se logre confluir o involucrar a todo los agentes siempre se cometerá la misma equivocación, y esto se convierte en un círculo vicioso, de despilfarro monetario y el aprendizaje local siempre se nos va escurrir de la mano, entonces se tendría que esperar cuantos más para poder explotar el potencial económico con que cuenta Foz de Iguazú, no se puede esperar a que vengas de arriba, sino más bien de los agentes sociales en conjunta con las instituciones locales.

BIBLIOGRAFIA

PAIVA, Carlos Águedo. **Plano de desenvolvimento econômico de foz do Iguaçu. Diagnóstico.** Latus Consultoria Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 10 de abril de 2014.

O ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU (PR): PECULIARIDADES, ENCLAVES E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Diego Camargo Botassio*

O município de Foz do Iguaçu apresenta características peculiares em comparação aos demais municípios do Paraná. Para dados de 2010, apresentou especialização nos setores de Serviços Industriais e de Utilidade Pública (SIUP), Construção Civil, Turismo e Atividades de Lazer, Logística, Saúde e Educação, Administração Pública e Segurança e Atividades Mal Definidas, comparados ao estado do Paraná. Mesmo que o turismo seja a indústria predominante na cidade, o setor SIUP foi o com maior coeficiente locacional (2,639), seguido pelo Turismo e Atividades de Lazer (2,523) e Administração Pública (1,210) (PAIVA, 2014).

Segregando os dados acima em atividades, fica claro o perfil de especialização da cidade. Agências de viagens e similares obtiveram coeficiente locacional 10,239, Alojamento 7,992 e geração e transmissão de energia elétrica o valor 4,778. Ainda se somam a essa lista as atividades de outros serviços de administração pública municipal (4,423) e federal (3,457). Ressalta-se ainda que os dados da pesquisa são de 2010. Em janeiro de 2010 foi assinada a lei de criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana que previa, inicialmente, 500 docentes e 500 técnico-administrativos.

* Mestrando em Economia Aplicada na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Graduado em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento pela UNILA. E-mail: diego.botassio@usp.br

Com esse novo contingente de 1.000 empregados públicos diretos poderá aumentar, nos anos seguintes, o perfil de especialização das atividades de utilidade pública.

Fica claro com os dados expostos acima que estes dados refletem a realidade da cidade. Os atrativos turísticos (Cataratas do Iguaçu, Itaipu e fronteiras com Paraguai e Argentina) são os pontos de referência para o turismo da cidade. Pode-se argumentar, sem muita resistência, que o que atrai o turista brasileiro para Foz do Iguaçu é o próprio vínculo com o comércio de Ciudad del Este. Para o turista não residente no Brasil não se poderia afirmar o mesmo.

Os serviços públicos ou de utilidade pública (como exemplo Itaipu, Furnas e as equipes responsáveis pela burocracia de fronteira – Polícia Federal e Receita Federal), são outras ocupações particulares da cidade. De fato, estas atividades (serviços e administração pública e turismo) são as que caracterizam o atual estágio de desenvolvimento e polarizam as atividades dos setores no município.

Observe que as fronteiras do município com outros países refletem características notadamente mais profundas não observadas em regiões metropolitanas do país. As línguas, as moedas e a burocracia nas fronteiras são exemplos destas características.

A cidade tem muitos pontos fortes e fracos no que tange suas estruturas. Em questões de estrutura física, comparativamente com outras regiões do país, o município apresenta um padrão de logística respeitável. Todavia, existem obstáculos a serem superados. Exemplos de projetos de infraestrutura física que estão planejados para a cidade é a segunda ponte entre Foz do Iguaçu e o Paraguai e o projeto Beira Foz.

O comércio com os países fronteiriços aumenta a competitividade, mas ao mesmo tempo, se observa na região um alto nível de informalidade. Sobretudo, é extremamente nítido, tendo em vista o comércio, a informalidade nas avenidas de Foz do Iguaçu. A informalidade em setores como a construção civil pode ser, todavia ainda maior, devido a muitos trabalhadores paraguaios que veem a Foz do Iguaçu trabalhar em nesta atividade. Porém, ainda existe uma grande quantidade de brasileiros que trabalham ilegalmente no centro comercial de Ciudad del Este. Deste modo, mesmo que se possa afirmar que existe um balanceamento das atividades, elas não deixam de ser trabalho informal, de modo que estes postos de trabalho não são contabilizados nas estatísticas oficiais de emprego, nem no Brasil, nem na Argentina e nem no Paraguai. O problema da informalidade é refletido na dificuldade de mensurar o produto e o valor agregado da produção, pois estes valores seriam subestimados.

A estrutura do emprego em Foz do Iguaçu por atividades especializadas já foi apresentada, porém ressalva-se que atividades como a agroalimentar e madeira e mobiliário são atividades com baixa localização no município quando comparado com o estado. Deste modo, a ocupação do emprego no município é diversificada, porém especializada em alguns setores. Estes são alguns dos enclaves encontrados na cidade. Poder-se-ia, todavia destacar os altos índices de criminalidade da cidade, ou o próprio tráfico de drogas, que poderia estar mitigado na rubrica Atividades Mal Definidas que apresentou especialização no município.

O autor do Plano de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu conclui que o município deve focar nas atividades as quais ele é especializado. Deste modo, estas

atividades já apresentam vantagens quando comparado o município ao estado. De fato, a conclusão de que as regiões devem se aprofundar em atividades que possuem perfil especializado é uma das conclusões das teorias da localização. Estas teorias possuem algumas semelhanças, porém muitas divergências.

Nas palavras do autor, cabe ao município “aprofundar suas competências específicas e explorar as sinergias entre suas principais atividades e cadeias propulsivas com vistas a maximizar e diversificar os benefícios que a cidade oferece aos usuários dos seus serviços”. Não discordo, mas acrescento características.

As atividades especializadas em cada região, e em especial o turismo em Foz do Iguaçu, devem impulsionar as atividades correlatas, provocando assim o efeito *spill over*. Com base na atividade de alojamento (hotéis, pousadas, hostels, etc.), a principal atividade empregatícia do turismo, todas as atividades transportes (vans, taxis, transporte coletivo, etc.), restaurantes, tradução, infraestrutura rodoviária, aérea de lazer entre outros devem desenvolver-se.

Por sua vez, o desenvolvimento das atividades citadas acima deveria impulsionar outras correlatas, de modo que a atividade principal (turismo) possibilite o desenvolvimento de uma estrutura produtiva mais complexa e ao mesmo tempo mais completa.

Esta é a nova proposta de desenvolvimento elaborada nesta dissertação. Ela teve como base a Teoria da Base de Exportação e objetiva dar auxílio às atividades correlatas ao turismo de modo a fortalecê-la.

Referência

PAIVA, C. Á. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

DE FOZ DO IGUAÇU: DIAGNÓSTICO.
Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal de Foz
do Iguaçu; Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social de Foz do Iguaçu, 2014.

Recebido em 15/05/2015
Aprovado em 29/06/2015

INFRAESTRUTURA E COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PARANAENSE

Rogério dos Santos Corrêa*

RESUMO

Apresentaremos de forma geral os principais fatores determinantes para o fortalecimento da competitividade da economia paranaense, sendo eles, a política industrial; fomento e desenvolvimento tecnológico; política pública e a infraestrutura. Todos esses fatores contribuem para o processo de industrialização da economia paranaense levando-a a ser um dos principais centros industriais do país, competindo com regiões como as do eixo Rio-São Paulo. Falaremos brevemente como ocorreu essa transformação. E por fim, finalizaremos com uma breve análise sobre esses fatores que em certa medida, contribuem significativamente para o processo de inserção da economia paranaense no cenário global.

Palavras-chave: Infraestrutura. Competitividade. Economia Paranaense.

1 INTRODUÇÃO

Através desta pesquisa se busca analisar o papel da infraestrutura e a maneira que ela afeta a competitividade da economia paranaense. Partiremos da análise da agenda do ano de 2009 da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), bem como analisaremos de que maneira alguns autores abordam os principais fatores que contribuem para o aumento da competitividade da economia paranaense.

Os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo eram os estados com maior atratividade para a

* Acadêmico de Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bolsista de extensão do Projeto de Reestruturação do website da Revista Orbis Latina. E-mail: rogerio.correa@aluno.unila.edu.br

instalação de empresas que estavam vindo para o Brasil, e até hoje continuam sendo, embora a abertura da economia brasileira tivesse favorecido a competitividade entre os estados, o desejo de atrair essas empresas para se instalarem em suas regiões ficou mais acirrada, pois todos queriam atrair investimentos para poder gerar mais renda e emprego. O Estado do Paraná, nesse período, além dos outros estados, investiu no seu crescimento e desenvolvimento estrutural e industrial pois competia fortemente com as regiões mencionadas acima. Essa “disputa” ficou conhecida como “guerra fiscal” onde as empresas que desencadearam esse fenômeno foram as empresas automobilísticas que buscavam regiões com maiores incentivos fiscais e uma infraestrutura necessária para sua instalação e funcionamento.

2 INFRAESTRUTURA COMO SUPORTE PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E AUMENTO DA COMPETITIVIDADE

Até a década de 1960, a base econômica e industrial do Paraná era praticamente incipiente e muito frágil, pois ela necessitava de um mercado mais dinâmico e de uma infraestrutura básica. O capital privado e sistemas de apoio a financiamentos não estavam acessíveis para a inversão produtiva, e todos esses fatores acumulados geravam os principais entraves para o surgimento do processo de industrialização no Estado.

Essa situação mudou após a década de 1960 quando o Estado interviu na economia paranaense, criando a Companhia de Desenvolvimento do Paraná e disponibilizando os recursos financeiros necessários para a construção da infraestrutura básica. Nesse sentido, com os

incentivos governamentais e fiscais, a indústria paranaense deu um grande salto na década de 1970 logo após o período de modernização do setor agropecuário e devido as transferências de plantas fabris para a região. Em todo caso, apesar dessa significativa modernização da indústria paranaense, houve uma ondulação na economia brasileira, que sofreu flutuações no nível de crescimento devido aos fatores políticos à época. Nesse sentido, após a década de 1990, com o crescimento da economia brasileira e com o fortalecimento da moeda,

[...] a base produtiva paranaense passa por uma reestruturação e modernização, ampliando-se e diversificando-se, evidenciando-se no Estado um movimento tendencioso de mudança de uma base industrial centrada nos setores tradicionais para setores tecnológicos. Também se torna mais evidente, nessa década, a concentração espacial da indústria paranaense (MIGLIORINI, 2006, p.64).

Esse movimento de concentração espacial é uma tendência do processo de industrialização, pois segundo Haddad (1973) citado em BOTEGA *et al* (2006), o principal aspecto a ser analisado na implantação de uma indústria é o menor custo possível que sua atividade econômica obterá se localizada em determinado ponto, ou a interdependência com outras atividades. Nesse sentido, se analisa dois fatores para a implantação dessas plantas fabris em determinada região, fatores gerais e fatores especiais, respectivamente:

Os fatores gerais são aqueles relacionados aos custos que atingem qualquer setor industrial, a exemplo dos custos com transporte, mão de obra, energia elétrica, custo de vida de determinada localidade etc. já os fatores especiais dizem respeito aos custos relacionados diretamente a determinado setor, como a matéria-prima

necessária para a produção, a proximidade com indústrias auxiliares, as condições climáticas que podem afetar o processo produtivo, entre outros (FERREIRA, 1989, p.78-79 *apud* BOTEGA *et al*, 2006).

Esses fatores são determinantes para tornar o mercado paranaense mais competitivo frente às outras economias regionais como as dos eixos Rio-São Paulo, pois demandam uma infraestrutura mais robusta para atender as necessidades dos empresários locais, principalmente na melhoria de rodovias, ferrovias e portos pois viabilizam o escoamento da produção do Estado. Embora necessários, estes fatores não são suficientes para garantir a competitividade da economia paranaense, eles dependem da interação com outros agentes, é preciso ter “parceria” com outras esferas governamentais, pois,

[...] a relação entre as diversas áreas econômicas e a indústria deve se firmar na vinculação com o parlamento para que o fomento e o estabelecimento de políticas públicas favoráveis sejam compromissos permanentes. Destacam-se algumas ações pertinentes na ampliação industrial: implantação de leis de incentivo fiscal, busca pela melhoria da infraestrutura, desburocratização das relações comerciais internacionais, facilitação da abertura de novos mercados, diminuição de barreiras nacionais para a importação e exportação de produtos industrializados, entre outros (AGENDA FIEP, 2009, p. 7).

2.2 Política Industrial

Sem dúvida alguma, uma das medidas necessárias para se lograr êxito na competitividade da economia paranaense, é o planejamento de uma política industrial, pois não há como uma indústria se instalar em determinada região sem ter a plena certeza se naquela região ela obterá os melhores resultados, a comparação entre as

vantagens que cada região oferece é uma das maneiras que deve-se levar em conta no processo de decisão de instalação da indústria.

Para se obter um setor produtivo líder, é necessário organizar todo o espaço físico em que ele estará inserido. E para isso é necessário que, junto com as políticas de industrialização, haja também políticas de urbanização. Conseqüentemente haverá um desenvolvimento paralelo da infraestrutura, dos transportes e de comunicação, garantindo que não ocorra um processo de estrangulamento no abastecimento e no mercado de insumos e produtos. Isso fará que a região passe de uma fase de crescimento regional setorial para uma fase de crescimento global (BOTEGA et al, 2006, p. 83).

Segundo o relatório apresentado na agenda da Federação das Indústrias do Estado do Paraná:

Para garantir o crescimento industrial paranaense, é fundamental estabelecer uma política que garanta o desenvolvimento tecnológico direcionado à industrialização. Uma das atitudes importantes é a fixação de metas voltadas à formação de especialistas para suprir a necessidade de mão de obra nas atividades econômicas do Estado. É preciso também levantar quais são os entraves dos setores industriais e as medidas desejadas em termos de legislação e desregulamentação da atividade empresarial para proporcionar a estruturação de uma política industrial ancorada na atração de investimentos, no acesso ao financiamento e na melhoria da competitividade (AGENDA FIEP, 2009, p.8).

2.3 Fomento e Desenvolvimento Tecnológico

Apresentado pela FIEP em sua agenda no ano de 2009, o fomento à criação de novas tecnologias é uma das políticas

centrais da parceria público-privado, pois o surgimento de novas tecnologias, viabiliza o processo de mecanização da produção, tornando-a mais eficiente, e conseqüentemente, aumentando a competitividade das indústrias paranaense frente as demais regiões do Brasil. Em seu relatório, a FIEP aponta que:

O procedimento de inovação tecnológica, balizado pelo fomento ao processo produtivo e pela introdução de novos produtos, é o principal motor que alavanca a economia e a indústria. Para que o Paraná apresente crescimento sustentável, faz-se necessário estimular o progresso tecnológico e, acima de tudo, promover o investimento por meio da abertura de crédito a longo prazo. Por intermédio do incentivo às pesquisas e da abertura de financiamentos, o incremento tecnológico viabilizará a criação e o uso de novas ideias, garantindo a competitividade entre as indústrias (AGENDA FIEP, 2009, p. 12).

2.4 Política Pública

É muito comum ouvirmos falar que os setores da saúde, educação e segurança privados são mais eficientes e eficazes que o setor público, no entanto, embora isso seja colocado desde o Consenso de Washington como a não competência do Estado de gerir setores estratégicos e de atendimento básico à população, cabe ao Estado brasileiro criar políticas públicas para atender as demandas da população, hoje essas políticas já são criadas, raras vezes, com participação da população local, que levantam as demandas até o Estado através de plenárias municipais e estaduais. Este fator também é considerado estratégico para assegurar a competitividade das indústrias, pois reflete diretamente no bem-estar da população na qual está instalada sua planta fabril, afetando conseqüentemente o desempenho do

trabalhador dentro da indústria, segundo a FIEP,

[...] a realização do conjunto de ações vinculadas à política pública depende do Estado, cujo objetivo incide no atendimento das necessidades e demandas da população. Nesses termos, em âmbito municipal e estadual, as políticas públicas se fundamentam em investimentos nos setores da saúde, educação e segurança, no desenvolvimento rural e urbano, na cultura e lazer, entre outros. Assim, a prestação dos serviços essenciais à sociedade deve ser garantida pelo governo através de regulamentações eficientes e medidas estáveis, cabendo à iniciativa privada a responsabilidade pelos serviços não essenciais (AGENDA FIEP, 2009, p.18).

Outro fator que devemos levar em consideração também é que, o Estado deve intervir com políticas intervencionistas no mercado para garantir o desenvolvimento de várias regiões e não apenas de uma única região, pois como citamos anteriormente, há uma tendência muito grande das indústrias se instalarem em uma única região, e por natureza, as regiões são heterogêneas e a decisão de instalar ou não uma indústria depende de vários fatores como, a localização, a distância da matéria-prima e do mercado consumidor, incentivos fiscais, dentre outros.

Myrdal (1972) considera importante o Estado atuar com políticas intervencionistas no mercado, pois se as forças de mercado não forem controladas pelo Estado, ficando livres para decidir que rumo tomar, as atividades empresariais se concentrarão em regiões ou localidades específicas, fazendo com que o restante da região fique paralisado economicamente. Essas regiões e localidades específicas já apresentam naturalmente vantagens competitivas, pois, geograficamente falando, ficam próximas de pontos estratégicos (BOTEGA et al, 2006, p. 81).

2.5 Infraestrutura

O investimento em infraestrutura é o carro-chefe da ampliação da indústria no Estado, a aplicação dos recursos através do financiamento das construções de rodovias, ferrovias, portos e etc. pode aumentar consideravelmente o nível de competitividade das empresas do Estado, pois,

[...] a infraestrutura é essencial para o desenvolvimento econômico, para o bem estar social e para o maior dinamismo nas exportações. A atração de investimentos e a competitividade entre as indústrias paranaenses são afetadas diretamente pela disponibilidade e qualidade viárias. Nesse sentido, todo e qualquer impacto da falta de ampliação, manutenção e modernização de serviços como transporte, distribuição de gás, energia e saneamento, representam desvantagens competitivas das empresas do Estado em relação aos seus concorrentes. A retomada da aplicação de recursos para a expansão destes serviços constitui, portanto, um importante desafio a ser enfrentado pelo Governo Estadual e pelo Setor Privado. Faz-se necessário o aperfeiçoamento de marcos regulatórios e as estruturas de administração e de planejamento setorial, a fim de que haja maior participação da iniciativa privada nos investimentos em infraestrutura (AGENDA FIEP, 2009, p.21).

A ausência de estruturas de administração e de planejamento acaba desencadeando a concentração geográfica do aparelho produtivo e a concentração populacional, pois, para que se viabilize o processo de produção, os investimentos deveriam ser direcionados à indústria, mas não, os investimentos são direcionados para setores que não estão ligados diretamente à produção, esses recursos são para obras de infraestrutura como criação e/ou pavimentação das vias e melhoria e criação

de transportes coletivos para a população. Assim,

[...] não há dúvidas de que esses investimentos em infraestrutura são necessários. No entanto, se fossem direcionados para atividades diretamente produtivas, obter-se-ia um resultado muito mais satisfatório para toda região, que se refletiria na criação de empregos e no aumento do nível de renda e estabilidade social (BOTEGA *et al.*, 2006, p. 82).

Na verdade quando BOTEGA *et al.* (2006) afirma que teríamos um resultado mais satisfatório direcionando os investimentos diretamente para a produção, o autor se esquece de analisar o fator “desenvolvimento econômico-social”. Pois certamente a região atingiria um nível de crescimento econômico um pouco melhor, mas, no entanto, teríamos que levar em conta todo o processo derivado da atividade industrial na região como a migração da população local para outras regiões.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Oliveira (2002) *apud* Botega *et al.* (2006), a industrialização não se dá necessariamente de forma espontânea, pois pode ser deflagrada por medidas e ações dos governos, que veem na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento. Na verdade, o que se percebe a partir da análise bibliográfica é que, o setor público e o setor privado são interdependentes, ou seja, desde o processo de amadurecimento da indústria paranaense o Estado vem intervindo na economia, seja através de investimentos, seja através de incentivos fiscais, enquanto, por outro lado, o setor industrial vê como o principal responsável pelo aumento da competitividade o próprio Estado, no qual, através da expansão da infraestrutura, viabiliza o aumento da competitividade da economia paranaense.

No entanto, para o setor privado, é muito conveniente que o Estado se responsabilize pelo planejamento do crescimento das regiões em que as indústrias pretendem se instalar, garantido à população, o acesso as necessidades básicas, cabendo ao setor industrial, apenas a melhoria na renda e a geração de novos empregos para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTEGA, E. K; et al. (2006). **Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão**. Rev. FAE, Curitiba, v.9, n.2, p. 79-86, jul./dez. 2006.

BRAGUETO, C.R. **A Desconcentração Industrial no Brasil e as Transformações Industriais no Estado do Paraná**. Texto didático elaborado a partir de tese de doutorado: O Aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial. 2007.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. **Indústria Paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI**. Revista Eletrônica Geografar, Curitiba, v.1, n.1, p.62-80, jul./dez. 2006.

NOJIMA, Daniel. **Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná-1985/2000**. R. Paran. Desenv., Curitiba, n. 103, p. 23-43, jul./dez. 2002.

SEBASTIANI, Luiz Eduardo da Veiga. **Resenha do livro “A Economia Paranaense nos Anos 90: modelo de interpretação”**. Revista FAE Business, n.3, set. 2002.

Sites:

Rotas estratégicas para o futuro da indústria paranaense. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/observatorios/rotas-estrategicas-para-o-futuro-da-industria-paranaense-1-19295-155916.shtml>. Acesso em 25, 26 e 27 de novembro de 2014.

*Recebido em 10/05/2015
Aprovado em 01/07/2015*

CONTRADITÓRIO MUNDO NOVO

Lisete Barbosa*

Quando tudo parece sem sentido
Quando tudo parece sem vida
Quando tudo parece sem alma
Quando a banda já passou
Deixando rastro da folia e um véu de poeira pela estrada afora
A solidão, deixa o gosto amargo na garganta
A pele queima de excitação
Pulsa o meu coração
Que pede, implora, deseja
Doce loucura dos desesperados
Entre o silêncio e a balbúrdia
Entre moderno e o arcaico
Entre ascensão e a desgraça
O contraditório jogo de palavras persiste

O que busco em meus dias?
No passeio da criança
Pela calçada quase inexistente
Seguida por sua cachorra
Fiel companheira assim ,como a Baleia em *Vidas Secas*
Calor intenso da tarde
Com sorvete em punho
Como se fosse um troféu
No vulto do homem sentado
Em sua famosa cadeira de balanço
Com olhar carcomido pelas lembranças
De um tempo que escapou por entre os dedos
Na tragada do tabaco,lenta como seus dias
Segue a inquietação profunda corroendo
Meus ossos,carne e coração
Acidez do contraditório
Ora é ruidoso,ora se aquieta

* Poeta. Acadêmica do curso de Ciências Econômicas: economia, integração e desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *Web site:* <http://www.lisetebarbosa.blogspot.com.br>

O que espero ainda não chegou
Permaneço com pés cravados
Como o peão e suas esporas
No lombo do valente pingo
Vendo a vida de longe
Com olhos atentos
Dos avisos que vem do céu
Como o prelúdio de chuva
Em tempos de sol a pino
Onde as garças no revoado, imitam um pano branco
Ciscam o açude que virou lodo
Na busca determinada pela sobrevivência

Não vou relutar em lutar
Mesmo que tudo pareça contraditório
Mesmo que a visão parecer turva
Mesmo que ao meio dia tudo se torne negro
Como as noites de inverno fria
Mesmo que os padrões sejam ditados
Mesmo que os enlatados se sobreponha
Encobrimo até o direito de respirar
E sufocar nossos pulmões e ideias
A luta não é solitária
A luta é a mesma de todos nossos irmãos, da América Latina!

*Recebido em 15/04/2015
Aprovado em 25/06/2015*

Cartilha

POTENCIALIDADES DO SERTÃO NORDESTINO: CONVIVENDO COM O SEMIÁRIDO

Apresentação

Esta cartilha se destina a alunos do ensino médio e tem como objetivo abordar as características do Domínio Morfoclimático da Caatinga, ou Sertão Nordeste, ressaltando suas potencialidades e desmistificando visões pejorativas da região. Pretendemos ampliar a percepção dos alunos sobre o modo de vida sertanejo, que carrega consigo a convivência diária com a diversidade da Caatinga, superando as conseqüências de um descaso político antigo, mas ainda atual, com a região e quem nela vive.

Realização e Apoio:

PIBID GEOGRAFIA – UFBA
LEAGET – UFBA

Coordenação:

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Aparecida Procópio da Silva Scheer
Prof^ª. Maria das Graças Bispo de Jesus
Prof^ª. Claudia Teles da Paixão

Redação:

Carlos Bename
Claudemir Assunção
Érico Santana
Gilton Santos
João dos Santos Passos
Juarez Lima
Lara Moraes
Leandro Lopes
Mariana Barbosa
Ramom Machado
Thiago de Aquino

Revisão:

Neyde Maria Santos Gonçalves
Aurélio Gonçalves de Lacerda

Ilustrações do trabalho:

Alex Garcia

Diagramação do trabalho:

Edu Moraes Nunes

1. Domínio da Caatinga

O Domínio Morfoclimático da região semiárida nordestina (ou Domínio da Caatinga) compreende uma extensa área (aproximadamente 800 mil km²) que se localiza, sobretudo, na Região Nordeste do Brasil, alcançando também parte do estado de Minas Gerais. A Caatinga é marcada pelo clima tropical semiárido, com distribuição irregular das chuvas, temperatura anual variando entre 20°C a 28°C, Vegetação Xerófila e arbustiva, formas de relevo diversificadas, abrangendo desde superfícies aplainadas a chapadas, além de solos rasos e pedregosos em maior parte da sua extensão.



Você sabia?

A palavra Caatinga é indígena, de origem tupi, e quer dizer "mata branca", "mata rala" ou "mata espinhenta". Recebeu esse nome dos índios que habitavam a região porque durante o período de seca a vegetação fica esbranquiçada, quase sem folhas, daí surgiu o nome deste Domínio.

Domínios Morfoclimáticos – A classificação foi criada pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Saber, que conceitua os Domínios Morfoclimáticos Brasileiros como extensões territoriais que possuem características comuns de clima, formas de relevo, tipos de solo, vegetação e hidrologia. Aliada às caracterizações naturais, a atividade humana constitui também um critério de definição dos Domínios, de acordo com as potencialidades de cada um deles.

Vegetação Xerófila – Denominação dada a plantas adaptadas a regiões secas, marcadas por baixos índices pluviométricos. Dessa forma, esse tipo de vegetação apresenta como características principais as raízes grandes para captar água do subsolo, folhas espinhentas para reduzir a perda de umidade e caules próprios para o armazenamento de água.

Entre as regiões semiáridas do mundo, a região nordeste do Brasil é a mais povoada. Região essa marcada por relações contraditórias e conflituosas no uso da terra, pelos latifúndios e seu modelo agrário/agrícola intensivo em oposição ao modo de vida dos verdadeiros sertanejos, que reconhecem o potencial da área e lutam por uma relação mais harmoniosa entre os homens e natureza.

É necessário lançar um novo olhar sobre a Caatinga, evitando discursos que encaram essa região como problema e que não fornece perspectivas produtivas para os que ali querem permanecer.

Não confunda... DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO com BIOMA

A determinação dos **Biomias** está ligada, essencialmente, aos fatores bióticos existentes em uma determinada área, principalmente as formas e associações vegetais, tendo o clima e solo como condicionantes de suma importância para essas comunidades bióticas e suas diferenciações.

Já o **Domínio Morfoclimático**, como já foi dito, é uma classificação que leva em conta a dinâmica existente entre clima, vegetação, solo, condições hidrológicas e formas do relevo, com destaque para essa última. Não é a toa que a denominação dos Domínios relaciona-se com a forma de relevo e o clima ou a vegetação predominantes. Por exemplo:

Cerrado – Chapadões recobertos por Cerrados e penetrados por Florestas Galerias;

Caatinga – Depressões Interplanálticas Semiáridas do Nordeste.



Você sabia?

Personagem típico do sertão, o vaqueiro ainda hoje mantém tradições e bravuras herdadas dos tempos da “civilização do couro”. A lida do vaqueiro atrás dos rebanhos foi elemento formador de cidades, base de alimentação e motivadora de rituais, festas e mitos.

O que mais chama a atenção é a vestimenta ou gibão de couro, feita por vaqueiros que passam a tradição de pai para filho. Essa vestimenta inclui chapéu, guarda-peito, luvas, perneiras, todos feitos artesanalmente em couro, utilizados como proteção contra os espinhos da Caatinga e possíveis surpresas que podem encontrar.

2. O semiárido nordestino e o seu potencial

“A convivência com o semiárido é um modo de vida e produção que respeita os saberes e a cultura local e, utilizando tecnologias e procedimentos apropriados ao contexto ambiental e climático, constrói processos de vivência na diversidade e harmonia entre as comunidades, seus membros e o ambiente, possibilitando assim uma ótima qualidade de vida e permanência na terra, apesar das variações climáticas.” (IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada).

O semiárido nordestino, ou o Domínio da Caatinga, ainda hoje tem seus potenciais subestimados e é comumente atrelado a uma imagem distorcida de improdutividade e condições ambientais adversas, veiculada, principalmente, através dos grandes meios de comunicação.

Ao contrário dessa imagem difundida pela mídia, as características do semiárido apresentam diversas possibilidades de produção e apropriação desta região pelas comunidades, desde que sejam aplicadas práticas de um manejo ambiental adequado e atividades econômicas compatíveis com as suas condições climáticas, principalmente em função da irregularidade pluviométrica, levando em conta também a sua dinâmica hidrológica e as condições do solo (pedologia da região).

Entre estas práticas destaca-se a **agricultura de sequeiros**, que consiste na produção viabilizada apenas com a água da chuva, independente de projetos de irrigação. Além disso, são utilizadas plantas nativas e práticas agrícolas menos agressivas ao solo, evitando seu empobrecimento e processos erosivos.



Juazeiro (BA) . Fonte: Juarez Lima, 2009

A Agricultura de Sequeiros é colocada em prática na maioria das vezes, através da **policultura de orgânicos**, ou seja, uma produção agrícola de culturas diversificadas e que possibilita um maior aproveitamento das qualidades pedológicas da região, já que não utilizam agrotóxicos e substâncias agressivas ao solo.

Ao contrário do que se imagina, o solo do semiárido apresenta, em sua maior extensão, grande quantidade de nutrientes necessários para atividades agrícolas. O que tem ocorrido é um desgaste gradual deste solo, através de práticas agrícolas inadequadas. O beneficiamento da pequena produção agrícola também é fundamental. Essa produção tem um importante papel no abastecimento da região, já que o mercado interno depende, essencialmente, dos pequenos produtores, sabendo-se que a agricultura irrigada é, sobretudo, voltada para o mercado externo.

Para o funcionamento adequado da Agricultura de Sequeiros é necessário também práticas de **captação e aproveitamento da água da chuva e do subsolo** (para que o pequeno agricultor consiga produzir mesmo em períodos de estiagem). Estas práticas são viabilizadas através de cisternas e poços, desde que sejam construídos em locais apropriados.

Outra prática que representa um aproveitamento das potencialidades do semiárido é a formação dos **Fundos de Pasto**, que consiste na utilização coletiva de áreas para a agricultura familiar e criação de caprinos.

Estas práticas de manejo ambiental adequadas às condições do semiárido já são amplamente utilizadas por grande parte dos pequenos produtores da região, muitas vezes através de pequenas propriedades de agricultura familiar. Elas se contrapõem ao modelo de desenvolvimento das grandes empresas multinacionais, que expandem suas áreas de cultivo agrícola, através dos latifúndios e das monoculturas, para que possam produzir cada vez mais para o mercado externo, mecanizando o campo e utilizando práticas agrícolas agressivas ao solo.

Vale lembrar que o potencial da região não está ligado apenas às suas condições de produção, mas, sobretudo, pela diversidade e riqueza cultural do seu povo. Sua expressão se revela seja na culinária ligada às frutas e produtos locais – como umbuzada, carne-do-sol com pirão de leite, cuscuz, beiju, canjica – seja no artesanato – como cestarias, rendas, trabalhos feito em couro, xilogravura –, na música, nas brincadeiras de roda e em outras inúmeras manifestações culturais. Tais manifestações reforçam as potencialidades da Caatinga e de seu povo e atestam a sua importância para a construção de uma identidade regional e, inclusive, nacional.

O termo **latifúndio** é utilizado para designar extensas áreas rurais pertencentes à grandes produtores que, geralmente, direcionam sua produção para atender o mercado externo. Este tipo de propriedade surgiu no Brasil junto com o processo de colonização do seu território (ligado ao modelo **plantation**) e, desde então, vem produzindo diversos conflitos decorrentes da distribuição desigual de terras. Atualmente esse processo de concentração de terras vem se intensificando com a modernização da agricultura e a ampliação do “agronegócio”.



3. Aspectos Naturais

Como o clima interfere na dinâmica do semiárido nordestino?

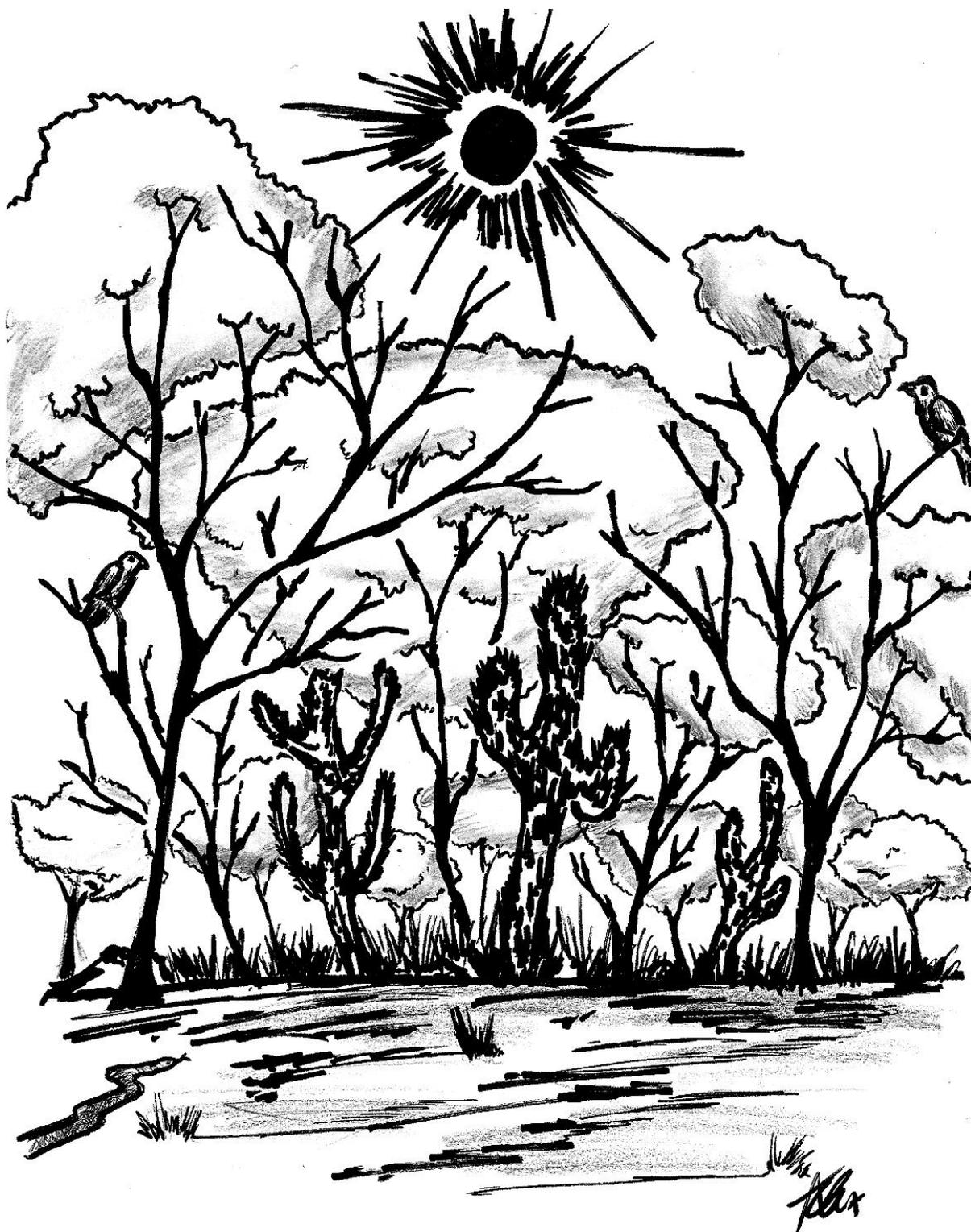
Vários fatores são responsáveis pela formação da região semiárida no Brasil. O clima semiárido é resultado, essencialmente, da interação entre as massas de ar que influem na região, o seu relevo e sua posição geográfica. Estas variáveis ocasionam uma variabilidade sazonal das chuvas na região.

Apesar do índice pluviométrico em alguns lugares da Caatinga ultrapassar 1500 mm anuais, em grande parte dessa região o índice não chega a 700 mm e, em outros pontos, não passa de 450 mm anuais. Essas regiões onde a quantidade de chuvas é muito baixa constituem o chamado “polígono da seca” e as condições pluviométricas de tais regiões dificultam as práticas de agricultura e pecuária. A perda de água por evaporação nesta área é muito grande, sendo maior do que a quantidade de chuva precipitada. Por conta disso, a região semiárida apresenta as maiores médias térmicas do país, acima de 26°C.

Além da distribuição irregular das chuvas, as irregularidades sazonais também influenciam na dinâmica do semiárido. Poucos meses concentram quase toda chuva do ano. O tempo de permanência sem chuvas varia de 6 a 9 meses ou mais, na Caatinga. Além disso, as chuvas possuem características torrenciais, causando “desequilíbrios ambientais”, como forte processo erosivo. Segundo os geógrafos Sueli Angelo Furlan e José Bueno Conti (2009), “são grandes quantidades concentradas em pouco tempo”.

São inúmeras as causas da semiaridez da Caatinga. Todavia, ainda não é possível explicar com exatidão todos os processos dos quais resulta esse cenário. Sabe-se que o relevo, as características da dinâmica atmosférica regional, os fortes ventos alísios que não trazem umidade à região e a perda por evaporação são fatores de suma importância que ajudam a explicar o clima da região.

É importante destacar que, apesar da irregularidade das chuvas, a Caatinga possui períodos de grandes índices pluviométricos, durante os quais é possível, através de sistemas de captação, armazenar a água da chuva para os períodos de estiagem.



É verdade que o solo da Caatinga é improdutivo?

Os solos da Caatinga são diversificados, podendo existir mais de um tipo em uma mesma região. Além disso, possuem também uma grande quantidade de minerais básicos

para diferentes culturas. Isso ocorre, principalmente, por causa dos baixos índices pluviométricos da região, que dificultam o desgaste/erosão do solo e, conseqüentemente, a perda dos seus nutrientes. Os solos que possuem excesso de sais também podem ser utilizados, desde que sejam efetuadas técnicas de correção e de melhoria na sua capacidade de drenagem.

Para efeito de comparação: o solo da região semiárida perde menos sais e nutrientes do que o solo da região amazônica (que se desgasta por conta da lixiviação causada pelas chuvas intensas). Portanto, os solos da Caatinga são férteis, desde que sejam utilizadas práticas adequadas de manejo. Essa situação fica ainda mais nítida quando se observa que mesmo depois de longos períodos de seca, a vegetação rapidamente se renova após uma chuva, tomando um aspecto verde. Isso demonstra o potencial agricultável da Caatinga.

As formações do relevo



Vale do Capão – Chapada Diamantina. Fonte: Lara Moraes, 2010.

A região semiárida nordestina é composta por dois grandes planaltos principais, Borborema e as chapadas da bacia do Rio Parnaíba. Além disso, encontram-se também regiões de maior altitude, com destaque para a Chapada Diamantina e a Chapada do Araripe. Dentro desse domínio há uma grande diversidade de formas e estruturas do relevo, no qual se pode evidenciar desde chapadas com formato tabular a depressões interioranas que, segundo o geógrafo Jurandyr Ross (1985), são denominadas depressões Sertaneja e do São Francisco. Na porção central do estado da Bahia, o planalto da Chapada Diamantina destaca-se com a sua beleza e diversidade, onde a altitude passa dos 1000 metros.

“Algumas áreas mais úmidas, denominadas brejos, aparecem às vezes na Caatinga, localizando-se em algum vale fluvial úmido ou, principalmente, em trechos de maior altitude. Nesses locais, a ocupação humana é caracterizada, desde a época colonial, pelo desenvolvimento da pecuária extensiva de corte.” (VESENTINI, 2003, p. 268)

Aos poucos se percebe que a população da região adapta suas atividades de acordo com as potencialidades de cada área – hidrológicas, topográficas, climáticas – dentro deste domínio morfoclimático diversificado. Trata-se de um equilíbrio dinâmico buscado por aqueles que dependem da Caatinga para a sua subsistência.



4. A importância da água no domínio da Caatinga

A água é um elemento natural insubstituível para o homem, mas sua distribuição no planeta não ocorre de maneira uniforme. No caso da Caatinga, o grande problema se dá não pela falta de chuvas, mas sim pela sua distribuição irregular. Isso ocasiona estiagens prolongadas e um grande número de rios intermitentes, ou seja, que não possuem um fluxo de água contínuo. Quando isso acontece, o sertanejo, por vezes, se vê condicionado a caminhar muitos quilômetros a procura de água.

A difusão de cisternas para captar a água da chuva é um importante avanço com o qual as famílias nordestinas contam para garantir água no período de seca. O açude é outra maneira de combater a seca, matando a sede e necessidades de homens e animais.

No entanto, os açudes secam rapidamente no período de estiagem, devido ao grande índice de evaporação. Além disso, a água que os sertanejos dispõem para consumo, muitas vezes é salobra e lamacenta, impróprias para o consumo humano.

Em meio a tantos rios intermitentes, por que o São Francisco é perene?

O Velho Chico, como é comumente chamado o Rio São Francisco, tornou-se um dos principais símbolos do Domínio da Caatinga, mas é importante lembrar que ele não percorre apenas parte do semiárido nordestino, pois sua nascente está localizada na Serra da Canastra, em Minas Gerais. Por sua nascente se localizar em área de maior umidade e maiores índices de precipitação daqueles normalmente encontrados do semiárido, torna-se possível a continuidade do fluxo de água, mesmo em períodos de estiagem na Caatinga, o que faz com que o São Francisco seja classificado como rio perene.

O problema de captação e armazenamento de água para os períodos de estiagem seria, certamente, minimizado se fosse aliada a construção de cisternas e açudes ao potencial hidrológico do subsolo em algumas áreas da região. Para isso, seria necessário arcar com os custos para aberturas dos poços, bem como de uma fonte de energia para extrair essa água. O importante é perceber que as técnicas criadas para “solucionar” a questão estão vinculadas, também, ao interesse político e econômico dos grandes agentes que interferem na dinâmica da região. Não se pode esperar apenas uma solução técnica para uma realidade que depende, em muito, de um esforço político crítico para repensar o desenvolvimento da região.

O que significa a transposição do Rio São Francisco?

Para entender melhor sobre a transposição, é preciso listar algumas características da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Ela é uma das principais bacias hidrográficas brasileiras (e totalmente nacional), percorrendo uma área de 2.830 km, abrangendo terras de seis estados, sendo eles: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais, além do Distrito Federal.

Ela é uma bacia muito importante para os nordestinos, pois abrange a área mais seca do país, o semiárido. No entanto, existem áreas desta região que não são banhadas por nenhum rio permanente, tornando-se ainda mais áridas. Nessas áreas a população pobre tem de buscar outras formas de manter sua subsistência.

O projeto de transposição do rio São Francisco surge nesse contexto, sob o rótulo de uma possível solução para o problema dos períodos de estiagem no semiárido. Ele consiste em transpor parte da água do rio através de dois canais, que totalizam 700 quilômetros de extensão para os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, além de áreas semiáridas de Alagoas, Pernambuco e Sergipe e assim irrigando a região semiárida do Nordeste brasileiro.

O projeto foi elaborado pelo Governo Federal, nomeado de “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” e está sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MI.

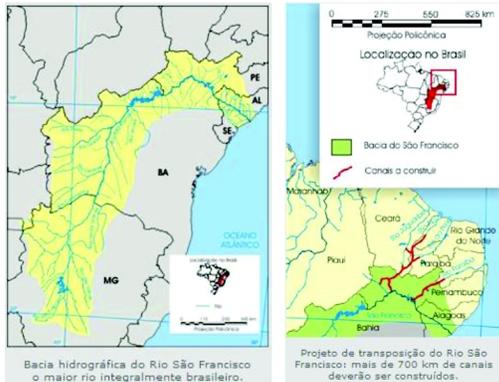


Figura 1
Fonte das imagens: www.educacional.com.br

Figura 2

Observa-se na Figura 1 a extensão do rio principal e que a maior parte da sua bacia está em Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Na Figura 2 pode-se observar onde serão construídos os canais da transposição, por onde passarão e a integração desses canais com outros rios, daí advêm o nome do projeto.

Os idealizadores do projeto alegam que a transposição irá melhorar a qualidade de vida da população mais pobre da região semiárida, por que garantiria a disponibilidade de água nos períodos de seca.

Mas o que não é divulgado na grande mídia é que o custo desta transposição supera R\$ 4,5 bilhões, abrangendo somente 5% do território e 0,3% da população do semiárido brasileiro. A obra ainda irá afetar intensamente o ecossistema ao redor de todo o rio São Francisco, perenizando rios intermitentes, o que afetará as populações ribeirinhas que dependem dos períodos de vazante para suas atividades de subsistência, alterando a biodiversidade e a dinâmica da fauna local. Vale lembrar que a percentagem de água desviada para o uso doméstico, voltado para a população pobre é muito reduzida se comparada ao volume de água disponibilizado para as grandes extensões de fruticultura irrigada, pertencente aos projetos do agronegócio. Afinal, para quem é feita a transposição?



Você sabia?

O Rio São Francisco também é conhecido como o “Nilo Brasileiro”, pois ambos passam em áreas de clima semiárido, sendo de grande importância para a população que vive próxima às suas margens.

5. O bioma Caatinga

A Caatinga, além da classificação de Domínio Morfoclimático, é também um dos principais Biomas brasileiros. Constitui-se, principalmente, de plantas xerófilas – que se adaptam facilmente à aridez. Já foram identificadas cerca de 600 espécies, em um total de 1.356 tipos de plantas. É um bioma especial e característico da biodiversidade brasileira. Suas árvores geralmente perdem as folhas na estação seca o que confere um aspecto cinzento a toda paisagem. Muitas de suas árvores são lenhosas, o que representa uma potencialidade para fornecimento de madeira de boa qualidade, destacando-se entre elas o Bálsamo, a Caraiqueira, o Pau d'arco, a Canafistula e Aroeira.

Nesse bioma destaque especial é dado ao Juazeiro, árvore que, simbolicamente, representa a resistência ao clima semiárido da Caatinga, mantendo suas folhas mesmo nos períodos de estiagem. Isso ocorre por que o Juazeiro possui raízes muito longas, o que possibilita a captação de água do subsolo. Caracterizam ainda o Bioma Caatinga os Umbuzeiros, a Mandioca e os Cactos, a exemplo do Mandacaru.



Pau d'arco (Ipê Amarelo); Mandacaru;
Fonte: arvores.brasil.nom.br



Aroeira; Canafistula; Fonte: arvores.brasil.nom.br



Caatinga em período de seca. Sussuarana – BA; Fonte: Claudemir Santana, 2010

Fonte: Geografia – Série Brasil, VESENTINI, 2003; Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades, MAIA, 2004.

Impactos ambientais na Caatinga

A Caatinga atualmente apresenta metade de sua cobertura vegetal devastada. De acordo com pesquisadores, a principal causa da destruição do bioma da Caatinga deve-se a retirada da mata nativa para ser convertida em carvão e lenha destinados a pólos cerâmicos no Nordeste e a áreas siderúrgicas em Minas Gerais e Espírito Santo. Há também outros fatores, como expansão de área para bicomustíveis e pecuária bovina.

Algumas das conseqüências do desmatamento são:

desertificação – Refere-se diretamente a retirada da mata nativa e do manejo inadequado do solo. As áreas afetadas, portanto, apresentam, entre outras características, solos improdutivos e escassez hídrica.

assoreamento de rios e riachos – Esse fato ocorre em virtude da retirada da vegetação dos solos, principalmente quando ocorre nas matas ciliares (vegetação presente nas margens dos rios). Com o desmatamento, o solo desnudo fica frágil, se tornando mais vulnerável a ação das águas e os ventos que ocasionam desgaste e transporte dos seus sedimentos. Dessa forma ocorre a redução da profundidade e velocidade dos rios afetados.

perda de biodiversidade – A perda genética, que ocorre em função da devastação, impossibilita o maior conhecimento de espécies nativas e, no caso da flora, terem seus usos potencializados, como, por exemplo, no setor farmacêutico ou na agricultura.

Uma das políticas de combate a esse processo de devastação pode ser realizada a partir do reflorestamento. De acordo com a cientista florestal Gerda Nickel Maia o “reflorestamento, ou seja, a restauração da floresta destruída ou degradada significa, na verdade, recompor toda essa comunidade com suas inúmeras formas de vida e interações entre elas”.

É bem verdade que, atualmente, a prática do reflorestamento não se dá nos moldes indicados pela autora, pois o que acontece, de fato, é o uso do termo para outros fins, como, por exemplo, plantação de apenas uma espécie vegetal (monoculturas) e sua exploração econômica através da madeira e da celulose, atividade esta também chamada de Silvicultura.

REFLORESTANDO A CAATINGA

- Demarcar a área a ser reflorestada e, quando estiver em meio a pastagens, isolá-la do gado.
- Escolher espécies adaptadas à região do plantio.
- Observar o clima, o solo e usos anteriores da terra, para ver se é necessário aplicar fertilizantes para facilitar o crescimento das mudas plantadas.
- Utilizar em torno de 50% de espécies pioneiras, aproveitando suas características de rápido crescimento para fazer sombra para outras espécies. Ex. Angico, catingueira, cumaru, faveleiro, imburana.
- Privilegiar o uso de árvores frutíferas, com o objetivo de atrair a fauna.
- Diversificar ao máximo as espécies plantadas, para chegar o mais próximo possível do ambiente natural.
- Quando possível, plantar em linha e colocar estacas, para facilitar futuros trabalhos de manutenção das mudas plantadas.
- Proceder ao replantio das espécies já extintas.
- Realizar limpezas de manutenção (roçadas e coroamento) até o 3º ano após o início do plantio.

Fonte: adaptada de www.apremavi.com.br

Você sabia?

A nossa Constituição protege alguns biomas, porém, a Caatinga ficou de fora.

Percebam no Artigo 225./ Parágrafo 4:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Obs.: Existe hoje um processo em andamento no Senado para a inclusão deste Bioma nas leis de preservação ambiental.



Bibliografia sugerida

Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas – Obra do reconhecido geógrafo Aziz Ab' Saber, na qual o autor analisa o espaço territorial brasileiro, tendo como fundamento o que o mesmo denomina de domínios paisagísticos. Obra essencial para a compreensão do tema por parte de todo e qualquer interessado.

Educação no contexto do semi-árido brasileiro – Para aqueles que desejam conhecer mais sobre o tema, o livro está repleto de artigos onde a relação entre educação e a convivência com o semi-árido é ressaltada.

Para uma Geografia Crítica na Escola - Conjunto de textos reunidos pelo Geógrafo José William Vesentini, na qual o mesmo aborda a questão do ensino da geografia em uma perspectiva crítica, propondo questões para se pensar em uma geografia escolar mais ativa e preocupada com o senso de cidadania dos educandos.

Tempo e Clima no Brasil - Essa obra ao abordar os sistemas de tempo atuantes no Brasil atrelado com as variações climáticas vem fornecer um ótimo material para pesquisadores da área. Questões que se destacam hoje na temática ambiental como as mudanças climáticas também são aqui levantadas.

Para ensinar e aprender Geografia – Obra muito importante para todos aqueles docentes que tentam levar à sala de aula uma geografia mais coerente, onde o ensino se realize de forma mais construtiva tanto para o aluno, quanto para o professor.

Olhe na rede: Instituto regional da pequena agropecuária apropriada. www.irpaa.org

Você sabia?

O cordel é um tipo de literatura popular impressa e divulgada em folhetos ilustrativos. Recebeu este nome em Portugal, porque, era comercializado normalmente em praça públicas e expostos presos a cordões. Os autores normalmente usam esta poesia para falar humoristicamente de acontecimentos do cotidiano do sertão, como festas, política, disputas, milagres, vida dos cangaceiros, seca, dentre outros.

Bibliografia consultada

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, SP: Atelie Editorial, 2003.

MAIA, G. N. **Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades**. 1. ed. São Paulo:D&Z computação gráfica e Editora, 2004.

MENDONÇA, F. **Geografia física: ciência humana?** 7 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MUNHOZ, C. **Transposição do Rio São Francisco: salvação ou equívoco?** Portal Educacional, 2005. Disponível em <<http://www.educacional.com.br/noticiacomentada/051007not01.asp>> Acesso em 25 de março/2011.

ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp,2009.

SENE, E.; MOREIRA, J. C. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo, Scipione, 1998.

VESENTINI, J. W. **Geografia – Série Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ALBUQUERQUE, M. A.; BIGOTTO, J. F.; VITIELLO; M. A. **Geografia – Sociedade e Cotidiano**. 1 ed. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

ABC do Sertão
Luiz Gonzaga
(Composição: Zé Dantas e Luiz Gonzaga)

Lá no meu sertão pros caboclo lê
Têm que aprender um outro ABC
O jota é ji, o éle é lê
O ésse é si, mas o érre
Tem nome de rê
O jota é ji, o éle é lê
O ésse é si, mas o érre
Tem nome de rê
Até o ypsilon lá é pissilone
O eme é mê, O ene é nê
O efe é fê, o gê chama-se guê
Na escola é engraçado ouvir-se tanto "ê"
A, bê, cê, dê,
Fê, guê, lê, mê,
Nê, pê, quê, rê,
Tê, vê e zê

Atenção que eu vou ensinar o ABC
A, bê, cê, dê, e
Fê, guê, agâ, i, ji,
ka, lê, mê, nê, o,
pê, quê, rê, ci
Tê, u, vê, xis, pissilone e Zé

Riacho do Navio
Luiz Gonzaga
(Composição: Luiz Gonzaga e Zé Dantas)

Riacho do Navio
Corre pro Pajeú
O rio Pajeú vai despejar
No São Francisco
O rio São Francisco
Vai bater no meio do mar
O rio São Francisco
Vai bater no meio do mar
Ah! se eu fosse um peixe
Ao contrário do rio
Nadava contra as águas
E nesse desafio
Saía lá do mar pro
Riacho do Navio
Saía lá do mar pro
Riacho do Navio
Pra ver o meu brejinho
Fazer umas caçada
Ver as "pegá" de boi
Andar nas vaquejada
Dormir ao som do chocalho
E acordar com a passarada
Sem rádio e nem notícia
Das terra civilizada
Sem rádio e nem notícia
Das Terra civilizada.

Alma do Sertão
Luiz Gonzaga
(Composição: Adaptação Renato Murce)

Ai como é bonito a gente ver
Em plena mata, o amanhecer
Quando amanhece
Até parece que o sertão
Com alegria
Vai despedindo a escuridão
E a passarada
Em renovada, tão contente
Alcança o espaço
Num grande abraço a toda gente
Quando amanhece
O sol aparece em seu esplendor
Secando o orvalho
Faz da campina, imensa flor
Sai o caboclo
Levando ao ombro, o enxadão
Vai pra roça
Donde ele tira o ganha pão
Quando amanhece
Ao despertar de um novo dia
A natureza
Traz para a mata a alegria
E tudo muda
Com a chegada dessa hora
Cantando todos
Em louvor à nova aurora

Recebido em 15/10/2014

Aprovado em 31/10/2014

Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* (web site: <https://sites.google.com/site/orbislatina/>) receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em pelo menos dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações via correio eletrônico (e-mail) para: gilson.oliveira@unila.edu.br ou orbislatina@gmail.com



Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 06, Espaço 04, Sala 7
CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil